

RELATÓRIO DE GESTÃO 2024



MINISTÉRIO DA
DEFESA

SUMÁRIO

MENSAGEM DO MINISTRO 5

ESCOPO E ABRANGÊNCIA 8

QUEM SOMOS 10

- Identificação da UPC 11
- Visão geral da Defesa 12
- Estrutura organizacional 16
- Principais atos legislativos direcionadores da atuação 19
- Estruturas de Governança 20
- Planejamento Estratégico 25
- Resumo da Programação do MD no Plano Plurianual 26
- O MD no Programa de Investimentos do Governo Federal (PAC) 29
- O portfólio de projetos estratégicos 30
- Ambiente externo, desafios e oportunidades 31

PRINCIPAIS RESULTADOS 40

- Introdução 41
- Programa 6112 – Defesa Nacional 42
- Programa 6111 – Cooperação da defesa para o Desenvolvimento Nacional 85
- Programa 6113 – Oceano, Zona Costeira e Antártica 111
- Participação do MD em programas de outros ministérios 118
- Outros resultados relevantes 120

NOSSOS RECURSOS 123

- Introdução 124
- Gestão orçamentária e financeira 124

Gestão de Bens Imóveis 131
Principais fatos contábeis, contas ou grupo de contas 132
Pessoal – Visão geral 146
Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas - SPSMFA 152

GLOSSÁRIO 155

Mensagem do Ministro da Defesa

O Relatório de Gestão do Ministério da Defesa (MD) referente ao exercício de 2024 apresenta os principais resultados alcançados no segundo ano desta gestão à frente da Pasta. Nele, é detalhado o andamento de programas e projetos estratégicos, bem como as atividades desempenhadas pela Pasta e pelas Forças Armadas.

O MD manteve o compromisso com o cumprimento de sua missão de "promover o esforço integrado de defesa, para a garantia da soberania, do território e dos interesses nacionais, cooperando para as ações do Estado, o desenvolvimento do país e sua maior projeção no cenário internacional".

Assim, avançou-se no fortalecimento da defesa nacional, na integração e interoperabilidade entre as Forças Singulares e nas ações de contribuição ao desenvolvimento nacional, à defesa civil e à melhoria das condições de vida da população. Para tanto, foram realizadas, diuturnamente, tarefas essenciais ao resguardo da integridade e da segurança do território nacional e à manutenção da soberania no mar, em terra e no ar, além de serem realizadas missões de socorro, de busca e salvamento e de apoio e assistência à população.

Na constante evolução da governança e da gestão do Ministério, destacam-se as seguintes ações executadas em 2024: implementação da nova estrutura de governança do MD (Portaria nº 4.059, de 2024), aprovação do Planejamento Estratégico Organizacional (PEO-MD) 2024-2027 e criação da Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa, voltada à execução de atividades de assistência técnica concernentes a projetos e programas nas áreas de justiça, defesa nacional e segurança (MP nº 1.286/2024).



No campo da inclusão, ampliou-se a participação de mulheres nas Forças Armadas. O Decreto nº 12.154, de 2024 possibilitou o alistamento feminino voluntário para o serviço militar, o que permitirá que, a partir de 2025, as jovens que completem 18 anos possam se alistar, com incorporação prevista para 2026.

Com relação ao apoio das Forças Armadas à segurança pública, destacam-se as Operações Ágata, que, mediante instalação de postos de bloqueio, controle de rios e estradas, revistas de pessoas, embarcações, veículos e aeronaves e realização de patrulhas fluviais, terrestres e aéreas, intensificaram a presença estatal nas faixas de fronteira terrestre e marítima, águas interiores e espaço aéreo e combateram crimes transfronteiriços e ambientais. Em 2024, essas operações mobilizaram mais de 34.000 militares e resultaram em 280 mil ações e apreensões de drogas, armamentos, explosivos, embarcações, veículos, aeronaves, minérios e dinheiro, além da detenção de envolvidos.

Houve continuidade das Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) em portos e aeroportos dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, que reforçaram o combate ao tráfico de drogas e de armas. Destacam-se, ainda, a GLO ocorrida durante a Cúpula de Líderes do G20, na cidade do Rio de Janeiro, com o emprego, em articulação com os órgãos de segurança pública, de mais de 21 mil militares das Forças Armadas em atividades de segurança, e o apoio às eleições municipais de outubro de 2024, para o qual foram mobilizados 23 mil militares para ações de logística e segurança em 514 municípios (9.860 localidades) de 15 estados.

Outra frente relevante foi o estímulo à indústria nacional de defesa, setor estratégico para crescimento do país, na medida em que gera divisas, fornece milhares de empregos diretos e indiretos e desenvolve produtos com utilidade civil. O Brasil se consolidou como fornecedor global de produtos de defesa de qualidade, com o recorde de US$ 1,78 bilhão de exportações autorizadas em 2024, valor que superou em cerca de 8% o pico anterior, ocorrido em 2021.

No que se refere a equipamentos e sistemas de defesa, foram priorizados investimentos em projetos estratégicos, destinados a fortalecer capacidades militares e de dissuasão das Forças Armadas. As principais entregas de 2024 incluem: início da operação do submarino convencional Humaitá (SBR-2), 60 viaturas blindadas sobre rodas, 2 aeronaves K2 HM-1A modernizadas da Aviação do Exército, duas aeronaves de caça multiemprego Gripen, uma aeronave de transporte militar e reabastecimento em voo KC-390, um helicóptero de médio porte de emprego geral H-XBR e um helicóptero leve TH-X.

No campo da Ciência, Tecnologia e Inovação, o Programa Nuclear da Marinha, voltado ao domínio do ciclo do combustível nuclear, avançou e logrou atingir 66% de seu desenvolvimento total previsto.

Foi desempenhado papel essencial no apoio logístico à defesa civil em dez estados (Acre, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Maranhão, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo), mediante auxílio ao combate a incêndios e pronta resposta a impactos de catástrofes naturais, como estiagens, secas de rios, inundações, deslizamentos de terra e ciclones.

Foram realizadas diversas operações de apoio a populações indígenas, que auxiliaram no combate à desassistência e ao garimpo ilegal. Nesse particular, as Operações Catrimani I e II e as operações de desintrusão das Terras Indígenas Karipuna e Munduruku ofereceram apoio logístico a agências de segurança pública, atendimentos médicos e distribuição de alimentos.

A Operação Acolhida, conduzida em parceria com diversos órgãos, prestou assistência emergencial a refugiados venezuelanos em Roraima, que se encontram em situação de vulnerabilidade. Cerca de oito mil pessoas foram abrigadas mensalmente, com fornecimento de quatro refeições diárias, e aproximadamente 20 mil venezuelanos foram interiorizados para 1.070 municípios brasileiros.

Na área da saúde, merecem destaque as Operações de Transporte de Órgãos, Tecidos e Equipes (TOTEQ), que viabilizaram o transporte de 259 órgãos para transplantes realizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), bem como milhares de atendimentos médicos, odontológicos e de enfermagem realizados por navios hospitalares da Marinha, principalmente na Região Norte.

No campo social, o Programa Forças no Esporte (PROFESP) e o Projeto João do Pulo (PJP) promoveram inclusão social e cidadania para crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, incluídas pessoas com deficiência, por meio do acesso à prática de atividades educacionais, esportivas e físicas, realizadas no contraturno escolar dentro de organizações militares. Em 2024, mesmo diante de substancial redução de recursos, foram beneficiadas 13.080 pessoas.

No âmbito do Programa Atletas de Alto Rendimento das Forças Armadas (PAAR), que coopera com o desenvolvimento do esporte nacional, merece destaque a participação, nos Jogos Olímpicos de Paris 2024, dos atletas militares, que representaram 35% do Time Brasil e conquistaram 11 (55%) das 20 medalhas olímpicas obtidas.

O Projeto Rondon, que contribui para formação da consciência cívica do universitário e para desenvolvimento de comunidades menos assistidas, mobilizou, em coordenação com governos estaduais e municipais e com instituições de ensino superior públicas e privadas, 999 universitários em ações realizadas nos estados de Minas Gerais, Sergipe, Pernambuco e Rondônia, com benefícios diretos para mais de 113 mil pessoas.

Na seara da qualificação profissional, o Projeto Soldado Cidadão capacitou profissionalmente 7.690 jovens para o mercado de trabalho após a prestação do serviço militar, e o Ensino Profissional Marítimo (EPM) formou 16.615 aquaviários e portuários.

Também houve contribuição para melhoria da infraestrutura nacional. Por intermédio do Programa Calha Norte (PCN), foram executadas 318 obras em 9 estados, enquanto as Unidades de Engenharia do Exército Brasileiro realizaram 21 obras de infraestrutura e emergenciais, em parceria com órgãos federais, estaduais e municipais.

Em âmbito internacional, destaca-se a repatriação de 2.081 brasileiros de áreas de conflito no Oriente Médio, além da participação do Brasil em 11 das 18 missões de paz da Organização das Nações Unidas (ONU).

Por fim, o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) colaborou com ações de proteção e desenvolvimento da Amazônia Legal e Azul, em especial mediante: produção de informações sobre eventos extremos (meteorologia, hidrologia e incidentes de fogo) e sobre ilícitos ambientais (desmatamento, garimpos ilegais, pistas de pouso irregulares e movimentos aéreos desconhecidos), fornecimento de geointeligência, drones, comunicação e dados de sensores a órgãos de fiscalização e de segurança pública e às Forças Armadas e, ainda, fornecimento de terminais de comunicação por satélite, em localidades isoladas, a órgãos e entidades parceiros, comunidades, aldeias indígenas e pelotões de fronteira.

São estas, em síntese, as informações relevantes sobre a atuação do Ministério da Defesa em 2024, que representam uma prestação de contas à sociedade das atividades desenvolvidas e da contribuição da Pasta e das Forças Armadas ao desenvolvimento e ao fortalecimento de capacidades nacionais.

Conclui-se este relato com o registro de que persiste o desafio de assegurar recursos e condições estáveis e suficientes para que o MD e as Forças Armadas deem continuidade a seus processos de aprimoramento institucional. Tal garantia é essencial não só à manutenção e ao aperfeiçoamento de capacidades militares alinhadas às necessidades, aos interesses e à estatura geopolítica do País, mas também à prontidão para defesa do território e da soberania, para apoio à defesa civil e para continuidade da efetiva contribuição ao desenvolvimento do Brasil.

Escopo e Abrangência

O presente Relatório de Gestão, no formato de relato integrado, busca atender às orientações do Tribunal de Contas da União (TCU), mediante a apresentação de informações concisas, relevantes e estratégicas sobre a organização, a gestão e a produção de resultados (geração de valor) da Unidade Prestadora de Contas Ministério da Defesa (UPC-MD). Ele consolida informações significativas sobre a gestão da UPC-MD, considerando todos os órgãos que o integram, contemplando também informações relevantes e agregadas, na perspectiva de órgão supervisor, referentes aos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Cabe ressaltar que compete aos Comandos, da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, em seus respectivos âmbitos de atuação, na condição de Unidades Prestadoras de Contas, definir diretrizes, procedimentos e elaborar e divulgar as suas prestações de contas, observando os normativos do TCU e as especificidades das suas organizações.

Consideram-se integrantes da UPC-MD os seguintes órgãos: a Secretaria-Geral (SG); o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA); a Escola Superior de Guerra (ESG); a Escola Superior de Defesa (ESD); o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam); e o Hospital das Forças Armadas (HFA. Cabe esclarecer que a SG é o órgão central de direção que coordena e supervisiona as atividades do Departamento do Programa Calha Norte - DPCN e dos órgãos específicos singulares, que lhe são subordinados: o Censipam, a Secretaria de Orçamento e Organização Institucional (SEORI), a Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD) e a Secretaria de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais (SEPESD).

Este item apresenta um resumo do escopo e da abrangência das informações que integram o relatório ora em comento, de modo a facilitar sua leitura e entendimento e torná-lo mais útil para a sociedade, para os gestores e para os órgãos de controle.

De acordo com a Instrução Normativa TCU nº 84/2020 e a Decisão Normativa TCU nº 198/2022, que estabelecem normas para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, integram a prestação de contas da UPC:

I - Relatório de gestão, na forma de relato integrado;

II – Disponibilização de um conjunto de informações na seção "Transparência e Prestação de Contas" no sítio do órgão na internet, com chamada na página inicial;

III - Demonstrações contábeis, acompanhadas das respectivas notas explicativas; e

IV – Rol de responsáveis.

Este documento está organizado em três capítulos, além da mensagem do Ministro e deste tópico, cujos conteúdos são apresentados a seguir, procurando demonstrar a relação entre planejamento, organização (governança), gestão de recursos, resultados e conformidade contábil.

O **Capítulo 1**, "Quem somos" traz a identificação da UPC; uma Visão Geral da Defesa (o que defender e controlar; quem atua para defender e controlar; e o custo para defender e controlar); a estrutura da organização; as principais normas direcionadoras de sua atuação; as estruturas de governança (órgãos colegiados e principais órgãos e instâncias internas de apoio à governança); o planejamento estratégico do MD 2024-2027 (PEO-MD 2024-2027) (identidade estratégica, cadeia de valor e mapa estratégico); o resumo da Programação do MD no Plano Plurianual (PPA 2024/2027); um resumo da carteira de empreendimentos do MD no Programa de Investimentos do Governo Federal (PAC); o Portfólio de Projetos Estratégicos de Defesa; e uma visão macro do ambiente externo e dos principais desafios, riscos e oportunidades.

O **Capítulo 2**, "Principais Resultados", relaciona as principais realizações de 2024, no contexto dos eixos dos Programas do PPA 2024-2027, o Programa Defesa Nacional (6112), o Programa Cooperação da Defesa para o Desenvolvimento Nacional (6111) e o Programa Oceano, Zona Costeira e Antártica (6113), tal qual foi feito

nos anos anteriores. Além disso, são apresentados resultados do MD em programas de outros ministérios e um tópico com outros resultados relevantes que não estão relacionados aos eixos dos programas do PPA.

Os resultados finalísticos apresentados em todos os tópicos foram extraídos do balanço de 2024 do PPA, do acompanhamento do Planejamento Estratégico do MD (PG-MD 2024-2027), dos relatórios de acompanhamento dos empreendimentos que integram o PAC e o Portfólio de Projetos Estratégicos de Defesa e de outros levantamentos feitos pelos órgãos do MD e pelos Comandos, sempre focando nos resultados relevantes e de maior impacto para a sociedade, para a organização e para a construção das capacidades de defesa.

Informações adicionais sobre o PG-MD 2024-2027 (planejamento estratégico do MD, exceto Forças), sobre os Programas do MD no PPA 2024-2027 e sobre os empreendimentos estratégicos de defesa podem ser acessados no sítio do MD na internet, na seção "Transparência e Prestação de Contas".

O **Capítulo 3**, "Nossos Recursos", apresenta, de forma resumida e agregada, informações sobre

a Gestão Orçamentária e Financeira do MD, com todos os órgãos que o integram, incluídas as Forças Armadas;

a Gestão de Bens Imóveis;

os Principais fatos contábeis, contas ou grupo de contas;

uma visão geral do quadro de pessoal;

As informações apresentadas nesse Capítulo foram obtidas a partir de dados extraídos dos sistemas estruturantes, fornecidos pelos Comandos das Forças Armadas e obtidos dos demais sistemas de gestão e controle das respectivas áreas especializadas do MD. O conjunto de informações divulgadas na seção "Transparência e Prestação de Contas", no sítio do MD na internet, item componente da prestação de contas, complementa e dialoga com este Relatório de Gestão. A referida seção contempla apenas informações sobre o MD, com todos os órgãos que o integram, exceto as Forças Armadas, sendo que, em situações específicas, indicadas no tópico respectivo, poderão ser apresentadas algumas informações agregadas sobre as Forças Armadas.

É importante reforçar que compete aos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, em seus respectivos âmbitos de atuação, definir diretrizes, procedimentos e orientações específicos, bem como elaborar e apresentar as suas prestações de contas, inclusive no que se refere à disponibilização de informações na seção "Transparência e prestação de Contas" nos seus respectivos sítios na internet.



Quem Somos

Identificação da UPC

O Ministério da Defesa é o órgão do Governo Federal incumbido de coordenar o esforço integrado de defesa, com vistas a contribuir para garantia da soberania, em prol da sociedade brasileira, Sua atuação, abrangendo o preparo e o emprego conjunto e singular das Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, e a articulação entre elas e os demais órgãos do Estado.

Criado em 1999, para reforçar a articulação das Forças Armadas e dar mais fluidez à sua relação com outras áreas do Estado, o MD tem sob sua responsabilidade uma vasta e diversificada gama de assuntos.

Escopo de atuação

- Política de defesa nacional, estratégia nacional de defesa e políticas e estratégias setoriais de defesa e militares
- Operações militares das Forças Armadas
- Relacionamento internacional de defesa e políticas de mobilização nacional, de ensino de defesa e de ciência, tecnologia e inovação de defesa
- Atuação das Forças Armadas, quando couber: na garantia da lei e da ordem e da votação e apuração eleitoral; na cooperação com o desenvolvimento nacional e com a defesa civil e no combate a delitos transfronteiriços e ambientais
- Serviço Militar Obrigatório e orçamento de defesa
- Investimento, financiamento, fomento e promoção da base industrial de defesa e das políticas nacionais de compra, contratação, desenvolvimento, importação e exportação de produtos de defesa
- Política marítima nacional, segurança do tráfego aquaviário e salvaguarda da vida humana no mar
- Política militar aeronáutica, atuação na política aeroespacial nacional, segurança da navegação aérea e da infraestrutura aeroespacial e aeronáutica
- Operacionalização do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam)
- Atuação em três setores tecnológicos essenciais para a Defesa Nacional: nuclear, cibernético e espacial.

A Defesa Nacional, conceituada como o conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para defesa do território, das águas jurisdicionais, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas, é essencial para consecução do desejado grau de segurança do País.

A paz, a segurança e a estabilidade do país requerem ações integradas e coordenadas nas esferas do Desenvolvimento, para a redução das deficiências estruturais da nação; da Diplomacia, para conjugação dos interesses conflitantes de países; e da Defesa, para dissuasão ou enfrentamento de ações hostis.

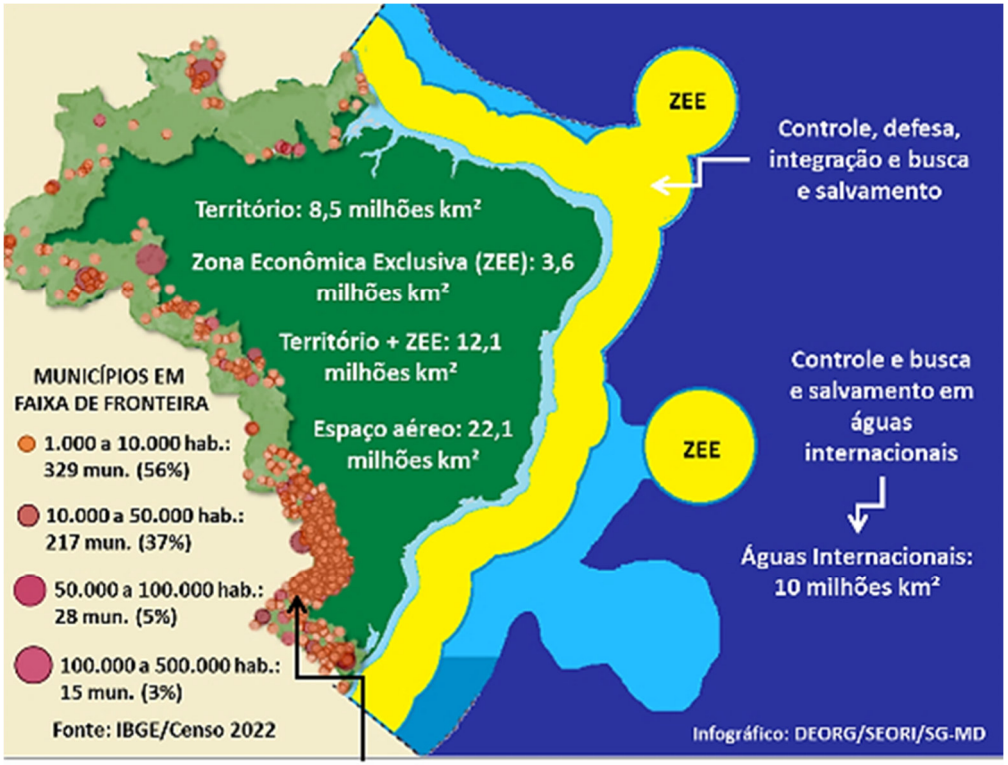
Visão geral da Defesa

O QUE DEFENDER E CONTROLAR

DADOS	VALOR	MUNDO	AS
TERRITÓRIO	8,5 milhões km^2	5°	1º
FRONTEIRAS	16,9 mil km	3°	1º
LITORAL	10,9 mil km	-	1º
ÁGUAS JURISDICIONAIS	5,7 milhões km^2	-	1º
ESPAÇO AÉREO	22,1 milhões km^2	-	1º
PAÍSES LIMÍTROFES	10	3°	1º
MAR TERRITORIAL ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA (ZEE)	22 km (12 milhas náuticas) 370 km (200 milhas náuticas)	MAR + ZEE= 3,6 milhões km^2	
AMAZÔNIA LEGAL	FRONTEIRA ÁREA	12.390 km 5.217.423	
ÁREAS FORESTAIS (*)	309 milhões de hectares (2020) 36% do território do País (2020)	2°	1º 2º
DESFLORESTAMENTO (**)	10.851 km^2 (2020 - estimado)		3º

Legenda: AS: América do Sul

Fontes: TERRITÓRIO: Clique Aqui.
FRONTEIRAS E LITORAL: Clique Aqui.
Águas Jurisdicionais, Mar Territorial, Zona Econômica Exclusiva (ZEE): Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM). Informações consolidadas até AGO/2019.
Amazônia Legal: Clique Aqui.
(*) Cadastro Nacional de Florestas Públicas: Clique Aqui.
(**) Mapa: Clique Aqui.



A zona de fronteira é constitucionalmente definida como a faixa de até 150 (cento e cinquenta) km de largura, "ao longo das fronteiras terrestres, considerada fundamental para defesa do território nacional"

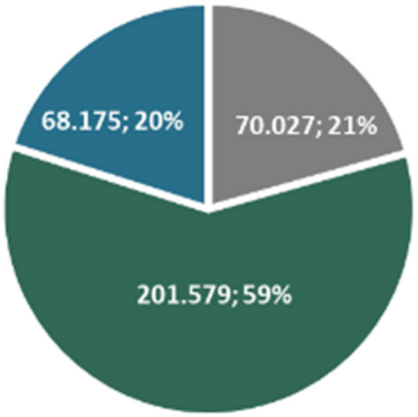
Cores
Território
Pedidos do Brasil à ONU para ampliação dos limites marítimos
Águas Internacionais
Águas Internacionais

QUEM ATUA PARA DEFENDER E CONTROLAR

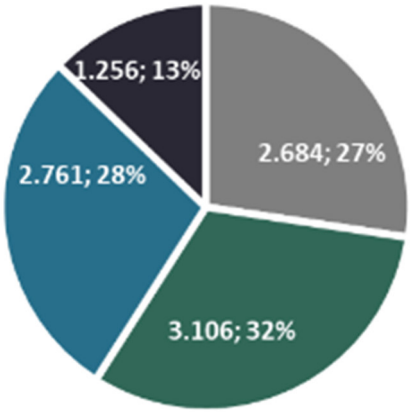
PESSOAL DO MD, INCLUÍDAS AS FORÇAS (Quantitativos)

Os militares que se encontram destacados no MD já estão computados nos quantitativos das Forças Armadas, bem como os militares destacados que estão em exercício nos demais órgãos e entidades dos poderes executivo, legislativo e judiciário e das demais esferas de governo.

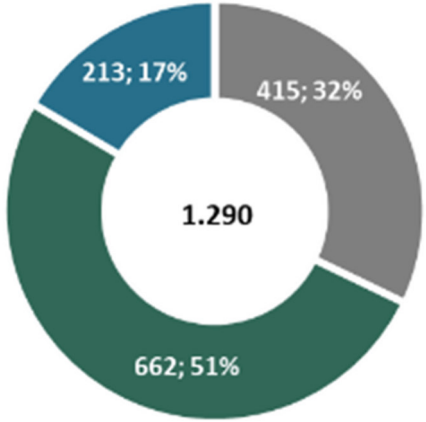
QUANTITATIVO DE MILITARES ATIVOS



QUANTITATIVO DE CIVIS ATIVOS



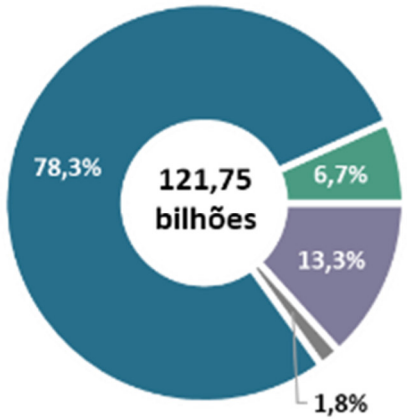
ORGANIZAÇÕES MILITARES



Fonte: MD (Dez/2024). Legenda: Marinha Exército Aeronáutica MD

O CUSTO PARA DEFENDER E CONTROLAR

ORÇAMENTO DE DEFESA. LOA 2024 (DOTAÇÃO ATUALIZADA)



INVESTIMENTO

Dotação de R$ 8,12 bilhões para investimentos em projetos de aquisições, revitalizações etc.

CUSTEIO

Dotação de R$ 16,15 bilhões para manutenção de bens e serviços.

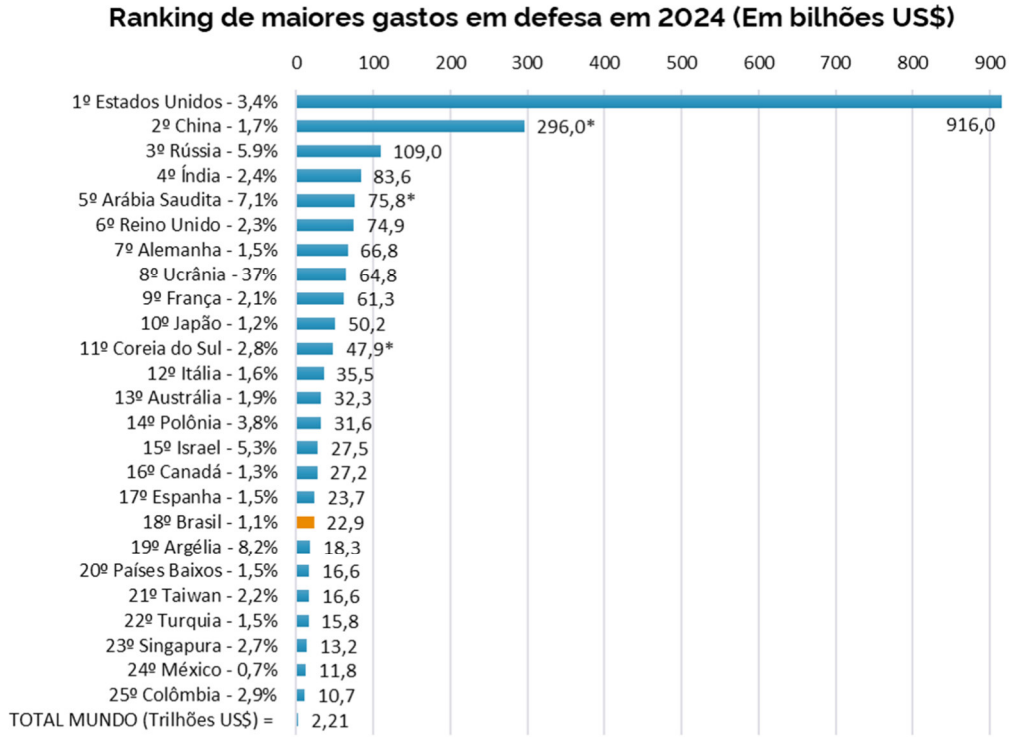
DÍVIDA

Dotação de R$ 2,18 bilhões para pagamento de dívidas contratuais.

PESSOAL

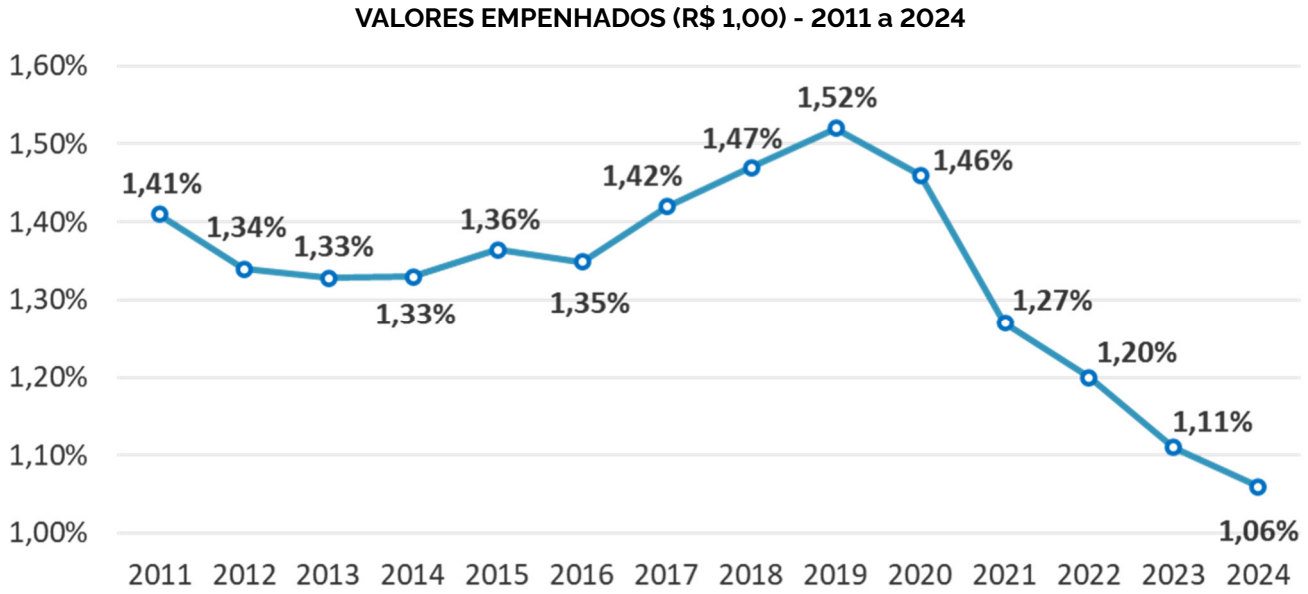
Dotação de R$ 95,30 bilhões para pagamento de pessoal (incluindo encargos sociais).

Fonte: DEORF – LOA 2024 (Dotação atualizada até 31/12/2024 – Dotações do MD. Órgão 52000), excluindo as unidades orçamentárias74204, 74205 e Créditos Extraordinários)



Fonte: SIPRI – Trends in Word Military Expenditure – Abril/2024
(*) Valores Estimados
Obs.: Não estão incluídos todos os gastos de Defesa referentes ao Brasil

ORÇAMENTO DE DEFESA X PIB – EM %



Fontes: DEORF – Despesas totais do Órgão 52.000, 74.204 e 74205, exceto créditos extraordinários/PIB - IBGE Clique Aqui

Estrutura organizacional

Peculiaridades

- O Presidente da República é o Comandante Supremo das Forças Armadas, conforme estabelecido no art. 142 da Constituição Federal;
- O Ministro de Estado da Defesa exerce a direção superior das Forças Armadas;
- Os Comandantes das Forças Armadas exercem, no âmbito de suas atribuições, a direção e a gestão das respectivas Forças, nos termos da Lei Complementar nº 97, de junho de 1999;
- As Forças dispõem de estruturas próprias, de efetivos de pessoal militar e civil, fixados em lei, e de autonomia para fazer a gestão, de forma individualizada, dos recursos orçamentários que lhes forem destinados no orçamento do Ministério da Defesa; e
- As Forças Armadas, o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) e a Secretaria-Geral (SG) são órgãos de alto nível, diretamente subordinados ao Ministro.

A estrutura organizacional do MD contempla três grandes segmentos:

Forças Armadas

São instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. Cabem ainda às Forças Armadas, como atribuições subsidiárias, cooperar com o desenvolvimento nacional e com a defesa civil, bem como atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, contra delitos transfronteiriços e ambientais. De acordo com a Lei Complementar nº 97, de 1999, o Ministro de Estado da Defesa exerce a direção superior das Forças Armadas, assessorado pelo Conselho Militar de Defesa, órgão permanente de assessoramento, pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e pelos demais órgãos, conforme definido em lei.

EMCFA

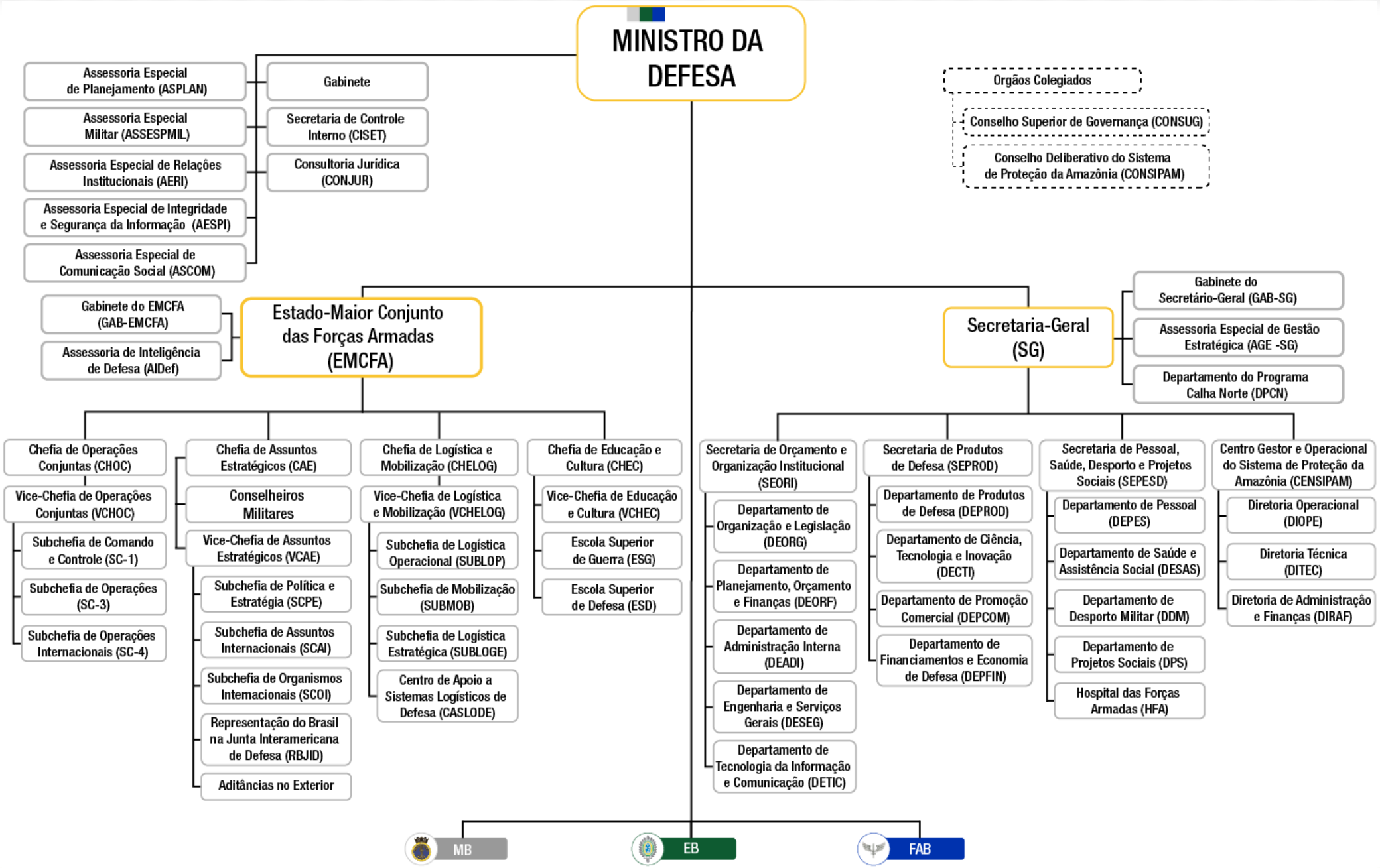
Tem o papel de assessorar o Ministro de Estado da Defesa no preparo e no emprego das Forças Armadas, com vistas ao cumprimento de sua destinação constitucional e das atribuições subsidiárias previstas em lei. Tem como principais áreas de atuação: emprego conjunto das Forças Singulares; políticas e estratégias nacionais de defesa; inteligência e contrainteligência; educação e cultura; atividades de integração e interoperabilidade; articulação e equipamento das Forças Armadas; assuntos e atos internacionais e representações em organismos na área de defesa; políticas e estratégias militares de defesa; acompanhamento dos setores estratégicos nuclear, cibernético e espacial; entre outras. Sua estrutura abrange a Escola Superior de Guerra (ESG), voltada a estudos de alto nível sobre defesa nacional, e a Escola Superior de Defesa (ESD), que tem a finalidade de desenvolver estudos, pesquisas, ensino e difusão e intercâmbio de conhecimentos em temas de interesse da defesa nacional.

SG

Órgão central de direção, coordenação e supervisão da gestão administrativa e estratégica no âmbito do Ministério da Defesa, exceto quanto aos assuntos de competência dos Comandantes das Forças Armadas e aos assuntos militares de competência do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Também dirige, coordena e supervisiona as atividades do Departamento do Programa Calha Norte (DPCN) e dos demais órgãos específicos singulares que lhe são subordinados:

- a Secretaria de Orçamento e Organização Institucional (SEORI), a Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD) e a Secretaria de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais (SEPESD);
- o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), que integra informações e gera conhecimento atualizado para articulação, planejamento e coordenação de ações globais de governo na Amazônia Legal e na Amazônia Azul, em prol da proteção ambiental e do desenvolvimento sustentável das duas regiões;
- o Hospital das Forças Armadas (HFA), órgão integrante da estrutura da SEPESD cujos objetivos são prestar assistência médico-hospitalar aos militares das Forças Armadas e a determinados segmentos da sociedade, bem como desenvolver o ensino e a pesquisa.

O detalhamento da atual estrutura organizacional do MD, bem como as competências dos órgãos que o integram, constam do Decreto nº 11.337, de 2023, atualizado pelo Decreto nº 11.579, de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das gratificações do Ministério.


MINISTRO DA DEFESA
Assessoria Especial de Planejamento (ASPLAN)
Assessoria Especial Militar (ASSESPMIL)
Assessoria Especial de Relações Institucionais (AERI)
Assessoria Especial de Integridade e Segurança da Informação (AESPI)
Assessoria Especial de Comunicação Social (ASCOM)
Gabinete
Secretaria de Controle Interno (CISET)
Consultoria Jurídica (CONJUR)
Orgãos Colegiados
Conselho Superior de Governança (CONSUG)
Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia (CONSIPAM)
Gabinete do EMCFA (GAB-EMCFA)
Assessoria de Inteligência de Defesa (AIDef)
Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA)
Chefia de Operações Conjuntas (CHOC)
Vice-Chefia de Operações Conjuntas (VCHOC)
Subchefia de Comando e Controle (SC-1)
Subchefia de Operações (SC-3)
Subchefia de Operações Internacionais (SC-4)
Chefia de Assuntos Estratégicos (CAE)
Conselheiros Militares
Vice-Chefia de Assuntos Estratégicos (VCAE)
Subchefia de Política e Estratégia (SCPE)
Subchefia de Assuntos Internacionais (SCAI)
Subchefia de Organismos Internacionais (SCOI)
Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa (RBJID)
Aditâncias no Exterior
Chefia de Logística e Mobilização (CHELOG)
Vice-Chefia de Logística e Mobilização (VCHELOG)
Subchefia de Logística Operacional (SUBLOP)
Subchefia de Mobilização (SUBMOB)
Subchefia de Logística Estratégica (SUBLOGE)
Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa (CASLODE)
Chefia de Educação e Cultura (CHEC)
Vice-Chefia de Educação e Cultura (VCHEC)
Escola Superior de Guerra (ESG)
Escola Superior de Defesa (ESD)
Secretaria-Geral (SG)
Gabinete do Secretário-Geral (GAB-SG)
Assessoria Especial de Gestão Estratégica (AGE -SG)
Departamento do Programa Calha Norte (DPCN)
Secretaria de Orçamento e Organização Institucional (SEORI)
Departamento de Organização e Legislação (DEORG)
Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças (DEORF)
Departamento de Administração Interna (DEADI)
Departamento de Engenharia e Serviços Gerais (DESEG)
Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DETIC)
Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD)
Departamento de Produtos de Defesa (DEPROD)
Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação (DECTI)
Departamento de Promoção Comercial (DEPCOM)
Departamento de Financiamentos e Economia de Defesa (DEPFIN)
Secretaria de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais (SEPESD)
Departamento de Pessoal (DEPES)
Departamento de Saúde e Assistência Social (DESAS)
Departamento de Desporto Militar (DDM)
Departamento de Projetos Sociais (DPS)
Hospital das Forças Armadas (HFA)
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM)
Diretoria Operacional (DIOPE)
Diretoria Técnica (DITEC)
Diretoria de Administração e Finanças (DIRAF)
MB
EB
FAB

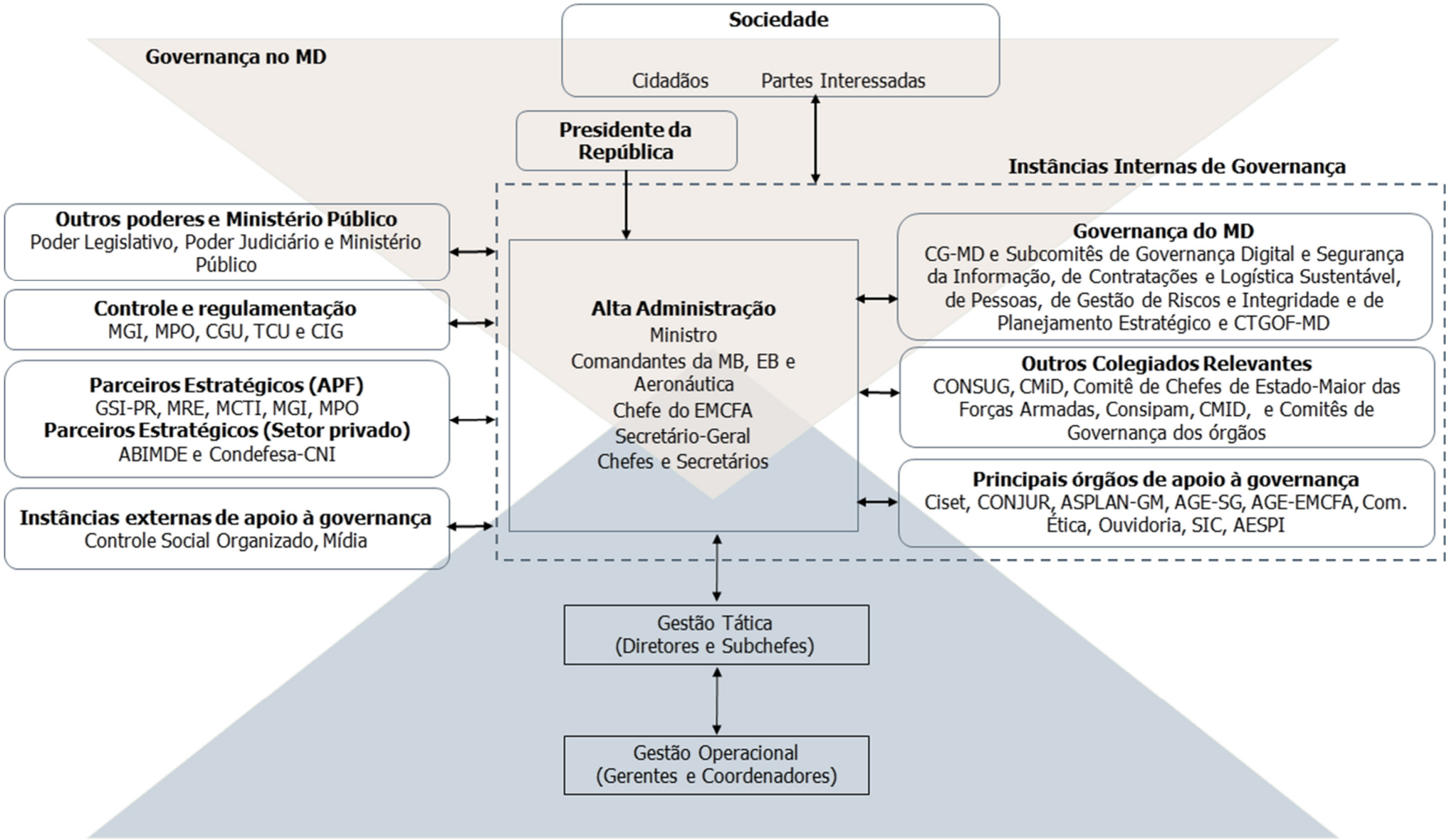
Principais atos legislativos direcionadores da atuação

Os principais atos legislativos que direcionam a atuação do MD são:

- a Constituição Federal, em especial o capítulo que trata das Forças Armadas (artigos 142 e 143);
- a Lei Complementar nº 97, de 1999, que "Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas";
- a Lei nº 785, de 1949, que criou a Escola Superior de Guerra (ESG);
- a Lei nº 6.880, de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares;
- a Lei nº 14.600, de 2023, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;
- o Decreto nº 1.310, de 1962, do Conselho de Ministros, que criou o Hospital das Forças Armadas;
- o Decreto nº 3.897, de 2001, que fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, e dá outras providências.
- o Decreto nº 5.874, de 2006, que aprovou o regulamento da ESG;
- o Decreto nº 7.276, de 2010, que aprovou a Estrutura Militar de Defesa, quem a compõe e as responsabilidades das autoridades encarregadas de conduzi-la;
- o Decreto nº 8.422, de 2015, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Hospital das Forças Armadas;
- o Decreto nº 9.325, de 2018, que aprovou o regulamento da Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa (RBJID);
- o Decreto nº 10.806, de 2021, que cria a Escola Superior de Defesa (ESD) (alterado pelo Decreto nº 10.998, de 2022);
- o Decreto nº 11.337, de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das gratificações do Ministério da Defesa, alterado pelo Decreto nº 11.579, de 2023, que ampliou as competências da Assessoria Especial de Integridade e Segurança da Informação e criou os cargos de Secretária-Geral Adjunta e de Secretários Adjuntos;
- a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END), aprovadas pelo Decreto Legislativo nº 61, de 2024;

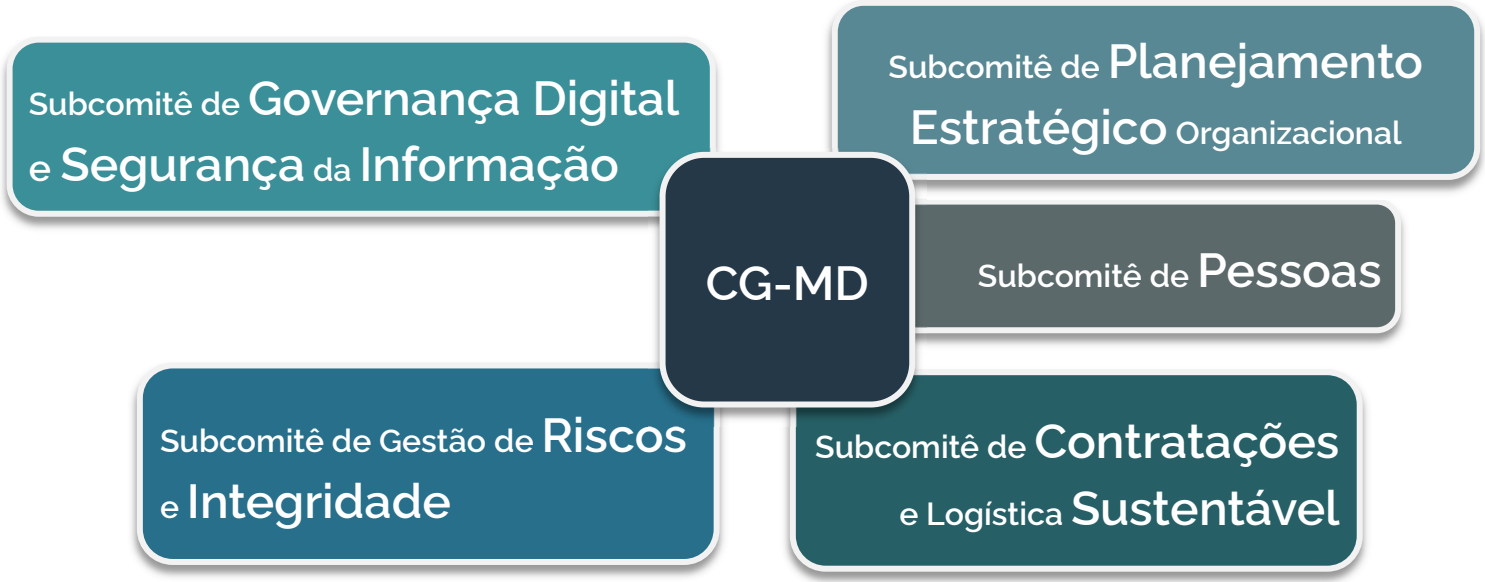


Estruturas de Governança



Estrutura de governança do MD (Port. nº 4.059/2024)

Comitê de Governança do MD e as suas instâncias internas de apoio à Governança



Órgãos colegiados

As informações sobre os órgãos colegiados consideram os instrumentos de criação vigentes e refletem a realidade no exercício de 2024.

COLEGIADO	DETALHAMENTO	
Conselho Superior de Governança (CONSUG)	Instrumento de criação:	Decreto nº 9.628, de 2018
	Competências:	Definir diretrizes para a política de governança pública do MD e das Forças Armadas.
	Integrantes:	Ministro da Defesa, que o presidirá; Comandante da Marinha; Comandante do Exército; Comandante da Aeronáutica; Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; e Secretário-Geral.
Conselho Militar de Defesa (CMiD)	Instrumento de criação:	Lei Complementar nº 97, de 1999 e Decreto nº 7.276, de 2010
	Competências:	Assessorar o Presidente da República no que concerne ao emprego de meios militares; e assessorar o Ministro da Defesa: no assessoramento ao Presidente da República para decidir sobre o emprego das Forças Armadas; emitir diretrizes para o emprego das Forças Armadas, condução dos exercícios conjuntos e operações de paz; ativar os Comandos Operacionais em cumprimento à determinação do Presidente da República; designar e

		ativar os Comandos Operacionais para planejamento de emprego; aprovar os planejamentos estratégicos para atender às hipóteses de emprego; e adjudicar os meios aos Comandos Operacionais.
	Integrantes:	Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, pelo Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e pelo Ministro de Estado da Defesa (apenas no que concerne ao emprego de meios militares).
Comitê de Governança do MD (CG-MD)	Instrumento de criação:	Portaria GM-MD nº 4.059, de 2024
	Competências:	Definir diretrizes, políticas e estratégias para o aprimoramento da governança e da gestão no âmbito do Ministério.
	Integrantes:	Ministro da Defesa, que o preside, Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, Chefe de Operações Conjuntas, Chefe de Assuntos Estratégicos, Chefe de Logística e Mobilização, e Chefe de Educação e Cultura, Secretário-Geral, Secretário de Orçamento e Organização Institucional, Secretário de Produtos de Defesa, Secretário de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais e Diretor-Geral do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia.
Comitê de Chefes de Estado-Maior das Forças Armadas	Instrumento de criação:	Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 (Portaria Normativa nº 22/MD, de 2016)
	Competências:	Contribuir para o assessoramento ao Ministro de Estado da Defesa nos seguintes assuntos: condução dos exercícios e operações conjuntas e quanto à atuação de Forças brasileiras em operação de paz e humanitárias; políticas e estratégias nacionais e setoriais de defesa, de inteligência e contrainteligência; assuntos e atos internacionais e participação em representações e organismos no país e no exterior; assuntos referentes à logística, mobilização e tecnologia militar e articulação e equipamento das Forças Armadas; e assuntos referentes à operações em ambiente interagências. Ao Comitê cabe, ainda, contribuir para a atuação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, em consonância com os Comandos Militares.
	Integrantes:	Chefes de Estado-Maior dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, sob a coordenação do Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia (Consipam)	Instrumento de criação:	Decreto nº 9.829, de 2019 (alterado pelos Decretos 10.131, de 2019, 10.658, de 2021 e 10.871, de 2021)
	Competências:	Estabelecer diretrizes para a coordenação e a implementação de ações de governo, no âmbito do Sistema de Proteção da Amazônia, em observância à Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal
	Integrantes:	Secretário-Geral do MD, que o presidirá; Secretários-Executivos da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério de Minas e Energia, do Ministério das Comunicações, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério do Desenvolvimento Regional, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; e Secretário-Geral das Relações Exteriores do Ministério das Relações Exteriores.
Comissão Mista da Indústria de Defesa (CMID)	Instrumento de criação:	Decreto nº 7.970, de 2013, alterado pelo Decreto nº 9.857, de 2019 (Portaria GM-MD nº 5.923, de 2024)
	Competências:	Assessorar o Ministro da Defesa em processos decisórios e em proposições de atos relacionados à indústria nacional de defesa

	Integrantes:	Quatro representantes da administração central do MD, dentre os quais o Presidente; um representante do Comando da Marinha; um representante do Comando do Exército; um representante do Comando da Aeronáutica; um representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; um representante do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; e um representante do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação.
Comissão Técnica de Governança Orçamentária e Financeira (CTGOF-MD)	Instrumento de criação:	Portaria GM-MD nº 3.077, de 2021
	Competências:	Assessorar o Secretário-Geral em assuntos referentes às áreas de orçamento, finanças e contabilidade do MD
	Integrantes:	Representantes, DAS 5 (nível CCE 15) ou equivalente, da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional, do Gabinete do Ministro e dos três Comandos (Marinha, Exército e Aeronáutica).

Principais órgãos e instâncias Internas de apoio à governança

PRINCIPAIS INSTÂNCIAS INTERNAS DE APOIO À GOVERNANÇA (Port. nº 4.059, de 2024)	
Subcomitê de Governança Digital e Segurança da Informação	Assessorar o Comitê de Governança em assuntos relativos a ações de governo digital e da Política Nacional de Segurança da Informação e ao uso de recursos de tecnologia da informação no âmbito da administração central do Ministério da Defesa.
Subcomitê de Contratações e Logística Sustentável	Assessorar o Comitê de Governança em assuntos relativos a contratações e a logística sustentável da administração central do Ministério da Defesa.
Subcomitê de Pessoas	Assessorar e subsidiar as decisões do Comitê de Governança do Ministério da Defesa em questões relativas à política e à gestão de pessoas.
Subcomitê de Gestão de Riscos e Integridade	Aprovar metodologias e mecanismos para comunicação e institucionalização das políticas e diretrizes relativas à gestão de riscos, transparência, controle interno e integridade; propor ao CG-MD o programa de integridade e a política de gestão de riscos e acompanhar sua implementação.
Subcomitê de Planejamento Estratégico Organizacional	Assessorar o Comitê de Governança nos assuntos relativos ao Planejamento Estratégico Organizacional do Ministério da Defesa.
PRINCIPAIS ÓRGÃOS INTERNOS DE APOIO À GOVERNANÇA	
Assessoria Especial de Planejamento (ASPLAN)	Assessorar o Ministro em assuntos relacionados à governança pública do setor de defesa, em especial no que se refere ao planejamento estratégico setorial de defesa e à elaboração e atualização do Livro Branco de Defesa Nacional.
Assessoria Especial de Integridade e Segurança da Informação (AESPI)	Assessorar o Ministro em assuntos relacionados a integridade pública, a segurança da informação e a proteção de dados pessoais; desempenhar as atividades relacionadas à correição pública, observadas as atribuições dos Comandantes das Forças Armadas; exercer as atribuições de unidade de ouvidoria; política e diretrizes relacionadas a gestão de riscos; e atividades de transparência ativa e passiva, incluído o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC).
Assessoria Especial de Gestão Estratégica (AGE) da SG	Assessorar o Secretário-Geral na condução da gestão estratégica, inclusive quanto ao planejamento estratégico, e nos assuntos relacionados à governança e à melhoria da gestão do órgão; articular com os órgãos de controle, interno e externo e acompanhar os assuntos de interesse da Secretaria-Geral; coordenar, orientar e harmonizar as ações para adoção de

	providências relacionadas a demandas dos órgãos de controle interno e externo, nas situações em que estejam envolvidas mais de uma estrutura da alta administração do Ministério; elaborar estudos e conduzir assuntos e projetos de interesse da Secretaria-Geral.
Assessoria de Gestão Estratégica (AGE) do EMCFA	Assessorar o Chefe do EMCFA (CEMCFA) em assuntos relacionados a governança, gestão, integridade e a elaboração, atualização e acompanhamento do Planejamento Estratégico Organizacional, do Plano de Gestão e do Plano de Ação do EMCFA; implementar ações voltadas para integração entre a gestão estratégica e a gestão orçamentária; desenvolver e aprimorar as atividades relacionadas à Gestão do Conhecimento, à Gestão Estratégica, Gestão de Riscos e Gestão por Processos.
Secretaria de Controle Interno (CISET)	Órgão de assistência direta e imediata ao Ministro, que tem como principais competências: assessorar como órgão de apoio à supervisão ministerial; acompanhar, controlar, fiscalizar e avaliar a gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial; realizar auditorias sobre a gestão de recursos públicos; exercer supervisão técnica, coordenação das ações integradas e orientação normativa das unidades de controle interno dos Comandos Militares; apurar atos ou fatos ilegais ou irregulares, praticados na utilização de recursos públicos e comunicar as autoridades competentes.
Ouvidoria	Integrante da AESPI, é a instância de participação e controle social, que promove participação, proteção e defesa do usuário (pessoa física ou jurídica) de serviços públicos. É responsável pelo recebimento de reclamações, solicitações, denúncias, sugestões, elogios e solicitação de simplificação dos serviços prestados pelo Ministério da Defesa, com o objetivo de aprimorar a gestão e melhorar os serviços oferecidos.
Comissão de Ética Setorial do MD	Apura denúncias e julga desvios éticos dos agentes públicos, bem como orienta, informa e aconselha sobre conduta ética no âmbito da Pasta. É órgão colegiado, vinculado à Assessoria Especial de Integridade e Segurança da Informação (AESPI), de caráter consultivo e deliberativo, com autonomia técnica para desempenho das suas atribuições. Seu regimento interno foi atualizado e aprovado pela Portaria GM-MD nº 4.487, de 2021. Integra o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, previsto no Decreto 6.029, de 2007, cujo órgão central é a Comissão de Ética Pública da Presidência da República.
Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)	Atende a pedidos de acesso a informações apresentados pelos cidadãos, com base na Lei de Acesso à Informação e no Decreto nº 7.724 de 2012. Faz parte da estrutura da Assessoria Especial de Integridade e Segurança da Informação (AESPI).
Consultoria Jurídica (CONJUR)	Órgão de assessoria ao Ministro, que tem como principais competências: fixar a interpretação das leis, dos tratados e dos demais atos normativos na área de atuação do MD; realizar revisão final da técnica legislativa e emitir parecer conclusivo sobre a legalidade e a compatibilidade com o ordenamento jurídico das propostas de atos normativos; assistir o Ministro da Defesa no controle interno da legalidade dos atos do MD e das suas entidades vinculadas; e exercer a supervisão dos órgãos jurídicos das Forças Armadas.

Planejamento Estratégico

Planejamento Estratégico Organizacional do MD

O Planejamento Estratégico Organizacional do Ministério da Defesa é um procedimento sistemático, fundamental para a definição das iniciativas a serem implementadas para alcance de uma condição futura desejada, dentro do horizonte estabelecido. Além da efetividade dos resultados, o objetivo do planejamento é o aprimoramento da eficiência na gestão dos recursos.

Elaborado conforme as diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa Seges/ME nº 24, de 18 de março de 2020, que dispõe sobre elaboração, avaliação e revisão do planejamento estratégico institucional dos órgãos e das entidades da administração pública federal, tem como produto o Plano Estratégico Organizacional do Ministério da Defesa 2024- 2027 (PEO-MD 2024-2027), documento que consolida as prioridades de todos os órgãos que integram o MD, excetuadas as Forças Armadas, para o período de 2024 a 2027. Assim, inclui:

- órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro;
- o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), a Escola Superior de Guerra (ESG) e a Escola Superior de Defesa (ESD); e
- a Secretaria-Geral (SG) e os órgãos a ela vinculados

O Planejamento Estratégico do MD está alinhado com o Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 e com a Estratégia Setorial de Defesa (ESD), que é o documento que estabelece, no âmbito do Ministério, as ações estratégicas a serem implementadas com o fito de atingir os objetivos estabelecidos na Política Setorial de Defesa (PSD). Cabe esclarecer que as Forças Armadas têm seus planejamentos estratégicos próprios.

Em sua quarta reunião ordinária, realizada em 25/11/2024, o Comitê de Governança do MD (CG-MD) aprovou a utilização do Índice de Governança, Sustentabilidade e Inovação (iESGo), desenvolvido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), para o Objetivo Estratégico 9 (OE 09 - "Aprimorar a Governança e a Gestão") do Planejamento Estratégico Organizacional do MD 2024-2027 (PEO-MD 2024-2027). Tal indicador contempla os seguintes tópicos principais: liderança, estratégia, controle, gestão de pessoas, gestão da tecnologia da informação e da segurança da informação, gestão de contratações, gestão orçamentária, sustentabilidade ambiental e sustentabilidade social. O resultado do IESGo apurado em 2024 foi de 49,4%, valor que será usado como linha de base para acompanhamento da evolução do MD no que se refere ao OE 09.

Para conhecer o PEO-MD 2024-2027 e seus principais elementos (Identidade Estratégica, Cadeia de Valor e Mapa Estratégico), acesse aqui.

Resumo da Programação do MD no Plano Plurianual

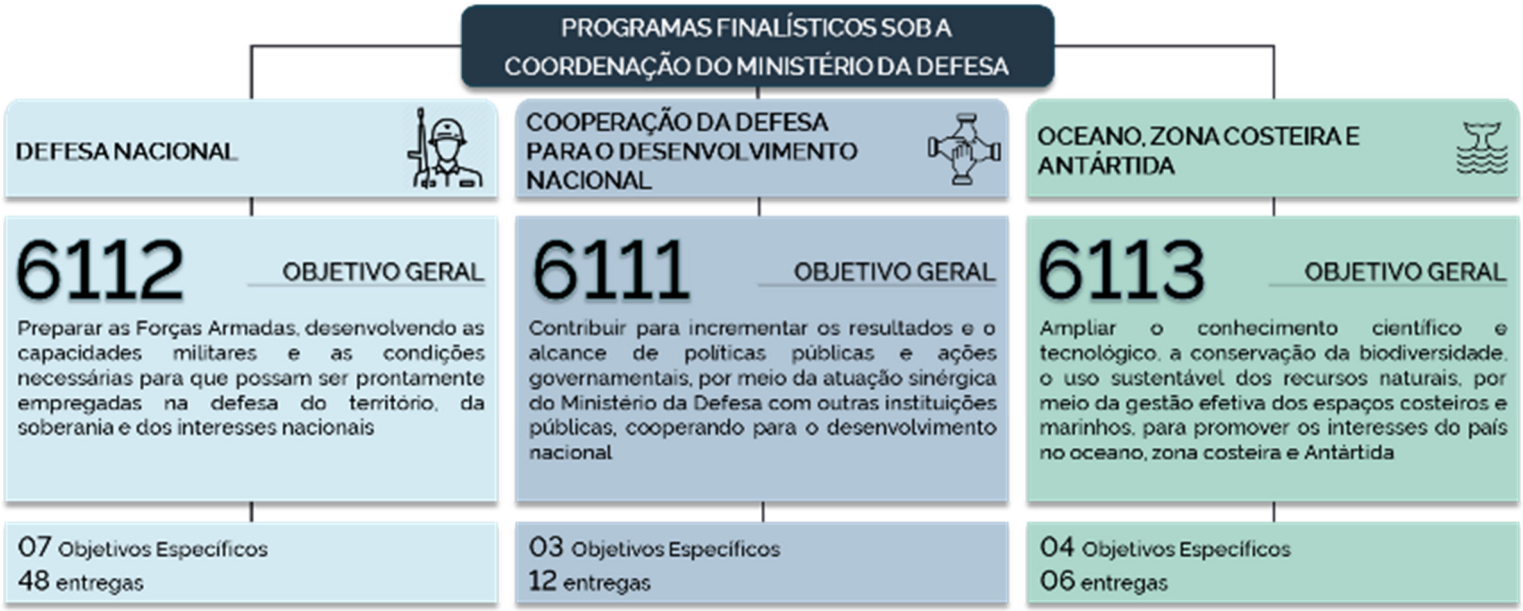
O Plano Plurianual (PPA) é o principal instrumento de planejamento orçamentário de médio prazo do Governo Federal. Define diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Federal, além de contemplar os investimentos de grande vulto e as despesas de custeio necessários à sua implementação.

PPA 2024-2027

A Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024, instituiu o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027. A premissa básica desse novo Plano é a valorização do planejamento governamental estratégico, pautado em prioridades e na escuta da sociedade. No que tange a seus atributos, a principal mudança, em relação ao PPA 2020-2023, foi a criação de objetivos específicos para o objetivo geral dos programas finalísticos, os quais possuem indicadores, metas e entregas anuais.

No novo Plano, o MD permaneceu com os três Programas finalísticos sob sua coordenação: 6112 - Defesa Nacional, 6111 – Cooperação da Defesa para o Desenvolvimento Nacional e 6113 – Oceano, Zona Costeira e Antártica, que é conduzido pela Secretaria Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM), do Comando da Marinha e conta com a participação dos Ministérios da Educação, da Ciência, Tecnologia e Inovação, de Minas e Energia, da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, do Meio Ambiente e Mudança do Clima e da Pesca e Agricultura.

Além dos programas sob sua coordenação, o MD participa do Programa 2308 – Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – SNCTI, de responsabilidade do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, e do Programa 1158 - Enfrentamento da Emergência Climática, conduzido pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.





Programa 6112 - Defesa Nacional

Objetivo Geral: preparar as Forças Armadas, desenvolvendo as capacidades militares e as condições necessárias para que possam ser prontamente empregadas na defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais.

Objetivos específicos	Indicadores	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027
Fortalecer o setor de ciência, tecnologia e inovação de interesse da defesa nacional	Índice de implementação de ações de estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico de interesse da defesa nacional	46,0%	48,0%	50,0%	52,0%
Desenvolver as capacidades conjuntas e condições logísticas das Forças Armadas.	Índice de Entregas Realizadas	75,0%	75,0%	75,0%	75,0%
Fortalecer as capacidades militares do Exército Brasileiro para a defesa do território.	Índice de execução dos Programas e Projetos do Exército Brasileiro	42,0%	51,0%	62,0%	70,0%
Fortalecer as capacidades militares da Aeronáutica para defender o espaço aéreo brasileiro.	Índice de execução dos programas e projetos da Aeronáutica	54,27%	60,88%	71,83%	83,61%
Assegurar o controle do espaço aéreo Brasileiro.	Percentual de controle do espaço aéreo	96,25%	96,25%	96,25%	96,25%
Contribuir para a Segurança de Voo, por meio do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SIPAER).	Percentual de eficiência do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SIPAER)	91,0%	94,0%	97,0%	100,0%
Fortalecer as capacidades militares da Marinha do Brasil para controlar e defender as Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB)	Índice de execução dos programas e projetos da Marinha do Brasil	66,0%	73,0%	77,0%	77,0%

Programa 6111 - Cooperação da Defesa para o Desenvolvimento Nacional

Objetivo Geral: contribuir para incrementar os resultados e o alcance de políticas públicas e ações governamentais, por meio da atuação sinérgica do Ministério da Defesa com outras instituições públicas, cooperando para o desenvolvimento nacional.

Objetivos específicos	Indicadores	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027
Contribuir com Políticas Públicas que promovam inclusão social, cidadania, desporto, profissionalização e desenvolvimento sustentável em comunidades menos assistidas, promovendo interação com a sociedade brasileira e cooperando com o desenvolvimento nacional.	Taxa de execução de ações de Cooperação com a Sociedade Brasileira	70,0%	70,0%	70,0%	70,0%
Contribuir com a proteção, o desenvolvimento sustentável e o incremento da qualidade de vida na Amazônia Legal e em outras áreas consideradas de interesse, por meio de ações de apoio e geração de informações integradas do Sistema de Proteção da Amazônia.	Taxa de geração de informações e de ações de apoio do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM)	70,0%	70,0%	70,0%	70,0%
Contribuir com a implementação da infraestrutura básica e o desenvolvimento sustentável nos municípios abrangidos pelo Programa Calha Norte.	Índice de atendimento das demandas de execução de obras de engenharia e aquisições de bens permanentes	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%

Programa 6113 - Oceano, Zona Costeira e Antártica

Objetivo Geral: ampliar o conhecimento científico e tecnológico, a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos naturais, por meio da gestão efetiva dos espaços costeiros e marinhos, para promover os interesses do país no oceano, zona costeira e Antártica.

Objetivos específicos	Indicadores	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027
Contribuir para a sustentabilidade marinha, a manutenção dos serviços ecossistêmicos e da justiça social no oceano, zonas costeiras e Antártica.	Percentual de variáveis monitoradas	70,0%	70,0%	70,0%	70,0%
Consolidar e ampliar a participação do Brasil no cenário internacional quanto aos temas relacionados ao Oceano e à Antártica.	Participação nas Reuniões Consultivas do Tratado da Antártica (ATCM)	100%	100%	100%	100%
Impulsionar o conhecimento científico, o desenvolvimento tecnológico e a inovação no oceano, zona costeira e nas regiões polares	Percentual de variáveis monitoradas	65,0%	65,0%	75,0%	75,0%
Viabilizar o ordenamento ecológico e econômico nos espaços costeiros e marinhos sob jurisdição nacional para aumentar a resiliência à mudança do clima e prover segurança jurídica, contribuindo com a sustentabilidade socioambiental e a governança.	Percentual de variáveis monitoradas	8,0%	25,0%	50,0%	70%

O MD no Programa de Investimentos do Governo Federal (PAC)

Em agosto de 2023, foi lançado o Novo Programa de Aceleração do Governo Federal (NOVO PAC), por meio dos Decretos nº 11.630, nº 11.631 e nº 11.632, de 2023. Esse Programa contemplou alguns dos projetos estratégicos de defesa, que já compunham o antigo PAC, com o acréscimo do Programa de Obtenção de Navios Patrulha (PRONAPA), do Programa de Aviação do Exército, do Programa KC-30 e do projeto Fragatas Classe Tamandaré (PFCT), este último integrante do Orçamento de Investimento da Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON).

A carteira de investimentos do Ministério da Defesa no NOVO PAC integra o Eixo Inovação para a Indústria da Defesa e totalizava R$ 52,8 bilhões, dos quais R$ 47,4 bilhões a serem contemplados no Orçamento Fiscal e R$ 5,4 bilhões a serem previstos no Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais. A figura ao lado mostra as principais entregas de cada programa/projeto estratégico inicialmente pactuadas com a Casa Civil da Presidência da República.

Empreendimento		Entregas	2023-2026	Pós 2026	Total Projeto
Comando da Marinha					
	Submarinos Convencionais	- Construção de **3** submarinos diesel elétricos	3,5	3,2	6,7
	Submarino de Propulsão Nuclear	- Construção de **1** submarino	0,7	0,6	1,3
	Estaleiro e Base Naval	- Submarino Nuclear	1,9	2,5	4,4
	Programa Nuclear da Marinha	- Combustível para submarino nuclear e outras aplicações	1,0	0,9	1,9
	Programa de Navios-Patrulha	- Construção de **11** Navios	0,4	0,5	0,9
	Fragatas Tamandaré	- Construção de **4** Fragatas	4,4	1,0	5,4
Comando do Exército					
	Viaturas Blindadas	– Desenvolvimento e aquisição de **714** Viaturas Blindadas Sobre Rodas e Sobre Lagartas	3,4	3,3	6,7
	Programa Astros	- Pesquisa, desenvolvimento e implantação de uma unidade de mísseis táticos de cruzeiro de longo alcance	0,4	0,3	0,7
	SISFRON	– Sisfron - Implantação e integração dos meios destinados ao monitoramento e controle da faixa de fronteira terrestre	1,8	1,7	3,5
	Aviação do Exército	- Modernização de **6** helicópteros PANTERA e aquisição de **10** helicópteros de emprego Geral e **9** Veículos Aéreos Não Tripulados	0,6	0,8	1,4
Comando da Aeronáutica					
	Aeronave FX-2 (F-39 GRIPEN)	- Aquisição e produção de **34** caças	5,4	5,1	10,5
	Aeronave KC-X	- Desenvolvimento versão reabastecedor	2,5	2,8	5,4
	Aeronave KC-390	- Aquisição de **9** aeronaves cargueiro	0,2	-	0,2
	Aeronave KC-30 (A330-200)	- Conversão de **2** aeronaves A330	0,5	0,9	1,4
Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas					
	Helicópteros HX-BR	- Aquisição de **5** helicópteros	0,9	-	0,9
	Helicópteros TH-X	- Aquisição de **27** helicópteros	0,3	1,2	1,5
			27,9	**24,9**	**52,8**

Nota: As entregas previstas no NOVO PAC referem-se ao tempo de vigência do Programa (2023-2030) e são limitadas aos recursos previstos para os projetos estratégicos de defesa.

O portfólio de projetos estratégicos

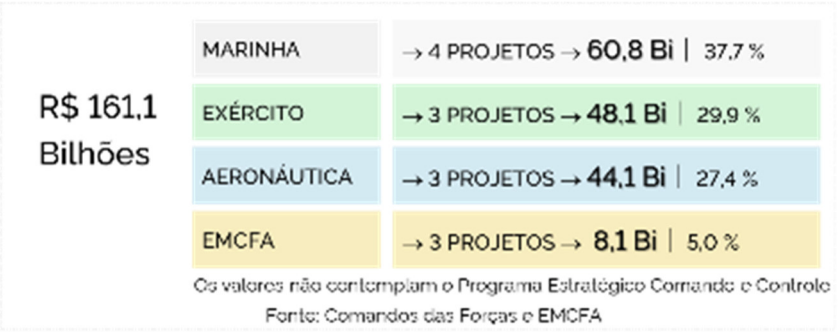
O Portfólio de Projetos Estratégicos de Defesa reúne os principais programas e projetos estratégicos geridos pelas Forças Armadas ou pelo EMCFA., entendidos como aqueles diretamente relacionados à construção de capacidades de defesa e direcionados para desenvolvimento ou aquisição de plataformas, sistemas de armas ou sistemas de comunicação de caráter operacional a serem empregados em proveito de operações militares ou no adestramento de tropas. Os programas e projetos estratégicos descritos no portfólio a seguir estão contemplados na carteira do MD no PAC, à exceção do Programa Estratégico de Comando e Controle de Defesa.

Em observância à determinação consignada no item 9.2 do Acórdão do Plenário do TCU 1.519/2017 e seus desdobramentos, o MD, na condição de órgão supervisor, faz o acompanhamento sistemático, a partir de informações fornecidas pelas Forças Armadas e pelo EMCFA, da execução físico-financeira dos programas e projetos estratégicos de defesa, cujos principais resultados serão apresentados no Capítulo 2 deste Relatório, no contexto do Eixo Defesa Nacional, sem prejuízo de informações mais detalhadas que venham a ser apresentadas pelas Forças Armadas em seus relatórios de gestão, uma vez que aquelas instituições são responsáveis pela gestão da maior parte daqueles programas e projetos.

ÓRGÃO	PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATÉGICOS DE DEFESA
Marinha do Brasil	Submarinos Convencionais
	Submarino Convencionalmente Armado com Propulsão Nuclear
	Construção de Estaleiro e Base Naval
	Programa Nuclear da Marinha (PNM)
Exército Brasileiro	Projeto Forças Blindadas
	Projeto Astros
	Projeto SISFRON
Força Aérea Brasileira	Projeto FX-2 (F-39 Gripen)
	Cargueiro KC-390 - Aquisição
	Cargueiro KC-X Desenvolvimento
EMCFA	Programa Estratégico de Comando e Controle de Defesa
	Helicópteros de Médio Porte – H-XBR
	Helicópteros Leves TH-X

Fonte: Comandos das Forças e EMCFA

Vale destacar que os projetos estratégicos de defesa são fundamentais para aparelhamento das Forças Armadas e contribuem com o desenvolvimento tecnológico e industrial do país, principalmente no que se refere à pesquisa e ao desenvolvimento de produtos de defesa e à geração de emprego e renda. No período de 2008 a 2040, a carteira de empreendimentos do MD está assim distribuída:

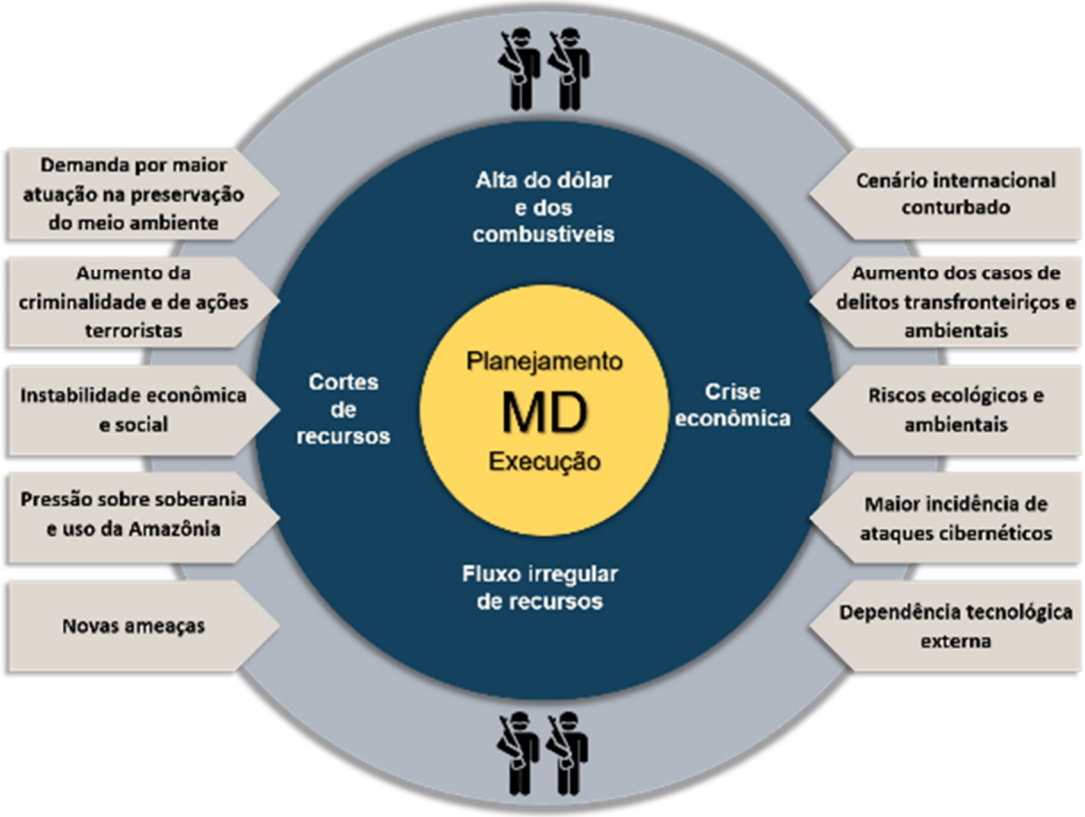


Ambiente externo, desafios e oportunidades

Ambiente Externo

O ambiente externo tem enorme influência sobre as atividades executadas pelo MD, primeiramente no que se refere ao preparo das Forças Armadas, uma vez que os projetos executados para este fim são de grande vulto financeiro, complexos, de longa duração e implicam em compras em moeda estrangeira; além disso, acontecimentos nacionais e internacionais podem produzir significativo impacto na atuação do MD, em especial no que diz respeito ao cumprimento de suas atribuições subsidiárias, como atuação das Forças Armadas, quando couber: na garantia da lei e da ordem e da votação e apuração eleitoral; na cooperação com o desenvolvimento nacional e a defesa civil; e no combate a delitos transfronteiriços e ambientais.

Influência do ambiente externo em 2024



Fonte: SG

Desafios e riscos

Governança institucional complexa

A estrutura organizacional do MD é bastante peculiar e distinta dos demais órgãos públicos. O Ministério, órgão de natureza civil, é composto pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), que assessora o Ministro em assuntos de natureza militar, dotado, predominantemente, por força de trabalho e cargos militares, e a Secretaria-Geral (SG), que exerce a direção geral do MD, provida, primordialmente, por força de trabalho e cargos civis. Existem, ainda, unidades de assessoramento direto ao Ministro de Estado da Defesa, como, por exemplo, a Consultoria Jurídica, a Assessoria Especial de Relações Institucionais, a Secretaria de Controle Interno, a Assessoria Especial de Planejamento e a Assessoria Especial de Integridade e Segurança da Informação, com composição mista entre servidores e militares.

O Presidente da República é o Comandante Supremo das Forças Armadas, conforme estabelecido no art. 142 da Constituição Federal. O Ministro de Estado da Defesa exerce a direção superior das Forças Armadas, que lhes são diretamente subordinadas. Cada uma das Forças Singulares possui autonomia administrativa, orçamentária e financeira, nos termos da Lei Complementar nº 97, de 1999.

Força de trabalho híbrida, reduzida e com elevada rotatividade

Conforme mencionado, o MD, excetuadas as Forças Armadas, possui força de trabalho híbrida, composta por servidores públicos regidos pela Lei nº 8.112/1990, e demais normas complementares, por empregados públicos, submetidos às regras da Consolidação da Leis do Trabalho - CLT, e por militares das três Forças Armadas, regidos pelo Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880, de 1980, alterada pela Medida Provisória nº 2215-10, de 2001 e pela Lei nº 13.954, de 2019), o que leva à convivência de culturas distintas. Atualmente, a força de trabalho é composta majoritariamente por militares designados, além de servidores requisitados de outros Órgãos e sem vínculo.

A disponibilidade de pessoal, em especial do segmento civil, tem diminuído expressivamente, ao longo dos últimos anos, devido à vacância decorrente de aposentadorias e exonerações de servidores, somada à falta de autorização para realização de concursos públicos, o que tem afetado atividades finalísticas e administrativas. Essa redução tem sido suprida em parte, pela alocação de militares da ativa e da reserva em diversas áreas do órgão. Contudo, a situação tende a se agravar, devido à potencial saída de servidores que já implementaram ou estão prestes a implementar os requisitos para aposentadoria.

Embora possua cerca de 92 cargos administrativos, vinculados ao Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE), o MD, até o momento, ainda não possui carreira própria, em especial para atuar na área de defesa. O Hospital das Forças Armadas, dada a sua especificidade, possui Plano de Carreiras e Cargos próprio (PCCHFA), empregados públicos, além de cargos administrativos do PGPE. Os corpos docentes da Escola Superior de Guerra e da Escola Superior de Defesa, por sua vez, pertencem à carreira de Magistério Superior, e o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia dispõe de cargos da carreira de Ciência e Tecnologia.

Acrescente-se que a permanência dos militares nas diversas unidades do MD é transitória, em decorrência das características próprias da carreira. Assim, aproximadamente a cada ciclo de dois anos, ocorre a substituição da maioria desses militares, o que leva a uma rotatividade constante de pessoal em diversas áreas, o que resulta em dificuldade de continuidade de algumas atividades e de gestão do conhecimento e em despesas com novos treinamentos.

Com vistas a reduzir tais problemas, vislumbra-se a alocação na área finalística do MD, ainda em 2025, de contingente razoável de servidores da Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa, recém-criada pela Medida Provisória 1.286/2024, o que reduziria a dependência de militares.

Dificuldade de planejar a atuação no apoio ao Estado em situações específicas

Acontecimentos nacionais e internacionais podem produzir significativo impacto na atuação do MD, em especial no que diz respeito ao cumprimento de suas atribuições subsidiárias. Para vários desses eventos, que demandam resposta pronta, imediata e eficaz, não é possível planejar antecipadamente, com detalhes, a atuação das Forças Armadas, como, por exemplo, no apoio à defesa civil no caso de desastres ambientais, no apoio a ações de caráter humanitário, em operações de garantia da lei e da ordem, em operações de apoio a ações emergenciais de saúde e no combate a delitos transfronteiriços e ambientais, entre outras.

Novas ameaças, com surgimento de novos campos de atuação do poder militar e demanda por novas capacidades de defesa

As novas ameaças aos Estados deixaram de ser claras e definidas e transformaram-se em difusas e polimorfas, com natureza anônima, sem território definido. Podem não ser de natureza militar ou estatal, e são, em sua maioria, transnacionais e infraestatais (narcotráfico, terrorismo, migrações, riscos ecológicos, ambientais e climáticos, organizações criminosas transnacionais, crimes cibernéticos, guerras informacionais e híbridas).

Essas novas ameaças podem requerer atuação do poder militar e demandam novas capacidades militares de defesa.

Nesse contexto, cabe destacar os riscos cada vez maiores de ataques cibernéticos externos, com vistas a danificar, roubar ou destruir dados, com comprometimento de sítios eletrônicos, servidores ou infraestruturas de tecnologia e consequentes prejuízos para o funcionamento de indústrias, entes públicos, serviços financeiros e de saúde e infraestruturas críticas, entre outras possíveis consequências.

Fortalecimento contínuo da Base Industrial de Defesa (BID)

A indústria de defesa é dependente das políticas de Estado, visto que os investimentos necessários são de grande vulto, os projetos são de maturação lenta e o ambiente internacional é, cada vez mais, caracterizado por ameaças e incertezas. Existe, assim, forte correlação entre as políticas econômica e industrial, o que leva à necessidade de planejar políticas públicas para a BID na atual dinâmica competitiva do sistema internacional, inclusive com definição de uma programação de aquisições para produtos e sistemas de defesa.

Ademais, parcela importante das empresas de defesa é cercada por dificuldades e desafios para se desenvolver, lançar novos produtos e competir no mercado.

Dessa forma, o fortalecimento da BID se torna premente e demanda qualificação mediante incentivos à capacitação tecnológica das empresas, incentivos e investimentos à pesquisa tecnológica e à inovação, formação de mão-de-obra especializada, aperfeiçoamento do marco legal e das políticas voltadas ao setor, desenvolvimento das pequenas e médias empresas do ramo e redução dos impactos do chamado custo Brasil; entre outras medidas.

Outro aspecto a ser considerado diz respeito ao risco de ausência de instrumentos de crédito para as empresas. Atualmente, são enfrentadas dificuldades relacionadas à fragilidade operacional e normativa de sistemas de apoio ao crédito às exportações, que podem impactar diretamente no volume das exportações e consequente sustentabilidade da BID.

Risco da dependência e da defasagem tecnológica

Para desenvolvimento do setor de Defesa Nacional como um todo, é necessário forte investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação. O desenvolvimento científico e tecnológico e dos sistemas produtivos é de vital importância, em especial na área militar, e deve ser tratado como um processo evolutivo contínuo, dinâmico e sistêmico, resultado das interações entre indústria, universidades e instituições científicas, tecnológicas e de inovação, no Brasil ou em países mais avançados.

É fundamental reduzir gradativamente a dependência tecnológica externa, que, por vezes, impõe barreiras ao desenvolvimento da indústria e do setor de defesa. Em um ambiente geopolítico cada vez mais instável, aumentam os riscos de cerceamentos do acesso a tecnologias sensíveis impostos pelos países industrializados.

Deficiência operacional em sistemas e infraestruturas de defesa

A manutenção e a construção das capacidades de defesa de que o país necessita demandam investimentos em projetos de interesse, mediante alocação regular de recursos orçamentários em ações voltadas ao desenvolvimento, à aquisição e à manutenção de meios, tecnologias, sistemas e produtos de defesa.

Investimentos em patamares inferiores ao necessário podem levar a deficiência operacional em equipamentos, sistemas e infraestruturas de defesa, com potencial comprometimento da capacidade de pronta e eficiente atuação do MD e das Forças Armadas.

Redução na participação em eventos de capacitação e adestramento

Eventual restrição orçamentária pode ocasionar redução na participação de militares em eventos de ensino ou em operações de adestramento, nacionais e internacionais, com impacto potencial na preparação das Forças para adequado cumprimento de seu papel institucional.

Defesa e controle de um país de dimensões continentais, que possui vastas riquezas naturais

O Brasil é um país de dimensões continentais, com um território de cerca de 8.5 milhões de km^2, uma área oceânica, denominada Amazônia Azul, com 5,7 milhões de km^2, um litoral com aproximadamente 7.500 km de extensão em linha contínua (chegando a cerca de 10,9 mil km se consideradas as saliências e reentrâncias), quase 17.000 km de fronteira terrestre com nove países sul-americanos e com a região ultramarina da França, cerca de 3,6 milhões de km^2 de zona econômica exclusiva (controle, defesa, busca e salvamento), e aproximadamente 22 milhões de km^2 de espaço aéreo. Para assegurar a defesa e o controle de um país de tamanha envergadura e de elevadas estaturas política e econômica, é imperioso que o aparato de defesa esteja de acordo com as mais avançadas práticas e tecnologias, o que requer investimentos regulares, públicos ou privados, em áreas estratégicas.

As fronteiras terrestres demandam atenção especial, na medida em que por elas transitam pessoas, mercadorias e bens, essenciais à integração com nossas regiões geográficas e com nossos vizinhos. Todavia, por elas também são perpetradas atividades ilícitas transnacionais, o que demanda constante vigilância, atuação coordenada entre o setor de defesa, órgãos de segurança pública e demais agências envolvidas, além de estreita cooperação com os países limítrofes.

No Brasil, a concentração da população e das atividades econômicas em determinadas regiões, , notadamente aquelas próximas ao litoral, gera vazios demográficos e baixos níveis de atividades econômicas em algumas áreas no interior do País. Isso constitui um desafio para a integração e a coesão nacionais e, portanto, para a própria concepção de segurança, defesa, integração e desenvolvimento nacionais.

As infraestruturas críticas, por terem papel essencial para a segurança e a soberania nacionais, devem ser objeto de ações e procedimentos que permitam garantir a continuidade da prestação de seus serviços. Esse é mais um desafio, principalmente em um país com as dimensões do Brasil.

As crescentes demandas mundiais por alimentos, recursos naturais, fontes de água doce e energia, riquezas disponíveis no território brasileiro, são fatores que impulsionam o crescimento econômico do País e, ao mesmo tempo, são objetos de cobiça, o que acarreta preocupação constante para a Defesa Nacional.

É fundamental adequar e modernizar meios e métodos de vigilância sobre o território nacional, incluídos a Zona Econômica Exclusiva, a plataforma continental, o espaço exterior sobrejacente e o espaço cibernético, entre outras áreas de interesse, inclusive mediante otimização do uso de dados e imagens do território para subsidiar ações de vigilância, em particular nas fronteiras. O uso de tecnologias modernas e de inteligência artificial, com ciclos tecnológicos mais rápidos, produzirá impactos significativos nas capacidades de defesa dos países.

Mudanças climáticas e questões ambientais

As mudanças climáticas – associadas à ação humana ou a causas naturais – impõem desafios à segurança e à defesa nacionais. Seus efeitos visíveis, como a maior incidência de incêndios, secas, inundações e elevação dos níveis dos oceanos, dentre outros, acarretam desgaste e prejuízos ambientais, sociais e econômicos. Ademais, questões vinculadas à temática do clima geram tensões geopolíticas, que impactam as relações entre os países.

O Brasil possui as maiores biodiversidade e reserva de água doce do planeta. Portanto, é um ator relevante na discussão de questões ambientais em nível mundial, e a proteção dos diversos biomas nacionais e suas riquezas é um desafio para o Estado brasileiro, que atua de forma multidimensional para seu enfrentamento.

Impactos provocados por mudanças climáticas também podem acarretar graves consequências ambientais, sociais, econômicas e políticas, o que exige pronta resposta dos Estados. Além disso, desastres naturais, delitos ambientais e outras questões relacionadas ao meio ambiente podem resultar em situações que demandam atuação pronta, imediata e eficaz do MD e das Forças Armadas.

Região amazônica

A enorme extensão territorial da Amazônia brasileira, sua baixa densidade demográfica, as dificuldades de mobilidade na região e as extensas áreas de fronteiras, bem como seus recursos minerais, seu potencial hidroenergético e a valiosa biodiversidade que abriga, exigem efetiva presença do Estado, com vistas a seu desenvolvimento, à sua defesa e à sua integração com as demais regiões do País. Além disso, a Amazônia é tema de primeira ordem nas relações internacionais, na opinião pública mundial e na geopolítica entre as nações. A relevância crescente da questão ambiental faz com que a maior floresta tropical do mundo seja um ativo de imenso valor para a humanidade em termos práticos e simbólicos, com o surgimento de enormes desafios à segurança e à defesa nacionais.

Amazônia Azul

A Amazônia Azul é compreende a superfície do mar, águas sobrejacentes ao leito do mar, solo e subsolo marinhos contidos na extensão atlântica que se projeta a partir do litoral até o limite exterior da Plataforma Continental brasileira. Representa uma fonte inestimável de recursos naturais, na medida em que possui elevado potencial de recursos biológicos e naturais, tais como as maiores reservas de petróleo e gás do Brasil. Por ela trafega cerca de 95% de nosso comércio exterior. Assim, esse vasto território marítimo, deve ser objeto de constantes vigilância, monitoramento e atuação coordenada de órgãos de defesa e de segurança pública. Esse patrimônio brasileiro deve ser protegido e vigiado frente a antigas e novas ameaças, tais como pesca ilegal, narcotráfico, terrorismo, contrabando e descaminho, dentre outros.

A segurança marítima do Atlântico Sul, em face da natural vocação marítima brasileira, respaldada pelo seu extenso litoral e pela magnitude do seu comércio marítimo, deve ser uma preocupação constante do Setor da Defesa.

Ambiente internacional instável

O mundo tem se tornado cada vez mais multipolar, com aumento da imprevisibilidade nas relações internacionais e do déficit de governança global. A compreensão do tabuleiro internacional é fundamental para identificação das implicações geopolíticas e geoestratégicas para o Brasil, particularmente no que tange ao campo da defesa. A transformação da estrutura de poder mundial, caracterizada pela emergência de novos polos de poder, leva ao acirramento da competição entre as grandes potências, com inevitáveis transbordamentos para os ambientes regionais.

A atual configuração internacional, caracterizada por incertezas e assimetrias de poder, gera tensões e instabilidades, o que propicia o surgimento de ameaças híbridas aos interesses nacionais. Ao mesmo tempo, verifica-se o agravamento da competição econômica e política, bem como da disputa por territórios, com incremento das disputas interestatais.

Observa-se um aumento dos conflitos armados nos últimos anos, alguns com forte impacto nos arranjos internacionais e na economia mundial. Atualmente, embates armados estão ocorrendo em várias regiões do globo, com destaque para a Ucrânia e para a Faixa de Gaza, além de ser digno de menção o acirramento de tensões no Mar do Sul da China. No ambiente regional, vale destacar o aumento da instabilidade política, com crescente polarização, e o enfraquecimento do Mercosul.

Instabilidades políticas e sociais em países em que haja cidadãos, representações diplomáticas e empresas brasileiras podem torná-los alvos de ações hostis, o que poderá exigir atuação das Forças Armadas, a fim de assegurar os interesses do Brasil e a integridade física e psicológica de seus nacionais.

Além disso, as crescentes incertezas no cenário internacional podem acentuar problemas no acesso do País a bens e serviços importados relacionados à vitalidade do Estado, o que pode afetar a capacidade da Defesa Nacional.

Por fim, os fluxos migratórios se intensificaram no contexto da globalização inacabada, das guerras e conflitos e das crises econômicas e políticas, o que tem resultado em desafios adicionais para o Ministério da Defesa e para as Forças Armadas.

Emergências em saúde pública

A cada vez mais frequente ocorrência de eventos de emergência em saúde pública - caracterizadas como situações que demandam emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública em situações que podem ser epidemiológicas (surtos, epidemias e pandemias) ou decorrentes- de desastres ou de desassistência à população - tem demandado atuação do MD e das Forças Armadas, que devem estar preparados para atuar em tais situações

Cenário fiscal

A Lei Complementar nº 200, de 2023, que substituiu o teto de gastos então vigente (Emenda Constitucional nº 95, de 2016), instituiu um regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar condições adequadas ao crescimento socioeconômico. Esse novo arcabouço fiscal definiu limites individualizados para o montante global das dotações orçamentárias relativas a despesas primárias, os quais serão corrigidos anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), somada a um crescimento real da despesa primária atrelado à variação real da receita primária.

A mencionada Lei, além de possibilitar o crescimento real das despesas primárias, trouxe dispositivos que favorecem o incremento do investimento público. Permite que, caso o resultado primário do Governo Central apurado exceda ao limite superior do intervalo de tolerância, o poder Executivo federal possa ampliar as dotações orçamentárias em investimentos públicos, prioritariamente para obras inacabadas ou em andamento. Ademais, estabelece que a programação destinada a investimentos constante do projeto e da lei orçamentária anual não será inferior ao montante equivalente a 0,6% (seis décimos por cento) do PIB estimado no respectivo projeto.

Nesse contexto, há que se acompanhar, nos exercícios de 2025 e subsequentes, o comportamento das receitas previstas, bem como os impactos das novas regras fiscais estabelecidas, de forma a buscar oportunidades e implementar gestões junto ao centro de governo com vistas ao incremento do orçamento alocado anualmente ao Ministério da Defesa, de forma a viabilizar o cumprimento de sua missão constitucional e de suas atuações subsidiárias.

Relativização da soberania dos Estados

Estima-se o fortalecimento da corrente intelectual que advoga que o Estado não pode ter liberdade absoluta em seu território e deve se limitar à observância das normas do direito internacional, em especial, no que diz respeito à garantia dos direitos humanos e, por comprometer o direito à vida, também na área ambiental.

Tal postura, incentivada para atender a interesses de atores estatais e não-estatais, poderá pesar como ameaça para os Estados, principalmente para aqueles que não tenham capacidade militar para dissuadir ações agressivas, e poderá levar à limitação da ação estatal, mesmo dentro de suas fronteiras.

Redução da coesão nacional

A redução da coesão nacional é uma megatendência mundial em evolução, que pode afetar a preservação da identidade nacional e da capacidade de defesa de um país (JURKOWITZ et al., 2020). Esta realidade é marcada pela queda do sentimento de identidade compartilhada entre pessoas e grupos de uma determinada nação, o que pode levar ao enfraquecimento da identidade nacional e à diminuição da capacidade de resistir a ameaças externas e internas.

Diversos fatores têm sido apontados como influenciadores desse processo, tais como: o empoderamento dos indivíduos frente ao Poder Nacional, que se manifesta na busca por maior autonomia; o aumento da desigualdade e da fragmentação social; a polarização social e política entre pessoas; os movimentos migratórios e a quebra de barreiras culturais.

Essa situação pode levar grupos e regiões a se identificarem mais com suas próprias características e interesses, ou com as de outros países, do que com a Nação como um todo, trazendo reflexos negativos para a Defesa Nacional.

Oportunidades e perspectivas

Desenvolvimento tecnológico do setor de defesa, fortalecimento da BID e desenvolvimento do país

O fomento a uma indústria nacional de defesa contribui para o crescimento do país, na medida em que gera divisas por meio das exportações, cria empregos diretos e indiretos e desenvolve produtos que podem ser úteis ao setor civil.

O desenvolvimento tecnológico do setor de defesa alavanca e contribui significativamente para desenvolvimento dos demais segmentos da indústria, o que resultando no surgimento de produtos de uso dual ou que podem ser adaptados para o uso civil em geral.

Uma política industrial robusta na área de defesa, acompanhada de uma estratégia de gestão tecnológica, gera resultados positivos para a economia e para o desenvolvimento do país, além de maior eficiência militar.

Investimentos em Projetos de Defesa

Tendo em vista os dispositivos da Lei Complementar nº 200, de 2023, que favorecem o investimento público, vislumbra-se oportunidade de se buscar patamares orçamentários adequados para os grandes projetos de defesa, hoje integrantes do Novo PAC, instituído pelo Decreto nº 11.632, de 2023.

No âmbito desta Pasta, os projetos de defesa foram particularmente impactados nos últimos exercícios, dado o cenário e as regras fiscais vigentes. Cabe destacar que a insuficiência orçamentária pode levar à necessidade de renegociação de contratos, o que afeta o cronograma físico-financeiro dos projetos e acarreta a prorrogação do término, a cobrança de multas e juros e o aumento do custo total do projeto. A depender da magnitude, os cortes orçamentários podem resultar na

descontinuidade do projeto e na possibilidade de demissão de colaboradores diretos e indiretos, bem como na desmobilização das empresas envolvidas, vinculadas à Base da Indústria de Defesa, além do prejuízo pelo não recebimento do objeto do contrato no prazo devido.

Vale lembrar que os projetos de defesa, de fundamental importância para aparelhamento das Forças Armadas, necessitam de previsibilidade orçamentária para garantia de sua continuidade. Em sua grande maioria, tais projetos têm as seguintes características: longo prazo de maturação; significativos valores orçamentários distribuídos em extenso período de tempo; contratos complexos, que envolvem compensação e transferência de tecnologia, entre outros itens peculiares; e muitas vezes, a realização de compras ou parcerias internacionais, com dispêndio de moeda estrangeira).

Aumento de exportações de produtos e sistemas de defesa

O cenário internacional mostra-se bastante propício ao aumento de exportações de produtos e sistemas de defesa. Tal perspectiva, aliada à boa qualidade dos produtos ofertados pela indústria nacional e à manutenção dos projetos estratégicos de defesa e das políticas e ações voltadas ao fortalecimento da BID, tende a produzir reflexos positivos nas exportações de produtos e sistemas de defesa, com geração de mais divisas e empregos para o país.

Retorno do Brasil ao cenário internacional

O Brasil tem retomado o protagonismo no cenário internacional ao assumir afrente de discussões importantes e firmar parcerias estratégicas. Em novembro de 2024 foi realizada, na cidade do Rio de janeiro, sob a presidência do Brasil, a 19ª Reunião de Cúpula do G20, que deixou como importantes legados a criação da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, proposta pelo Brasil para erradicar a fome no mundo até 2030, e a criação do G20 Social, que trouxe a sociedade civil para os debates do grupo das maiores economias do mundo.

Em 2025, o Brasil sediará dois grandes eventos, sob sua presidência: a 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30), em novembro, na capital do estado do Pará, com previsão de recepção de mais de 40 mil visitantes; e a reunião da cúpula do BRICS, prevista para julho, na cidade do Rio de Janeiro.

O atual contexto da política internacional abre caminhos para realinhamento do Brasil com parceiros estratégicos. É importante priorizar o relacionamento com os países detentores de maiores capacidades científicas e tecnológicas, mediante estreitamento de relações e incremento de ações de interesse para aumento da nossa capacidade de defesa.

Capacidade logística e capilaridade das Forças Armadas

A capacidade logística e a capilaridade das organizações militares, no Brasil e no exterior, é importante fator para racionalização, redução de custos e aumento da eficiência das ações, projetos, programas e operações conjuntas realizadas pelo MD.

Incremento da interoperabilidade entre as Forças Armadas

Os cenários de emprego das forças exigem, cada vez mais, um conjunto diversificado de capacidades e o emprego sinérgico dessas capacidades. Para tal, as forças conjuntas constituem-se como o melhor instrumento militar e devem possuir a capacidade de operarem em sinergia, ou seja, devem ser interoperáveis. O incremento da interoperabilidade é um desafio contínuo a ser perseguido em operações conjuntas.

Incremento das parcerias na cooperação com o desenvolvimento nacional e no apoio ao Estado, em especial nas ações para melhoria das condições sociais

Atualmente, a sociedade como um todo, cidadãos e organizações, está cada vez mais motivada a cooperar com o desenvolvimento do país. O contexto atual, de novos desafios e de restrições de recursos, abre novas possibilidades para o aperfeiçoamento e a ampliação das parcerias junto aos demais ministérios, órgãos estaduais e municipais, organizações do terceiro setor e instituições privadas, no campo das ações, programas e projetos voltados à cooperação com o desenvolvimento nacional, particularmente daqueles que buscam a melhoria das condições sociais, o fortalecimento da cidadania e a melhoria da infraestrutura.

Neste sentido, é importante focar no alinhamento dos projetos e ações do MD com os de outros Ministérios e órgãos, de forma a potencializar a sinergia necessária e facilitar a cooperação, constituindo-se fator decisivo para mitigar os riscos de restrições de recursos e garantir melhores resultados com a máxima eficiência, sem o comprometimento da capacidade das Forças Armadas de cumprirem seu papel constitucional.

Ampliar a projeção do País no concerto mundial e reafirmar seu compromisso com a defesa da paz e com a cooperação entre os povos

O Brasil deve aperfeiçoar o preparo das Forças Armadas para desempenhar responsabilidades crescentes em ações humanitárias e em missões de paz sob a égide de organismos multilaterais, de acordo com os interesses nacionais. Para tanto, nosso país deverá dispor de capacidade de projeção de poder, com vistas a eventuais participações em operações internacionais estabelecidas ou autorizadas pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. Em tais operações, as Forças Armadas devem atuar sob a orientação das Nações Unidas ou em apoio a iniciativas de órgãos multilaterais da região, uma vez que o fortalecimento do sistema de segurança coletiva é benéfico à paz mundial e à defesa nacional.

Melhoria da boa imagem das Forças Armadas perante a sociedade brasileira

É de suma importância a melhoria da boa imagem das Forças Armadas perante a sociedade, por meio da divulgação das participações positivas dos militares brasileiros ao longo de sua história, não somente em operações de guerra, mas também em operações de paz, no desporto militar e de alto rendimento, no apoio a ações da defesa civil em situações de calamidade e desastres naturais, na cooperação com o desenvolvimento nacional e em ações humanitárias, entre tantas outras situações.

Carreira para o Ministério da Defesa

Em 31 de dezembro de 2024, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.286, de 2024, que, entre outras medidas, cria a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa, com um total de 750 cargos. A referida carreira tem como propósito a execução de atividades de assistência técnica concernentes a projetos e programas nas áreas de justiça, defesa nacional e segurança. Trata-se da primeira carreira civil estruturada a ocupar o Ministério da Defesa e o Gabinete de Segurança Institucional, cujos integrantes também poderão atuar em outros Ministérios com políticas afetas àquelas áreas. uma vez que se trata de uma carreira transversal. No que se refere ao MD, a referida carreira viabilizará pessoal concursado para atuar em assuntos da área de defesa nacional. A expectativa é que o primeiro concurso para preenchimento de parte das vagas seja realizado no ano de 2025.



2 Principais resultados

Introdução

Este capítulo arrola os principais resultados do MD no ano de 2024, incluídos os dos Programas do PPA 2024-2027, os avanços dos empreendimentos relevantes para o desenvolvimento de capacidades militares de defesa (projetos do MD no Novo PAC, Projetos Estratégicos de Defesa, e demais projetos relevantes), além de outros objetivos importantes alcançados pelos órgãos que integram o MD e pelas Forças Armadas.

Os resultados serão apresentados, sempre que possível, no âmbito dos eixos dos Programas do PPA 2024-2027, conforme tópicos a seguir:

- Resultados relacionados ao eixo do Programa 6112 – Defesa Nacional;
- Resultados relacionados ao eixo do Programa 6111 – Cooperação da Defesa para o Desenvolvimento Nacional;
- Principais resultados do MD no âmbito do Programa 6113 – Oceano, Zona Costeira e Antártica;
- Participação do MD em Programas de outros Ministérios; e
- Outros resultados relevantes não diretamente relacionados aos eixos dos programas do PPA 2024-2027.

Programa 6112 – Defesa Nacional

O Programa 6112 – Defesa Nacional tem como objetivo geral preparar as Forças Armadas, desenvolvendo as capacidades militares e as condições necessárias, para que possam ser prontamente empregadas na defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais.

A concretização desse objetivo se dá por meio da execução dos objetivos específicos, cujos resultados são materializados pelas entregas de bens e/ou serviços ofertados à sociedade, conforme demonstrado a seguir. Ressalta-se que várias entregas realizadas no âmbito do Programa de Defesa Nacional constam também do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (NOVO PAC) e do Portfólio de Projetos Estratégicos de Defesa.

Objetivo específico/indicador	Meta para 2027	Meta para 2024	Resultado em 2024
0363 - Fortalecer as capacidades militares da Marinha do Brasil para controlar e defender as Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB).	05AS - Atingir 77% de execução dos programas e projetos da Marinha do Brasil.	66,00%	60,32%
9718 - Índice de execução dos programas e projetos da Marinha do Brasil.			
Evolução do Objetivo específico			
Principais entregas: - no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB): recebimento definitivo do submarino Convencional Humaitá e lançamento ao mar do Submarino Tonelero; - dentro do escopo do Projeto de Construção do Estaleiro e da Base Naval: incorporação ao Complexo Naval de Itaguaí, do prédio do Comando da Força de Submarinos, do Pátio de Manobras de Submarinos do Estaleiro de Manutenção, da Linha de Transmissão de 138 KV e do Canal de Macrodrenagem; - na esfera do Programa Nuclear da Marinha: montagem eletromecânica dos sistemas do prédio do combustível, do prédio de tratamento de rejeitos e do sistema de ar-condicionado e ventilação do Laboratório de Geração de Energia (LABGENE) e os testes de irradiação para verificação e validação do projeto do elemento combustível daquele Laboratório; - dentro do Programa Fragatas Classe Tamandaré: lançamento da Fragata "Tamandaré" (F200), com previsão de entrega das demais três fragatas em 2025.			
Análise situacional: A recomposição do núcleo do Poder Naval, indispensável para manutenção do nível de prontidão operacional da Marinha do Brasil, se dá por meio da execução de seus programas e projetos, que visam à obtenção, ao desenvolvimento, à manutenção e à renovação dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais daquela Força. Em 2024, o índice de execução dos programas e projetos da Marinha do Brasil foi de **60,32%,** abaixo dos **66%** previstos. Esse desempenho pode ser justificado pelas limitações orçamentárias enfrentadas, que impactaram a execução dos principais projetos e programas estratégicos da Força Naval.			

Fonte: Comando da Marinha

Objetivo específico/ Indicador	Meta para 2027	Meta para 2024	Resultado em 2024

0100 - Fortalecer as capacidades militares do Exército Brasileiro para a defesa do território. 8959 - Índice de execução dos Programas e Projetos do Exército Brasileiro.	054A – Atingir 70% na implantação de programas, projetos e sistemas estratégicos e de manutenção de meios operativos do Exército Brasileiro.	42,00%	40,00%

Evolução do Objetivo específico

Principais entregas:

- no âmbito do Programa Forças Blindadas: recebimento de 60 Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal Média de Rodas (VBTP-MSR Guarani 6X6), de 8 Sistemas de Armas - Torre Automatizada REMAX e de 3 sistemas de Comando e Controle completos, com computador tático militar;
- no que diz respeito ao Sistema de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON): realização de obras de infraestrutura em diversos municípios (Boa Vista/RR, Campo Grande/MS, Corumbá/MS, Curitiba/PR, Manaus/AM, Guaporé/RS e Cascavel/PR) e entrega do pavilhão do Sistema Transportável de Rastreio de Engenhos em Voo, do Programa Astros, na cidade do Rio de Janeiro/RJ;
- no escopo do Programa de Aviação do Exército Brasileiro: modernização de duas aeronaves do modelo HM-1A Pantera K2 e assinatura do contrato de aquisição de 12 helicópteros *Black Hawk*;
- na esfera do Programa de Defesa Cibernética: entrega de ferramentas para proteção e exploração cibernéticas, desenvolvimento de simuladores e soluções de armazenamento de *backup*, de segurança e rastreamento e aquisição de soluções tecnológicas para ações e operações cibernéticas conjuntas e para o sistema de busca avançada de ameaças cibernéticas.

Análise situacional:

O alcance desse objetivo está condicionado, em grande parte, à realização dos programas estratégicos do Exército Brasileiro, a exemplo dos programas Forças Blindadas, Astros, Aviação do Exército Brasileiro, SISFRON e Defesa Cibernética.

O índice de execução de programas, projetos e sistemas estratégicos e de manutenção de meios operativos do Exército Brasileiro alcançou 40%, no exercício de 2024, frente à meta prevista de 42%. O desempenho abaixo do esperado decorreu de restrições orçamentárias, de atrasos na entrega de obras e da não conclusão dos estudos para padronização dos equipamentos que dotarão as subunidades com capacidades plenas nas áreas de fronteira.

Fonte: Comando do Exército

Objetivo específico/ Indicador	Meta para 2027	Meta para 2024	Resultado em 2024
0236 - Fortalecer as capacidades militares da Aeronáutica para defender o espaço aéreo brasileiro. 9348 - Índice de execução dos programas e projetos da Aeronáutica.	056O - Atingir 83,61% na execução dos programas e projetos da Aeronáutica.	54,27%	47,24%

Evolução do Objetivo específico

Principais entregas:

Recebimento de: duas aeronaves de caça multiemprego do Programa FX-2, uma aeronave de transporte militar e reabastecimento em voo do Programa KC-390, um helicóptero multiemprego do projeto HX-BR e um helicóptero leve do Projeto TH-X.

Análise situacional:
A Força Aérea Brasileira alcançou o índice de execução de 47,24% frente à meta prevista de 54,27%. A insuficiência orçamentária foi o principal fator que prejudicou as entregas dos Programas F-39, KC-390, HX-BR e TH-X.

Fonte: Comando da Aeronáutica

Objetivo específico/ Indicador	Meta para 2027	Meta para 2024	Resultado em 2024
0292 - Assegurar o controle do Espaço Aéreo Brasileiro.	058m - Atingir 96,25%, mantendo a eficiência do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, conforme padrões estabelecidos pela Organização da Aviação Civil Internacional (OACI).	96,25%	96,62%
9502 - Percentual de controle do espaço aéreo.			
Evolução do Objetivo específico			
Principais entregas: - investimentos na implementação de metodologia de manutenção remota de ativos, de forma a garantir a continuidade da operação de mais de 7.100 equipamentos do Sistema de Controle do Espaço Aérea e do Sistema de Busca e Salvamento; em fases posteriores, haverá integração com inteligência artificial que monitorará a base de dados para fornecer informações detalhadas sobre intervenções preditivas, preventivas e corretivas dos equipamentos; - capacitação de 4.189 profissionais do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, que superou em 13,22% a meta prevista para o exercício.			
Análise situacional: A meta anual de manutenção da eficiência do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro é de 96,25%, conforme padrões estabelecidos pela Organização da Aviação Civil Internacional (OACI). No exercício de 2024 o percentual se manteve em 96,62%, em virtude da eficiência do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB) e dos investimentos no Setor.			

Fonte: Comando da Aeronáutica

Objetivo específico/ Indicador	Meta para 2027	Meta para 2024	Resultado em 2024
0299 - Contribuir para a Segurança de Voo, por meio do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SIPAER).	058S – Atingir 100%, elevando a eficiência do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SIPAER) para 100%.	91,00%	88,63%
9536 - Percentual de eficiência do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SIPAER).			
Evolução do Objetivo específico			
Principais entregas: - conclusão das investigações de acidentes aeronáuticos, pelo Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CENIPA), em 567 dias, superando a meta de 574 dias e dentro dos protocolos da Convenção de Chicago; - produção e publicação de 87 relatórios finais de acidentes da aviação civil ocorridos no território nacional.			

Análise situacional:
O objetivo está diretamente relacionado ao fortalecimento da confiança no setor aéreo brasileiro e à preservação de vidas e de bens materiais.
O percentual de eficiência do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SIPAER) atingiu 88,63% em 2024, quando o previsto era de 91%. A principal causa desse resultado foi a superestimação da linha base em 2023, quando a projeção de 6.000 capacitados foi definida no mês de julho sem considerar adequadamente a taxa de atrito entre a matrícula e a conclusão do curso. O ano de 2023 findou-se com 5.015 profissionais capacitados para atuar no SIPAER.

Fonte: Comando da Aeronáutica

Objetivo específico/ Indicador	Meta para 2027	Meta para 2024	Resultado em 2024
0008 - Fortalecer o setor de ciência, tecnologia e inovação de interesse da defesa nacional. 10201 - Índice de implementação de ações de estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico de interesse da defesa nacional.	05N7 – Atingir 52% na implementação de ações de estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico de interesse da Defesa Nacional.	46,00%	84%
Evolução do Objetivo específico			
Principais entregas: Apoio a projetos de pesquisa e desenvolvimento realizados por Institutos de Ciência e Tecnologia que contribuem para desenvolvimento científico e tecnológico do setor de Defesa, com destaque para: - a realização de testes preliminares de integração com o sistema de gerenciamento de combate e de teste de aceitação em fábrica (TAF) do 1º primeiro produto MAGE Mk3 (equipamento de guerra eletrônica com projeto totalmente nacional, em que a propriedade intelectual pertence à Marinha do Brasil) e realização do teste de aceitação em fábrica do 2º produto MAGE Mk3; e - início da Fase II do Sistema Tático de Enlace de Dados em Radiofrequência Naval (STERNA Superfície), com adequação dos equipamentos dos meios navais, com vistas a sua integração e à fabricação de protótipos.			
Análise situacional: Esse objetivo diz respeito ao apoio a Projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) de interesse de Defesa que contribuem para o desenvolvimento científico e tecnológico do país. O percentual de desenvolvimento de produção científica e tecnológica atingiu o patamar de 84% em 2024, face ao previsto de 46%. Esse desempenho deveu-se principalmente aos investimentos realizados pelo Ministério da Defesa.			

Fonte: Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD)

Objetivo específico/ Indicador	Meta para 2027	Meta para 2024	Resultado em 2024
0050 - Desenvolver as capacidades conjuntas e condições logísticas das Forças Armadas.	0543 - Atingir 75% de entrega das ações previstas para o desenvolvimento das capacidades operacionais conjuntas das Forças Armadas.	75,00%	96,26%
8848 - Índice de Entregas Realizadas			

Evolução do Objetivo específico

Principais entregas:

Foram realizadas diversas operações militares, a exemplo das Operações Conjuntas Ágata Amazônia e Ágata Oeste, na fronteira com o Peru e Bolívia, da Operação Poseidon, no Rio de Janeiro, da Operação Formosa, em Goiás, e da Operação Perseu, em São Paulo e no Rio de Janeiro.

No que se refere aos exercícios e adestramentos militares, merecem destaque: o Exercício Brasileiro em Assistência e Proteção em Atendimento a Emergências Biológicas (EXBRABIO), no Rio de Janeiro; o Exercício de Resposta Integrada a Emergência e Segurança Física da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, no Rio de Janeiro; Exercício Cruzex, em Natal e em Recife; os Exercícios Multinacionais *Cyber Flag* e Panamax, nos Estados Unidos; EFES, na Turquia e *Flintlock*, em Gana e na Costa do Marfim; além do Adestramento Conjunto e Específico de Operações em Ambiente Urbano, em Campinas.

Também foram prestados apoios logístico e militar em missões subsidiárias demandadas pelo Governo Federal, a exemplo da segurança das eleições de 2024, da operação na Terra Indígena Yanomami e do apoio às vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul.

No que se refere aos instrumentos de cooperação, foram firmados diversos instrumentos internacionais de cooperação bilaterais e multilaterais. Cita-se como principais os Acordos de Cooperação em Defesa celebrados com o Governo do Reino da Arábia Saudita, com o Governo da República da Eslováquia e com o Reino *Haxemita* da Jordânia.

Análise situacional:

As ações realizadas no âmbito do objetivo visam ao desenvolvimento das capacidades conjuntas das Forças Armadas e das condições logísticas necessárias à sustentação de um conjunto de medidas e ações do Estado com ênfase na expressão militar, a fim de assegurar a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais.

O resultado de 96,26% atingido ultrapassou em 21% o percentual previsto para o exercício.

O alto grau de interoperabilidade, a sinergia e a troca de informações em tempo real entre as Forças Armadas foram fatores que contribuíram para o bom desempenho do indicador.

Merecem destaque as seguintes entregas em 2024:

- no que se refere aos sistemas de monitoramento, comando e controle: protótipo da versão Rádio Definido por Software e Software Planejador de Missões (Projeto RDS-Defesa), 3 Estações Data Link de Planejamento e Laboratórios Data-Link Emulator (Projeto Link BR^2) e versão 2024 do Sistema de Planejamento Operacional Militar;
- no que concerne aos exercícios do Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB) e emprego das funções logísticas: integração dos Subsistemas Setoriais de Mobilização Nacional, aperfeiçoamento da Doutrina de Mobilização Nacional, capacitação dos integrantes dos Subsistemas Setoriais de Mobilização Nacional para elaboração dos respectivos Planos Setoriais de Mobilização e aperfeiçoamento do Ciclo de Planejamento da Mobilização Nacional;
- quanto à logística militar para missões subsidiárias demandadas pelo Governo Federal: atendimento de 25 das 26 missões de apoio logístico solicitadas;

- em relação à atualização do cadastro de reserva mobilizável: alistamento de 1.271.630 de pessoas, correspondendo a um resultado parcial de 84% na taxa de reservistas cadastrados, superior à meta prevista de 75%;
- no que tange à produção científica e acadêmica sobre Defesa Nacional: 261 produções científicas e acadêmicas, frente à meta prevista de 274, sendo 19 diplomações na esfera do Programa Pró-Defesa e conclusão de 255 trabalhos no âmbito da Escola Superior de Guerra e da Escola Superior de Defesa, no contexto dos grupos de pesquisa constituídos.

Fonte: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA

Empreendimentos Relevantes para Desenvolvimento de Capacidades Militares de Defesa

Neste tópico, serão apresentados os principais avanços dos empreendimentos relevantes para desenvolvimento das capacidades militares de defesa, inclusive os Programas e Projetos do MD no Novo PAC, os Programas e Projetos que integram o Portfólio de Projetos Estratégicos de Defesa e outros programas e projetos importantes.

Os Programas e Projetos Estratégicos de Defesa são fundamentais para aparelhamento das Forças Armadas e contribuem com o desenvolvimento tecnológico e industrial do país. Esses programas e projetos não apenas reforçam a capacidade defensiva do país, mas impulsionam a indústria nacional e promovem inovação e crescimento econômico, além de gerarem emprego e renda.

Empreendimentos do Comando da Marinha

Projeto/Ação orçamentária	Início	Previsão inicial de Término	Previsão atualizada de Término	Valores em Reais (milhões)	% de execução	
					Física	Financeira
Submarinos Convencionais 123I	2009	2024	2026	Total do projeto: 15.003,8 Necessidade contratuais de 2024: 1.626,4 Dotação orçamentária (LOA 2024) (1): 888,1 Contingenciamento (2): 0,00 Bloqueio de recursos (3): 0,00 Pago LOA 2024: 956,1 Pago até 2024(4): 11.964,2 Valores inscritos em restos a pagar processados e não processados: 57,1 Valores pagos de reajustes em 2024: 163,12 Valores pagos de atualização monetária em 2024: 0 Valores pagos de encargos contratuais em 2024: 0	Realizada: 93,3% A realizar: 6,7%	Realizada: 79,7% A realizar: 20,3%

•**Produto final:** quatro submarinos convencionais construídos com todos os seus sistemas integrados e em operação.

• **Principais entregas até 2024:** incorporação ao setor operativo da Marinha do S-BR-1- Submarino Riachuelo, início da operação do S-BR-2 – Submarino Humaitá, S-BR-3 – primeira navegação autônoma na superfície do Submarino Tonelero e prontificação das praças de bateria do S-BR-4 - Submarino Almirante Karam.

• **Principais entregas em 2024:** o PROSUB avançou nas fases de construção e teste, destacando-se a entrega e início da operação do S. Humaitá - S-BR-2 e o lançamento ao mar do S. Tonelero Os testes do S. Tonelero incluíram avaliações em profundidade e etapas de construção e integração naval. O quarto submarino da classe, renomeado para Almirante Karam, está na fase final de construção

Fonte: Comando da Marinha

Notas válidas para todos os empreendimentos relevantes para desenvolvimento de capacidades militares de defesa apresentados a seguir:
(1) A dotação orçamentária inclui LOA + créditos (dotação atualizada).
(2) Não houve contingenciamento para os programas e projetos do NOVO PAC.
(3) As programações referentes ao Novo PAC, em 2024, foram afetadas durante o exercício pelas medidas de ajuste implementadas pelo Governo Federal para cumprimento do Novo Arcabouço Fiscal (Lei Complementar nº 200/2023). Entretanto, os valores bloqueados ao longo do ano foram cancelados até o final do exercício, para atender a outras programações definidas pela equipe econômica, especialmente a despesas obrigatórias. Dessa forma, o que houve, na prática, foi redução de dotação orçamentária de R$ 5.532,3 para R$ 5.496,0 milhões e não bloqueio.
(4) O valor pago até 2024 inclui Restos a Pagar.

Projeto/Ação orçamentária	Início	Previsão inicial de Término	Previsão atualizada de Término	Valores em Reais (milhões)	% de execução	
					Física	Financeira
Submarino de Propulsão Nuclear 123H	2009	2034	2034	Total do projeto: 22.610,2 Necessidade contratuais de 2024: 201,9 Dotação orçamentária (LOA 2024 (1): 287,1 Contingenciamento (2): 0,00 Bloqueio de recursos (3): 0,00 Pago LOA 2024: 276,8 Pago até 2024 (4): 5.043,1 Valores inscritos em restos a pagar processados e não processados: 40,8 Valores pagos de reajustes em 2024: 19,794 Valores pagos de atualização monetária em 2024: 0	Realizada: 27,1% A realizar: 72,9%	Realizada: 22,3% A realizar: 77,7%

				Valores pagos de encargos contratuais em 2024: 0		

• **Produto final:** um submarino com propulsão nuclear convencionalmente armado, projetado e construído no Brasil.
• **Principais entregas até 2024:**
- capacitação tecnológica para transferência de tecnologia, conclusão do projeto básico do Submarino Nuclear Convencionalmente Armado (SNCA), aprovação da Base de Projeto Preliminar do SNCA, obtenção da primeira licença parcial de construção do SNCA – construção do casco resistente;
- início da fase principal de detalhamento do projeto do Submarino Nuclear Convencionalmente Armado (SNCA);
- conclusão da adequação da Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (UFEM) para construção da Seção de Qualificação e da Seção C Preliminar do casco resistente do SNCA.
• **Principais entregas em 2024:** obtenção da segunda Licença Parcial para Construção do SNCA, permitindo a Montagem dos apêndices ao casco e Pré-Outfitting (agosto de 2024); e conclusão da fabricação dos dispositivos e ferramentas para construção da Seção de Qualificação e Seção C Preliminar.

Fonte: Comando da Marinha

Projeto/Ação orçamentária	Início	Previsão inicial de Término	Previsão atualizada de Término	Valores em Reais (milhões)	% de execução	
					Física	Financeira
Programa Nuclear – PNM 14T7	2000	2030	2030	Total do programa: 6.834,7 Necessidade contratuais de 2024: 450,0 Dotação orçamentária (LOA 2024) (1): 279,1 Contingenciamento (2): 0,00 Bloqueio de recursos (3): 0,00 Pago LOA 2024: 272,5 Pago até 2024 (4): 3.230,7 Valores inscritos em restos a pagar processados e não processados: 18,6 Valores pagos de reajustes em 2024: 11,518 Valores pagos de atualização monetária em 2024: 0 Valores pagos de encargos contratuais em 2024: 0,039	Realizada: 65,9% A realizar: 34,1%	Realizada: 47,3% A realizar: 52,7%

• **Produto final:** Desenvolvimento e obtenção do Laboratório de Geração de energia Nucleoelétrica (LABGENE), da Unidade piloto de hexafluoreto de urânio (USEXA), do Laboratório de enriquecimento isotópico (LEI) e do Laboratório de materiais nucleares (LABMAT).
• **Principais entregas até 2024:** infraestrutura básica do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo e de organizações militares subordinadas (Sede e Aramar), conclusão das obras civis dos prédios principais do LABGENE e das obras civis estruturais e acabamentos dos prédios da USEXA, desenvolvimento da tecnologia de enriquecimento isotópico no LEI, construção dos 1º e 2º módulos do LABMAT, conclusão dos testes de irradiação para verificação e validação do projeto do elemento combustível e das obras civis de acabamento da Estação de Tratamento de Efluentes Líquidos e Produção de Água Desmineralizada, início da montagem eletromecânica do Bloco 40 do LABGENE e aprovação de projeto de ciência, tecnologia e inovação à produção de hexafluoreto de urânio, da USEXA.

• **Principais entregas em 2024:** conclusão dos testes de irradiação para verificação e validação do projeto do elemento combustível e das obras civis de acabamento da Estação de Tratamento de Efluentes Líquidos e Produção de Água Desmineralizada; início da montagem eletromecânica do Bloco 40. do LABGENE; e aprovação de projeto de ciência, tecnologia e inovação à produção de hexafluoreto de urânio, da USEXA.

Fonte: Comando da Marinha

Projeto/Ação orçamentária	Início	Previsão inicial de Término	Previsão atualizada de Término	Valores em Reais (milhões)	% de execução	
					Física	Financeira
Estaleiro e Base Naval 123G	2009	2014	2033	Total do projeto: 16.391,1 Necessidade contratuais de 2024: 413,8 Dotação orçamentária (LOA 2024) (1): 345,0 Contingenciamento (2): 0,00 Bloqueio de recursos (3): 0,00 Pago LOA 2024: 352,5 Pago até 2024 (4): 10.332,6 Valores inscritos em restos a pagar processados e não processados: 2,6 Valores pagos de reajustes em 2024: 164,08 Valores pagos de atualização monetária em 2024: 0 Valores pagos de encargos contratuais em 2024: 0	Realizada: 77,9% A realizar: 22,1%	Realizada: 63,0% A realizar: 37,0%

• **Produto final:** dotar a MB de Infraestrutura industrial e logística para construção, manutenção e operação de submarinos convencionais e de propulsão nuclear, com os seguintes produtos finais: Unidade de Fabricação de Estrutura Metálica (UFEM), Estaleiro de Construção, Estaleiro de Manutenção e Base de Submarinos da Ilha da Madeira, construídos.

• **Principais entregas até 2024:** Conclusão da Unidade de Fabricação de Estrutura Metálica (UFEM); o Estaleiro de construção; prédio da tripulação do submarino, oficinas, prédio da administração, almoxarifado e instalações para manutenção dos submarinos do Estaleiro de Manutenção; dez cais para atracação de submarinos, túnel de acesso, prédios administrativos e dos simuladores, centros integrados de controle, posto de atendimento de saúde e edifício administrativo da Base de Submarinos da Ilha da Madeira; prédio do comando, pátio de manobra, estação de rádio, linha de transmissão de 138 kV, canal de macrodrenagem, cais 3 e 4 e ativação do enlace rádio do Estaleiro de manutenção e da Base de Submarino da Ilha da Madeira.

• **Principais entregas em 2024:** prédio do comando, pátio de manobra de submarino, estação de rádio, linha de transmissão de 138 kV, canal de macrodrenagem, cais 3 e 4 e ativação do enlace rádio do Estaleiro de manutenção e da Base de Submarino da Ilha da Madeira.

Fonte: Comando da Marinha

Projeto/Ação orçamentária	Início			Valores em Reais (milhões)	% de execução

		Previsão inicial de Término	Previsão atualizada de Término		Física	Financeira
Navios- Patrulha 1N47	2008	2035	2036	Total do projeto: 3.662,9 Necessidade contratuais de 2024: 150,0 Dotação orçamentária (LOA 2024) (1): 80,3 Contingenciamento (2): 0,00 Bloqueio de recursos (3): 0,00 Pago LOA 2024: 32,5 Pago até 2024 (4): 51,4 (*) Valores inscritos em restos a pagar processados e não processados: 48,3	Realizada: 3,7% A realizar: 96,3%	Realizada: 1,7% A realizar: 98,3%

• **Produto final**: onze navios-patrulha.

• **Principais entregas até 2024**: continuação da Edificação final do casco e revisão das obras vivas do navio-patrulha Mangaratiba e adaptação e integração da alça optrônica da embarcação.

• **Principais entregas em 2024**: Edificação final do casco; retomada da construção do navio-patrulha Miramar, com a edificação do sub-bloco 21-02C, no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro; assinatura do termo de compromisso IPqM-DGePM para desenvolvimento dos Sistema de Controle e Monitoração (SCM) e Sistema de Comando e Controle Georreferenciado (SicC2Geo); e assinatura do contrato para aquisição do Sistema de Comunicação por Satélite na Banda X.

(*) somatório de pagamentos realizados com recursos do PAC

Fonte: Comando da Marinha

Projeto/Ação orçamentária	Início	Previsão inicial de Término	Previsão atualizada de Término	Valores em Reais (milhões)	% de execução	
					Física	Financeira
Fragatas Tamandaré 15OZ	2019	2027	2030	Total do projeto: 13.293,3 Necessidade contratuais de 2024: 1.432,4 Dotação orçamentária (LOA 2024) (1): 2.353,00 Contingenciamento (2): 0,00 Bloqueio de recursos (3): 0,00 Pago LOA 2024: 1.432,4 Pago até 2024 (4): 6.515,06 Valores inscritos em restos a pagar processados e não processados: 0,0	Realizada: 55,62 A realizar: 44,38	Realizada: 49,0% A realizar: 51,0%

• **Produto final**: 04 navios militares de alta complexidade tecnológica, com deslocamento de até 3.465 toneladas, comprimento de 107 metros, dotados de convoo, hangar para helicóptero, radares e demais sensores e armamentos, construídos no país.

• **Principais entregas até 2024**: seleção do consórcio responsável, formado pelas empresas TKMS, Embraer e Atech, assinatura do contrato, projeto básico, projeto detalhado, aquisição de equipamentos dos navios, início da construção e batimento da quilha da Fragata "Tamandaré" - F200 e início da construção da Fragata "Jerônimo de Albuquerque"- F201.

• **Principais entregas em 2024**: lançamento da Fragata Tamandaré F200, batimento de quilha da Fragata Jerônimo de Albuquerque F201 e corte da 1ª chapa de aço da Fragata Cunha Moreira F202, marco do início da construção física do 3º navio.

Fonte: Comando da Marinha

Empreendimentos do Comando do Exército

Projeto/Ação orçamentária	Início	Previsão inicial de Término	Previsão atualizada de Término	Valores em Reais (milhões)	% de execução	
					Física	Financeira
Viaturas Blindadas 14T4	2012	2040	2040	Total do Programa: 30.585,1	Realizada: 35,4% A realizar: 64,6%	Realizada: 13,9% A realizar: 86,1%
				Necessidade contratuais de 2024: 1.111,0		
				Dotação orçamentária (LOA 2024) (1): 657,7		
				Contingenciamento (2): 0,00		
				Bloqueio de recursos (3): 0,00		
				Pago LOA 2024: 96,2		
				Pago até 2024 (4): 4.265,3		
				Valores inscritos em restos a pagar processados e não processados: 912,6		
				Valores pagos de reajustes em 2024: 30,998		
				Valores pagos de atualização monetária em 2024: 0		
				Valores pagos de encargos contratuais em 2024: 0		

• **Produto final**: 2.160 viaturas blindadas

• **Principais entregas até 2024**: 765 viaturas blindadas, sendo 712 viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal Médias sobre Rodas (VBTP-MR Guarani 6x6), 32 Viaturas Blindadas Multitarefas Leves sobre Rodas (VBMT-LR Guarani 4x4) 20 Viaturas Blindadas Especializadas de Socorro Médias Sobre Rodas (VBE Socorro 6X6) e 01 Viatura Cascavel modernizada.

• **Principais entregas em 2024**: 60 Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal Média sobre Rodas (VBTP-MSR Guarani 6x6), 8 Sistemas de Armas – Torre Automatizada REMAX) e 3 sistemas de Comando e Controle completos, com computador tático militar.

Fonte: Comando do Exército

Projeto/Ação orçamentária	Início	Previsão inicial de Término	Previsão atualizada de Término	Valores em Reais (milhões)	% de execução	
					Física	Financeira
Programa Astros 14LW	2011	2031	2031	Total do programa 2.435,0 Necessidade contratuais de 2024: 135,0 Dotação orçamentária (LOA 2024) [1]: 95,5 Contingenciamento [2]: 0,00 Bloqueio de recursos [3]: 0,00 Pago LOA 2024: 30,8 Pago até 2024 [4] 1.532,9 Valores inscritos em restos a pagar processados e não processados: 70,6 Valores pagos de reajustes em 2024: 6,769 Valores pagos de atualização monetária em 2024: 0 Valores pagos de encargos contratuais em 2024: 0	Realizada: 63,1% A realizar: 36,9%	Realizada: 63,0% A realizar: 37,0%

• **Produto final**: Implantação de 100% do Sistema Estratégico de Artilharia de longo alcance, com capacidade de lançar foguetes guiados e mísseis até 300 km.

•**Principais entregas até 2024**: modernização de 38 viaturas modelo MK3-M, aquisição de 45 viaturas no padrão MK-6, entrega de 15 viaturas logísticas e de simuladores para o Sistema Astros, Implantação de três organizações militares e produção de 10 bancadas de testes para manutenção das Viaturas Blindadas de Combate Obuseiro Autopropulsado M109.

• **Principais entregas em 2024**: entrega do pavilhão do Sistema Transportável de Rastreio de Engenhos em Voo (STREV), aquisição dos equipamentos de comunicações para instalação do sistema de segurança da área dos paióis do Depósito Central de Munições (DCMun-RJ), produção de 10 bancadas de testes para a manutenção das Viaturas Blindadas de Combate Obuseiro Autopropulsado M109 e entregas parciais da infraestrutura no Forte Santa Bárbara e do Sistema Integrado de Simulação ASTROS.

Fonte: Comando do Exército

Projeto/Ação orçamentária	Início	Previsão inicial de Término	Previsão atualizada de Término	Valores em Reais (milhões)	% de execução	
					Física	Financeira
SISFRON 14T5	2012	2039	2039	Total do programa: 15.100,0 Necessidade contratuais de 2024: 500,0 Dotação orçamentária (LOA 2024) [1]: 357,0 Contingenciamento [2]: 0,00 Bloqueio de recursos [3]: 0,00	Realizada: 19,8% A realizar: 81,2%	Realizada: 19,2% A realizar: 80,8%

				Pago LOA 2024: 135,9 Pago até 2024 (4): 2.903,2 Valores inscritos em restos a pagar processados e não processados: 341,2 Valores pagos de reajustes em 2024: 1,218 Valores pagos de atualização monetária em 2024: 0 Valores pagos de encargos contratuais em 2024: 0		

• **Produto final**: implantação de 100% do sistema integrado de sensoriamento, apoio à decisão e à operação, composto, entre outros meios, de: sistemas de sensoriamento portáteis ou instalados em plataformas de superfície, aéreas e orbitais; sistemas de comunicações; sistemas de tecnologia da informação; simuladores; e sistemas operacionais de defesa

• **Principais entregas até 2024**: conclusão da Implantação do projeto piloto do SISFRON no Estado do Mato do Grosso do Sul; entrega de 38 obras de infraestruturas e adequações nas Organizações Militares (OM) nos Estados do PR, MS e MT; implantação da infraestrutura do HF celular (RICH), na Amazônia; construção do Centro de Comando e Controle Fixo do 66º Batalhão de Infantaria Motorizado (Cárceres – MT) e do 14º Regimento de Cavalaria Mecanizado (São Miguel D'Oeste – SC); entrega de 01 aeronave remotamente pilotada SARP Cat 2 – Nauru 1000 para o Comando de Aviação do Exército; e implantação dos Módulos Especiais de Fronteira na área do Comando Militar da Amazônia (CMA).

• **Principais entregas em 2024**: prosseguimento da implantação da Fase 2 (região fronteiriça de MS/MT) e Fase 3 (região fronteiriça do PR); e foram adquiridos meios de sensoriamento, comunicações, TI, viaturas e embarcações logísticas, além de obras de infraestrutura para permitir o suporte adequado, merecendo destaque: obra de Construção do Pátio de Containers do CECMA/CMA, executada pelo 6º BEC (Boa Vista-RR); 2 módulos de abastecimento (15.000 L) ao Comando da 13ª Brigada de Infantaria Motorizada (Cuiabá – MT) e 435 Microcomputadores para as OM da 15ª Brigada de Infantaria Mecanizada integrantes do Projeto SAD 3.

Fonte: Comando do Exército

Projeto/Ação orçamentária	Início	Previsão inicial de Término	Previsão atualizada de Término	Valores em Reais (milhões)	% de execução	
					Física	Financeira
Aviação do Exército 3138	2017	2038	2038	Total do programa: 4.305,86 Necessidade contratuais de 2024: 260,0 Dotação orçamentária (LOA 2024) [1]: 243,0 Contingenciamento [2]: 0,00 Bloqueio de recursos [3]: 0,00 Pago LOA 2024: 259,8 Pago até 2024 [4]: 1.292,3 Valores inscritos em restos a pagar processados e não processados: 11,2 Valores pagos de reajustes, atualização monetária e encargos contratuais: 0	Realizada: 30% A realizar: 70%	Realizada: 30% A realizar: 70%

• **Produto final:** 34 (trinta e quatro) helicópteros Fennec HA-1A e 34 (trinta e quatro) helicópteros Pantera K2 HM-1A modernizados; novas frotas de 12 (doze) helicópteros de manobra UH-60M Black Hawk, 04 (quatro) aeronaves de asa fixa e 05 (cinco) helicópteros de ataque; sistemas de armamento axial e de imageamento aéreo para a frota de helicópteros de reconhecimento e ataque e para a frota de helicópteros de manobra; 4 (quatro) SARP para conduzir tarefas de IRVA (Inteligência, Reconhecimento, Vigilância e Aquisição de Alvos), C3I e Ataque; frota de simuladores de voo de helicópteros Fennec modernizada; 01 (um) simulador de voo FFS (Full Flight Simulator) do helicóptero HM-1A Pantera K2; Sistemas C3I (Comando, Controle, Comunicações e Inteligência) e de Guerra Eletrônica para a frota de helicópteros de reconhecimento e ataque e para a frota de helicópteros de manobra.

• **Principais entregas até 2024:** 34 aeronaves HA-1A Fennec modernizadas, 34 aeronaves HM-1A Pantera K2 modernizadas. Assinatura do contrato da aquisição, via FMS (Foreign Military Sales), de 12 (doze) helicópteros UH-60M Black Hawk e início da capacitação dos aeronavegantes que operarão a frota, continuação da obra do Pelotão de Transporte Aéreo, Suprimento e Serviços Especiais de Aviação (TASA) e continuação da obra do Centro de Instrução de Aviação do Exército (CIAvEx).

• **Principais entregas em 2024:** Modernização de 02 aeronave HM-1A Pantera K2, Assinatura do contrato da aquisição, via FMS (Foreign Military Sales), de 12 (doze) helicópteros UH-60M Black Hawk e início da capacitação dos aeronavegantes que operarão a frota, continuação da obra do Pelotão de Transporte Aéreo, Suprimento e Serviços Especiais de Aviação (TASA) e Continuação da obra do Centro de Instrução de Aviação do Exército (CIAvEx).

Fonte: Comando do Exército

Empreendimentos do Comando da Aeronáutica

Projeto/Ação orçamentária	Início	Previsão inicial de Término	Previsão atualizada de Término	Valores em Reais (milhões)	% de execução	
					Física	Financeira
Aeronave FX-2 (F39-GRIPEN) 14T0	2014	2028	2034	Total do programa: 24.894,3 Necessidade contratuais de 2024: 3.006,8 Dotação orçamentária (LOA 2024) [1]: 1.351,1 Contingenciamento [2]: 0,00 Bloqueio de recursos [3]: 0,00 Pago LOA 2024: 1.655,8 Pago até 2024 [4]: 13.659,4 Valores inscritos em restos a pagar processados e não processados: 84,8 Valores pagos de reajustes / atualização monetária em 2024: 302,987 Valores pagos de encargos contratuais em 2024: 1.811,39	Realizada: 22,2% A realizar: 77,8%	Realizada: 54,9% A realizar: 45,1%

- **Produto final**: 36 aeronaves de caça multiemprego adquiridas, armamentos, simuladores de voo, logística inicial, transferência de tecnologia, serviços de suporte logístico contratados, serviços de integração de sistemas e armamentos.
- **Principais entregas até 2024**: recebimento de oito aeronaves.
- **Principais entregas em 2024**: recebimento de duas aeronaves.

Fonte: Comando da Aeronáutica

Projeto/Ação orçamentária	Início	Previsão inicial de Término	Previsão atualizada de Término	Valores em Reais (milhões)	% de execução	
					Física	Financeira
Aeronave KC-X 123B	2009	2023	2026	Total do programa: 5.846,0 Necessidade contratuais de 2024: 0,00 Dotação orçamentária (LOA 2024) [1]: 0,00 Contingenciamento [2]: 0,00 Bloqueio de recursos [3]: 0,00 Pago LOA 2024: 0,00 Pago até 2024 [4]: 5.835,9 Valores inscritos em restos a pagar processados e não processados: 10,1 Valores pagos de reajustes / atualização monetária em 2024: 0,686 Valores pagos de encargos contratuais em 2024: 0,483	Realizada: 99,9% A realizar: 0,1%	Realizada: 99,8% A realizar: 0,2%
• **Produto final:** 100% da aeronave de transporte militar e reabastecimento em voo, desenvolvida e certificada. • **Principais entregas até 2024:** realização de campanhas de ensaio em voo (99,9% de execução). • **Principais entregas em 2024:** não houve						

Fonte: Comando da Aeronáutica

Projeto/Ação orçamentária	Início	Previsão inicial de Término	Previsão atualizada de Término	Valores em Reais (milhões)	% de execução	
					Física	Financeira
Aeronave KC-390 14XJ	2014	2034	2034	Total do programa: 13.388,1 Necessidade contratuais de 2024: 775,0 Dotação orçamentária (LOA 2024) [1]: 680,4 Contingenciamento [2]: 0,00 Bloqueio de recursos [3]: 0,00 Pago LOA 2024: 666,5 Pago até 2024 [4]: 4.836,5 Valores inscritos em restos a pagar processados e não processados: 91,3	Realizada: 36,8% A realizar: 63,2%	Realizada: 36,1% A realizar: 63,9%

				Valores pagos de reajustes / atualização monetária em 2024: 149,15		
				Valores pagos de encargos contratuais em 2024: 544,31		

• **Produto final**: 19 aeronaves de transporte militar e reabastecimento em voo.

• **Principais entregas até 2024**: recebimento de sete aeronaves.

• **Principais entregas em 2024**: recebimento de uma aeronave.

Fonte: Comando da Aeronáutica

Projeto/Ação orçamentária	Início	Previsão inicial de Término	Previsão atualizada de Término	Valores em Reais (milhões)	% de execução	
					Física	Financeira
Aeronave KC-30 (A330-200) 162M	2024	2030	2030	Total do programa: 1.431,5 Necessidade contratuais de 2024: 0,0 Dotação orçamentária (LOA 2024) (1): 0,0 Contingenciamento (2): 0,00 Bloqueio de recursos (3): 0,00 Pago LOA 2024: 0,0 Pago até 2024 (4): 0,0 Valores inscritos em restos a pagar processados e não processados: 0,0	Realizada: 0,0% A realizar: 100,0%	Realizada: 0,0% A realizar: 100,0%

• **Produto final**: conversão das duas aeronaves AIRBUS 330-200 da FAB em aeronaves com capacidades de reabastecimento em voo (REVO) e evacuação aeromédica (MEDEVAC).

• **Principais entregas até 2024**: provavelmente o projeto será postergado, devido às evoluções dos cenários geopolíticos global e regional.

• **Principais entregas em 2024**: não houve

Fonte: Comando da Aeronáutica

Empreendimentos do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas

Projeto/Ação orçamentária	Início	Previsão inicial de Término	Previsão atualizada de Término	Valores em Reais (milhões)	% de execução	
					Física	Financeira
Helicópteros H-X BR 123J	2008	2026	2026	Total do projeto: 7.521,7 Necessidade contratuais de 2024: 306,1 Dotação orçamentária (LOA 2024) [1]: 213,6 Contingenciamento [2]: 0,00 Bloqueio de recursos [3]: 0,00 Pago LOA 2024: 255,8 Pago até 2024 [4]: 6.935,6 Valores inscritos em restos a pagar processados e não processados: 2,5 Valores pagos de reajustes / atualização monetária em 2024: 47,06 Valores pagos de encargos contratuais em 2024: 225,76	Realizada: 93,6% A realizar: 6,4%	Realizada: 92,2% A realizar: 7,8%

• **Produto final:** 47 helicópteros de médio porte de emprego geral, com a seguinte destinação: 15 para a MB; 15 para o EB; e 17 para a FAB, sendo 2 delas para Grupo de Transporte Especial, em apoio à Presidência da República (EMCFA).

• **Principais entregas até 2024**: 44 helicópteros (14 MB, 14 EB e 16 FAB, sendo 2 delas para o Grupo de Transporte Especial, em apoio à Presidência da República (EMCFA).

• **Principais entregas em 2024**: 1 helicóptero (FAB).

Fonte: Comando da Aeronáutica / EMCFA

Projeto/Ação orçamentária	Início	Previsão inicial de Término	Previsão atualizada de Término	Valores em Reais (milhões)	% de execução	
					Física	Financeira
Helicópteros TH-X 15W4	2022	2027	2028	Total do projeto: 554,7 Necessidade contratuais de 2024: 164,4 Dotação orçamentária (LOA 2024) [1]: 50,6 Contingenciamento [2]: 0,00 Bloqueio de recursos [3]: 0,00 Pago LOA 2024: 36,1 Pago até 2024 [4]: 120,3	Realizada: 3,7% A realizar: 96,3%	Realizada: 21,7% A realizar: 78,3%

				Valores inscritos em restos a pagar processados e não processados: 21,4		
				Valores pagos de reajustes / atualização monetária em 2024: 0		
				Valores pagos de encargos contratuais em 2024: 36,33		

- **Produto final**: 27 helicópteros leves, sendo 15 para a Marinha do Brasil (MB) e 12 para a Força Aérea Brasileira (FAB).
- **Principais entregas até 2024**: 1 helicóptero (FAB).
- **Principais entregas em 2024:** 1 helicóptero (FAB).

Fonte: Comando da Aeronáutica / EMCFA

Programa Estratégico de Comando e Controle de Defesa (PEC²)

Objetivo: O Programa tem por finalidade consolidar projetos de Comando e Controle de interesse do Setor de Defesa que se encontram em desenvolvimento pelo EMCFA e pelas Forças Singulares, com vistas a promover a sinergia entre eles e a interoperabilidade entre as Forças. São considerados programas interoperáveis aqueles que possuírem potencial para operação conjunta das três forças Singulares ou de, pelo menos, duas simultaneamente.

O Programa Estratégico de Comando e Controle (PEC²) contempla os seguintes os projetos:

a) Sistema de Planejamento Operacional Militar (SIPLOM) - O SIPLOM é o principal sistema de informação e de apoio à decisão empregado no COC e nos CC² COp ativados. Trata-se de um sistema inserido no contexto do SISMC², de arquitetura modular, que possibilita apoiar os Comandos Operacionais no processo de tomada de decisão, desde o exame de situação até o controle da operação planejada;

b) Sistema Tático de Enlace de Dados em Radiopropagação Naval (STERNA) - Projeto desenvolvido pelo Instituto de Pesquisas da Marinha (IPqM), que se constituem em um Link de Dados Táticos que permite o compartilhamento automático, de forma segura e em tempo próximo do real, de informações táticas, entre unidades operativas, tais como: navios, submarinos e centros de comando em terra;

c) Multi Data Link Processor (MDLP) - Desenvolvido pelo Centro de Análises de Sistemas Navais (CASNAV); é um projeto resultante dos conhecimentos e das experiências adquiridas com o Projeto INTERC2, implementado por determinação da Subchefia de Comando e Controle (SC-1), como piloto, para ser empregado no nível tático;

d) Interoperabilidade de Comando e Controle (INTERC²) - Desenvolvido pelo Centro de Análises de Sistemas Navais (CASNAV). É um barramento (middleware) que estabelece as comunicações entre sistemas ou redes, por meio de um protocolo comum e um catálogo de mensagens unificado;

e) Radio Definido por Software (RDS-DEFESA) - Desenvolvido pelo Centro Tecnológico do Exército (CTEx). É um conjunto de tecnologias de hardware e software em que, algumas ou todas, as funções do rádio, são implementadas através de software ou firmware atualizáveis;

f) Link Tático Aeronáutico (Link BR2) - Desenvolvido pela Empresa AEL/ELBIT, prevê a criação de um sistema "data link" de alta capacidade que permitirá que unidades integrantes da rede possam trocar mensagens pré-formatadas, imagens e dados táticos das unidades terrestres, navais e aéreas;

g) Terminal de Integração de Dados em HF (TID-HF) - Desenvolvido pelo Centro Tecnológico do Exército (CTEx). Visa agregar aos rádios legados de HF, atualmente existentes nas Forças Singulares (FS), a capacidade de comunicação de dados em rede, por meio da integração de um módulo de hardware/software, de baixo custo, utilizando as formas de onda desenvolvidas no Projeto RDS-Defesa; e

h) Idetificacion Friend or Foe (IFF Modo 4) - Desenvolvido pelo Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE). Visa ao desenvolvimento de um equipamento (interrogador) capaz de identificar os meios aéreos das três Forças Singulares, por meio de criptografia nacional, junto aos radares de vigilância aérea, vigilância aeronaval (embarcados) e antiaéreos, ampliando a consciência situacional dos meios envolvidos, o alcance da detecção dos meios equipados e a identificação da plataforma como amiga ou hostil, tornando o Brasil independente de aquisições de tecnologia internacional.

Projeto/Ação orçamentária	Início	Previsão de Término	Valores em Reais (milhões)	% de execução
				Física
Programa Estratégico de Comando e Controle de Defesa	2021	2026	Total do projeto: 270,2 Dotação orçamentária (LOA 2024) (1): 12,20 Pago até 2024 (4): 93,50	Realizada: 77% A realizar: 23%
• **Produto final:** desenvolvimento e/ou aquisição de sistemas, ferramentas e equipamentos integrados e interoperáveis de comunicações, comando e controle. • **Principais entregas até 2024**: integração de aeronave ao sistema e segmento de solo (Projeto Link-BR2); elaboração e implementação da interface de comunicação de dados do Sistema Tático de Enlace de Dados em Radiopropagação Naval (STERNA); e protótipo da versão veicular do Rádio Definido por Software de Defesa (RDS-DEFESA**).** • **Principais entregas em 2024**: versão 2024 do Sistema de Planejamento Operacional Militar (SIPLOM); e aumento no desempenho da taxa de transmissão do Sistema Tático de Enlace de Dados em Radiopropagação Naval (STERNA), atingindo 9.600 bps.				

Fonte: EMCFA

Programa de Defesa Cibernética da Defesa Nacional

Objetivo: tem o propósito de dotar o MD e as Forças Armadas da estrutura de defesa necessária para desenvolver eficazmente todo o espectro das ações cibernéticas, possibilitando atuar com liberdade de ação no espaço cibernético de interesse da Defesa Nacional e negando esta possibilidade aos oponentes.

Projeto/Ação orçamentária	Início	Previsão de Término	Valores em Reais (milhões)	% de execução
				Física
Programa de Defesa Cibernética da Defesa Nacional	2015	2035	Total do projeto: 3.278,70 Dotação orçamentária (LOA 2024) [1]: 63,94 Pago até 2024 [4]: 203,62	Realizada: 13% A realizar: 87%

• **Produto final:** Sistema de Defesa Cibernética estruturado para atuar no espaço cibernético, de forma confiável e com liberdade de ação, para proteger-se e defender-se de ações e/ou ataques cibernéticos.

• **Principais entregas até 2024**: aquisição de soluções tecnológicas para o Sistema de Busca Avançada de Ameaças Cibernéticas; capacitação especializada de recursos humanos; concepção inicial do Sistema Militar de Defesa Cibernética; estruturação de Projetos Pilotos para os Sistemas para Gestão do Conhecimento e Gestão de Talentos; execução parcial da implantação do Centro de Operações de Defesa Cibernética (COpDCiber - 1ª fase); infraestrutura de certificação digital para proteção cibernética e ampliação da capacidade cibernética; realização do Exercício Guardião Cibernético 5.0 (simulação de proteção de infraestruturas críticas estratégicas); e requisitos para a estruturação do Observatório de Defesa Cibernética e da base normativa para avaliação de Sistemas Cibernéticos de Defesa**.**

• **Principais entregas em 2024**: **:** apoio em resiliência a organizações do MD e do Exército Brasileiro; aquisição de licenças de software de gerenciamento e correlação de eventos de segurança (Projeto Sistema de Busca Avançada de Ameaças Cibernéticas); aquisição de soluções tecnológicas para ações e operações cibernéticas; ativação do Projeto Rede de Comunicação Quântica de Defesa; capacitação especializada de recursos humanos; elaboração de proposta da 1ª versão das Normas Operacionais do Sistema de Defesa Cibernética (NOSDCIBER); expansão e aperfeiçoamento dos processos e ferramentas disponibilizados pela Autoridade Certificadora de Defesa, bem como ativação do Carimbo de Tempo; implementação de soluções para aumento das capacidades cibernéticas da Marinha, Exército e Força Aérea Brasileira; participação em Exercícios de adestramento nacionais e internacionais; prosseguimento da implantação do Centro de Operações de Defesa Cibernética (COpDCiber - 1ª fase), com ativação prevista para junho de 2025; prosseguimento na estruturação da Escola Nacional de Defesa Cibernética; e realização do Exercício Guardião Cibernético 6.0, um marco importante na proteção das infraestruturas críticas do Brasil, que reuniu representantes de setores prioritários em um esforço coordenado para enfrentar as ameaças cibernéticas crescentes.

Fonte: EMCFA

Fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID)

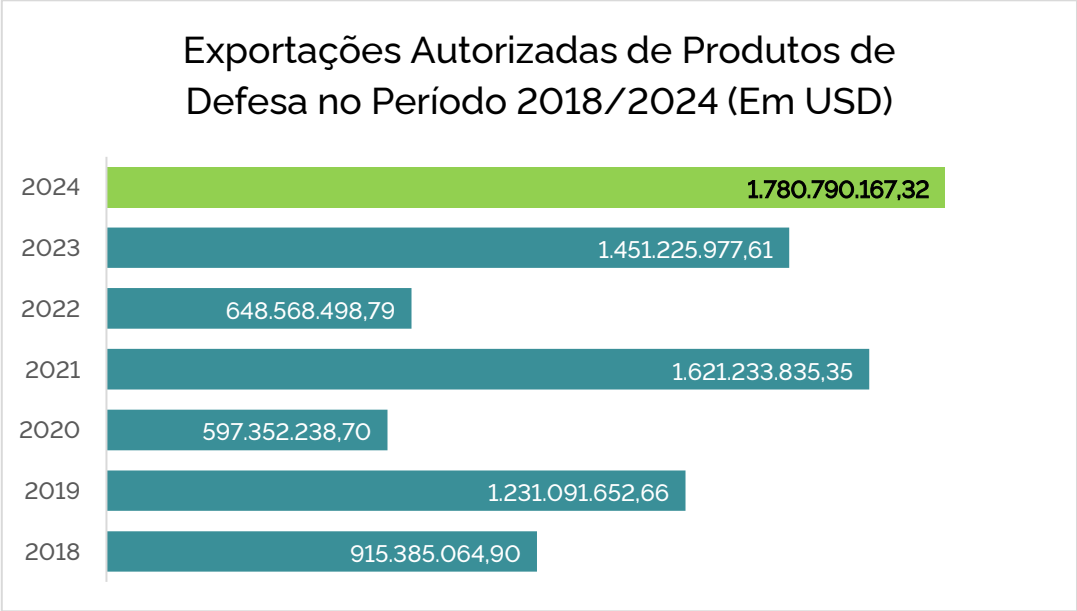
A defesa do País é indissociável de seu desenvolvimento, na medida em que um eventual emprego da expressão militar depende das capacidades disponíveis (infraestruturas, instaladas e potenciais, e capital humano) e, ao mesmo tempo, contribui para o incremento das potencialidades nacionais, inclusive das industriais, e para o aprimoramento de todos os recursos de que dispõe o Estado brasileiro. O fomento a uma indústria nacional de defesa contribui para o crescimento do país, na medida em que gera divisas e empregos diretos e indiretos e desenvolve produtos que serão úteis ao setor civil. Também é imperioso que o aparato de defesa esteja de acordo com as mais avançadas práticas e tecnologias, o que requer uma boa condição de desenvolvimento científico e tecnológico nacional.

Nesse contexto, a defesa do Brasil exige o permanente fortalecimento de sua BID, formada pelo conjunto de organizações estatais e privadas, civis e militares, que realizam ou conduzam, no País, pesquisas, projetos, desenvolvimento, industrialização, produção, reparo, conservação, revisão, conversão, modernização ou manutenção de produtos ou sistemas de defesa.

Seguem os principais resultados das ações voltadas ao fortalecimento da BID em 2024:

Incentivos à BID

Em relação à promoção comercial, o ano de 2024 registrou um volume recorde de exportações autorizadas de Produtos de defesa, que atingiu o valor total de US$ 1.780.790.167,32, superando em cerca de 8% o recorde histórico ocorrido em 2021 e consolidando um crescimento de cerca de 170% desde o início do atual governo.



Fonte: SEPROD

Participação em feiras e exposições nacionais e internacionais

A participação em feiras e exposições é um relevante instrumento de promoção que dá oportunidade à BID de apresentar seus produtos a potenciais interessados, tanto no país quanto no exterior. Vale destacar que inúmeros contratos de fornecimento de bens e serviços têm início em negociações em feiras das quais o MD participa, condição exigida por outros países em todos os eventos onde os produtos brasileiros são expostos. Em 2024, foram realizadas as seguintes exposições no País: Santa Catarina Defense Expo (SC Expo), Brazilian Defense Day Embaixadas e 8ª Mostra BID Brasil. Essa última, um dos eventos mais relevantes de 2024, foi realizada em Brasília, de 3 a 5 de dezembro, servindo como uma plataforma para o fortalecimento da indústria de defesa e segurança do Brasil, promovendo o diálogo, parcerias comerciais e a expansão mercadológica. O evento reuniu os principais atores do mercado de defesa brasileiro e delegações estrangeiras, promovendo debates, negócios e demonstrações de produtos e serviços de defesa.

Adicionalmente, em 2024, foram também realizados 14 eventos de divulgação internacional da BID, nas Américas (Chile, Colômbia, EUA), África (África do Sul, Botsuana, Moçambique, Namíbia e Tanzânia), Ásia e Oriente Médio (Índia, Jordânia, Malásia, Paquistão, Singapura e Vietnã) e Europa (França, Reino Unido e República Tcheca).

Tais eventos, nacionais e internacionais, são instrumentos de divulgação da indústria de defesa do País no cenário internacional e contribuem de forma importante para o aumento alcançado das exportações.

Realização de Diálogos de Indústria de Defesa

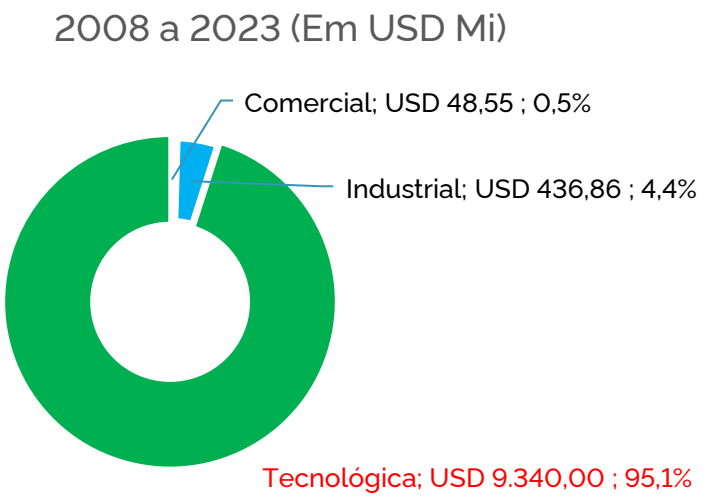
Foram realizadas diversas atividades voltadas ao intercâmbio industrial em defesa com países possuidores de interesse em manter relações comerciais e industriais na área de defesa com o Brasil, com destaque para a recepção e a interação com delegações estrangeiras que visitaram Empresas Estratégicas de Defesa no País e a realização de encontros com organismos de defesa congêneres da: Arábia Saudita, Áustria, Colômbia, Equador, Eslováquia, Índia, Jordânia, França, Suécia e Turquia.

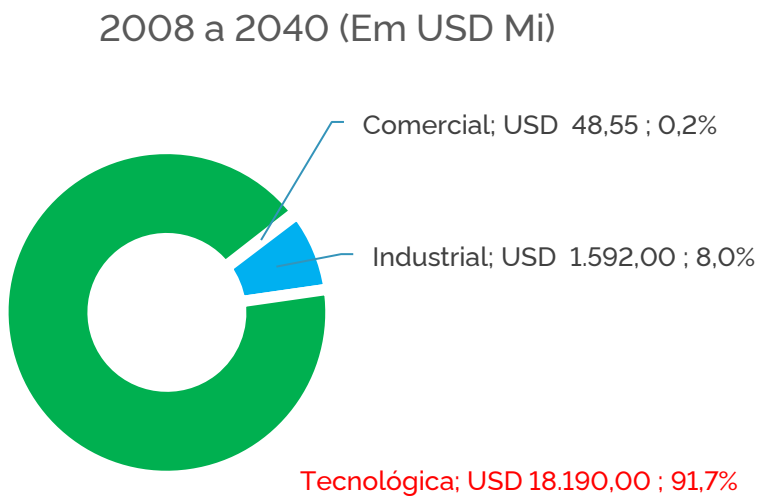
Credenciamento de Empresas e Produtos de Defesa

Merece destaque o crescimento de 18,22% de produtos classificados como Produtos de Defesa (PRODE) e Produtos Estratégicos de Defesa (PED) e de 18,59% do quantitativo de empresas credenciadas como Empresas de Defesas (ED) e Empresas Estratégicas de Defesa (EED). Até dezembro de 2024, o acumulado de EED passou a ser de 228 e o de ED de 41. No mesmo contexto, o número total de PED passou a ser 1821 e o de PRODE 116.

Acompanhamento dos Acordos Off-set das Forças Armadas

O Ministério da Defesa monitorou os Acordos de *Off-set* das Forças Armadas e constatou que 95% dos créditos reconhecidos até 2023 e 92% dos créditos projetados até 2040 foram destinados a compensações tecnológicas, refletindo o alinhamento estratégico com os objetivos da Política de Compensação Tecnológica, Industrial e Comercial de Defesa (PComTIC-Defesa). Essa prioridade promove a inovação, o fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID) e a modernização tecnológica, com foco nas Empresas Estratégicas de Defesa (EED) e nas Empresas de Defesa (ED), garantindo a evolução contínua da capacidade industrial nacional.





Fonte: relatório de acompanhamento interno do DEPROD/MD

Economia de Defesa

A partir da demanda do setor de defesa foi implementado o Proex Pré-embarque, nova modalidade do programa que visa apoiar empresas brasileiras que produzem bens e serviços para exportação, e enfrentam dificuldades para financiar a fase de produção com instrumentos privados, permitindo o desembolso do financiamento com antecedência de até 180 dias em relação à exportação. Isso é particularmente relevante para empresas do setor de defesa e empresas de menor porte.

O MD atuou também junto à CAMEX, na condição de membro, para obter a aprovação da redução do imposto de importação de produtos necessários à BID, dentre inúmeras outras ações desenvolvidas junto àquele órgão.

Vale destacar, ainda, a conclusão dos Eixos 1 e 2 do Plano de Trabalho do Acordo de Cooperação entre o Ministério da Defesa e a Associação das Indústrias de Material de Defesa (ABIMDE), sendo o Eixo 1 referente a ações de disseminação dos instrumentos disponíveis de alteração tarifária nas operações de importação, e o Eixo 2 referente às políticas ESG (*environmental, social and governance*), capacitando as empresas a se adaptarem ao contexto internacional e aumentando a competitividade.

Aperfeiçoamento e Governança do sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação

Foi realizado, em abril, o **1º Seminário de Fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) de Defesa** que teve como objetivo estimular e fortalecer as iniciativas tecnológicas voltadas para a Defesa. O evento reuniu representantes das Forças Armadas, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), em uma colaboração inédita para o avanço tecnológico na área de defesa nacional, estimulando o intercâmbio de experiências, além de fortalecer laços de cooperação voltados ao avanço no setor.

1º Seminário de Encomendas Tecnológicas para a Defesa, que teve como objetivo estimular as inovações tecnológicas para, junto às empresas especializadas, desenvolver projetos de pesquisa que possam ser de interesse da Defesa e difundir o conhecimento sobre a Lei nº 13.243/2016, denominada "Encomenda Tecnológica" (ETEC), que estimula a pesquisa e a capacitação científica e tecnológica, além de prever o desenvolvimento do sistema produtivo no país, incentivando a criação nacional de produtos de defesa por parte de especialistas, a fim de aumentar a autonomia da indústria de defesa nacional.

3˚ Seminário de Integração das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação do Ministério da Defesa (ICTMD), ocorrido em outubro, no Rio de Janeiro (RJ), com o objetivo de estimular a interoperabilidade e economicidade nos projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) entre instituições civis e empresas da BID. O evento proporcionou também a oportunidade de aumentar a sinergia nos projetos de ciência, tecnologia e inovação das Forças Armadas.

22ª Reunião sobre Projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação de Interesse da Defesa (REPID), realizada em outubro, no Rio de Janeiro (RJ), com o objetivo de integrar esforços para obter um alinhamento dos projetos de modo que não ocorra desperdício de tempo, recursos ou conhecimento, atingindo os melhores resultados possíveis. Na oportunidade, foram apresentadas propostas de novos projetos sobre Ciência, Tecnologia e Inovação de interesse da Defesa, visando construir uma indústria competitiva no cenário global. O evento reuniu representantes do MD, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP); além de militares das Forças Armadas.

Operações Militares Conjuntas e Singulares

Operação Ágata



A Operação ÁGATA é coordenada pelo Ministério da Defesa, e executada pelas três Forças Armadas, em parceria com órgãos de segurança pública e agências do Estado, das esferas federal, estadual e municipal, sob a égide das Operações Interagências. A concepção de emprego das Forças Armadas, na referida operação, foi aprovada pela Portaria GM-MD n° 3.628, de 30 de julho de 2024.

A Operação ÁGATA destina-se, precipuamente, ao combate à crimes transfronteiriços e ambientais, mas também intensifica a presença do Estado nas áreas fronteiriças, à integração com órgãos federais, estaduais e municipais e organizações da sociedade civil, além da cooperação técnica e logística entre os partícipes, otimizando as ações destes órgãos.

No contexto das operações foram realizadas as seguintes ações: ações cívico-sociais; atividades logísticas e de comunicações; integração e coordenação com Agências governamentais em apoio à população; operações especiais e de inteligência; patrulhamentos aéreos, terrestres e fluviais; postos de bloqueio nas calhas dos rios e nas principais rodovias; realização de revistas em embarcações, veículos automotores, pessoas e aeronaves; e vigilância em pistas de pouso e portos.

Ademais, ocorreram duas Operações Conjuntas planejadas, gerenciadas pelo EMCFA, a Operação Ágata Amazônia, de 12 de agosto a 7 de setembro, cujo Comandante Conjunto designado foi o Comandante do Comando Militar da Amazônia e a Ágata Oeste, de 2 a 11 de setembro, cujo Comandante Conjunto designado foi o Comandante do Quarto Comando Aéreo Regional.

Neste esforço, em 2024, as Forças Armadas cooperaram com o emprego de mais de 34.000 militares, realizando mais de 280.000 ações, colaborando para otimizar os resultados dos órgãos de segurança pública e outras agências do Estado.

A estimativa dos resultados obtidos apresentada pelas Forças Armadas ao Ministério da Defesa está no quadro ao lado.

APREENSÕES / NEUTRALIZAÇÕES 2024	TOTAL
Prisões	390
Aeronaves (Un)	6
Embarcações (Un)	207
Veículos (Un)	506
Armamentos (Un)	170
Dinheiro (R$)	1.628.908,00
Grãos (t)	111
Madeira (m³)	10755
Munição (Un)	4.908
Pescado/Carnes (t)	629.579,4
Cigarros (PCT)	516.275
Cocaína e PB (kg)	24.488,98
Maconha (kg)	566.308
Haxixe (kg)	1.876,34
Skank (kg)	5.081,63
Combustível (L)	134.967

Operação Ágata Singular Norte – 2024

Em 2024, foram realizadas quatro edições da Operação Ágata Singular Norte, nos meses de janeiro, maio, setembro e dezembro. Essas operações tiveram como objetivo intensificar a presença do Estado, com ações preventivas e repressivas contra delitos transfronteiriços e crimes ambientais, por meio de patrulhas e patrulhamentos nas águas jurisdicionais do Comando do 4º Distrito Naval, tendo sido empregados diversos navios e embarcações. A operação foi realizada em parceria com os seguintes órgãos: IBAMA, Polícia Civil, Polícia Federal, Receita Federal e Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS). Os esforços resultaram na apreensão de 2.266,833 m³ de madeira, 39 kg de cocaína e 180 kg de pescado.

Operação Ágata Singular Interagências

Foram realizadas várias Ações de Fiscalização do Tráfego Aquaviário (AFTA) e de Patrulhamento, nos meses de março, agosto e dezembro, nas áreas do Porto de Paranaguá e Antonina, Baía de Paranaguá, Ilha do Mel e Pontal do Paraná; na cidade de Foz do Iguaçu-PR, compreendendo os Rios Paraná e Iguaçu, entre a Barragem da Usina Hidrelétrica de Itaipu e as Cataratas do Iguaçu na região do Lago de Itaipu, entre as Cidades de Foz do Iguaçu-PR e Itaipulândia-PR; no Lago de Itaipu, entre as cidades de Itaipulândia-PR e Pato Bragado, na região do Lago de Itaipu, entre as cidades de Cândido Rondon-PR e Guaíra-PR e na região litorânea de Santos-SP, incluindo o Porto de Santos-SP, os fundeadouros e seus canais de acesso, e área marítima do Estado de São Paulo de acordo com a Carta de Instrução Operação Ágata nº 001-22, do Com8DN. As AFTA e o Patrulhamento foram planejados com base em dados de Inteligência e priorizando as atividades interagências, tendo como base o princípio da surpresa.

Garantia da Lei e da Ordem (GLO) (G20)



Em 8 de novembro de 2024, foi assinado o Decreto nº 12.243 que autorizou o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem, no período de 14 a 21 de novembro de 2024, por ocasião da reunião da Cúpula de Líderes do G-20, realizada na cidade do Rio de Janeiro.

Em seguida, em 12 de novembro de 2024, foi assinada a Portaria GM-MD n° 5.239, em que o Ministro da Defesa aprovou a Diretriz Ministerial, que regulou o emprego temporário e episódico das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem no período citado.

Assim, 21.197 militares das Forças Armadas participaram das atividades referentes à segurança da Cúpula, em articulação com os órgãos de segurança pública federais e do Estado do Rio de Janeiro.

Foram realizadas diversas atividades, com destaque para o deslocamento seguro de autoridades; a atuação no controle marítimo e no controle do espaço aéreo nas áreas dos eventos, implementando zonas de exclusão aérea e realizando patrulhas constantes para prevenir qualquer ameaça potencial. Essas medidas não apenas asseguraram a integridade dos eventos, mas também promoveram a confiança dos participantes, refletindo numa imagem positiva do Brasil perante os países convidados.

Operação Eleições 2024



Historicamente, as Forças Armadas apoiam a realização das eleições municipais nas localidades e municípios em que o Tribunal Superior Eleitoral solicitar. O objetivo é contribuir para o processo eleitoral, garantindo que os eleitores, independentemente do domicílio eleitoral, possam exercer o direito ao voto.

As Forças Armadas, por meio da Portaria GM-MD n° 4.462, de 18 de setembro de 2024, apoiaram a realização das eleições de 2024 com o emprego de 23 mil militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. A atuação ocorreu em 514 municípios (9.860 localidades), de 15 estados, com o auxílio em ações de logística e de segurança. Coordenado pelo Ministério da Defesa, o apoio das Forças Armadas incluiu, ainda, 3.200 meios, entre aeronaves, embarcações, navios e viaturas.

Na operação de segurança, que recebe o nome de Garantia da Votação e Apuração (GVA), os militares atuaram em conjunto com os órgãos de segurança pública, auxiliando na manutenção da ordem. Para o apoio logístico, os militares atuaram em atividades que incluíram a distribuição de material de votação, urnas e transporte de servidores da justiça eleitoral em comunidades situadas em áreas remotas ou que apresentassem riscos de instabilidade.

O efetivo militar empregado em 2024 foi mobilizado por meio da ativação de cinco Comandos Conjuntos (Amazônia, Leste, Nordeste, Norte e Oeste), além dos comandos permanentemente ativados da Marinha (ComOpNav), do Exército (COTER) e da Força Aérea (COMAE).

Operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) nos Portos e Aeroportos

No contexto do cumprimento de sua destinação constitucional, as Forças Armadas também atuam em prol da Garantia da Lei e da Ordem nos portos do Rio de Janeiro, Itaguaí e Santos e nos aeroportos Internacionais de São Paulo (Guarulhos) e do Rio de Janeiro (Tom Jobim/Galeão), no período de 06 de novembro de 2023 a 4 de junho de 2024 (Portaria GM-MD nº 5.371/2023, prorrogada pela Portaria GM-MD nº 2.392/2024). Esta ação teve por objetivo fortalecer o combate ao tráfico de drogas e de armas e a outras condutas ilícitas, por meio de ações preventivas e repressivas, reforçando a segurança nesses importantes hubs de transporte.

Nos portos, a Marinha executou abordagens, atividades de vigilância e patrulhamento, inspeções e apreensões de embarcações, de drogas, de armas e de itens contrabandeados. Foram realizadas 10,35 mil inspeções a navios e embarcações, resultando em 305 notificações e 34 apreensões de embarcações, totalizando 734 dias de mar, 19,52 mil milhas navegadas e 274 horas de voo de SARP (Sistema de Aeronaves Remotamente Pilotadas). Foram apreendidas desde o início da Operação a seguinte quantidade de drogas: 2,76 mil kg de maconha, 1,53 mil kg de cocaína e 258 Kg de pasta base de cocaína.

Nos dois aeroportos internacionais, as ações da Força Aérea Brasileira visaram à manutenção do controle do espaço aéreo, a fim de coibir atividades ilícitas, como o tráfico de drogas e armas. As ações realizadas resultaram na apreensão de 387,12 mil kg de drogas e 727 produtos contrabandeados. Além disso, 339.472 pessoas foram revistadas, sendo 319,15 mil passageiros e 20,33 mil funcionários, além de inspeções realizadas em 163.417 bagagens e 31.941 cargas e aeronaves.

A presença das Forças Armadas nos portos e aeroportos resultou em aumento significativo na apreensão de drogas e itens contrabandeados, demonstrando a eficácia das operações realizadas. Além de coibir o tráfico internacional, a ação melhorou a percepção de segurança entre passageiros e funcionários, e contribuiu para a fluidez das operações aeroportuárias.

Adestramentos Nacionais e Internacionais (Singulares e Conjuntos)

Adestramentos Conjuntos Específicos

Os Adestramentos Conjuntos Específicos, sob a coordenação e supervisão do EMCFA, são elaborados, planejados e executados com base nas propostas das Forças Armadas, com a finalidade de permitir a atualização e o nivelamento dos conhecimentos oriundos da discussão doutrinária dos temas em tendência e de proporcionar a padronização das Técnicas, Táticas e Procedimentos correspondentes.

Em 2024, ocorreram cinco Adestramentos Conjuntos Específicos no território nacional, com a capacitação de cerca de 15.000 militares. A Marinha do Brasil coordenou dois deles, o Exército Brasileiro dois e a Força Aérea Brasileira foi responsável por um, conforme a seguir:

- **Qualificação Operacional de Pouso das Aeronaves H225M a Bordo de Navio da Esquadra:** Operação POSEIDON, que empregou os seguintes meios da Marinha do Brasil e da Força Aérea Brasileira: Navio de Desembarque Multipropósito Bahia, Fragata União, além das aeronaves AH-11B Super

Lynx, H-36 Caracal, SH-16 Sea Hawk, UH-12 Esquilo e UH-15 Super Cougar. A Operação mobilizou um total de 577 militares e qualificou pilotos da MB e da FAB para pouso a bordo de Navio da Esquadra;

- **Emprego Combinado de Armas:** na edição de 2024, cerca de 3 mil militares da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira participaram da Operação FORMOSA, considerada como o maior exercício militar do Planalto Central. Realizada em setembro no Campo de Instrução de Formosa (CIF), a Operação contou com representantes da África do Sul, Argentina, França, Itália, México, Nigéria, Paquistão e República do Congo. Os Estados Unidos e a China enviaram Fuzileiros Navais para participarem da parte operativa. Destaca-se também a participação inédita de Soldados Fuzileiros Navais do sexo feminino;
- **Operação PERSEU 2024**: realizada na região do Vale do Paraíba, de 25/11 a 5/12, treinou as Forças de Prontidão Operacional, tropas aptas a serem empregadas em missões de defesa da pátria, cooperação e coordenação com agências e, quando necessário, apoio à política externa, com presteza, flexibilidade, eficácia e efetividade. Realizado no contexto das operações de multidomínio, englobando todas as capacidades de emprego das Forças, a Operação foi executada em condições mais próximas possíveis da realidade do combate, empregando a tropa no terreno real, aplicando a doutrina militar vigente dentro de um quadro tático de combate no amplo espectro. Ao todo, cerca de 8 mil militares participaram da Operação;
- **Exercício Conjunto Cruzeiro do Sul - CRUZEX 2024:** a edição 2024 do exercício ocorreu no período de 3 a 15 de novembro, na Base Aérea de Natal, com a participação de 16 países, mais de 3.000 militares e cerca de 100 aeronaves, entre brasileiras e estrangeiras, com o objetivo de aprimorar táticas conjuntas e fortalecer o preparo das unidades aéreas. As forças aéreas participante conduziram, ao longo de duas semanas, intensos treinamentos e trocaram experiências em operações de alta complexidade, nas quais nações aliadas compartilharam conhecimentos para fortalecer suas capacidades de defesa. Além das missões de ataque ao solo, escolta, superioridade aérea e reabastecimento em voo, foram introduzidos dois novos elementos em suas operações: os domínios cibernético e espacial; e
- **Adestramento Conjunto de Operações em Ambiente Urbano 2024:** a edição de 2024 foi realizada entre 7 e 18/06, no Centro de Instrução de Operações Urbanas (CIOU), em Campinas, São Paulo. Foi um exercício de nivelamento de conhecimentos, planejamento de Estado-Maior Conjunto e execução que envolveu 60 militares das três Forças.

Outros Adestramentos

Exercício Multinacional PANAMAX

O Exercício Multinacional PANAMAX, conduzido pelo *U.S. Southern Command*, Comando Sul dos Estados Unidos, em Miami, Flórida, tem seu foco na proteção do Canal do Panamá, envolvendo a capacitação de uma Força de Segurança Multinacional para resposta às ameaças transnacionais contra a livre navegação no referido canal. Em março, abril e junho de 2024, ocorreram três reuniões de planejamento, e, em agosto de 2024, a execução do exercício com a participação de integrantes do EMCFA e das Forças Armadas.

Exercício Multinacional EFES

O Exercício Multinacional EFES, conduzido pelas Forças Armadas da Turquia, tem seu foco em manter a interoperabilidade e o nível de prontidão das unidades das nações participantes. Em abril de 2024, ocorreu o Exercício de Posto de Comando assistido por computador e, em maio de 2024, a execução do exercício com a participação de integrantes do EMCFA e das Forças Armadas.

Planejamentos Estratégico, Operacional e Tático Citrino 2024

Foram conduzidos os Planejamentos Estratégico, Operacional e Tático CITRINO 2024, com base na Hipóteses de Emprego, conforme preconiza a Estratégia Militar de Defesa, com os objetivos de permitir o levantamento das necessidades de toda ordem para um eventual emprego conjunto das Forças Armadas, aplicar a doutrina de operações conjuntas e aperfeiçoar o respectivo processo. O nível estratégico ocorreu no mês de fevereiro, em Brasília-DF, o nível operacional ocorreu no mês de julho, na cidade de Manaus-AM, e o nível tático em duas fases, sendo uma fase no mês de setembro, também em Manaus, e outra fase no mês de novembro, em Belém-PA.

Exercício Global Sentinel 2024

No período de 5 a 16/02/2024, ocorreu o Global Sentinel 2024, na Vandenberg Space Force Base, localizada em Lompoc, na Califórnia, uma das Bases da recém-criada Força Espacial dos Estados Unidos. O Exercício contou com a participação de militares do Centro de Operações Espaciais (COPE) do Comando de Operações Aeroespaciais (COMAE) da Aeronáutica.

Organizado pelo Comando Espacial dos Estados Unidos da América (USSPACECOM), a atividade teve como principal objetivo promover a colaboração entre as nações na área de Consciência Situacional Espacial (SSA, do inglês Space Situational Awareness).

O exercício teve a participação de 25 países tendo como o principal resultado o aprimoramento dos TTPs (Táticas, Técnicas e Procedimentos) de cada país, bem como o desenvolvimento de protocolos de comando e controle para facilitar a troca de informações sobre dados orbitais entre os países participantes

Exercício Resolute Sentinel 2024

No período de 3 a 7/06/2024, o Brasil sediou uma das etapas do exercício militar internacional Resolute Sentinel Space, parte do Exercício Resolute Sentinel 2024 (RS 2024). O segmento espacial da RS 2024 contou com participação de forças aéreas e espaciais do Brasil, Colômbia, Peru, Equador e Estados Unidos. A iniciativa visou a aprimorar a capacidade de defesa espacial e a fomentar a cooperação entre os EUA e as nações parceiras no âmbito *da Joint Task Force-Space Defense Commercial Operations* (JCO).

O *Resolute Sentinel Space* contou com a ativação de células espaciais em três países simultaneamente: Brasil, Colômbia e Peru. No Brasil, a célula denominada *Southern Cross* foi ativada no Centro de Operações Espaciais (COPE), do Comando de Operações Aeroespaciais (COMAE) da Aeronáutica, em Brasília. Cada célula desempenhou um papel na simulação de eventos espaciais e na resposta a ameaças orbitais, bem como na produção e entrega de imagens satelitais.



A FAB, além de receber militares representantes dos países participantes na célula ativada, em Brasília, enviou dois oficiais para a Colômbia e um para o Peru, com o objetivo de auxiliar na coordenação das atividades realizadas nas respectivas células.

Uma das principais metas do *Resolute Sentinel Space* foi testar a capacidade de integração entre as nações participantes, especialmente na obtenção e compartilhamento de imagens de satélite de pontos de interesse na superfície terrestre trazidos pela direção do exercício.

Exercício COMAO FLIGHT 2024

Em outubro de 2024 a Base Aérea de Natal (BANT) recebeu aeronaves e equipes envolvidas no COMAO *Flight* 2024. O COMAO (do inglês *Composite Air Operations*), conhecido como Missão Aérea Composta na doutrina da Força Aérea Brasileira (FAB), visa a integrar e aumentar a interoperabilidade entre as diversas aviações e unidades participantes. O exercício simula um cenário de conflito realista, onde aeronaves de diferentes tipos, velocidades e doutrinas precisam atuar de forma coordenada para garantir a superioridade aérea.

Entre os objetivos do COMAO 2024 estão a formação e manutenção de *Mission Commanders* (MC), Líderes Táticos (LT) e *Air Defense Package Leaders* (ADPL), além da consolidação de táticas e procedimentos operacionais em cenários complexos de combate aéreo. Durante o exercício, tripulações de caças, aeronaves de transporte, asas rotativas e unidades de inteligência, vigilância e reconhecimento participaram de missões coordenadas, simulando operações aéreas de grande escala. O planejamento detalhado e a coordenação dos voos são essenciais para garantir a segurança e o sucesso das operações.

DIPLOMEX-2024

Realizada de 11 a 19/11/24, a Marinha do Brasil executou essa Operação em conjunto com Armada da República Oriental do Uruguai (AROU), com a finalidade de estreitar os laços de amizade, realizar ação de presença, obter informações da região visitada e incrementar o nível de adestramento das tripulações dos meios envolvidos. Foram empregados 129 militares nos Navios Patrulha Benevente e Babitonga, na área compreendida entre Rio Grande-RS e Montevidéu-UY.

Operação Aspirantex – 2024

Realizada de 11/01 a 2/02, na área marítima compreendida entre o Rio de Janeiro (RJ) e Fortaleza (CE), com a participação de cerca de 2.128 militares, incluindo 180 Aspirantes da Escola Naval e Cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras e da Academia da Força Aérea, a Operação teve como objetivo realizar exercícios no mar, de caráter estritamente militar, concernente às tarefas básicas do Poder Naval, por meio de operações de Esclarecimento e de guerra antissubmarino, Ações de Superfície, Defesa Aeroespacial e Guerra Eletrônica, além de familiarizar os futuros Oficiais com a vida no mar.

UNITAS LXV-2024

Realizada entre 02 e 12/09, a MB participou da UNITAS LXV, uma operação naval combinada que envolveu a Marinha dos Estados Unidos e outras marinhas convidadas. O exercício teve como principais objetivos manter o nível de adestramento dos meios da Esquadra e fortalecer a cooperação e os laços de amizade entre a MB e as demais nações participantes. Esta edição da UNITAS reuniu 14 navios de guerra, 2 submarinos, 14 aeronaves (de asa fixa e rotativa) e aproximadamente 7.000 militares de nove países. As atividades ocorreram em uma ampla área marítima, que se estendeu de Callao, no Peru, ao Rio de Janeiro, no Brasil, promovendo treinamentos em cenários variados e desafiadores.

OBANGAME Express – 2024 / REMEX/GUINEX IV

De 20/04 a 13/06 foram conduzidas as Operações Obangame Express 2024 e GUINEX-IV e também houve a participação na 5ª Conferência Marítima Internacional Bienal (International Maritime Conference - IMC) e do Exercício Marítimo Regional (REMEX). A comissão foi dividida nas seguintes fases:

- **1ª fase OBANGAME EXPRESS – 2024**: realizada de 05 a 10/05, a Operação, conduzida pelos Estados Unidos da América, teve o propósito de treinar os países africanos da costa ocidental e central para fortalecimento da segurança marítima na região do Golfo da Guiné, por meio de adestramentos de simulação de combate à pesca ilegal, à poluição no mar, à pirataria, ao terrorismo, e de busca e salvamento. Nessa operação foram realizados exercícios de cenários que envolveram pesca ilegal, tráfico de drogas pirataria e SAR. A MB participou com o Navio-Patrulha Oceânico APA, com 118 militares.
- **2ª fase REMEX/GUINEX IV – 2024**: realizada de 21/05 a 13/06, teve como missão Fortalecer, nas Marinhas Amigas da região, as competências necessárias para manter jurisdição sobre suas próprias águas territoriais e mares adjacentes, incluindo suas Zonas Econômicas Exclusivas; articular e coordenar atividades com atores extrarregionais; e consolidar a presença da MB, como parceiro estratégico dos países da região. No período, foram realizados workshops, exercícios de combate à pirataria, à pesca ilegal e ao tráfico de drogas. A MB participou com o Navio-Patrulha Oceânico APA, com 118 militares.

Poseidon/ Lançamento de Armas-V – 2024

Realizada de 14 a 18/12, na área marítima entre o Rio de Janeiro e Cabo Frio, com a participação de cerca de 577 militares. A operação teve como foco o emprego conjunto entre os meios da MB e das demais Forças Singulares, sendo um dos destaques a qualificação de equipagens da FAB em pousos e decolagens de helicópteros a partir do Navio de Desembarque Multipropósito Bahia, promovendo o treinamento em operações embarcadas. Além disso, foram realizadas operações de esclarecimento, antissubmarino, de ataque, ações de guerra eletrônica, de superfície e outras.

A Marinha também realizou operação para aprestamento dos seus sistemas de armas, visando o combate real. Em um exercício inédito, foi lançado o Torpedo de combate MK-46, destinado a destruir um alvo de submarino denominado "alvo cachalote", no âmbito de uma operação simulada.

Exercício de Aspectos Médicos de Assistência e Proteção Contra Armas Químicas (EXBRAMED 2024)

Realizado entre 4 e 8/11, no Hospital da Força Aérea do Galeão, localizado no Rio de janeiro, teve o propósito de promover a integração e estimular a cooperação entre os diferentes países do entorno regional, considerando a experiência brasileira acumulada em grandes eventos nacionais, e reforçar a posição de referência na qualificação de respondedores contra agentes químicos, no que diz respeito aos aspectos médicos. Foi o maior curso de capacitação em âmbito hospitalar da América Latina e teve como enfoque aspectos intra-hospitalares relacionados à abordagem de vítimas de armas químicas de guerra e tóxicos industriais. Participaram do curso civis e militares de países como Bahamas, Barbados, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Panamá, Peru, Uruguai e Espanha, além do Brasil.

Exercício Parcial de Resposta Integrada à Emergência e Segurança Física no Complexo Nuclear Almirante Álvaro Alberto (EXPAR 2024)

Realizado entre 30/10 e 1/11, conforme planejamento do Comitê de Proteção de Emergência Nuclear de Angra dos Reis-RJ, teve como objetivo avaliar e aprimorar os protocolos de atendimento de resposta a emergência na Central Nuclear. Na oportunidade foram simuladas as ações previstas no Plano de Emergência Externo do Estado do Rio de Janeiro, no Plano de Emergência Municipal da Prefeitura de Angra dos Reis, e nos Planos de Emergência Complementares das Instituições que compõem o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (SIPRON) e ações parciais do Plano de Emergência Setorial para Reatores de Potência da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

O Exercício de 2024 trouxe como inovação o Simulador de Auxílio ao Gerenciamento de Respostas à Emergência e Segurança Nucleares (SAGRES-N), que foi desenvolvido pelo Centro de Simulação do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil (CSimCFN), sistema concebido para apoio e resposta à tomada de decisão, com resultados satisfatórios e atendendo ao escopo do projeto.

Exercício Geral de Emergência Nuclear da Fábrica de Combustível Nuclear

Foi realizado, entre 24 e 26/09, conforme planejamento e coordenação do Comitê de Planejamento de Resposta a Emergências Nucleares de Resende-RJ, com o propósito de avaliar e aperfeiçoar os planos e os procedimentos, além de treinar a estrutura de resposta à emergência nuclear. O exercício contou com a participação de mais de 10 agências envolvidas no planejamento das ações e a estrutura da Defesa empregou, dentre outros meios, drones e pessoal militar, para a simulação de invasão às instalações fabris.

Exercício Brasileiro de Capacitação em Defesa Biológica (EXBRABIO 2024)

Teve por objetivo aprimorar os procedimentos direcionados à mitigação de danos resultantes do emprego de agentes biológicos, envolvendo a participação de cerca de 30 militares das Forças Armadas, em atividade de cunho operacional conjunto, abordando temas como a identificação de agentes biológicos, procedimentos de descontaminação e primeiros socorros em casos de exposição, além de abordagens como bioterrorismo e guerra biológica. O referido evento foi realizado no período de 22 a 26/04 pelo Instituto de Biologia do Exército (IBEX), na cidade do Rio de Janeiro.

Operação CORE 24

A Operação CORE (Combined Operations and Rotation Exercises), realizada em agosto de 2024, é resultado de um programa de cooperação assinado entre o Brasil e os Estados Unidos da América (EUA) em 2015, que estipula exercícios bilaterais anuais até o ano de 2028. A atividade, além de manter os laços históricos entre os países, tem por objetivo incrementar a interoperabilidade, a integração e a cooperação entre os dois exércitos. Além de contribuir para o adestramento das Forças de Prontidão, o Exercício CORE 24 possibilitou a continuidade dos ensinamentos doutrinários em todas as funções de combate, iniciados e desenvolvidos nos exercícios CORE anteriores, aumentando a interoperabilidade com o Exército dos EUA.

Exercício Binacional Integração

O Exercício Binacional Integração (EBI) foi um adestramento conjunto-combinado entre o Brasil e Argentina, para adestramento em atividades de Defesa Civil, em um ciclo trianual. Em 2022, ocorreu a fase de planejamento e em novembro de 2023 foi realizado o Exercício de Mesa (simulação construtiva), em Porto Alegre-RS. Em 2024 o exercício ocorreu de forma prática, na região fronteiriça entre Brasil e Argentina, contribuindo para a manutenção e o fortalecimento da interoperabilidade e das capacidades operacionais mútuas, reforçando os laços de amizade entre os dois exércitos do Cone Sul.

Operação Paraná IV

De caráter bilateral, tem por finalidade consolidar os laços de união, cooperação e amizade entre os Exércitos do Brasil e do Paraguai, dando continuidade aos trabalhos já desenvolvidos durante os exercícios dos ciclos anteriores, adestrando Estado-Maior Combinado e pequenas frações de ambos os países e compartilhando técnicas, táticas e procedimentos de operações básicas em situação de guerra.

Cabe salientar que, nas 1ª e 2ª edições do Exc Cbn PARANÁ, a tropa foi adestrada em operações ofensivas. Na 3ª edição, no contexto da Conferência dos Exércitos Americanos, o exercício ocorreu em quadro de Ajuda Humanitária, ampliando a participação de outros países do continente americano. No 4º ciclo (2024-2025), o exercício volta a ser bilateral (Brasil - Paraguai) e dentro de um contexto tático de operações ofensivas. Em 2024, ocorreram as reuniões de coordenação. Em 2025, serão realizados os Exercícios de Simulação Construtiva (Jogo de Guerra) e Simulação Viva (Exercício de Campanha).

Exercício African Lion 2024

African Lion é um Exercício de Posto de Comando, com emprego de Simulação Construtiva, virtual e viva, projetado para treinar uma Força-Tarefa Conjunta Combinada, executando operações conjuntas em todos os domínios em um cenário de operações de combate em grande escala.

Em 2024, realizado no período de 19 a 31/01, tendo como sede a cidade de Agadir, no Marrocos, teve por objetivo reforçar a cooperação regional e a segurança na África Setentrional e Ocidental. Contou com a presença de aproximadamente 700 (setecentos) militares de 16 (dezesseis) países, dentre os quais destacam-se Botswana, Brasil, Cabo Verde, Chad, Dijout, EUA, Gana, Gambia, Hungria, Inglaterra, Itália, Marrocos, Mauritânia, Nigéria, Senegal e Qatar.

BRACOLPER

Realizada desde 1974, a 50ª edição da BRACOLPER ocorreu entre os meses de julho e setembro de 2024, com a finalidade de aprimorar o nível de adestramento de unidades fluviais brasileiras, colombianas e peruanas, desenvolver a interoperabilidade entre as nações participantes para a defesa da região amazônica e, por oportunidade, participar das comemorações da Independência da Colômbia e do Peru. Durante sua execução, a MB realizou atividades de Assistência Hospitalar no Rio Negro e participou das solenidades cívico-militares do Brasil junto às unidades navais fluviais da Armada Nacional da Colômbia e Marinha de Guerra do Peru. Adicionalmente, foi realizado exercício de tiro em Velho Airão-AM, a fim de aumentar a percepção da presença do Estado Brasileiro nas águas interiores, elevar o grau de aprestamento dos meios navais do Comando da Flotilha do Amazonas, incrementar a interoperabilidade entre as Marinhas do Brasil, da Colômbia e do Peru, ampliar e consolidar medidas de confiança mútua e estreitar os laços de amizade com aqueles países.

Para a realização dessa operação a MB mobilizou dois Navios Patrulha Fluviais, um Navio de Assistência Hospitalar, uma aeronave UH-12, além de destacamento de Fuzileiros Navais.

Outras Operações

Operação Raízes do Cedro



A Operação Raízes do Cedro, de repatriação de brasileiros da zona de conflito no Oriente Médio, foi determinada pelo Presidente da República, em outubro de 2024, a partir do acirramento do confronto entre Israel e o grupo Hezbollah, que atua no Líbano. A logística de repatriação envolveu o uso de aeronaves e de militares da FAB, e um intenso trabalho de articulação do Itamaraty com o objetivo de organizar o resgate com segurança. Foram resgatadas 2.081 pessoas, nos dez voos realizados.

Ajuda humanitária: Coordenada pelo MRE, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), e com apoio dos Ministérios da Saúde e da Defesa, a iniciativa "Raízes do Cedro" realizou também seis envios de ajuda ao Líbano, totalizando mais de 85 toneladas de medicamentos e cestas básicas. As doações foram feitas sem comprometer o abastecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, em resposta a um pedido oficial da Embaixada do Líbano.

Resultados Parciais:		
AERONAVE	PESSOAS REPATRIADAS	ANIMAIS
KC-30	1.999	23 (6 cães/17 gatos)
KC-390	82	1 (pássaro)
Total	2.081	24

Esforço Aéreo:	
AERONAVE	VOADO (horas)
KC-30	273:30
KC-390	39:20
Total	312:50
Custo	R$ 70.034.585,48

Missões de Paz da Organização das Nações Unidas (ONU)

O Brasil possui um histórico de mais de 75 anos de contribuição para promoção da paz e da segurança entre as nações. Nesse período, mais de 53 mil brasileiros atuaram como capacetes azuis da esperança. Em 2024, o Brasil esteve presente em 11 das 18 missões de paz a cargo da ONU, incluídas as Missões Políticas Especiais, com militares e policiais em diversas funções nas seguintes regiões: Abyei, Chipre, Colômbia, Iêmen, Índia-Paquistão, Líbano, República Centro Africana, República Democrática do Congo, Saara Ocidental, Somália e Sudão do Sul.

Dos 84 militares brasileiros cumprindo missões individuais nas Operações de Paz em curso, 21 eram mulheres, representando 25% do total, superando à meta de 21% estabelecida pela ONU para 2024. Desde a edição da Resolução n° 1.325/2000, do Conselho de Segurança da ONU, sobre Mulheres, Paz e Segurança, o Brasil tem se empenhado em atender as metas de integração das mulheres nas Operações de Paz, com cursos dedicados ao segmento feminino, nos Centros de Instrução de Operações de Paz do Exército Brasileiro e da Marinha do Brasil.

É importante destacar que o Brasil se consolida como importante multiplicador de capacidades na área das operações de manutenção da paz, ao sediar cursos de treinamento, apoiar a redação e revisão de políticas e manuais setoriais e contribuir para o treinamento pré-desdobramento de tropas dos países contribuintes de tropa.

Semana da Pátria



Por ocasião dos eventos programados para as comemorações da Semana da Pátria e do desfile cívico do dia 7 de setembro de 2024, em todo o território nacional, foram realizadas diversas ações, por intermédio das Forças Singulares e em coordenação com setores representativos da Sociedade.

As Forças coordenaram a participação das respectivas organizações militares nos eventos programados, estimulando as atividades culturais e desportivas, exposições de material e visitas às suas instalações. Por meio da integração de esforços, foi possível racionalizar o emprego de meios humanos e materiais.

Operação Brasil: Busca e Salvamento



O Serviço de Busca e Salvamento (SAR) da Força Aérea Brasileira funciona 24 horas por dia, sete dias por semana. Em 2024 foram voadas 566 horas e 15 minutos em operações de busca e salvamento. Além de atuações em solo, a FAB estende sua competência ao salvamento no ambiente marítimo.

Entre as missões cumpridas, estão as buscas nas áreas de enchentes no Rio Grande do Sul, na Operação Taquari 2, quando as aeronaves SC-105 Amazonas, juntamente com os helicópteros H-36 Caracal e H-60L Black Hawk atuaram. Houve, ainda, missões de buscas por helicópteros e aeronaves civis que desapareceram do espaço aéreo e evacuação aeromédica realizada em alto-mar. Merece destaque a localização e resgate com vida de um piloto de uma aeronave desaparecida em Santa Catarina.

Outros Resultados Relevantes No Eixo Defesa Nacional

Serviço Militar



O serviço militar consiste no exercício de atividades específicas desempenhadas pelas Forças Armadas e compreende, na mobilização de pessoal, todos os encargos relacionados com a Defesa Nacional.

Conforme previsto no Artigo 143 da Constituição Federal de 1988, todos os brasileiros são obrigados a prestar o Serviço Militar, que terá a duração normal de 12 meses, podendo ser prorrogado por até 8 anos, desde que haja vaga e interesse mútuo (cidadão e Instituição Militar). Destaca-se que, caso desejem prosseguir na carreira militar, os jovens deverão ser aprovados em concurso público para uma das escolas militares.

As mulheres e os eclesiásticos, em tempo de paz, estão isentos da prestação do serviço militar. As condições da prestação do Serviço Militar Obrigatório estão reguladas na Lei do Serviço Militar e no seu regulamento, o Decreto nº 57.654, de 1966.

As ações relacionadas à convocação para o Serviço Militar Obrigatório, em âmbito nacional, são da responsabilidade do MD, que conta com o apoio dos órgãos de direção das Forças Armadas e Órgãos Regionais de planejamento, execução e coordenação, constituídos por mais de 5.300 Juntas de Serviço Militar, cerca de 650 Comissões de Seleção das três Forças Singulares, 63 Postos de Recrutamento e Mobilização do Exército, 27 Seções Mobilizadoras da Força Aérea, 23 Órgãos de Formação de Reservistas da Marinha, 12 Regiões Militares, 9 Distritos Navais e 7 Serviços de Recrutamento e Preparo de Pessoal.



O alistamento militar é realizado no ano em que o jovem completa 18 anos de idade, entre 1º janeiro e 30 de junho, podendo ser feito de modo online (Acesse aqui) ou, de forma presencial, em uma das Juntas de Serviço Militar. Em 2024, cerca de 1 milhão e duzentos mil brasileiros realizaram o alistamento. Desse montante, aproximadamente 83 mil foram incorporados às fileiras das Forças Armadas. Do mesmo modo, cerca de 1.500 cidadãos com ensino superior completo na área de saúde (farmácia, medicina, medicina veterinária e odontologia) foram convocados para a prestação do serviço militar, na condição de Oficiais.

Durante o período da prestação do Serviço Militar Obrigatório, diversos recrutas terão a oportunidade de realizar cursos de capacitação técnica profissional. Essa qualificação proporcionará melhores condições para sua inserção no mercado de trabalho após o término do seu compromisso com as Forças Armadas, momento em que passarão à condição de reservistas.

Os reservistas devem atualizar seus dados junto às Forças Armadas nos 5 anos subsequentes ao licenciamento. Durante o ano de 2024, mais de 300 mil reservistas se apresentaram no Exercício de Apresentação da Reserva (EXAR), para atualizar os dados cadastrais, regularizar a situação militar e contribuir para melhoria da eficiência do Sistema de Mobilização.

Decreto do Serviço Militar Feminino



O Decreto nº 12.154, de 28 de agosto de 2024, que dispõe sobre o serviço militar inicial feminino, tornou possível o alistamento das mulheres, de forma voluntária, para a prestação do serviço militar em uma Organização Militar da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica. Em 2025, entre os meses de janeiro e junho, mesmo período do alistamento masculino, as jovens que completam 18 anos poderão se alistar.



O recrutamento terá início em 2025 e a incorporação a uma das organizações militares se dará a partir de 2026. Por lei, o alistamento tem duração de 12 meses, podendo ser prorrogado a cada período de um ano até o prazo máximo de oito anos. A partir do ato oficial de incorporação, o Serviço Militar será de cumprimento obrigatório, ficando a militar sujeita às obrigações e deveres previstos na Lei n° 4.375/64 e ao respectivo regulamento de cada Força.

Atualmente, as Forças Armadas possuem 37 mil mulheres, o que corresponde a cerca de 10% de todo o efetivo. Com a adoção do serviço militar inicial feminino o número deve crescer gradativamente. Hoje, as mulheres atuam nas Forças, principalmente, nas áreas de ensino, logística e saúde, ou têm acesso à área combatente por meio de concursos públicos específicos em estabelecimentos de ensino, como o Colégio Naval, a Escola Preparatória de Cadetes do Exército e a Escola Preparatória de Cadetes do Ar.

Cooperação Internacional

Cooperação bilateral as Reuniões Bilaterais entre Estados-Maiores de Defesa possibilitam a troca de conhecimentos, permitindo maior aproximação, cooperação e interação dos Ministérios da Defesa e das Forças Armadas dos países participantes. Em 2024, foram realizadas Reuniões Bilaterais com representantes de 14 países: Alemanha, Argentina, Colômbia, Egito, Espanha, Estados Unidos da América, França, Itália, México, Paquistão, Peru, Reino Unido, Turquia e Ucrânia. Em decorrência de tais reuniões foram formulados 374 entendimentos de cooperação, abrangendo atividades das áreas acadêmica, de capacitação de militares, de treinamento conjunto, de visitas de delegações, entre outras.

Ainda em 2024, o MD atingiu a meta planejada da assinatura de nove Instrumentos de Cooperação bilaterais e multilaterais. Foram celebrados atos internacionais, abrangendo atividades de cooperações com as seguintes nações amigas: Arábia Saudita, Chile, Eslováquia, França, Jordânia, Reino Unido, República Tcheca e Suécia. A celebração de tais instrumentos representa a consolidação do interesse mútuo de aproximação entre os países, permitindo o aprofundamento das relações e a exploração de novas vertentes de cooperação, podendo gerar impacto benéfico para a Base Industrial de Defesa (BID).

Relações internacionais o apoio às visitas de delegações de nações amigas é uma atividade que tem como foco o fortalecimento dos laços de amizade e cooperação com as demais nações, promovendo visibilidade ao País, sobretudo no contexto da América do Sul. Em 2024, foram apoiadas as visitas de delegações de Bangladesh, China, Colômbia, EUA, Gana, Honduras, Índia, México, Nigéria, Paquistão, Paraguai, Portugal e Senegal. Além disso, foram realizados eventos destinados à preparação dos militares brasileiros, designados para o desempenho de atividades afetas à diplomacia militar no exterior, tendo sido conduzidos cinco Estágios, voltados para Adidos de Defesa e Auxiliares.

Cooperação multilateral em 2024, o MD intensificou a atuação em organismos internacionais e ampliou a participação do país na discussão de temas de interesse global, conferindo às decisões maior legitimidade. Merecem destaque as seguintes participações: 29ª Sessão da Conferência dos Estados partes da Organização para Proibição de Armas Químicas (OPAQ); eventos no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); Cooperação Regional para Gestão de Risco e Desastres e Resiliência (Consenso de Brasília); eventos da Cruz Vermelha; Junta Interamericana de Defesa; eventos da Organização das Nações Unidas (ONU); XVI Conferência de Ministros da Defesa das Américas (CMDA); e Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

Preparação de Militares e Civis no Campo da Defesa Nacional

Uma sociedade consciente das atividades desenvolvidas no campo da defesa nacional estará mais preparada para participar e desenvolver as condições necessárias para garantir a soberania do País, sua integridade e a consecução dos objetivos nacionais. Nesse sentido, o MD promove continuamente, por meio de suas instituições e profissionais de ensino, a capacitação de civis e militares, em temas relacionados à defesa. Merecem destaque os seguintes cursos e eventos promovidos em 2024:

- 9º Seminário dos Programas de Pós-Graduação do MD, com o objetivo de proporcionar reconhecimento e maior visibilidade das pesquisas desenvolvidas nas instituições de ensino militares e do MD. Na oportunidade, foram premiados os primeiros colocados das Dissertações de Mestrados e Teses de Doutorados.
- Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional (PRÓ-DEFESA) - destinado ao fomento e à cooperação entre instituições civis e militares para implementar projetos voltados ao ensino, à produção de pesquisas científicas e tecnológicas e a formação e capacitação de recursos humanos qualificados em áreas de interesse da Defesa. É executado por meio de parceria entre o MD e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Em 2024, teve início a 5ª Edição, que vai até 2028. Em 2024 foram formados 4 Mestres e 5 Doutores.
- Programa de Cooperação Acadêmica em Defesa Nacional (PROCAD-DEFESA) é um desdobramento do PRÓ-DEFESA destinado a fomentar a cooperação entre instituições civis e militares para implementação de projetos voltados à formação de recursos humanos e à produção de pesquisas científicas e tecnológicas. Em 2024 foram formados dois Mestres e seis Doutores.
- Programa Pró-Estratégia - previsto para execução até 2026 é fruto da parceria firmada entre o MD, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Tem por objetivo capacitar massa crítica de pronta resposta em alto nível e disponibilizar especialistas capazes de atuar em projetos em andamento, prioritariamente nos setores de biodefesa, biossegurança, cibernético, espacial e nuclear, visando a redução das perdas de capital intelectual nos institutos de pesquisa e desenvolvimento nacionais. Em 2024, foram formados 5 Doutores e 1 Pós-doutor.

- XIX Congresso Acadêmico de Defesa Nacional (CADN) – promovido anualmente pela ESD, em parceria com as escolas de formação de oficiais das Forças Armadas, foi realizado na cidade do Rio de janeiro e contou com a participação de 309 alunos e professores e de 38 instituições de ensino de 13 Estados.
- Cursos da Escola Superior de Guerra (ESG) – a ESG é um Instituto de Altos Estudos de Política, Estratégia e Defesa e destina-se a desenvolver e consolidar, em civis e militares, assessores de alto nível, os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e assessoramento na Administração Pública e para o planejamento da segurança e da defesa nacionais, incluídos os aspectos relativos ao desenvolvimento nacional. Em 2024, 923 civis e militares concluíram os cursos da Escola.
- Cursos da Escola Superior de Defesa (ESD) – A ESD realiza estudos, pesquisas, extensão, difusão, ensino e intercâmbio, em temas de interesse da Defesa Nacional, com foco prioritário nos servidores civis dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e de instituições de interesse da Defesa, atendendo, também, os militares das Forças Armadas e Auxiliares. Em 2024, 476 civis e militares concluíram os cursos da Escola.
- XXVIII Curso de Extensão em Defesa Nacional (CEDN) – foi realizado pela ESD, na cidade de Fortaleza-CE, reunindo 812 participantes civis de diferentes áreas acadêmicas entre presenciais e na modalidade online.
- XXIX Curso de Extensão em Defesa Nacional (CEDN) – foi realizado pela ESD, no período de 16 a 20/09, em Roraima. O evento contou com 986 participantes, entre professores e alunos.

Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileira - SISDABRA

A Força Aérea Brasileira (FAB) é responsável pelo Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (SISDABRA), que tem a finalidade de assegurar o exercício da soberania no espaço aéreo brasileiro, controlando e exercendo ações contra movimentos aéreos em circulação pelo Espaço Aéreo Brasileiro que estejam em confronto com os interesses nacionais ou em desacordo com as regras e normas em vigor, tanto em tempo de paz como em um eventual conflito.

O Sistema é constituído de um conjunto de organizações que têm em comum a realização de atividades, ou a posse de meios que podem ser empregados em benefício de assegurar o exercício da soberania no Espaço Aéreo Brasileiro. A participação no SISDABRA não está restrita às Forças Armadas, podendo integrar-se a ele órgãos das Forças Auxiliares, dos governos federal, estaduais e municipais, organismos regionais e, até mesmo, entidades não governamentais. O Comando de Operações Aeroespaciais – COMAE é a Organização Militar da FAB que atua como órgão central do Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro e Comando Operacional Conjunto.

Em 2024 foram realizadas atividades contínuas ao longo do ano de policiamento do espaço aéreo, com resultados expressivos no combate a ilícitos, como o tráfico internacional de drogas, totalizando 417 interceptações, que culminaram na apreensão de entorpecentes e na destruição de aeronaves envolvidas. As principais operações realizadas pela Força Aérea ao longo de 2024 estão relacionadas ao longo do presente capítulo.

Merece destaque, no tocante aos meios aéreos utilizados no âmbito do SISDABRA, para proteção e coibição de ilícitos na Região Amazônica, a conclusão do Projeto E- 99M, que teve como objetivo a modernização dos sensores de 5 aeronaves E-99, capazes de reforçar a vigilância das nossas fronteiras, com seu radar de vigilância aerotransportado. A modernização foi realizada nas instalações da EMBRAER em Gavião Peixoto (SP).

Projetos de Ciência e Tecnologia Aeroespacial

IFFM4BR – Criptocomputador para Identificação Amigo-Inimigo Sistemas IFF (*Identification Friend or Foe*) identificam plataformas militares (aeronaves, veículos terrestres e embarcações) no combate, permitindo o emprego de mísseis além do alcance visual (BVR), com redução das ocorrências de fratricídio (fogo

amigo). Por ser dotado de algoritmos criptográficos, garante que a classificação seja segura contra inimigos impostores que tentem confundir a identificação eletrônica em combate.

O projeto, iniciado em agosto de 2019, tem previsão de término em agosto de 2025, com um custo estimado de R$ 28.410.253,20 e se encontra na Fase 2, cujo objetivo é desenvolver os principais componentes do Sistema IFF Modo 4 Nacional, até a prontidão tecnológica suficiente para que seja possível iniciar a integração, a industrialização e a produção para operação inicial do sistema. Durante o ano de 2024, foram conduzidos os primeiros testes ambientais e operacionais do cripto-computador, feitos os ajustes necessários e os protótipos foram submetidos novamente aos ensaios ambientais e operacionais, sendo aprovado com sucesso.

ASA – Ambiente de Simulação Aeroespacial O Projeto ASA visa à concepção de uma arquitetura de sistema que permita a realização de simulações construtivas (agentes simulados operam sistemas simulados) e virtuais (agentes humanos operam sistemas simulados) a partir de um ambiente computacional único. O ASA será disponibilizado por meio de um Serviço de Simulação, com localidade/OM ainda por ser definida.

O projeto tem por objetivo conceber, em nível protótipo, uma solução nacional em simulação capaz de avaliar cenários operacionais de interesse, antevendo seus prováveis resultados, a fim de apoiar o processo decisório. Adicionalmente, o Projeto se propõe também a desenvolver pesquisas em Inteligência Artificial (IA) e Aprendizado de Máquina e estabelecer uma infraestrutura laboratorial capacitada em prestar serviços de Modelagem, Simulação e Análise de cenários operacionais militares. Iniciado em janeiro de 2021, tem um valor estimado de R$ 7.500.000,00 e seu financiamento principal é proveniente da FINEP.

Atualmente, encontra-se em fase de encerramento, com ênfase na documentação das lições aprendidas, na consolidação dos resultados obtidos e na preparação da documentação para o término formal. No 3º trimestre de 2024, a obra do Laboratório de Modelagem e Simulação foi finalizada. Esse laboratório será utilizado para as pesquisas e desenvolvimentos, principalmente no que diz respeito à integração entre as simulações construtiva e virtual e ao aprendizado de máquina, pois abrigará uma sala com cockpits de baixo custo.

VLM-1 – Veículo Lançador de Microssatélite O Projeto VLM-1 é um projeto binacional, entre a FAB e o Centro Aeroespacial Alemão (DLR), que visa desenvolver um foguete destinado ao lançamento de cargas úteis especiais ou microssatélites em órbitas equatoriais e polares ou de reentrada, com três estágios.



No âmbito do projeto, é desenvolvido também o veículo suborbital VS-50, de dois estágios, que será utilizado como plataforma de testes dos principais sistemas do VLM-1, uma vez que todos os sistemas desenvolvidos para o VS-50 serão, futuramente, utilizados no VLM-1. O VS-50 é também adequado para os voos em ambiente de microgravidade, com duração superior a 15 minutos, bem como ao teste de experimentos hipersônicos.

O projeto, iniciado em dezembro de 2014, tem previsão de término em abril de 2027, com um custo estimado de R$ 146.993.000,00, sendo financiado pela Agência Espacial Brasileira (AEB). Entre os desafios enfrentados em 2024, destaca-se o atraso na entrega dos Motores S50 (1º e 2º estágios, cada motor com cerca de 11 toneladas, 5 metros de altura e 1,50 m de diâmetro) pela empresa AVIBRAS.

Em 2024, foi feita a revisão do sistema se atuação da tubeira móvel (TVA), que se encontra no Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), sendo a próxima etapa a elaboração de um plano de trabalho conjunto para a integração final e testes do TVA no S50. Desde 2014 o Projeto VLM-1 já realizou mais de 520 contratações na indústria nacional. Algumas dessas contratações envolvem alto nível de conhecimento técnico agregado.

PROPHIPER 14-X - Propulsão Hipersônica 14-X O projeto é uma Pesquisa em veículos hipersônicos e propulsão hipersônica aspirada baseada em combustão supersônica (SCRAMJET - *Supersonic Combustion Ramjet*), incluindo as etapas de concepção, desenvolvimento, projeto e fabricação, bem como a demonstração, por meio de ensaio em voo, da capacidade de realizar um voo hipersônico aspirado, controlado, em regime de cruzeiro, na estratosfera (cerca de 30km de altitude e Mach 10).



O projeto se caracteriza pela demonstração do conceito e pela sedimentação das bases para o projeto de veículos hipersônicos, pela instalação da infraestrutura laboratorial, teórica e dos modelos numéricos, bem como pela formação da massa crítica de especialistas no país de forma a manter o país competitivo em nível internacional nos médio e longo prazos. Iniciado em janeiro de 2018, tem previsão de término para dezembro de 2031 e um valor estimado de R$ 339.325.481,12. Seu financiamento principal é proveniente do Comando da Aeronáutica (COMAER), contando também com fontes secundárias, como as agências de fomento FINEP, CNPq e FAPESP.

Em 2024, foram feitos: a Revisão de Requisitos de Sistema (SRR) do Demonstrador de Tecnologia SCRAMJET 14-X WP, o treinamento dos novos bolsistas, a entrega em fábrica da ponte rolante do Prédio de Preparação de Propulsores no Centro de Lançamento de Alcantara (CLA), com capacidade para movimentar mais de 20 Toneladas, e a instalação da seção de testes do túnel de choque hipersônico T5 no laboratório. Houve também a abertura do edital de subvenção FINEP/FNDCT "Mais Inovação Brasil – Soberania e Defesa Nacional", para o desenvolvimento de um foguete de decolagem para veículo hipersônico.

Lançamento Bem-Sucedido do Foguete Suborbital e Avanços da Operação Potiguar A FAB finalizou a 1ª fase da Operação Potiguar com o lançamento bem-sucedido de um foguete de sondagem suborbital, realizado em 29/11 a partir do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), em Parnamirim, no Rio Grande do Norte. Com tecnologia 100% nacional, a missão teve como objetivos o treinamento da equipe envolvida e a verificação de equipamentos e processos relacionados aos lançamentos espaciais. O foguete, desenvolvido pelo Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE) em parceria com a indústria brasileira, faz parte da família S30, com o projeto iniciando em 1996 e já contando com 55 lançamentos. O veículo de sondagem permaneceu no espaço por 2 minutos e 50 segundos, com a missão totalizando 5 minutos e 50 segundos.

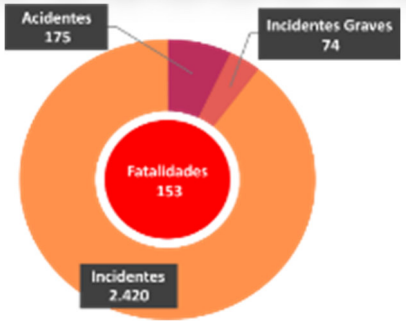


Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos - SIPAER

Instituído pelo Decreto nº 69.565/1971, o SIPAER possui o Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CENIPA) como Órgão Central e normativo, atuando em estreita integração com a sociedade por meio de ligações sistêmicas com os Elos-SIPAER, os quais são compostos por órgãos, entidades, organizações e pessoas das diversas áreas da aviação, como: ANAC, Marinha, Exército, Operadores de Aeródromo, Indústria Aeronáutica, Manutenção Aeronáutica, Operadores de Aeronaves e Comitê Nacional de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CNPAA).

O CENIPA é a autoridade do Estado brasileiro responsável por conduzir as investigações de acidentes aeronáuticos. O processo de Investigação SIPAER, previsto na Lei nº 7.565/1986, Código Brasileiro de Aeronáutica, ocorre exclusivamente para a prevenção de novos acidentes. Isso é alcançado pela identificação dos fatores contribuintes e pela emissão de Recomendações de Segurança (RS).

Em 2024, o CENIPA tratou 2.669 ocorrências na aviação civil, número expressivamente superior às 1.390 de 2023. Esse aumento decorreu da ativação do Portal Único de Notificação, que reúne, em uma única plataforma digital, todos os reportes de segurança emitidos por operadores nacionais e estrangeiros atuando no Estado brasileiro.



De competência do CENIPA, conforme Decreto nº 9.540/2018, os reportes voluntários do SIPAER coletam dados e informações de Segurança de Voo não capturados pelos reportes mandatórios, sendo úteis para revelar condições reais ou potenciais que possam constituir perigos não identificados ou considerados pelos gestores. Em 2024 foram processados 219 reportes, sendo 86 classificados como Relatos ao CENIPA para a Segurança de Voo dentro do sistema de reportes voluntários.

Sistema de Geoinformação de Defesa (SisGEODEF)

O SisGEODEF é uma infraestrutura de sistemas cujo propósito é garantir a gestão eficaz da geoinformação de interesse, além de propiciar a interoperabilidade e a governança dessas informações, incluindo a integração das bases de dados geoespaciais do MD e demais agências públicas parceiras. Uma vez implementado, o SisGEODEF auxiliará os Comandos Conjuntos na obtenção da consciência situacional necessária para uma área de interesse. Em 2024, foi cumprido o cronograma do projeto e a íntegra das tarefas previstas, sendo sua entrega final prevista para 2025.

Sistema de Apoio à Decisão Logística e de Mobilização de Defesa (SADLMD-APOLO)

O SADLMD-APOLO tem como finalidade fornecer suporte ao planejamento estratégico e à tomada de decisões no contexto do Sistema de Logística de Defesa (SISLOGD), do Sistema de Mobilização Militar (SISMOMIL) e do Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB).

A concepção do APOLO é baseada na coleta de dados através da interoperabilidade com outros sistemas de informação, disponibilizando informações georreferenciadas das Forças Armadas e de órgãos integrantes do SINAMOB para planejadores e tomadores de decisão. Ele está integrado aos Sistemas de Informação e de Apoio à Decisão do EMCFA/MD.

Em 2024, foi cumprido o cronograma do projeto, com destaque para a entrega do Projeto Piloto do Simulador de Transportes, desenvolvido em parceria com o Laboratório de Transportes e Logística da Universidade Federal de Santa Catarina. O Sistema está em processo de manutenção evolutiva, com previsão de entrega para 2025, e os estudos avançados de simulação de logística de transporte, com previsão para final de 2026. Esta atividade contínua está sendo conduzida pelo Centro de Análises de Sistemas Navais da Marinha do Brasil (CASNAV).

Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB)

A Mobilização Nacional tem por objetivo manter o país preparado para o aumento rápido de recursos humanos e materiais disponíveis para a Defesa em caso de necessidade. Em 2024, foi realizada a 3ª Reunião do Comitê do Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB), na qual foram discutidos temas como a organização, composição, atribuições e funcionamento do Sistema, além da preparação do I Exercício de Planejamento da Mobilização Nacional, realizado de 17 a 25/10, sob a coordenação do EMCFA.

O referido exercício visou a fomentar a integração entre os Subsistemas Setoriais de Mobilização Nacional, contribuir para o aperfeiçoamento da Doutrina de Mobilização Nacional, promover o aperfeiçoamento de quadros capazes de conduzir o preparo e a execução da Mobilização Nacional, capacitar os Subsistemas Setoriais

de Mobilização do SINAMOB a elaborarem os Planos de Mobilização Setoriais e o Plano Nacional de Mobilização, com base em um cenário fictício e contribuir para o aperfeiçoamento do Ciclo de Planejamento da Mobilização Nacional.

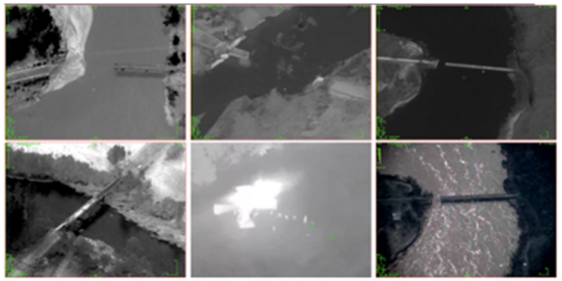
Mobilização Militar

A Mobilização Militar é o conjunto de atividades planejadas, empreendidas e orientadas pelo Estado, desde a situação de normalidade, com o propósito de preparar a expressão militar para a passagem da estrutura de paz para a estrutura de guerra.

Ao longo de 2024, foram realizadas reuniões com as federações de indústria dos estados e entidades empresariais, para apresentação das atribuições da mobilização militar, enquanto subsistema do SINAMOB, e da importância da aproximação do empresariado com o tema, uma vez que os produtos das indústrias de defesa são indispensáveis ao esforço nacional para a garantia da soberania do país.

Adicionalmente, foram realizadas atividades para militares das três Forças para promover o conhecimento doutrinário sobre o tema e incrementar as informações nos bancos de dados do MD sobre as Empresas de Interesse da Mobilização (empresas mobilizáveis).

Ações da Tarefa de Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (IVR)



Durante 2024, o Centro Conjunto Operacional de Inteligência (CCOI) do COMAE atendeu a uma variedade de demandas, por meio do fornecimento de produtos de inteligência, como imagens obtidas a partir de sensores aeroembarcados e orbitais, relatórios e análises dos resultados das missões de Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (IVR). Esses produtos foram elaborados com o objetivo de subsidiar as Forças Armadas, órgãos governamentais, o CENSIPAM e a Polícia Federal.

Os dados fornecidos proporcionaram missões de repressão ao garimpo ilegal e subsidiaram diversas operações, com a coleta e disponibilização de imagens.

Atualizações da Política Nacional de Defesa (PND) e da Estratégia Nacional de Defesa (END)

Foram encaminhadas para o Congresso Nacional as atualizações da PND e da END, versão 2024, cujo processo de elaboração foi coordenado pelo MD. A PND estabelece, dentre outros aspectos, os Objetivos Nacionais de Defesa e a END define as estratégias e as ações a serem adotadas para a consecução desses objetivos. Conforme o art. 9º da Lei Complementar nº 97/1999, cabe ao Poder Executivo encaminhar a PND e a END, com as devidas atualizações, para apreciação do Congresso Nacional, a cada quatro anos, a partir de 2012.

1° Simpósio de Capacidades Conjuntas Específicas

No período de 10 a 14/06, reuniram-se representantes do MD e das Forças Singulares com o objetivo de aprofundar a discussão, integrar os órgãos do MD e das Forças Armadas e nivelar conhecimentos relacionados às Operações Especiais Conjuntas, com enfoque em três linhas de esforço: a Inteligência de Defesa e as Operações Especiais Conjuntas, Logística e Apoio às Forças de Operações Especiais (FOpEsp) em Operações Especiais Conjuntas e Produtos de Defesa para as FOpEsp.

Curso JCO-200



O Centro de Operações Espaciais (COPE), do Comando de Operações Aeroespaciais (COMAE), da Aeronáutica, se tornou apto a sediar os cursos de formação do JCO (Joint Commercial Operations), que é uma iniciativa da Força Espacial dos Estados Unidos, que tem por objetivo integrar diversas nações para a realização de ações de monitoramento e defesa do espaço, usando dados de sensores comerciais, protegendo assim os ativos espaciais dos países parceiros contra atividades hostis.

O Brasil integra o JCO desde março de 2023 e, a partir de 2025, o COPE tornar-se-á centro de referência para a formação e capacitação de pessoal na América do Sul. Até o final de 2025, o COPE planeja realizar duas edições do curso JCO-200, e capacitar pelo menos 16 militares brasileiros e de outras nações sul-americanas para atuar na operação do JCO.

Programa 6111 – Cooperação da defesa para o Desenvolvimento Nacional

O Programa 6111 – Cooperação da Defesa para o Desenvolvimento Nacional tem como objetivo geral contribuir para incrementar os resultados e o alcance de políticas públicas e ações governamentais, por meio da atuação sinérgica do Ministério da Defesa com outras instituições públicas, cooperando para o desenvolvimento nacional. A concretização desse objetivo ocorre por meio dos objetivos específicos listados a seguir.

Objetivo específico/ Indicador	Meta prevista para 2027	Meta prevista 2024	Meta realizada em 2024
0241 – Contribuir com Políticas Públicas que promovam inclusão social, cidadania, desporto, profissionalização e desenvolvimento sustentável em comunidades menos assistidas, promovendo interação com a sociedade brasileira e cooperando com o desenvolvimento nacional.	056R – Executar 70% das ações planejadas de cooperação com a sociedade.	70,00%	180,91%
9383 – Taxa de execução de ações de Cooperação com a Sociedade Brasileira.			

ENTREGAS DO OBJETIVO ESPECÍFICO			
ENTREGA / INDICADOR	**META PREVISTA PARA 2027**	**META PREVISTA PARA 2024**	**META REALIZADA EM 2024**
0516 - Beneficiários atendidos pelo Programa Força no Esporte e Projeto João do Pulo (PROFESP/PJP)			
9404 - Número de beneficiários atendidos pelo Programa Forças no Esporte/Projeto João do Pulo	05LO - Atender 27.000 crianças e adolescentes por meio dos Programas Forças no Esporte/Projeto João do Pulo.	21.000	13.080
0531 - Desportistas apoiados pelo Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento (PAAR)			
9428 - Número de Desportistas Apoiados pelo PAAR	057B - Apoiar 440 atletas do programa de incorporação de Atletas de Alto rendimento (PAAR).	440	498
0544 - Técnicos capacitados em administração e meio ambiente.			
9458 - Número de jovens do ensino médio formados pela Fundação Osório em administração e meio ambiente	05C6 - Capacitar 25 alunos concludentes do Ensino Médio com Curso Técnico de Administração ou em Curso de Técnico de Meio Ambiente, do ensino profissionalizante.	22	86
0784 - Profissionais aquaviários e trabalhadores portuários avulsos formados e capacitados			
9735 - Número de profissionais alcançados pelo Programa do Ensino Profissional Marítimo (EPM)	05AN - Capacitar 16.000 profissionais pelo Ensino Profissional Marítimo (EPM).	16.000	16.615
1476 - Egressos do serviço militar qualificados profissionalmente pelo Projeto Soldado Cidadão			

10630 - Número de jovens egressos do serviço militar qualificados profissionalmente pelo Projeto Soldado Cidadão	05HM - Qualificar profissionalmente 9.000 jovens egressos do serviço militar, por meio do Projeto Soldado Cidadão.	7.500	7.690
1484 - Projeto Rondon - Rondonistas			
10640 - Número de Rondonistas beneficiados pelo Projeto Rondon	05HT - Capacitar 868 Rondonistas por meio do Projeto Rondon.	806	999
1598 - Cidadãos beneficiários diretos e multiplicadores de conhecimento do Projeto Rondon.			
10958 - Número de Cidadãos beneficiários diretos e multiplicadores de conhecimentos alcançados pelo Projeto Rondon	05LP - Capacitar 35.000 beneficiários diretos e multiplicadores de conhecimento alcançados pelo projeto Rondon.	20.000	113.644
EVOLUÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO			
Principais entregas: Em 2024, o Ministério da Defesa atendeu 12.324 crianças e adolescentes, por meio do Programa Forças no Esporte (PROPFESP) e 756 pelo Projeto João do Pulo (PJP). Destaca-se, também, o apoio a 498 desportistas, por meio do Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento (PAAR). Quanto às atividades de capacitação profissional, cabe mencionar a formação de 16.615 profissionais aquaviários e trabalhadores portuários avulsos; de 7.690 jovens egressos do serviço militar, pelo Projeto Soldado Cidadão; 75 técnicos formados em Administração e 11 em Meio Ambiente (Ensino Médio,) pela Fundação Osório; 999 jovens, pelo Projeto Rondon; além de disseminação de conhecimento a 113.644 cidadãos de municípios dos Estados de Minas Gerais, Pernambuco, Rondônia e Sergipe, onde as operações do Projeto aconteceram.			
Análise situacional: A meta prevista de 70% de execução de ações planejadas de cooperação com a sociedade, alcançou o percentual de 180,91% em 2024. Entretanto esse índice não corresponde ao real desempenho do objetivo, considerando que: - Houve equívoco na projeção da Entrega 0544 - Técnicos capacitados em administração e meio ambiente, quando a meta prevista deveria ser de 100 alunos capacitados e não 22; e - A projeção da meta da Entrega 1598, Cidadãos beneficiários diretos e multiplicadores de conhecimento do Projeto Rondon, estava subdimensionada – a referida meta para o ano de 2024 deveria ser de 70.000 e não de 20.000. Além disso, em decorrência da insuficiência de recursos do Projeto Rondon, das quatro operações planejadas para os Estados da Região Norte do País, três foram deslocadas para a Região Nordeste, que possui uma densidade demográfica muito maior, e, por consequência, possibilita o atendimento de maior quantidade de beneficiários.			

Fonte: Secretaria de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais (SEPESD)

O objetivo específico 0241 em questão contempla entregas dos seguintes programas e projetos sociais conduzidos pelo MD:

- **Programa Forças no Esporte (PROFESP),** que promove a valorização do indivíduo, a redução dos riscos sociais, o fortalecimento da cidadania e da inclusão e integração social de crianças, adolescentes e jovens, entre 6 e 18 anos, prioritariamente em situação de vulnerabilidade social, por meio de práticas desportivas, educacionais e socio inclusivas, inclusive com o fornecimento de alimentação saudável. As atividades são realizadas no contraturno escolar em organizações militares de todo o país.
- **Projeto João do Pulo (PJP),** que atende pessoas com deficiência (PcD), com idade a partir dos 6 anos, priorizando aquelas em estado de vulnerabilidade social, com participação em atividades inclusivas, em diversas áreas temáticas, cabendo salientar a equoterapia e o desporto adaptado. As atividades são realizadas no contraturno escolar em organizações militares.

Considerações sobre os resultados alcançados pelo PROFESP e PJP: em 2024, o PROFESP e o PJP tinham por meta atender um total de 21.000 (vinte e um mil) beneficiados nas organizações militares (OM) das três Forças Singulares. Ao longo do ano foram atendidos um total de 13.080 crianças, adolescentes, jovens e pessoas com deficiência, sendo 12.324 pelo PROFESP e 756 pelo PJP, com a aquisição/fornecimento de alimentação saudável, materiais esportivos, uniformes, materiais permanentes, além da alocação de profissionais, principalmente, nas áreas de Esporte e Educação, visando a realização das atividades. Foram também realizadas melhorias da infraestrutura das Organizações Militares.

O alcance da meta prevista depende diretamente do aporte de recursos orçamentários, o que não ocorreu por parte dos órgãos parceiros. Essas parcerias são fundamentais, particularmente para custear a alimentação e a aquisição de uniformes e de materiais esportivos.

Entretanto, em que pese a disponibilização de apenas 14% do orçamento necessário para o ano de 2024, as parcerias realizadas diretamente pelas OM com entes privados e públicos, municipais e estaduais, permitiram o funcionamento do PROFESP e do PJP, possibilitando o atingimento de 62,28% da meta planejada.

- **Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento (PAAR),** que tem por objetivo cooperar com o desenvolvimento do desporto nacional de alto rendimento do país e fortalecer a equipe desportiva militar brasileira. O PAAR propicia ao atleta brasileiro melhores condições de preparação e, portanto, melhores resultados e índices, individuais e coletivos, em competições de alto rendimento.

O PAAR consiste no alistamento militar de atletas de forma voluntária, por aviso de convocação pública, editada por cada Comissão de Desportos das Forças Singulares, e a escolha leva em conta o currículo desportivo dos atletas em competições nacionais e internacionais. Após ingressar no Programa, o atleta passa a gozar de prerrogativas, direitos e deveres do militar temporário nas Forças Singulares, tais como: remuneração mensal, sistema de saúde, assistência médica e odontológica, incluindo nutricionistas e fisioterapeutas, além de disporem de todas as instalações esportivas militares, adequadas para treinamento esportivo.

Os militares de carreira participam, juntamente com os atletas do PAAR, nas competições internacionais, trocando experiências e obtendo benefícios técnicos. Com isso, o Programa também proporciona o desenvolvimento de recursos humanos das Forças Armadas nas áreas da Educação Física e de Gestão Esportiva, bem como contribui para o desenvolvimento e aplicação da Ciência do Esporte, por intermédio dos laboratórios das Forças Singulares.

Em 2024 o PPAR tinha como meta apoiar 440 atletas de alto rendimento e apoiou 498 militares desportistas no período, superando a meta estabelecida. Como preparação para os 8º Jogos Mundiais Militares de 2027, a delegação militar brasileira participou no ano de 2024 dos seguintes Campeonatos Mundiais Militares organizados pelo Conselho Internacional do Esporte Militar (CISM), alcançando resultados expressivos, com destaque para os Jogos Olímpicos 2024 em Paris:





- Jogos Olímpicos Paris 2024 – realizados de 26/07 a 11/08. O Time Brasil foi representado por 277 atletas em 39 modalidades diferentes. Entre esses atletas estavam 98 militares (cerca de 35% do total), de 21 modalidades, das três Forças Armadas, sendo 97 atletas do PAAR e um de carreira. Além desses militares, participaram do evento 35 atletas que já foram do PAAR. O Brasil encerrou sua participação em 20˚ lugar com 20 medalhas, sendo 11 conquistadas por atletas militares (55%).
- Campeonato Mundial Militar de Tiro com Arco: O evento contou com a participação de doze países. A Delegação Brasileira foi composta por doze militares, onde se fizeram presentes atletas e paratletas. O Brasil conquistou seis medalhas de ouro.
- 1º Campeonato Mundial Militar de Paratletismo: Primeiro evento mundial militar realizado na modalidade totalmente direcionado aos paratletas militares. O evento contou com a participação de oito países. A Delegação Militar Brasileira foi composta por seis militares atletas. O Brasil conquistou quinze medalhas na competição, sendo três de ouro, sete de prata e cinco de bronze.
- 12º Campeonato Mundial Militar de Salvamento Aquático: O Brasil participou desta competição, que foi realizada em Montpellier, na França, no mês de maio. Estiveram presentes onze países. O Brasil conquistou duas medalhas de prata e oito medalhas de bronze.
- 61˚ Open Nórdico de Pentatlo Militar: A competição foi organizada na cidade de Skive, Dinamarca, em junho, com a participação de dez países. O desempenho feminino foi excelente, conquistando o 1º lugar geral. Na prova masculina, a equipe do Brasil conquistou o 2º lugar geral. Individualmente, o Brasil conquistou uma medalha de ouro, duas de prata e duas de bronze.
- 46º Campeonato Mundial Militar de Paraquedismo: O evento ocorreu em Szolnok, na Hungria, em junho. Trinta e dois países estiveram presentes e pela primeira vez, na história, a equipe feminina conquistou duas medalhas de bronze.
- 53º Campeonato Mundial Militar de Pentatlo Naval: Aa competição ocorreu em Eckenförde – Alemanha, em agosto. Seis países participaram da competição, onde o Brasil conquistou o título de campeão geral masculino e campeão geral feminino. Individualmente, foram conquistadas uma medalha de ouro, uma medalha de prata e duas medalhas de bronze.
- Open Regional Militar de Pentatlo Aeronáutico: A competição foi realizada na Finlândia, no mês de junho. Estiveram presentes seis países. O Brasil conquistou duas medalhas de ouro e uma medalha de bronze.
- 52º Campeonato Mundial Militar de Orientação: O evento ocorreu na cidade de Cartagena, Espanha, onde 31 países se fizeram presentes. O resultado geral feminino apresentou evolução. O trabalho foi focado na capacidade física do atleta, no seu desenvolvimento cardiopulmonar e na técnica de orientação. Assim, a seleção de atletas de alto rendimento, oriundos do atletismo, teve reflexos no expressivo resultado.
- 24º Campeonato Mundial Militar de Hipismo: O Campeonato ocorreu em Doha, no Catar, em novembro, e contou com a participação de quinze países participantes. A Delegação Brasileira foi composta por cinco militares. O Brasil sagrou-se vice-campeão por equipe.
- 53º Campeonato Mundial Militar de Natação: a competição ocorreu na cidade de Warendorf/Alemanha, em dezembro e contou com a presença de 17 países. A Delegação Brasileira contou com oito atletas. Foram conquistadas 31 medalhas, das quais 19 de ouro, 10 de prata e 2 de bronze. Houve, também o estabelecimento de recordes militares brasileiros, nas provas de 200 metros livre, 400 metros livres e na prova de 200 metros peito. A Delegação Brasileira conquistou o maior número de medalhas em relação aos eventos de natação anteriores.

- **Projeto Soldado Cidadão (PSC)**, que tem como objetivo qualificar jovens brasileiros, vinculados ao serviço militar, por intermédio de cursos profissionalizantes, complementando sua formação cívico-cidadã e facilitando seu ingresso no mercado de trabalho, após a prestação do serviço militar.

  Em 2024, o PSC tinha como meta qualificar profissionalmente 7.500 jovens egressos do serviço militar. Conseguiu qualificar 7.690 jovens, superando a meta estabelecida para o período. O bom desempenho alcançado foi fruto de acordos firmados com instituições de qualificação profissional, em especial o Sistema "S", que possibilitaram as contratações de cursos profissionalizantes a custos inferiores à média do mercado nacional. Além das **4.387** capacitações custeadas com recursos da União, foram realizadas **3.303** gratuitas, com base em convênios e parcerias estabelecidas, totalizando **7.690** capacitações pelo PSC, que possibilitaram a complementação da formação cívica-cidadã e profissional de jovens brasileiros vinculados ao serviço militar, o que facilita seu ingresso no mercado de trabalho, após a prestação do Serviço Militar.

- **Projeto Rondon** é uma ação interministerial, coordenada pelo MD, destinada a contribuir com o desenvolvimento e o fortalecimento da cidadania nos estudantes e professores universitários, mediante o emprego de soluções sustentáveis para a inclusão social e a redução de desigualdades regionais, em parceria com os governos estaduais e municipais e instituições de ensino superior, públicas e privadas. Ele viabiliza a participação de estudantes e professores universitários no processo de desenvolvimento sustentável de comunidades menos assistidas, com ênfase na busca de soluções para problemas sociais e de infraestrutura locais. Tem como objetivos: contribuir com o desenvolvimento da cidadania nos estudantes universitários participantes; empregar soluções sustentáveis para a inclusão social e a redução de desigualdades regionais; e contribuir com o desenvolvimento sustentável e a capacitação, em diversos eixos temáticos, sociais, ambientais, educacionais e econômicas da população, em consonância com as políticas públicas e os planos governamentais em execução.

  Em 2024 tinha como metas: capacitar 806 rondonistas e alcançar 20.000 beneficiários diretos e multiplicadores de conhecimento nas comunidades atendidas. Foram executadas quatro Operações do Projeto: "Onça Cabocla", "Mangabeiras", "Velho Chico" e "Sentinelas Avançadas II", nos estados de Minas Gerais, Sergipe, Pernambuco e Rondônia, nas quais participaram 999 Rondonistas (professores e estudantes universitários), superando a meta estabelecida. Cabe destacar que, das operações supracitadas, a Operação Onça Cabocla foi executada regionalmente, o que possibilitou a redução de custos e o incremento da participação de mais rondonistas, proporcionando maior alcance das atividades sociais desenvolvidas pelo MD. Adicionalmente, nessas operações, foram desenvolvidos 4.593 projetos, alcançando 113.644 beneficiários diretos, superando a meta estabelecida.

- **Ensino Profissional Marítimo** tem como propósito formar e capacitar pessoal para atuar na Marinha Mercante, oferecendo cursos para as seguintes categorias: **formação de aquaviários e portuários** (pessoal não embarcado, funcionários de Agências / Empresas de Navegação e Operadores Portuários). A formação desses profissionais pelo Ensino Profissional Marítimo (EPM) é fundamental para manter esses profissionais atualizados com as novas tecnologias e necessidades desse segmento. Em 2024 foram formados 16.615 profissionais aquaviários e trabalhadores portuários avulsos, superando a meta estabelecida de capacitação de 16.000 profissionais.

- **Formação de jovens no Ensino Médio Profissionalizante, em cursos técnicos de administração e meio ambiente, pela Fundação Osório**, Em 2024 foram formados 75 técnicos em Administração e 11 em Meio Ambiente. É importante destacar que houve equívoco na projeção da referida entrega (nº 0544), relacionada a técnicos capacitados em administração e meio ambiente, sendo que a meta prevista deveria ser de 100 jovens capacitados e não 22.

Objetivo específico/ Indicador	Meta prevista para 2027	Meta prevista 2024	Meta realizada em 2024
0413 - Contribuir com a proteção, o desenvolvimento sustentável e o incremento da qualidade de vida na Amazônia Legal e em outras áreas consideradas de interesse, por meio de ações de apoio e geração de informações integradas do Sistema de Proteção da Amazônia.	05F6 - Manter a Taxa de geração de informações e de ações de apoio do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) acima de 70%.	70,00%	96,51%
10243 - Taxa de geração de informações e de ações de apoio do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM). Essa Taxa é composta pelos seguintes indicadores: Taxa de Geração de Informações sobre Ilícitos (desmatamento, garimpo ilegal, tráfego aéreo desconhecido, cultivo de ilícitos e pistas de pouso irregulares); Taxa de Disponibilização de Pessoal Especializado em Geointeligência; e Taxa de Disponibilidade Operacional da Infraestrutura Tecnológica.			

EVOLUÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO

Principais entregas:

As informações qualificadas sobre ilícitos ambientais são difundidas por meio de relatórios específicos, segundo as necessidades dos órgãos públicos requisitantes, provendo análises e fontes dos dados. Tais documentos abordam eventos como desmatamento, garimpo ilegal e pistas de pouso irregulares, além de apresentar mapas temáticos e gráficos associados para o apoio à tomada de decisão.

No ano de 2024 foram produzidos 32 relatórios de desmatamento e garimpo ilegal; 86 alertas de garimpo ilegal para auxílio à Operação de Desintrusão na Terra Indígena Yanomami; 93 alertas de desmatamento e garimpo ilegal para apoio as ações de fiscalização ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP); 8 Cartas-Imagens com qualificação de áreas de desmatamento e garimpo para apoio às ações do IBAMA; 1 relatório para a Casa Civil sobre o desmatamento nas Terras Indígenas Apyterewa e Trincheira Bacajá; 2 Relatórios de Monitoramento Ambiental e Ilícitos Associados (RMAIA), para a 1ª e a 23ª Brigadas de Infantaria de Selva do Exército Brasileiro; e 5 Boletins de Desmatamento e Ilícitos Ambientais (BDI), com análise integrada de diferentes sistemas de alertas de desmatamento da Amazônia.

Análise situacional:

No exercício de 2024, a taxa de geração de informações e de ações de apoio do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) atingiu 96,51%, diante da meta estabelecida de 70% (executado em relação ao planejado). Durante o ano foram obtidos importantes resultados, como a aquisição de modems satelitais GOES (*Geostationary Operational Environmental Satellites*), que aprimoraram a transmissão dos dados das estações meteorológicas e contribuíram para o bom desempenho da meta.

Fonte: Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam

Os principais resultados produzidos pelo Censipam no contexto das ações de proteção, integração e desenvolvimento sustentável e incremento da qualidade de vida na Amazônia Legal, são:

Eventos Extremos: Ação e Resiliência na Amazônia

Hidrologia

O Sistema Integrado de Monitoramento e Alerta Hidrometeorológico (SipamHidro), acessível aqui, desempenha um papel crucial na prevenção e mitigação dos impactos de eventos extremos, como alagamentos, inundações e secas, nas populações urbanas e ribeirinhas da Amazônia. Com base em boletins e alertas meteorológicos, o sistema fornece informações vitais à Defesa Civil, permitindo o planejamento de ações preventivas específicas para cada município. Além disso, a plataforma distribui dados meteorológicos detalhados para toda a Amazônia Legal, promovendo uma resposta proativa aos desafios hidrometeorológicos.

Uma das ferramentas de maior impacto são os modelos hidrológicos desenvolvidos pelo Censipam, que abrangem diversas bacias hidrográficas da Amazônia. Esses modelos são capazes de prever o comportamento do ciclo hidrológico com até quatro meses de antecedência, permitindo projeções detalhadas sobre níveis máximos e mínimos durante os períodos de cheia e vazante. Atualmente, 43 modelos estão em operação – 22 dedicados a cheias e 21 a estiagens. Essas previsões oferecem uma base robusta para o planejamento das Defesas Civis, possibilitando respostas rápidas e eficazes frente a eventos severos.

Para ampliar o acesso às informações, foi lançada, em dezembro de 2024, a versão mobile do SipamHidro, resultado de parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA). Este aplicativo possibilita acesso mais prático e rápido às informações para os usuários em toda a região amazônica.



Em 2024, o término do processamento dos dados de imageamento das áreas urbanas suscetíveis a inundações, realizado em 2023, permitiu ao SipamHidro expandir a cobertura de municípios monitorados em tempo real para esses eventos, de 23 para 73 localidades. O módulo de monitoramento de inundações urbanas oferece às Defesas Civis uma ferramenta capaz de identificar e dimensionar as áreas impactadas, além de estimar o número de residências e pessoas afetadas. A integração do módulo com modelos hidrológicos aprimora a previsão de níveis e a estimativa da extensão dos eventos, permitindo um planejamento mais realista e ajustado aos impactos potenciais por parte dos órgãos e governos envolvidos.

Outro avanço significativo em 2024 foi a adoção da altimetria espacial para monitorar os níveis dos rios por meio de sensoriamento remoto. Essa técnica, baseada em satélites-radar, facilita a coleta de dados em áreas de difícil acesso e possibilita a criação de estações hidrológicas virtuais. Essas estações são estratégicas para monitorar a navegabilidade de rios cruciais para o transporte de mantimentos e cargas destinadas aos pelotões de fronteira na Amazônia.

A capacitação técnica é uma preocupação constante. Em 2024 foi realizado treinamento de pilotagem de drones para a Defesa Civil de Macapá, capacitando agentes locais a realizarem levantamentos em áreas de risco, integrando essas informações ao SipamHidro e ampliando o monitoramento em tempo real.

A crise da SECA em 2024 Em junho de 2024, durante o Evento Pré-Seca, o Censipam reuniu especialistas de diversas instituições para analisar o período de estiagem previsto. Nesse encontro, foi emitido um alerta severo às autoridades sobre o risco de uma seca extrema, potencialmente mais grave que a de 2023. Infelizmente, a previsão se confirmou: a Amazônia enfrentou a pior estiagem já registrada, com impactos devastadores em rios, comunidades e ecossistemas.


Seca no rio Madeira, afluente do Amazonas, bate recorde histórico negativo

Em razão da gravidade crescente das secas, o Censipam desenvolveu um novo sistema de monitoramento baseado em dados de satélite da Administração Oceânica e Atmosférica Nacional (NOAA) e NASA, ambas do governo estadunidense. Esse sistema calcula a intensidade da estiagem ao rastrear os dias consecutivos sem precipitação em diferentes áreas da Amazônia, permitindo um acompanhamento preciso das condições de seca.

Tempo e Clima O Censipam desempenha um papel estratégico nas atividades de meteorologia relacionadas ao tempo e clima na Amazônia Legal, com ações que abrangem previsão do tempo, monitoramento climático, apoio às Forças Armadas e pesquisa sobre os complexos fenômenos meteorológicos da região. Por meio de uma infraestrutura tecnológica avançada, o órgão gerencia ativos essenciais, como Estações Meteorológicas de Superfície, Sistemas Satelitais Ambientais, Sensores de Descargas Atmosféricas, uma rede de Radares Meteorológicos e ferramentas de Modelagem Numérica do Tempo, garantindo informações precisas e acessíveis à sociedade e às autoridades competentes. O Boletim Climático da Amazônia Legal, emitido mensalmente, que atingiu sua 237ª edição em 2024, é uma fonte consolidada de dados climáticos, reunindo análises detalhadas de sistemas meteorológicos e climáticos que afetam a região (Acesse Aqui).

Reestruturação e ampliação da rede de meteorologia Recentemente foi iniciada a reformulação de suas atividades de meteorologia do Censipam, com foco no fortalecimento da governança de dados meteorológicos e na criação de uma rede de monitoramento e pesquisa sobre fenômenos adversos na Amazônia Legal.

Desmatamento



O Sistema Integrado de Alerta de Desmatamento na Amazônia (SipamSAR), operado pelo Censipam, é uma ferramenta de monitoramento para a preservação ambiental. Ele utiliza radares de abertura sintética (Synthetic Aperture Radar – SAR) embarcados em satélites para gerar e validar alertas de desmatamento na Amazônia. A tecnologia SAR se destaca por sua capacidade de realizar o monitoramento terrestre em condições meteorológicas adversas, superando os sensores ópticos, que enfrentam limitações devido à cobertura de nuvens durante boa parte do ano, permitindo o monitoramento de alterações no uso e na cobertura da terra mesmo durante o período conhecido como "inverno amazônico" (de outubro a abril), quando a incidência de chuvas é mais intensa.

Os alertas de desmatamento produzidos pelo SipamSAR são ferramentas fundamentais para o combate a crimes ambientais, como o desmatamento ilegal. A rápida emissão desses alertas otimiza a atuação dos

órgãos fiscalizadores, como IBAMA, ICMBio e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente, permitindo que as operações sejam iniciadas rapidamente, muitas vezes interrompendo a atividade ilícita antes que ela se expanda.

O SipamSAR conta com duas antenas multisatelitais estrategicamente localizadas em Manaus (AM) e Formosa (GO). Essas antenas possibilitam a recepção de dados transmitidos diretamente por satélites brasileiros e internacionais, cobrindo todo o território nacional e parte da Amazônia Azul.

As parcerias entre o Censipam e o Comando de Operações Aeroespaciais do Comando da Aeronáutica (COMAE/COMAER), possibilitam uma sinergia entre as tecnologias utilizadas para monitoramento ambiental e as destinadas à geração de conhecimento militar, maximizando os recursos disponíveis.

Combate a Queimadas

O Censipam desenvolveu o **Sistema de Alertas de Queimadas (Painel do Fogo)**, uma ferramenta que combina tecnologia e análise de dados para apoiar o combate ao fogo. O Painel do Fogo é uma plataforma on-line que disponibiliza informações sobre incêndios e queimadas no País. O foco é subsidiar o trabalho do **Corpo de Bombeiros, das Defesas Civis, dos órgãos ambientais e de instituições parceiras a realizar o acompanhamento e análises dos incêndios e a planejar sobre como combatê-los**. A ferramenta aponta as condições mais recentes e integra dados, praticamente em tempo real, para rastreio das chamas. Meteorologistas e especialistas em sensoriamento remoto, sediados em Manaus (AM), Porto Velho (RO) e Belém (PA), realizam análises diárias baseadas em informações meteorológicas e imagens de satélites. Eles integram essas informações para gerar relatórios que identificam áreas prioritárias, aumentando a eficiência das equipes de campo.

De forma resumida, o software gera os seguintes produtos: Camada vetorial dos eventos de fogo; Camada de frente de fogo 24h; Camada de brigadas; imagens óticas atualizadas para qualificação dos incêndios em tempo real; Gráficos com níveis de severidade do fogo para priorização das ações; dados estatísticos e gráficos sobre eventos de fogo em todo território nacional.

Nos últimos dois anos, o Painel foi ampliado para melhorar o combate ao fogo no Brasil e, em 2024, sua área de atuação foi estendida ao Chile. Para fortalecer o Painel, o Censipam estabeleceu uma parceria com a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), buscando expandir o sistema para outros países amazônicos e capacitar equipes técnicas internacionais.

O Painel é também uma fonte de subsídios para boletins e informativos. Em 2024, o Censipam emitiu relatórios semanais e mensais sobre eventos de fogo em diversos biomas brasileiros e regiões específicas.

Apoio à Operações

O Censipam apoia ações do Ministério da Defesa (MD), das Forças Armadas (FA), dos Órgãos de Fiscalização Ambiental, de Segurança Pública e de Defesa Civil, entre outros, fornecendo imagens, dados, informações, recursos especializados e tecnologias avançadas. Fornece também pessoal altamente capacitado em geointeligência, operadores de drones, equipamentos modernos e infraestrutura essencial para as fases de planejamento e execução de operações conjuntas, singulares e interagências. Além disso, promove capacitações de militares e servidores públicos no uso de sistemas avançados de geoprocessamento de imagens e na operação de Aeronaves Remotamente Pilotadas (ARPs), ampliando a eficiência das operações.

Merece menção o desenvolvimento e fornecimento de produtos especializados para apoiar missões específicas, como o monitoramento do desmatamento na Amazônia Oriental, em parceria com o Comando Militar do Norte, Primeiro Comando Aéreo Regional e Agência Brasileira de Inteligência do Pará e Amapá. Outros exemplos incluem suporte a operações como a Desintrusão das Terras Indígenas (Trincheira-Bacajá (Pará/PA), Yanomami (Roraima/RR), Karipunas (Rondônia/RO) e Munduruku

(PA)), combate a incêndios (**Pantanal II** (Mato Grosso do Sul/MS)), suporte à defesa civil em áreas afetadas (**Taquari II** (Rio Grande do SulRS)), ações de proteção ambiental (**Operação Tamoiotatá** (Amazonas/AM)). O apoio também se estendeu internacionalmente, com análises cruciais para subsidiar o combate a incêndios florestais na Bolívia.

Vale ressaltar o apoio prestado à Defesa Civil do Rio Grande do Sul durante as fortes chuvas de maio de 2024. Análises geoespaciais e imagens de satélite ajudaram a identificar áreas afetadas por deslizamentos de terra, indicando ocorrências com possíveis vítimas e suas localizações.

Aplicativo para Combate a Crimes Ambientais

Em 2023, o Censipam lançou um aplicativo para apoiar os órgãos parceiros na condução de operações de combate aos crimes ambientais, o qual foi amplamente utilizado em operações no ano de 2024. O aplicativo possibilita a captura automática da localização da foto (georreferenciamento automático de imagens), facilitando a identificação do local reportado. Caso a região não tenha sinal de celular, o envio do reporte poderá ser feito quando houver conexão à internet. Os registros compõem um banco de dados com o "feedback" das ações de campo e colaboram com o planejamento de Operações na Amazônia.

Monitoramento de Ilícitos

O Censipam apoia os órgãos de fiscalização federal, de segurança pública e as Forças Armadas com o uso de ferramentas avançadas de Inteligência, em especial na elaboração de Relatórios de Inteligência abordando áreas críticas como **garimpo ilegal, pistas de pouso irregulares, movimento aéreo desconhecido** e, mais recentemente, o **cultivo de ilícitos.**

- **Garimpo Ilegal** O monitoramento de garimpo ilegal é realizado com base na análise diária de dados e mosaicos gerados por imagens de satélite. Os dados obtidos são sistematicamente classificados por critérios como localização geográfica (coordenadas), data de aquisição, situação legal e taxa de expansão. Além disso, busca-se a identificação de balsas e maquinários utilizados em garimpos nos rios da Amazônia. As informações produzidas são cruciais para subsidiar a atuação dos órgãos competentes.
- **Pistas de Pouso Irregulares** Um banco de dados de pistas ou feições de pistas identificadas em toda Amazônia legal é atualizado a partir de imagens satelitais**.** Estas são classificadas como irregulares quando não estão registradas ou homologadas pelos órgãos responsáveis. O monitoramento contínuo dessas áreas, resulta em relatórios enviados às autoridades fiscalizadoras, permitindo uma atuação mais eficiente contra atividades ilícitas.
- **Movimento Aéreo Desconhecido** O monitoramento do movimento aéreo desconhecido é feito por meio do Sistema de Gerenciamento de Pistas (GPis), que integra informações em tempo real dos radares de vigilância operados pelo Quarto Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo da Força Aérea Brasileira (CINDACTA IV) e dados das aeronaves de vigilância (E99) e sensoriamento remoto (R99) da FAB. Essa integração tecnológica permite o acompanhamento detalhado de voos de baixa altitude, essenciais para identificar aeronaves envolvidas em atividades suspeitas.
- **Cultivo de Ilícitos** O Censipam, em parceria com instituições federais, está desenvolvendo um projeto inovador para o monitoramento de cultivos ilícitos na Amazônia Legal. O uso de sensores multiespectrais possibilita a criação de uma biblioteca de assinaturas que identifica as diferentes fases do cultivo, desde o plantio até a colheita. Essa abordagem automatizada aumenta a eficiência e a rapidez na identificação de áreas de plantio ilícito, otimizando o trabalho dos órgãos de segurança pública.

Grupo de Integração para Proteção da Amazônia (GIPAM)

O GIPAM desempenha um papel importante na conservação, proteção e desenvolvimento da Amazônia Legal, por meio da análise integrada de informações. Formado por representantes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), da Polícia Federal (PF), da Polícia Rodoviária Federal (PRF), da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) e do Censipam, o grupo também colabora com outros órgãos parceiros para maximizar o alcance e a eficiência de suas ações.

Combinando ferramentas de geointeligência e imagens de satélite, os analistas do GIPAM processam e integram dados de diversas fontes federais e estaduais, para monitorar atividades como desmatamento, garimpo e outros ilícitos ambientais, possibilitando decisões mais informadas e ações mais efetivas de fiscalização e investigação. Merecem destaque os seguintes produtos de 2024: 32 relatórios sobre desmatamento e garimpo ilegal; 86 alertas de garimpo ilegal; 93 alertas de desmatamento e garimpo; 8 Cartas-Imagens com áreas críticas de desmatamento e garimpo; 1 relatório para a Casa Civil sobre desmatamento nas Terras Indígenas Apyterewa e Trincheira Bacajá; e informações para 2 Relatórios de Monitoramento Ambiental e Ilícitos Associados (RMAIA).

Boletim de Desmatamento e Ilícitos Ambientais (BDI)

A partir de junho de 2024, o Censipam iniciou a produção do **Boletim de Desmatamento e Ilícitos Ambientais (BDI)**, que integra análises de diferentes sistemas de alerta da Amazônia. Até o momento, foram emitidos **4 boletins**, publicados bimestralmente, fortalecendo a visão integrada do desmatamento e outros crimes ambientais.

Comunicação e Dados

O Censipam fornece suporte a órgãos e instituições parceiras por meio de ferramentas avançadas de **comunicação e dados**, com destaque para a conectividade via satélite e a integração de informações geoespaciais. Abaixo, destacam-se os principais efeitos e números desse esforço:

- **Comunicação via satélite em regiões isoladas**: disponibilização de terminais de comunicação via satélite em áreas remotas da Amazônia, beneficiando comunidades ribeirinhas, aldeias indígenas, pelotões de fronteira e órgãos da Justiça. A partir de 2020, iniciou-se a substituição dos pontos de internet existentes por novas antenas e modems vinculados ao programa GESAC (Serviço de Atendimento ao Cidadão), gerenciado pelo Ministério das Comunicações (MCom). Este programa utiliza o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégicas (SGDC), que fornece velocidade de conexão de até 10 Mbps, promovendo melhorias significativas na qualidade da conectividade.
- **Integração de dados meteorológicos**: O sistema não apenas fornece internet para uso geral, mas também realiza a transmissão de dados críticos de estações meteorológicas de superfície e radares meteorológicos, garantindo suporte essencial para monitoramento ambiental e climático.
- **Capacitações e tecnologia de ponta**: Além de terminais transportáveis de comunicação via satélite, o Censipam promove missões de campo e treinamentos voltados para o uso de Aeronaves Remotamente Pilotadas (ARP – drones), ampliando a eficiência e a precisão das operações em campo.

Gestão de Dados Geoespaciais

O Censipam desenvolveu a **Plataforma Panorama**, que organiza, integra, harmoniza e disponibiliza dados geoespaciais de sua gestão e de parceiros. Essa plataforma padroniza procedimentos, estrutura fluxos de trabalho e facilita o armazenamento e catalogação de informações. Como resultado, dados críticos sobre a Amazônia são agregados e hierarquizados em diferentes níveis de acesso.

Objetivo específico/ Indicador	Meta prevista para 2027	Meta prevista 2024	Meta realizada em 2024
0420 - Contribuir com a implementação da infraestrutura básica e o desenvolvimento sustentável nos municípios abrangidos pelo Programa Calha Norte.	05GV - Entregar, anualmente, 80% das demandas de execução de projetos de obras de engenharia e aquisições de bens permanentes.	80,00%	120,61%
10349 - Índice de atendimento das demandas de execução de obras de engenharia e aquisições de bens permanentes.			
EVOLUÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO			
Principais entregas: Foram realizadas obras de engenharia em 154 municípios dentro da área de atuação do Programa, com a entrega de passarela; centros comunitários; quadras poliesportivas; escolas, mercados públicos; iluminação pública; sistema de abastecimento de água e pavimentação de vias urbanas, sendo: 46 no Acre; 70 no Amapá; 48 no Amazonas; 11 no Mato Grosso; 3 no Mato Grosso do Sul; 75 em Rondônia; 15 em Roraima; e 17 no Tocantins. No que se refere à entrega de bens, destaca-se a aquisição de equipamentos adquiridos, como implementos agrícolas, veículos de carga, veículos administrativos, veículos de transporte de pessoal e de máquinas diversas; em 106 municípios, sendo: 37 no Estados do Acre; 15 no Amapá; 13 no Amazonas; 02 no Maranhão; 02 no Mato Grosso; 03 no Mato Grosso do Sul; 05 no Pará; 38 em Rondônia; 04 em Roraima; e 30 no Tocantins.			
Análise situacional: No período considerado, o Programa Calha Norte superou a meta esperada de 80% do Índice de atendimento das demandas de execução de obras de engenharia e aquisições de bens permanentes, tendo em vista que atingiu o patamar de 120,61%. Esse percentual foi possível devido aos aportes de recursos oriundos de emendas parlamentares e da gestão do Programa junto aos municípios beneficiados.			

Fonte: Departamento do Programa Calha Norte

O **Programa Calha Norte (PCN)**, desde sua criação, em 1985, tem suas ações desenvolvidas em duas vertentes de atuação. Na vertente militar sua missão é contribuir para a manutenção da Soberania Nacional e Integridade Territorial. Na vertente civil o Programa tem o propósito de apoiar as ações de governo na promoção do desenvolvimento regional, com a implementação de infraestrutura básica nos municípios localizados na área de atuação do Calha Norte, proporcionando assistência às populações, fixando o homem na região e contribuindo para a defesa nacional.

Na vertente civil o PCN executa transferência de recursos orçamentários, por meio de convênios firmados entre o MD e os entes estaduais e municipais beneficiados, buscando o atendimento de projetos de infraestrutura básica/complementar (escolas, creches, postos de saúde, centros de convivência, praças, ginásios de esporte, pavimentações de vias públicas, entre outros) e de aquisição de máquinas e equipamentos (bens permanentes).

Atualmente, estão em execução e em fase de prestação de contas, 1.130 convênios de obras (R$ 3.515.603.826,87) e 360 de aquisição de veículos e equipamentos (R$ 536.945.868,88), portanto 1490 convênios ativos, no valor total de R$ 4.052.549.695,75.

Durante o ano de 2024, o Departamento do Programa Calha Norte (DPCN) acompanhou a entrega de 318 obras de engenharia, que totalizaram R$ 412.770.887,13 milhões, e de 175 convênios de equipamentos que somaram R$ 197.081.941,88 milhões, em 196 municípios de nove estados da área de atuação do PCN. Convém ressaltar, a conclusão de 1031 processos de prestação de contas no período considerado.

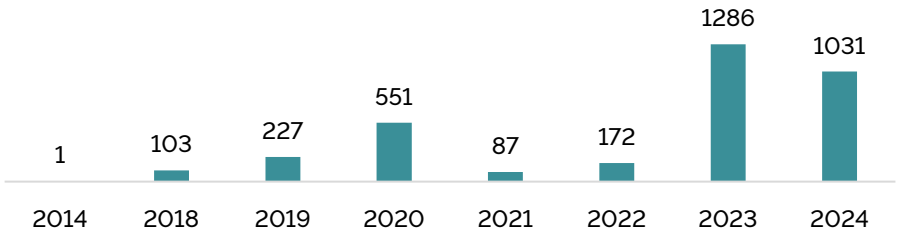
OBRAS REALIZADAS EM 2024		
REALIZAÇÕES PROPICIADAS PELO DPCN EM 2024		
ESTADO	OBRAS	VALOR
Acre	45	R$ 25.688.305,64
Amazonas	64	R$ 116.544.825,00
Amapá	82	R$ 131.741.866,00
Mato Grosso do Sul	1	R$ 1.010.000,00
Mato Grosso	16	R$ 13.535.539,00
Pará	3	R$ 2.822.848,00
Rondônia	77	R$ 52.262.402,49
Roraima	19	R$ 61.824.661,00
Tocantins	11	R$ 7.340.440,00
TOTAL	**318**	**R$ 412.770.887,13**

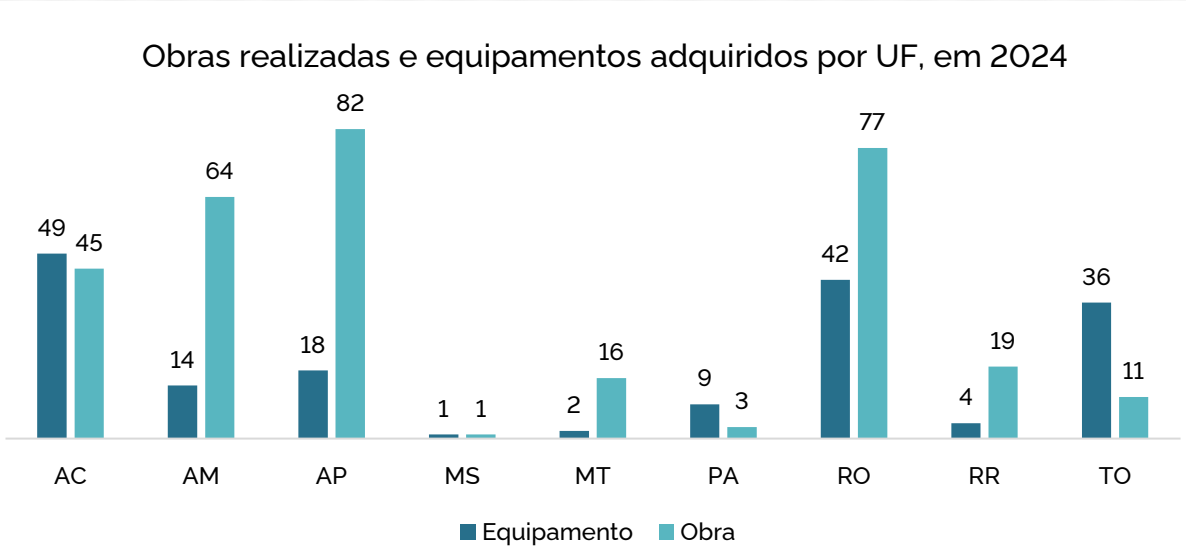
BENS ADQUIRIDOS EM 2024		
REALIZAÇÕES PROPICIADAS PELO DPCN EM 2024		
ESTADO	EQUIPAMENTOS	VALOR
Acre	49	R$ 37.145.362,00
Amazonas	14	R$ 12.713.093,00
Amapá	18	R$ 24.399.693,88
Mato Grosso do Sul	1	R$ 311.270,00
Mato Grosso	2	R$ 1.634.250,00
Pará	9	R$ 6.164.309,00
Rondônia	42	R$ 84.432.896,00
Roraima	4	R$ 7.713.641,00
Tocantins	36	R$ 22.567.427,00
TOTAL	**175**	**R$ 197.081.941,88**

Fonte: DPCN

Na atualidade, a área de atuação do PCN abrange 783 municípios, em dez Estados da Federação (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), correspondendo a 59,2% do território nacional, onde habitam cerca de 27 milhões de pessoas.

Prestações de contas concluídas nos últimos 13 anos





Operações de Apoio às Populações Indígenas

Operação Catrimani I (Terra Indígena Yanomami)

Por meio da Portaria GM-MD nº 263, de 2024, foi aprovado o emprego temporário das Forças Armadas em atividades de apoio logístico e ações de distribuição de cestas de alimentos na Terra Indígena Yanomami, até 31 de março de 2024.

As Forças Armadas empregaram 817 militares e 5 aeronaves com mais de 2.400 horas de voo. Foram distribuídas 15.000 cestas de alimentos à população presente na Terra Indígena.



Operação Catrimani II

Por meio da Portaria GM-MD nº 1.511, de 2024, foi aprovado o emprego temporário das Forças Armadas em atividades de apoio às ações governamentais na Terra Indígena Yanomami, no período de 1° de abril a 31 de dezembro de 2024.

A operação, que teve como objetivo interromper as atividades de Garimpo Ilegal, resultou na inutilização/apreensão de: 159.141 litros de combustível, 133.470Kg de cassiterita, 226.960g de mercúrio, 2.281 maquinários, 417 acampamentos, 201 embarcações, 111 armamentos, 51 pistas clandestinas e 26 aeronaves, com uma estimativa de prejuízo superior a R$ 200 milhões.

Operações de Desintrusão das Terras Indígenas Karipuna e Munduruku

O Ministro da Defesa, por meio da Portaria GM-MD n° 2.533, de 2024, autorizou o emprego temporário e episódico de meios do Exército Brasileiro em apoio logístico às ações governamentais nas Terras Indígenas Karipuna, em Rondônia, e Munduruku, no Pará. A ação de desintrusão consiste na retirada dos não indígenas que, ocupando parte das terras homologadas, representam ameaça aos indígenas e à floresta e favorece a exploração de atividades ilegais, em especial o garimpo.

A participação do Exército foi definida com base nos cronogramas e planos operacionais aprovados pelo Supremo Tribunal Federal e pela Presidência da República, especificamente para as Terras Indígenas Karipuna e Munduruku. As ações do Exército nessas regiões foram realizadas nos períodos de junho a agosto de 2024 e, na segunda operação, de novembro a dezembro de 2024, com previsão de perdurar até janeiro de 2025.

A complexidade logística das operações nas Terras Indígenas Karipuna e Munduruku, caracterizadas pela vastidão e isolamento dessas regiões, pela ausência de infraestrutura adequada, pelas condições climáticas adversas e, ainda, a necessidade de garantir a segurança das equipes, demandaram uma capacidade logística altamente especializada.

Com o apoio logístico fornecido pelo Exército Brasileiro, envolvendo o abastecimento, a comunicação, a manutenção de equipamentos, o transporte de pessoal e material e a assistência à saúde, foi possível prestar apoio às agências governamentais que atuaram nas desintrusões de Terras Indígenas em 2024.

APOIO LOGÍSTICO	KARIPUNA	MUNDURUKU
ATENDIMENTOS MÉDICOS	297	180
MILITARES	278	194
REFEIÇÕES	28.483	32.403
VIATURAS	40	57

Ações de apoio à saúde

Transporte de Órgãos, Tecidos e Equipes (TOTEQ) – Operação Brasil

Trata-se de apoio ao Centro Nacional de Transplantes (CNT), do Ministério de Saúde, no transporte de profissionais de saúde e de equipamentos necessários à captação de órgãos e tecidos e ao atendimento tempestivo dos receptores, quando não existe a possibilidade de apoio das linhas regulares da aviação comercial.

Este serviço é parte do programa da FAB de Transporte de Órgãos, Tecidos e Equipes para Transplante (TOTEQ), que visa a garantir que órgãos doados sejam rapidamente transportados a pacientes em diferentes regiões do país, superando as barreiras geográficas e de infraestrutura.

Uma vez feita a comunicação da disponibilização de um órgão, a FAB mobiliza suas aeronaves e tripulações para garantir o transporte imediato, minimizando o tempo entre a captação do órgão e sua chegada ao receptor, além de coordenar suas ações com a Central Nacional de Transplantes, equipes médicas e órgãos reguladores de saúde para garantir que todas as etapas do processo sejam realizadas de forma eficiente e segura. Isso é crucial, pois muitos órgãos têm uma janela de viabilidade limitada fora do corpo humano.

ÓRGÃOS TRANSPORTADOS EM 2024	
ÓRGÃO	**QUANTIDADE**
BAÇO	6
CORAÇÃO	78
FÍGADO	110
PÂNCREAS	2
PULMÃO	24
RINS	33
LINFONODOS	6
CÓRNEA	0
TOTAL	259
MEIOS EMPREGADOS: **C-95, C-97, C-98, C-99, C-105 e U-100**	
ACIONAMENTOS: **259**	
ESFORÇO AÉREO: **1279:15 H**	
CUSTOS: **R$ 16.585.513.02**	

Operações "ASSHOP" (Assistência Hospitalar)

- **Ação Cívico-Social (ACiSo) no Arquipélago de Fernando de Noronha** A Marinha do Brasil (MB) promoveu uma Ação Cívico-Social (ACiSo) no Arquipélago de Fernando de Noronha, no período de 17 a 19 de abril de 2024, que viabilizou a realização de atendimentos especializados na área de saúde para a população local. As atividades de atendimento médico e odontológico aconteceram em parceria com a Administração de Fernando de Noronha, na Unidade Básica de Saúde e no Hospital São Lucas, e contaram com 51 militares, médicos e profissionais da área de saúde. A ação também contou com a presença dos Navios-Patrulha "Macau" e "Guaíba", e suas tripulações, atuando na fiscalização das águas jurisdicionais brasileiras próximas ao arquipélago. Foram três dias de intenso trabalho, que resultaram em 4.421 atendimentos em diversas especialidades médicas, odontológicas, farmacêuticas e de enfermagem. Ao todo, foram distribuídos mais de 1.800 medicamentos, entre comprimidos, pomadas e soluções orais; concluídos 323 testes rápidos para HIV, Hepatite B, Hepatite C, Sífilis, Dengue e gravidez; realizados 444 procedimentos/exames complementares; e 64 pequenas cirurgias, a exemplo das de retirada de lesões de pele; além de contabilizados 681 atendimentos odontológicos e médicos, nas áreas de ginecologia, urologia, cirurgia geral, cirurgia vascular, ortopedia e otorrinolaringologia.
- **Operação Chance para todos - Ação Cívico-Social (ACiSo)** Entre os meses de abril, junho, agosto e dezembro de 2024, a Marinha do Brasil realizou a operação Chance Para Todos, de caráter Cívico-Social, por meio do Navio-Auxiliar Pará. As ações beneficiaram a população da Amazônia Oriental, oferecendo atendimentos médicos, odontológicos e ambulatoriais, além de apoio logístico e humanitário em localidades de difícil acesso, como Soure-PA, Ponta de Pedras-PA, Abaetetuba-PA, Afuá-PA, Porto de Moz-PA, Jarilândia-AP, Santana-AP, Melgaço-PA, Breves-PA, Portel-PA, Oeiras do Pará-PA, Santarém-PA, Óbidos-PA, Monte Alegre-PA e Prainha-PA.

  Principais resultados alcançados: distribuições de materiais, como: medicamentos, itens odontológicos, coletes salva-vidas; realização de atendimentos e procedimentos, como: 4.776 atendimentos médicos, 1.223 atendimentos odontológicos, 19.373 procedimentos de enfermagem, 5.050 exames realizados, 1.469 mamografias, 284 vacinações e 76 intervenções cirúrgicas; e emissão de documentos, como: 563 certidões de nascimento, 261 CPFs e 1.052 carteiras de identidade; além de 129 atendimentos de Justiça Itinerante.
- **Comissões de Assistência Hospitalar** A Marinha realizou, ao longo do ano de 2024, um total de 23 comissões de Assistência Hospitalar (Operações de cunho Cívico-Social), com a mobilização dos Navios de Assistência Hospitalar Doutor Montenegro, Osvaldo Cruz, Carlos Chagas e Soares de Meirelles, em períodos distintos.

  As comissões foram realizadas nos Polos Paraná do Ramos, Tapajós, Juruá "A", B" e "C", Javari, Marajó, Xingu, Tocantins, Madeira, Trombetas, Nhamundá, Solimões, Purus, Negro, Branco, e no Alto Solimões, entre as cidades de São Paulo de Olivença e Benjamin Constant, dentre outras regiões.

  Nesse período, foram contabilizados 38.130 procedimentos médicos, 7.528 procedimentos odontológicos, 4.871 procedimentos de enfermagem e 100.357 procedimentos laboratoriais, totalizando 150.886 atendimentos e procedimentos ao longo do ano.
- **Criança picada Por escorpião** Em junho de 2024, uma criança de 3 anos, vítima de picada de escorpião no Distrito de Jarilândia-AP, recebeu atendimento de emergência a bordo do Navio-Auxiliar Pará, onde foram realizados os primeiros socorros. Posteriormente, a criança foi transportada com segurança para o hospital de Vitória do Jari-PA, onde recebeu o soro antiescorpiônico em tempo hábil.

Ações de Apoio a Situações de Calamidade Pública, Combate a Incêndios e Outras

Em 2024, o Ministério da Defesa foi requisitado pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, com base no Protocolo de Ações entre os Ministérios da Integração, da Defesa e da Saúde (MI-MD-MS) de dezembro de 2012, para apoiar logisticamente as ações de Proteção e Defesa Civil em dez estados (Acre, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Maranhão, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo), com o propósito de dar pronta resposta aos impactos causados por desastres naturais.

No início do ano, fortes chuvas causaram aumento súbito no nível do Rio Acre, atingindo os municípios ribeirinhos. O litoral da Bahia e do Espírito Santo, enfrentou grave dificuldade com fortes enchentes. No Estado do Paraná e em Santa Catarina, milhares de famílias ficaram desabrigadas em decorrência da passagem de ciclones extratropicais e de fortes tempestades. A Bahia, Minas Gerais e o Rio de Janeiro (região serrana e o interior do estado) também foram afetados por enchentes.

No final de abril, o Estado do Rio Grande do Sul foi atingido por uma catástrofe, com milhares de desabrigados, centenas de mortos, cidades destruídas totalmente e outras parcialmente, meios de comunicações afetados e aeroportos alagados.

No segundo trimestre, as regiões Centro-Oeste, Norte e Sudeste foram atingidas por uma estiagem severa. A seca dos rios afetou o abastecimento de comunidades ribeirinhas nos estados do Acre, Amazonas e Pará e favoreceu a ocorrência de incêndios florestais em Unidades de Conservação do Amapá. O Pantanal Mato-Grossense, Sul-Mato-Grossense e o estado de São Paulo demandaram ações de combate aos incêndios.

Apoio a Defesa Civil na Bacia do Rio Acre

O Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional encaminhou a Requisição de Mobilização de Apoio do Ministério da Defesa n° 1/2024, por ocasião das fortes chuvas no Estado do Acre no mês de fevereiro. As forças Armadas prestaram apoio aos municípios de Assis Brasil, Brasileia, Epitaciolândia, Rio Branco e Xapuri. Foram empregados o efetivo de 151 militares, 7 viaturas, 3 embarcações de casco rígido e 1 aeronave de asa rotativa nas atividades de transporte de cestas de alimentos, desabrigados/desalojados e galões de água.

Apoio a Defesa Civil na Região do Rio de Janeiro e Espírito Santo

Por ocasião das fortes chuvas na região serrana do Rio de Janeiro e do Espírito Santo as Forças Armadas apoiaram a Defesa Civil no transporte e distribuição de água, alimentos e itens de higiene pessoal. Foram distribuídos 40.000 L de água, 2.758 itens de higiene e 760 cestas básicas.

Na Operação, foram resgatadas 5 pessoas e realizada a desobstrução e desimpedimento de vias, com o apoio das Forças Armadas, que empregaram 457 militares e 71 viaturas.

Incêndios em São Paulo

Apoio do Ministério da Defesa às Requisições de Mobilização de Apoio do Ministério da Defesa n° 8 e 9/2024, enviadas pelo Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, por ocasião do desastre climatológico no estado de São Paulo, caracterizado por baixa umidade relativa do ar, estiagem e incêndios florestais.

A operação ocorreu no período de 24 a 28 de agosto de 2024, tendo como principais atividades realizadas: abertura de aceiros; lançamento de água sobre os incêndios; reconhecimento aéreo de áreas com focos de incêndio; reconhecimento terrestre; e transporte de pessoal técnico.

Durante a Operação foram empregados 613 militares das Forças Armadas, 40 viaturas e equipamentos de engenharia. Foram lançados mais de 29.600 L de água sobre os incêndios e foram abertos cerca de 12 quilômetros de aceiros.

Operação Amanaci

Em resposta à intensa seca que persistiu do segundo semestre de 2023 até abril de 2024, foi ativado o Comando Operacional Conjunto Amanaci, por meio da Portaria GM-MD nº 5.152, de 2023, com o propósito de garantir a distribuição de recursos essenciais às comunidades indígenas e ribeirinhas do Amazonas, possibilitando o acesso continuado da população a itens de necessidades básicas durante o período de escassez de recursos.



DADOS	NÚMEROS
Aeronaves utilizadas	8
Efetivo empregado	1.100
Embarcações utilizadas	29
Famílias beneficiadas	10 mil
Localidades	200
Mantimentos entregues	460 Toneladas
Viaturas utilizadas	54

Operação Taquari II

No final do mês de abril o Rio Grande do Sul foi atingido por uma grande quantidade de chuvas, estendendo-se por vários dias ao longo do mês de maio, ocasionando uma catástrofe que foi considerada a maior enchente da história do Brasil.

Por meio da Portaria GM-MD nº 2.309, de 2024, foi ativado um Comando Operacional Conjunto, para apoio Logístico às Ações de Proteção e Defesa Civil nos Municípios da Região Sul em Situação de Calamidade Pública, o que demandou o emprego de tropas, aeronaves, viaturas e embarcações.

DADOS	NÚMEROS
Aeronaves empregadas	**60**
Afetados	**2.339.508**
Animais resgatados	**10.000**
Desalojados	**581.633**
Donativos distribuídos	**5.000 T**
Efetivo empregado	**33.000**
Embarcações	**480**
Entulhos recolhidos	**56.000 m³**
Equipamentos de engenharia	**150**
Hospitais de Campanha	**11**
Municípios afetados	**464/497**
Navios	**6**
Pessoas em abrigos	**72.561**
Pessoas resgatadas	**70.000**
Pontes	**10**
Viaturas empregadas	**4.500**

As principais ações realizadas pelos militares foram: resgate de pessoas e de animais; acolhimento em abrigos; transporte de desalojados; distribuição de alimentos, água potável, medicamentos e donativos; recuperação de infraestruturas danificadas, como escolas; desobstrução de vias; e instalação de Hospitais de Campanha.





Operação Pantanal II

A Operação Pantanal II foi ativada pela Portaria GM-MD nº 3.179, de 2024, que regulou o emprego temporário e episódico das Forças Armadas em atividades de apoio logístico às ações de combate aos incêndios florestais no Pantanal, nos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, nos termos da Portaria GM/MMA nº 1.052, de 25/04/2024, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática, que declarou estado de emergência ambiental em risco de incêndios florestais em épocas e regiões específicas.



A Operação Pantanal II ocorreu no período de 27 de junho a 20 de novembro de 2024, tendo como principais atividades realizadas:

- estabelecimento de base logística, com alimentação e hospedagem dos brigadistas;
- lançamento de água sobre focos de incêndios;
- monitoramento dos focos de incêndios, por meio da ferramenta Painel do Fogo do CENSIPAM;
- reconhecimento aéreo, terrestre e fluvial de áreas atingidas; e
- transporte de brigadistas às áreas de difícil acesso para combate aos focos de incêndio.

Foram empregados durante a Operação 545 militares, 262 embarcações, 141 viaturas, 109 equipamentos de engenharia; 8 aeronaves e 6 antenas de internet, sendo realizadas 184 missões de reconhecimento e prestado apoio de hospedagem e alimentação de brigadistas (13.547 hospedagens realizadas e 27.685 refeições distribuídas). As aeronaves da operação lançaram mais de 1.235.550L de água sobre o fogo.

Operação Tucumã



A Operação Tucumã tem por finalidade prover apoio logístico às ações de combate aos incêndios e à estiagem na Amazônia Legal, por intermédio do Comando Operacional Conjunto ativado, e em coordenação com os órgãos do Centro Integrado Multiagências de Coordenação Operacional Nacional (CIMAN) e Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), a fim de contribuir para a mitigação dos efeitos dos incêndios florestais e da estiagem sobre a população e meio ambiente na área de Operações.

O Comando Operacional Conjunto Tucumã foi ativado por meio da Portaria GM-MD nº 4.454, de 2024. Durante esta Operação e, em cumprimento às demandas encaminhadas, foram mobilizados os seguintes meios: 40 Viaturas; 14 Aeronaves de Asa Fixa; 8 Embarcações; 8 Aeronaves de Asas Rotativas; e 2 Navios da MB.

Ao todo foram empregados 553 militares na Operação e mais de 600 horas de voo dos meios aéreos alocados.

Construção da Ponte no Rio Cajari-MA

No período de 25/01 a 20/02/2024 foi realizado o emprego dos meios do Exército Brasileiro em ação de apoio à Proteção e Defesa Civil (P&DC), para instalação de ponte móvel, como rota alternativa provisória, na Rodovia MA-014, sobre o Riacho Afogados, na cidade de Cajari-MA, em decorrência do colapso da ponte de Afogados, em atenção à Requisição de Mobilização de Apoio do Ministério da Defesa nº 31/2023, enviada pelo Centro Nacional de Gerenciamento de Risco de Desastres, da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

A referida Ponte Móvel, de 60 metros de comprimento, permitiu o trânsito em classe de carga de 60 toneladas, na Rodovia MA-014, contribuindo com a garantia da segurança do tráfego de veículos e de pessoas na região e impedindo o isolamento do município.

À época, foi disponibilizada uma equipe de 22 militares para acompanhar a preparação das margens, a organização do canteiro de trabalho e a montagem dos blocos (seções triplas) da ponte. A ponte de Cajari tem 4 módulos de 15 metros, e foi instalada sobre a ponte colapsada, de 34 metros.

Operação Capixaba

A Capitania dos Portos do Espírito Santo e a Escola de Aprendizes Marinheiro do Espírito Santo prestaram apoio às vítimas das chuvas no Estado do Espírito Santo por meio da Operação "Sul Capixaba", priorizando os municípios de Mimoso do Sul, Bom Jesus do Norte e Apiacá, no período de 23 de março a 05 de abril de 2024.

Na ocasião, foram utilizados caminhões, viaturas pick-up, ônibus, motoaquática, drones, embarcações e micro-ônibus, que somados aos militares destacados prestaram apoio para as cidades do sul afetadas pelas chuvas, a fim de reforçar o resgate às vítimas, auxiliar no transporte de pessoas e materiais de assistência humanitária e reconhecer as áreas mais atingidas que demandaram apoio urgente.

Abrigo pelo Mar II

A Operação Abrigo pelo Mar II, realizada pela Marinha no período de 08/05 a 03/06, na área marítima compreendida entre o Rio de Janeiro (RJ) e Rio Grande (RS), teve como missão efetuar o transporte de material e pessoal até o porto de Rio Grande-RS e apoiar as ações de enfrentamento à calamidade no estado do Rio Grande do Sul, a fim de contribuir para a salvaguarda da vida humana e material na área. A operação contou com a participação de 1.384 militares e com os seguintes meios

navais e aeronavais: Navio Aeródromo Multipropósito "Atlântico", Fragata "Defensora", Fragata "União", um destacamento de Mergulhadores de Combate, além das aeronaves de asa rotativa UH-15 "Super Cougar", SH-16 "Seahawk", AH-11B "Super Lynx" e IH-6B "Bell Jet Ranger III".

Na ocasião foram realizadas operações para obtenção de informações para orientar o planejamento das ações; Operações de Apoio Logístico, através do transporte e transferência de material e doações; e foram efetuados atendimentos médicos ambulatoriais em conjunto com a Secretaria de Saúde Municipal.

A MB empregou ainda o Navio Oceanográfico Antares no transporte de 24 toneladas de doações, embarcadas no porto de Maceió-AL, nos dias 11 e 12 de maio, com destino à população do Rio Grande do Sul. As doações foram entregues em 24 de maio.

Ações de Assistência Humanitária

Operação Acolhida

A Operação Acolhida, desenvolvida em conjunto com múltiplos órgãos públicos para fornecimento de assistência emergencial a refugiados e imigrantes venezuelanos que se encontravam em situação de vulnerabilidade em Roraima, registrou, em 2024, a oferta de abrigo a cerca de oito mil pessoas por mês, com o oferecimento de quatro refeições diárias e mais de 20.000 atendimentos médicos.



As ações desenvolvidas pela Operação Acolhida e seus cerca de 121 parceiros (agências da Organização das Nações Unidas, órgãos governamentais e não governamentais, entre outros organismos), em cooperação com os Governos Federal, Estadual e Municipal, visam a prestar assistência emergencial ao acolhimento, em Roraima, de refugiados e migrantes provenientes da Venezuela em situação de vulnerabilidade. Essa atividade é coordenada pelo Comitê Federal de Assistência Emergencial – CFAE (Lei nº 13.684, de 2018 e Decreto nº 10.917, de 2021).

Em cumprimento às resoluções do CFAE, o MD atuou no apoio logístico às ações nos eixos Acolhimento, Interiorização e Ordenamento da Fronteira. Por meio do esforço conjunto das Forças Armadas, foi estabelecida a Força Tarefa Logística Humanitária (FTLogHum), que emprega 494 militares, distribuídos em três bases localizadas nas cidades de Boa Vista e Pacaraima-RR e Manaus-AM. Suas especialidades abrangem as áreas de administração financeira e contábil, assistência social, engenharia, recursos humanos, saúde e telecomunicações, entre outras.

A FTLogHum opera com 53 viaturas, 6 abrigos, 2 alojamentos de trânsito, 2 Núcleos de Saúde Assistencial, 1 Posto de Recepção e Acolhimento, equipamentos de telecomunicações e instalações temporárias para alojamento e áreas de trabalho para os militares e demais participantes.



Em 2024, foram executadas atividades nas seguintes áreas: distribuição de insumos; interiorização dos migrantes; educação; formação e qualificação profissional; fornecimento de alimentos; garantia dos direitos humanos, em especial de grupos sociais vulneráveis; logística; oferta de infraestrutura e saneamento; proteção social; saúde; segurança pública e fortalecimento do controle de fronteiras.

No período de 2018 a 2024, foram acolhidos 143.062 venezuelanos, sendo 20.361 nesse último ano, e interiorizados para 1.070 municípios brasileiros.

Contribuição com a Construção da Infraestrutura Nacional

A atuação do Exército Brasileiro em obras de cooperação possui amparo no art. 17 da Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999, alterado pela Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004. Nesse contexto, além do Exército contribuir com o desenvolvimento nacional com obras de infraestrutura, essas atividades permitem ainda o adestramento da tropa de engenharia para ser empregada em outras ações de cooperação e apoio, quando necessárias. No ano de 2024, em parceria com órgãos federais, estaduais e municipais, o Exército Brasileiro empregou a força de trabalho do seu Sistema de Engenharia na execução de 21 obras de infraestrutura e trabalhos emergenciais, dentre as quais destacam-se:

- A continuidade do Programa de Contratação, Restauração e Manutenção (CREMA) da BR 226/RN, trecho de 71,4 km, compreendido entre Florânia (Entr. RN-087) e Campo Grande (Entr. BR-110 (A)/RN-233) – Lote 2, com o objetivo de aumentar a trafegabilidade e o escoamento da produção, além de proporcionar maior segurança aos usuários e melhor qualidade de vida para a população local.
- A continuidade da implantação e Pavimentação da BR-367/MG, em parceria com o DNIT, entre as cidades de Salto da Divisa/MG e Almenara/MG, com 61,6 km de extensão, importante via de escoamento de turistas e do eucalipto cultivado em Minas Gerais para suprir as fábricas de celulose instaladas no estado baiano.
- A conclusão da operação e manutenção de Ponte *Logistic Support Bridge* (LSB) no Km 126 da BR-407/PE, no município de Petrolina/PE, lançada em atendimento à demanda emergencial do DNIT, para manter a trafegabilidade naquela rodovia federal, tendo em vista a interdição da ponte existente.
- Operação e manutenção de Ponte *Logistic Support Bridge* (LSB) na MA-317, próximo a cidade de Cajarí – MA, em atendimento a demanda emergencial da SEDEC/MIDR, para manter a trafegabilidade naquela rodovia estadual, tendo em vista a interdição da ponte existente.
- A continuidade do Programa de Contratação, Restauração e Manutenção (CREMA) da BR-135/MA, subtrecho (Entr BR-402/MA-110 (Bacabeira) - Entr BR-222 (B) (Miranda do Norte), entre os Km 51,40 e 125,72, totalizando 74,32 km de extensão, em parceria com o DNIT. Essa rodovia permite o escoamento da produção agrícola da região e é o único meio de acesso terrestre à capital do estado do Maranhão.



- A continuidade da manutenção (conservação) da rodovia BR 110/PE, trecho entre km 149,75 e km 220,7 e da rodovia BR-316/PE trecho entre km 420,3 e km 441,30, totalizando 91,95 Km.
- A Conclusão dos serviços de perfuração e instalação de 14 Poços Artesianos no Estado do Rio Grande do Norte (Operação Seridó II), em parceria com o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), com recursos de emenda parlamentar individual (continuação da Operação Seridó I).
- Operação e Manutenção de Ponte LSB, sobre a BR-135/BA, no município de Correntina/BA, lançada em atendimento da obra da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), e mantida no terreno por solicitação do DNIT, para manter a trafegabilidade naquela rodovia federal, tendo em vista a interdição da ponte existente.
- A continuidade da implantação das Vias Laterais na Travessia do Rio Jarú na BR-364/RO, em uma extensão total de 2,0 km na área urbana do município de Jarú/RO, em parceria com o DNIT, fazendo a ligação entre a pista principal da rodovia, importante via para escoamento de cargas e passageiros, para a cidade propriamente dita. Em 2023, foi concluído o trecho mais extenso, restando apenas 400 m.



- A continuidade da readequação do Aeródromo de Santa Rosa do Purus/AC em pavimento de concreto armado, com a finalidade de ampliar e reconstruir a pista de pouso, melhorando as condições do local que não conta com acesso terrestre. Além de atender a população local, a pista proporcionará uma melhor logística de suprimentos para a região.
- A continuidade da pavimentação da BR-156/AP – Eixo Sul, Segmento do Km 183,18 ao Km 244,28, numa extensão total de 61,06 k, em parceria com o DNIT, rodovia que liga o Amapá à Guiana Francesa, constituindo-se na principal ligação Norte-Sul do Estado. Em 2023, foi concluída a pavimentação de 5,2 km do seu trecho.
- A conclusão dos serviços de manutenção (conservação e recuperação) na BR-307/AM (Op Ya Mirim I), trecho: Entr. BR-364/AC (Div. AC/AM) – Front. Brasil/Venezuela (Igarapé Bonté (Cucuí), subtrecho: São Gabriel da Cachoeira – Front. Brasil/Venezuela (Igarapé Bonté (Cucuí)), segmento: Km 1.327,80 – Km 1.429,60, extensão: 101,80 km.
- A conclusão dos serviços de ampliação e restauração do Aeroporto de Dourados/MS, em parceria com a Secretaria de Aviação Civil (SAC). Em 2023 foi concluída a pavimentação da Pista de Pouso e Decolagem (PPD) do aeroporto de Dourados.
- A continuidade da operação e manutenção de Ponte Logistic Support Bridge (LSB) sobre o Rio Braço do Norte, no Campo de Provas Brigadeiro Velloso da Base Aérea da Serra do Cachimbo, em Novo Progresso/PA. A ponte LSB foi mobilizada e lançada em dezembro de 2023.
- A continuidade da Operação e Manutenção de Ponte Logistic Support Bridge (LSB) sobre o Rio Perequê, que liga os municípios de Porto Belo/SC e Itapema/SC devido à interdição da ponte de concreto existente.
- A conclusão da melhoria da capacidade da BR-116/RS, incluindo a duplicação, no subtrecho Guaíba/RS-Pelotas, entre os Km 300,54 ao Km 351,34, numa extensão total de 50,8 km, sendo essa BR a principal ligação entre a região Metropolitana de Porto Alegre/RS e a região sul do estado.
- A continuidade da execução das obras do remanescente da Barragem de Arvorezinha em Bagé/RS. A Barragem de Arvorezinha garantirá a segurança hídrica da cidade, que tem convivido com o racionamento no fornecimento de água nos últimos anos durante os períodos de seca.



- Inicialmente no contexto da Operação Taquari II, lançamento, operação e manutenção de duas pontes LSB sobre o Arroio Grande, Rodovia Estadual RSC 287, km 226, em Santa Maria/RS; uma ponte LSB sobre o Rio Forqueta, na Rodovia Estadual ERS 130, em Lajeado/RS; e uma Ponte M4T6 sobre o Arroio Sujo, em Pelotas no Estado do Rio Grande do Sul. A operação das pontes foi continuada após o encerramento da Op Taquari II, por meio de instrumento de parceria do DEC com a SEDEC/MIDR, com prazo até dez/25.
- A continuidade da duplicação e restauração da Rodovia Estadual GO-213, entre os municípios de Morrinhos/GO e Caldas Novas/GO, numa extensão total de 48,36 km, via que é um importante corredor turístico da Região Centro-Oeste e eixo de escoamento da produção industrial de Morrinhos para a Região Sul e Sudeste. No final de 2023 foi iniciada a mobilização dos equipamentos e viaturas, bem como a instalação do canteiro de obras e a execução de serviços preliminares.
- A conclusão dos serviços do Plano Anual de Trabalho e Orçamento (PATO) da BR-381/MG entre os Km 263,3 e Km 343,7, municípios de Coronel Fabriciano/MG e João Monlevade/MG, numa extensão de 80,4 km, rodovia que possuía tráfego intenso e traçado sinuoso, combinação responsável pelo elevado número de acidentes e vítimas fatais registrados pela Confederação Nacional do Transporte (CNT) em levantamento realizado em 2018.

Por fim, em 2024, ocorreu a conclusão dos serviços de implantação da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), Lote 06, Trecho Santa Maria da Vitória/BA, com extensão total de 18,34 Km. A FIOL ligará a Ferrovia Norte-Sul, na cidade de Figueirópolis/TO, ao porto de Ilhéus/BA, passando pelas cidades de Santa Maria da Vitória/BA e Correntina/BA.

Outros Resultados Relevantes no Eixo do Programa 6111

Criação do Parque Tecnológico Aeroespacial da Bahia

O Ministério da Defesa e o Comando da Aeronáutica, juntamente com o Governo do Estado da Bahia e o Centro Integrado de Manufatura e Tecnologia do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai Cimatec) formalizaram, em 18/01/2024, a criação do Parque Tecnológico Aeroespacial da Bahia, a fim de promover o desenvolvimento nacional da indústria aeroespacial.

O Parque, que será sediado na Base Aérea de Salvador, será um ambiente dedicado ao fomento do ensino, à realização de pesquisas avançadas e à promoção da inovação no campo aeroespacial. O projeto tem como objetivo o avanço de soluções em ciência, educação, tecnologia e inovação para os quatro principais desafios do setor: aeronáutica, espaço, defesa e mobilidade aérea autônoma.

A implantação do Parque viabilizará atendimentos à indústria nacional e a previsão é que no primeiro semestre de 2025 já seja possível ter operações no local. O Parque Tecnológico contará com diversos prédios de engenharia, além de pista para pouso e decolagem de aviões.

O Senai Cimatec, instituição gestora do novo Centro, é um dos mais avançados centros de tecnologia e inovação do Brasil, referência em atividades de pesquisa e soluções para a indústria. A entidade integra uma Escola Técnica, um Centro Universitário e um Centro Tecnológico, que atuam em conjunto.

Implantação de um campus do ITA em Fortaleza Ceará

Em janeiro de 2024, o Ministério da Defesa, em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e o governo do Estado do Ceará, deu um passo significativo para a promoção do desenvolvimento educacional e tecnológico na região nordeste ao lançar o primeiro *campus* avançado do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) fora de São José dos Campos/ SP, que será localizado na área patrimonial da Base Aérea de Fortaleza.

Em setembro, o Ministro da Defesa assinou a ordem de serviço para a primeira etapa da implantação do Instituto. Com previsão de início das atividades em 2027, o novo *campus* abrigará dois cursos inovadores: Engenharia de Energia e Engenharia de Sistemas. O ITA em Fortaleza pode suprir uma demanda crescente por profissionais qualificados em energia no Brasil, formando engenheiros especializados em fontes renováveis, eficiência energética e outras áreas estratégicas. A implantação do Instituto ocorrerá, de forma gradativa, no decorrer de 10 anos.

Esse projeto contribuirá para geração de empregos e de renda, abrindo novas oportunidades para a população brasileira, especialmente aos jovens da região.

Em paralelo ao novo *campus*, o Ministro da Defesa assinou, em junho de 2024, um acordo de cooperação técnica para a criação do Centro de Inovação e Pesquisa Tecnológica na área patrimonial da Base Aérea de Fortaleza.

Programa 6113 – Oceano, Zona Costeira e Antártica

O Programa 6113 – Oceano, Zona Costeira e Antártica tem como objetivo geral "Ampliar o conhecimento científico e tecnológico, a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos naturais, por meio da gestão efetiva dos espaços costeiros e marinhos, para promover os interesses do país no oceano, zona costeira e Antártica". A concretização desse objetivo ocorre por meio dos objetivos específicos listados a seguir:

Objetivo específico/ Indicador	Meta prevista para 2027	Meta prevista 2024	Meta realizada em 2024
0032 - Contribuir para a sustentabilidade marinha, a manutenção dos serviços ecossistêmicos e da justiça social no oceano, zonas costeiras e Antártica.	0530 - Alcançar o percentual de variáveis monitoradas com índice igual ou superior a 70%.	70,00%	83,00%
8829 - Percentual de variáveis monitoradas.			
EVOLUÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO			
Principais entregas: Em 2024 foram disponibilizados na base de dados do GOOS-Brasil (sistema nacional de observação dos oceanos) 70% dos dados oceanográficos coletados por meio dos projetos GLOSS/Brasil (*Global Sea Level Observing System*), PIRATA (*Prediction and Research Mooed Array in the Tropical Atlantic*), MOVAR (Monitoramento da Variabilidade Regional do Transporte de Calor na Camada Superficial do Oceano Atlântico Sul entre o Rio de Janeiro e a Ilha de Trindade), SAMOC-BR (*South Atlantic Meridional Overturning Circulation)*, Sistema de Monitoramento da Costa Brasileira (SiMCosta) e Programa Nacional de Boias (PNBOIA). Esse percentual representa 630GB, dos 900GB coletados, que foram disponibilizados para a comunidade científica.			
Análise situacional: A meta do objetivo específico foi superada, pois alcançou 83% frente aos 70% previstos para o ano de 2024. Esse resultado teve como principais fatores: os arranjos de gestão e pactuações realizadas, das quais se destacam: os termos de cooperação entre a Petrobras e o Centro de Hidrografia da Marinha, que permitiram a aquisição de equipamentos modernos e a manutenção eficiente dos navios de pesquisa, aumentando significativamente a capacidade de coleta de dados; a utilização de tecnologia em tempo real, que permite o envio de dados em tempo real para nosso banco de dados reduzindo o tempo entre coleta e acesso e a adoção de novas políticas visando às melhores práticas para coleta e tratamento de dados oceanográficos.			

Fonte: Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM) /Comando da Marinha

Objetivo específico/ Indicador	Meta prevista para 2027	Meta prevista 2024	Meta realizada em 2024
0078 - Consolidar e ampliar a participação do Brasil no cenário internacional quanto aos temas relacionados ao Oceano e à Antártica.	06A3 - Participar de 100% das reuniões como membro consultivo do ATCM - *Antarctic Treaty Consultative Meeting*.	100,00%	100,00%
8888 - Participação nas Reuniões Consultivas do Tratado da Antártica (ATCM)			

EVOLUÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO
Principais entregas: O Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), considerando os compromissos assumidos no âmbito do Sistema do Tratado da Antártica (STA), garante a manutenção do país na condição de Membro Consultivo do Tratado da Antártica e contribui para o aumento do conhecimento científico da região em todos os seus aspectos, conforme está estabelecido na Política Nacional para Assuntos Antárticos (POLANTAR). Em 2024, o PROANTAR concluiu a Operação Antártica XLII e planejou e iniciou a Operação Antártica XLIII, nas quais prestou apoio logístico às atividades da Estação Antártica Comandante Ferraz e aos pesquisadores brasileiros. Durante as operações, foram empregados dois navios da Marinha do Brasil e dois helicópteros embarcados, permitindo, inclusive, o lançamento e recolhimento de acampamentos utilizados em apoio à pesquisa em campo no Continente Antártico. Durante as Operações foi realizado o levantamento hidrográfico, a instrução e a capacitação de pessoal selecionado para o Grupo-Base; o processo de seleção do Grupo-Base 2025/2026; e o treinamento Pré-Antártico para pesquisadores e militares.
Análise situacional: A meta estabelecida para o período foi atingida, tendo em vista a participação brasileira em todos os eventos ocorridos.

Fonte: Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM) /Comando da Marinha

Objetivo específico/ Indicador	Meta prevista para 2027	Meta prevista 2024	Meta realizada em 2024
0091 - Impulsionar o conhecimento científico, o desenvolvimento tecnológico e a inovação no oceano, zona costeira e nas regiões polares	065M - Alcançar o percentual de variáveis monitoradas com índice igual ou superior a 70%.	60,00%	56,00%
11406 - Percentual de variáveis monitoradas			
EVOLUÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO			
Principais entregas: No que se refere às entregas do Ministério da Defesa, no objetivo específico de impulsionar o conhecimento científico, o desenvolvimento tecnológico e a inovação no oceano, zona costeira e nas regiões polares, cabe ressaltar que a Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo permaneceu continuamente ocupada por pesquisadores e militares, garantindo a condução ininterrupta e segura dos trabalhos científicos. Nesse período, foram realizadas 24 expedições científicas com a participação de 58 pesquisadores de diversas universidades brasileiras, além de duas expedições logísticas destinadas à manutenção da estação, com o suporte logístico da Marinha.			
Análise situacional: A meta prevista para o exercício de 2024 foi alcançar o percentual de variáveis monitoradas com índice igual ou superior a 60%, entretanto, a execução das atividades planejadas foi dificultada pelo desgaste acentuado da Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo, mantida sob condições adversas,			

que exigiram manutenções frequentes; e pela redução do número de pesquisadores disponíveis para as expedições, em decorrências de restrições orçamentárias.

Fonte: Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM) /Comando da Marinha

Objetivo específico/ Indicador	Meta prevista para 2027	Meta prevista 2024	Meta realizada em 2024
0099 - Viabilizar o ordenamento ecológico e econômico nos espaços costeiros e marinhos sob jurisdição nacional para aumentar a resiliência à mudança do clima e prover segurança jurídica, contribuindo com a sustentabilidade socioambiental e a governança.	05IW - Alcançar o percentual de variáveis monitoradas com índice igual ou superior a 50%.	8,00%	50,00%
10809 - Percentual de variáveis monitoradas			

EVOLUÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO

Principais entregas:

O Planejamento Espacial Marinho (PEM) no Brasil é um compromisso assumido em 2017 durante a Conferência da ONU para o Oceano, com a meta de implementação até 2030, que visa organizar as atividades humanas nas áreas marinhas para alcançar objetivos ecológicos, econômicos e sociais. O PEM é nacional, mas para execução dos estudos a área marinha foi dividida em quatro regiões, por Região: I) Marinha Sul; II) Marinha do Sudeste; III) Marinha do Nordeste (exceto Maranhão); e IV) Marinha do Norte (Maranhão, Pará e Amapá).

Dentro das entregas, apontamos alguns resultados: o levantamento das poligonais de espaços físicos em áreas da União no mar territorial; a cartografia faciológicaa da geologia marinha do setor Jandaíra, na plataforma rasa do estado RN, versão preliminar que cobre 1.682 km^2; e o desenvolvimento de mapas faciológicos e batimétricos dos setores Jandaíra e Macau.

Análise situacional:

A meta planejada foi alcançar 8% de variáveis monitoradas, entretanto, com as entregas acima o resultado final atingiu 50%.O resultado foi motivado pelos arranjos de gestão e pactuações tais como: o ACT com o FUNBIO, que permitiu a contratação da empresa executora do PEM Nordeste, além das demais regiões que serão financiadas pelo BNDES; parceria com a gestão da INDE, aderindo ao sistema na modalidade mista, que permitiu uma solução flexível para organizações sem infraestrutura própria; gestão das bases de dados da SPU para tratar e adequar os dados geoespaciais; apoio técnico fornecido aos municípios a partir de demandas específicas recebidas; AC para uso do Navio-Balizador Comandante Manhães (H-20) e Acordo com a UFRN, os quais permitiram a entrega de cartografia preliminar, destacando a importância da ciência colaborativa, que viabilizou avanços significativos na cartografia marinha, superando as limitações anteriores e reafirmando o papel estratégico da área para o desenvolvimento sustentável e a economia nacional.

Fonte: Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM) /Comando da Marinha

Pesquisa na Antártica

Relevância do PROANTAR para a sociedade – Ação da Presença Brasileira no Continente Austral

Criado em 12 de janeiro de 1982, o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) tem por objetivo a promoção de pesquisa científica diversificada e de alta qualidade na região antártica, com a finalidade de: compreender os fenômenos que ali ocorrem, que tenham repercussão global e, em particular, sobre o território brasileiro; e garantir ao País a condição de Membro Consultivo do Tratado da Antártica, alcançada em 1983, que assegura a plena participação do Brasil nos processos decisórios relativos ao futuro do Continente Branco.

O Brasil é o sétimo país mais próximo do Continente Antártico e, por sua relativa proximidade, sofre a influência direta dos fenômenos naturais que lá ocorrem. Estes, por sua vez, podem afetar nosso clima e as condições meteoceanográficas e biológicas do Atlântico Sul, culminando por impactar nossa economia e a segurança da população. Tais aspectos, por si só, justificam a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a região antártica. Em aditamento, cabe destacar que o Continente Antártico é 1,6 vez maior do que o Brasil e possui elevado potencial de riquezas minerais ainda não exploradas, principalmente por força do compromisso assumido pelos países aderentes ao Tratado da Antártica de não uso da região para fins econômicos. Em termos geográficos, sua margem continental defronta duas importantes rotas de navegação para o comércio marítimo internacional – a do Cabo e a do estreito de Drake, além de ser banhada pelas águas dos três oceanos, Pacífico, Atlântico e Índico. Além disso, o continente detém as maiores reservas de água doce (70%) do Planeta.

Reconhecendo a relevância e a amplitude da influência antártica para o desenvolvimento nacional, o Brasil aderiu ao Tratado da Antártica em 1975, e em setembro de 1983 tornou-se Membro Consultivo. Negociado em plena Guerra Fria, por doze países, este acordo singular, que rege um continente inteiro e suas águas circundantes, denominadas de oceano Austral, sem população permanente, estabeleceu, em 1959, um quadro jurídico para a governança antártica e abriu um novo capítulo de cooperação multinacional naquela região. O tratado abrange a área ao Sul do paralelo 60°S e é notavelmente curto: contém apenas quatorze artigos e um protocolo ao tratado sobre a proteção ao meio ambiente (protocolo de Madri) com cinco anexos que estabelece a importância das pesquisas científicas e da preservação daquele continente para toda a humanidade, devendo prevalecer a liberdade científica, a cooperação e o pacifismo.

O Tratado em questão conta atualmente com 57 países membros, sendo 29 deles Membros Consultivos do Sistema do Tratado Antártico (STA) e possuidores de estações de pesquisa no continente, incluído o Brasil, que atendem aos critérios de engajamento científico, necessários para garantir o direito à voz e voto nas decisões sobre o futuro do continente branco e suas águas circundantes.

A adesão brasileira ao Tratado da Antártica possibilitou à comunidade científica nacional a oportunidade de participar em atividades que, junto à pesquisa do espaço e do fundo oceânico, constituem as últimas grandes fronteiras da ciência internacional.

Ademais, a Política Nacional de Defesa incluiu a região antártica como área de interesse, dentro do conceito de "entorno estratégico", incrementando, assim, o apoio necessário à participação brasileira nos processos de decisão sobre o destino da região antártica, além de defender a exploração daquele continente para fins de pesquisa científica, com a preservação do meio ambiente e sua manutenção como patrimônio da humanidade.

Nos dias atuais, a ciência antártica torna-se cada vez mais importante, especialmente ao tentar responder as principais questões relacionadas às mudanças climáticas. Os processos atmosféricos, biológicos, criosféricos, ambientais e oceânicos, que ocorrem naquela região, afetam diretamente o território brasileiro. O monitoramento das condições ambientais de regiões remotas como essa é essencial para o entendimento de variações climáticas e suas relações com o clima global. O avanço de massas de ar e de correntes marinhas interfere no regime das chuvas, inclusive no Brasil. Por isso, compreender a Antártica e o Oceano Austral nos ensina sobre o

passado e nos ajuda a prever nosso clima e meio ambiente futuros, tanto em escala doméstica quanto global. As pesquisas são uma parte importante do trabalho realizado. A atuação envolve, entre outras ações, o estudo de microrganismos que vivem em ambiente extremo e tem potencial de produzir substâncias que contribuem para a cura de doenças graves, como o câncer. São realizados estudos com aves da região; realizadas coletas de algas, fungos e gelo; além do lançamento de balões meteorológicos.

Somado a isso, a Antártica tem possibilitado o desenvolvimento de pesticidas e herbicidas menos tóxicos, a formulação de medicamentos veterinários mais eficientes, a criação de plantas geneticamente modificadas mais resistentes ao frio e à escassez de água e nutrientes, o estudo das alterações no comportamento humano em ambientes extremos, o desenvolvimento tecnológico e diversos outros conhecimentos com aplicação efetiva em ramos tão distintos como na indústria, na medicina e no agronegócio. Os estudos de oceanografia permitem compreender a dinâmica da Corrente Circumpolar Antártica, que se encarrega de nutrir o oceano, por meio das quatro correntes frias que dela derivam e costeiam a América do Sul, a África e a Austrália, propiciando a vida no mar.

A coleta e a aquisição de dados, além do processamento de amostras, acontecem na Estação Antártica Comandante Ferraz, nos refúgios localizados na Península Antártica, em vários acampamentos montados em áreas de difícil acesso e em navios utilizados no programa durante uma Operação Antártica.

Operação Antártica (Operantar)

A OPERANTAR é uma das mais complexas e extensas operações realizadas, anualmente, pela MB, e envolve um planejamento minucioso, para garantir a presença do país no continente gelado, por meio do PROANTAR. O planejamento das operações começa no ano anterior com o processo de seleção dos projetos de pesquisa, que envolve análise quanto ao mérito científico, impacto ambiental, disponibilidade financeira e meios para coleta de dados na região austral.

O PROANTAR planeja, coordena e executa as OPERANTAR, nas quais estão diretamente envolvidos o Navio de Apoio Oceanográfico "Ary Rongel"; o Navio Polar "Almirante Maximiano"; a Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF); a Força Aérea Brasileira (FAB); e os diversos Projetos de Pesquisa selecionados pelo Conselho Nacional e Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A OPERANTAR é dividida em atividades logísticas e de pesquisa realizadas de maneira simultânea em dois períodos distintos: um no verão antártico, entre os meses de outubro e março; e o outro no inverno antártico, entre os meses de abril e setembro.

As atividades logísticas envolvem diretamente os meios da MB e da FAB, sendo, normalmente, iniciadas no mês de outubro com o carregamento dos Navios, no porto do Rio de Janeiro. Nessa etapa, são embarcados todos os materiais, equipamentos e gêneros necessários para o funcionamento da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) e para o desenvolvimento das atividades dos Projetos de Pesquisa. Durante o inverno antártico, há o lançamento de carga para a EACF, por aeronave da FAB, tais como suprimentos, sobressalentes e medicamentos.

As atividades de pesquisa são realizadas a bordo dos Navios da MB, na EACF, no módulo Criosfera 1 e 2 (laboratórios de pesquisa instalados na região antártica que provêm informações de modo contínuo e automatizado de dados ambientais), em acampamentos isolados e em estações estrangeiras, por meio de acordos de cooperação entre os países, durante o período de verão de uma OPERANTAR. Durante o inverno, os navios entram em fase de reparos e de preparação para a próxima operação, enquanto as atividades de pesquisa continuam a se desenvolver nos demais locais citados anteriormente.

Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF)

A Estação Antártica Comandante Ferraz dispõe de amplas instalações que aliam tecnologia e sustentabilidade, com dezessete laboratórios equipados no estado da arte, sistemas automatizados que garantem maior segurança, conforto e melhores condições de trabalho. A realização das OPERANTAR anuais, utilizando os navios e helicópteros da MB, e aeronaves da FAB, asseguram o apoio logístico necessário à presença permanente do Brasil na Antártica.

O Brasil mantém a Estação Antártica para apoio às pesquisas desde 1982. A nova Estação, reinaugurada em 2020, proporciona as condições adequadas de habitabilidade e segurança, com capacidade para 64 pessoas, permitindo a sua utilização ao longo do ano e o desenvolvimento das pesquisas antárticas. As edificações ocupam uma área de 4.500 m^2, possuindo, além dos alojamentos (32 unidades) e dos laboratórios (14 no interior da Estação e mais 3 na área externa), um setor de saúde, uma biblioteca e uma sala de estar. A dimensão das atuais instalações é compatível com a importância que o Brasil conquistou no cenário Antártico, tanto como Membro Consultivo do Tratado da Antártica, desde 1983, como, a partir de 1984, do Comitê Científico de Pesquisas Antárticas – SCAR. A nova Estação atende às demandas de pesquisas nacionais e de cooperação internacional na área científica.

A MB mantém, permanentemente na EACF, 17 marinheiros e fuzileiros navais responsáveis pela manutenção e apoio às pesquisas.

Principais Resultados em 2024

- Condução com êxito das 4ª, 5ª e 6ª Fases da OPERANTAR XLII, nos primeiros meses do ano, na qual foram realizadas atividades logísticas de abastecimento da EACF com gêneros, materiais e óleos combustíveis, por intermédio dos navios antárticos e três voos de apoio, que permitiram a continuidade das atividades de pesquisa e a prontificação da Estação para o início do período de inverno em abril de 2024;
- Durante o período de inverno na EACF, entre os meses de abril e setembro de 2024, foram realizados quatro voos de apoio logístico, pelos quais foram fornecidos medicamentos, gêneros, sobressalentes e itens pessoais ao Grupo-Base, bem como realizadas as manutenções preventivas e corretivas nos diversos equipamentos da Estação, fazendo uso dos sobressalentes e consumíveis recebidos durante o verão, finalizando a OPERANTAR XLII; e
- Condução com êxito das 1ª, 2ª e 3ª Fases da OPERANTAR XLIII, a partir de outubro de 2024, nas quais foram realizadas atividades de abastecimento de combustível, equipamentos, gêneros, sobressalentes e consumíveis à EACF, por meio dos navios antárticos e a realização de três voos de Apoio Logístico à EACF, pelos quais foram feitos os translados de pesquisadores, militares e material para a Antártica.
- A OPERANTAR XLIII, que está em curso, está apoiando 29 projetos de pesquisa científica, os quais participaram da chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 08/2023 (Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação relacionados à Antártica – PROANTAR), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Essa chamada segue as diretrizes do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e os projetos aprovados contam com o financiamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). As atividades de campo dos projetos são realizadas a bordo dos navios antárticos, em acampamentos na região da Península Antártica e, também, na EACF.
- No período de 27 de novembro de 2023 a 12 de fevereiro de 2024, houve a realização de atividades voltadas ao desmonte do heliponto da antiga Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF). O planejamento para a execução dessas atividades foi submetido ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) para análise de impacto ambiental e programa de gerenciamento de resíduos, sendo obtido parecer favorável à proposta enviada. Foram retiradas e transportados para o Brasil cerca de 130 toneladas, por meio do Navio de Apoio Oceanográfico ARY RONGEL e do Navio Polar Almirante MAXIMIANO.

Principais Resultados do Censipam no Contexto do Programa 6113

São esses os principais resultados produzidos pelo Censipam no contexto das ações de proteção, integração, desenvolvimento sustentável e incremento da qualidade de vida na Amazônia Azul:

Detecção de Embarcações não Colaborativas

O Censipam está buscando alternativas para desenvolver um sistema que permita a detecção de embarcações não colaborativas. No momento, diante da indisponibilidade de dados colaborativos de embarcações e da dificuldade em desenvolver o sistema internamente, como solução provisória foi obtido o acesso a uma ferramenta internacional de detecção de embarcações não colaborativas, denominada Skylight (organização não lucrativa - Ai2), de uso exclusivo de países e organizações ambientais. Por meio dessa solução, foi possível processar todas as imagens disponibilizadas gratuitamente ao Censipam, mais de 2.000 imagens. Essa solução permanece sendo utilizada, de forma temporária, para atender à demanda atual.

Monitoramento e Identificação de Manchas de Óleo

Em 2024 foram disponibilizadas 1.989 imagens do Satélite Sentinel-1 na região da Amazônia Azul, as quais foram processadas. Junto com as imagens foram encaminhados, de forma automática, alertas daquelas que continham possíveis manchas de óleo. Essas imagens foram analisadas para validação ou não da possível mancha. Nenhum alerta foi validado como verdadeiro.

Cabe destacar que o Censipam participa de um esforço conjunto para o desenvolvimento de um sistema que possibilitará a detecção de manchas de óleo no mar. Em outubro de 2024 foi realizado o 2º Workshop sobre o derramamento de óleo no mar, que reuniu a equipe do Censipam e os desenvolvedores do sistema, integrantes da Universidade Federal da Bahia. Esse encontro, que ocorre anualmente, tem como objetivo atualizar as informações do andamento do desenvolvimento do sistema e trocar experiências para as análises dos resultados.

Participação do MD em programas de outros ministérios

O Ministério da Defesa, por intermédio do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, participa do Programa 1158 - Enfrentamento da Emergência Climática, do Ministério do Meio Ambiente Mudança do Clima, com uma entrega listada na tabela a seguir:

Entrega do Ministério da Defesa no Programa 1158 - Enfrentamento da Emergência Climática, do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Objetivo Específico: 0247 - Produzir, sistematizar e disponibilizar informações, previsões e modelos sobre mudança do clima, contemplando mitigação, adaptação e aumento da resiliência a eventos climáticos extremos.

Órgão Responsável pelo Programa: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA

Entrega/ Indicador	Meta prevista para 2027	Meta prevista 2024	Meta realizada em 2024
2107 - Informações qualificadas sobre eventos extremos.	06CI - Manter a Taxa de Geração de Informações sobre Eventos Extremos acima de 70%, anualmente.	70,00%	91,26%

Principais entregas:

O Censipam alcançou resultados expressivos na geração de informações qualificadas sobre eventos extremos em 2024.

Com relação a Eventos de Fogo, destaca-se a emissão de 26 boletins semanais sobre queimadas nos biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal, além de 30 boletins específicos para o Mato Grosso do Sul e Pantanal. Foram produzidos 12 relatórios para o Comando Militar do Norte (CMN), 4 relatórios de Monitoramento Ambiental e Ilícitos Associados (RMAIA) e boletins integrados sobre a Amazônia Legal. Adicionalmente, foram elaborados relatórios direcionados ao Ministério Público Federal, Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e Força Nacional, subsidiando planejamentos estratégicos. Também houve no Painel do Fogo, ferramenta essencial no combate aos incêndios florestais.

Com relação a Meteorologia, houve um avanço significativo na produção e divulgação de boletins meteorológicos e na integração de dados com as Forças Armadas e órgãos de defesa civil. Parcerias foram ampliadas com a Defesa Civil, o Corpo de Bombeiros e o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) da Força Aérea Brasileira, facilitando a troca de informações.

Com relação a Hidrologia, obteve-se importantes avanços na integração com parceiros. Foi intensificado o uso do SipamHidro como ferramenta estratégica para apoiar a mitigação de eventos extremos e foram promovidas capacitações dos órgãos responsáveis na Amazônia Legal.

Fonte: Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM)

O Ministério da Defesa, por intermédio do Comando do Exército participa do Programa 2308 - Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - SNCTI, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, com duas entregas relacionadas na tabela a seguir:

Entregas do Ministério da Defesa no Programa 2308 - Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - SNCTI Objetivo específico: 0425 - Ampliar a capacidade de pesquisa, desenvolvimento e inovação do ecossistema de segurança cibernética nacional.			
Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI			
Entrega/ Indicador	**Meta prevista para 2027**	**Meta prevista 2024**	**Meta realizada em 2024**
1335 - Laboratórios de segurança cibernética para Infraestruturas Críticas, Inteligência Artificial e Comunicações Quânticas.	068T - Ampliar o percentual de execução da implementação/ampliação dos laboratórios para 100%.	25,00%	25,00%
Principais entregas: Foram implantados o Laboratório de Inteligência Artificial (LabIARCi), o Laboratório de Comunicações Quânticas do IME (LabQuanti) e as Fases 1 e 2 do Laboratório de Segurança Cibernética para Infraestruturas Físicas (LaSC). Os fatores contribuíram para o alcance da meta decorre do desenvolvimento e implantação dos laboratórios planejados pelo IME, ainda que sem a alocação de recursos financeiros provenientes do Programa 2308. A execução foi viabilizada exclusivamente por meio de recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), permitindo avanços significativos na estrutura laboratorial.			
Entrega/ Indicador	**Meta prevista para 2027**	**Meta prevista 2024**	**Meta realizada em 2024**
1351 - Disseminação do conhecimento acerca das temáticas de cibernética e segurança da informação.	06LK - Promover a conscientização em Segurança Cibernética por meio do aumento de profissionais capacitados no Curso de Conscientização em Segurança Cibernética (80% dos alunos matriculados efetivamente concluindo o curso com aproveitamento).	50,00%	50,00%
Principais entregas: Encontra-se em fase de implantação o Curso de Capacitação em Conscientização Cibernética, em Ambiente Virtual da Escola Nacional de Defesa Cibernética (ENaDCiber). A previsão é de que sejam capacitados 260 alunos até 2027, entre civis e militares.			

Fonte: Comando do Exército

Outros resultados relevantes

São resultados relevantes, mas não estão diretamente relacionados aos eixos dos programas do PPA 2024-2027:

Hospital das Forças Armadas (HFA)

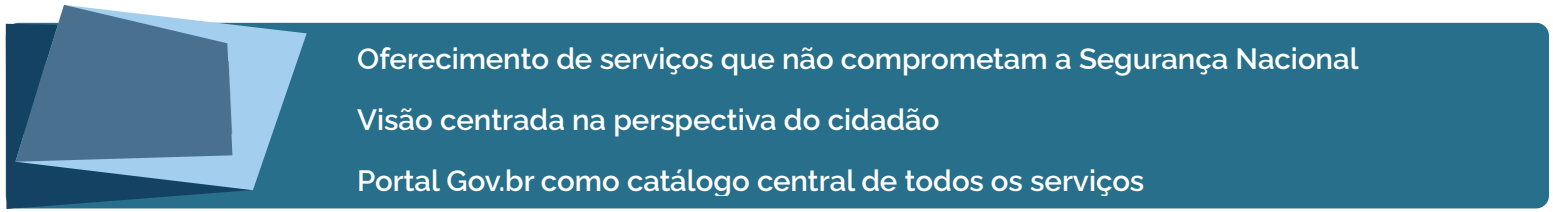
Ao HFA compete prestar assistência médico-hospitalar, sob a forma ambulatorial ou hospitalar: aos militares da ativa, da reserva e reformados, aos servidores da administração central do MD e aos servidores e empregados públicos do próprio HFA e da ESG/ESD e a seus dependentes e pensionistas; aos usuários dos Fundos de Saúde das Forças Armadas; e a outras instituições autorizadas por convênios, contratos ou outros instrumentos legais. Além disso, o HFA realiza atividades de pesquisa médica e executa programas de ensino médico, de enfermagem e de intercâmbio científico com associações médicas e entidades afins, no Brasil ou no exterior.

Principais Resultados

- Atendimentos realizados: 241.462
- Cirurgias realizadas: 2.794, sendo: 1.040 de pequeno porte; 1.453 de médio porte; e 301 de grande porte;
- Capacitação de 1494 servidores.
- Médicos formados nos Programas de Residência Médica do HFA: 28
- Capacitação de 5 médicos militares, por meio do Programa de Instrução em Serviço (PIS/HFA).
- Alunos de Instituições de Ensino (UCB, UnB e CEUB) participantes de programas e estágios da Área de Saúde: 921
- Pesquisas realizadas na área da Saúde: 55
- Publicações Científicas: 12.
- Número de exames de laboratório: 459.872
- Número de exames de imagem: 56.871

Transformação Digital de Serviços ao Cidadão

Atualmente, 68,10% dos 116 serviços oferecidos pelo Ministério da Defesa e pela Marinha, Exército e Aeronáutica, já são prestados, pelo menos em parte, por meio de uma transação digital individualizada, aderentes ao conceito unificado de serviço público do Governo Federal, possibilitando que o cidadão, por meio do **Portal Único Gov.br**, possa realizar suas demandas, de forma simplificada, segura, acessível e comprometida com a melhoria contínua da qualidade, sempre tendo por diretrizes:



Iniciado em abril de 2020, em plena pandemia de Covid 19, o processo de transformação digital do MD vem evoluindo gradativamente. Os 115 serviços digitais (computados até 31/12/2024) prestados à sociedade pelo MD e pelas Forças Armadas, juntamente com as 4 Cartas de Serviços de cada órgão, estão assim oferecidos no Portal de Serviços do Governo Federal:

MD:	6 serviços digitais disponíveis no seu repositório de serviços (Acesse aqui)
Marinha:	29 serviços digitais disponíveis no seu repositório de serviços (Acesse aqui)
Exército:	21 serviços digitais disponíveis no seu repositório de serviços (Acesse aqui)
Aeronáutica:	10 serviços digitais disponíveis no seu repositório de serviços (Acesse aqui)
Aplicativos:	Disponíveis na Galeria de Aplicativos do Gov.br

A aderência do cidadão ao uso digital dos serviços prestados pelo MD pode ser observada pelos seguintes exemplos:

- No âmbito dos serviços prestados pelo Comando da Aeronáutica, o serviço mais relevante no ano de 2024 foi o aplicativo FPL BR, que funciona como uma ferramenta para a elaboração, a validação, o envio e a atualização dos dados dos planos de voo das aeronaves que utilizam o espaço aéreo brasileiro. Utilizada por pilotos, civis e militares, o aplicativo foi utilizado por **mais de 4 milhões de usuários em 2024**. Esse público participou ativamente do crescimento da aviação brasileira, que teve um dos seus melhores anos, com 118,3 milhões de passageiros movimentados, considerando os mercados doméstico e internacional. Ou seja, todos esses voos foram coordenados por meio desse aplicativo, dispensando os tripulantes de se deslocarem para uma sala de informações aeronáuticas, possibilitando mobilidade, praticidade e segurança para a apresentação de um plano de voo, mediante o uso de um smartphone.
- Os projetos de transformação digital executados pela Marinha resultaram em significativos benefícios para a sociedade e ao meio ambiente, ao facilitarem o acesso dos cidadãos aos seus documentos, eliminando a necessidade de pelo menos um deslocamento urbano, de mais de 500.000 pessoas, até uma Organização Militar, para recebimento de um documento impresso e pela habilitação do acesso instantâneo aos serviços ofertados pela MB em todo Brasil, devido à rápida compensação de pagamentos pelo PagTesouro. A Integração do sistema de pagamentos das Guias de Recolhimento da União (GRU) com o sistema PagTesouro, administrado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a fim de habilitar as modalidades de pagamento PIX e Cartão de Crédito, agilizou a prestação dos serviços. Desde 2022, os cidadãos são habilitados para darem entrada com suas demandas na MB imediatamente após o pagamento das GRU correspondentes aos serviços.
- Ainda com relação à Marinha, a emissão digital de Carteiras de Habilitação de Amadores (CHA) atingiu mais de 302.372 navegadores amadores atendidos desde a implantação do serviço, em 2022, e uma média de 11.000 CHA / mês em 2024; já a emissão dos Títulos de Inscrição de Embarcações (TIE) alcançou mais de 236.527 embarcações desde a implantação, em 2023, e uma média de 9.700 TIE / mês em 2024.
- No que concerne ao Exército Brasileiro, cabe destacar o Serviço Militar Obrigatório (SMO). O alistamento militar online, iniciado em 2018, facilitou o processo de alistamento dos jovens, permitindo que eles realizem a inscrição no Brasil, de forma digital, sem a necessidade de comparecer, pessoalmente, a uma Junta de Serviço Militar (JSM) (endereço: alistamento.eb.mil.br). Esse serviço, disponível no Gov.br, modernizou e simplificou o acesso, possibilitando o alistamento on-line de 484.307 jovens em 2024, cerca de 38% do total de alistamentos do ano. Além disso, o Certificado de Alistamento Militar (CAM) pode ser facilmente obtido pelo cidadão na Wallet do Gov.br, tornando o processo mais transparente e eficiente.
- No âmbito dos serviços oferecidos pelo Ministério da Defesa (MD), vale ressaltar o Sistema de Cadastro de Levantamentos Aeroespaciais do Território Nacional (SisCLATEN), que automatizou os processos referentes ao aerolevantamento, oferecendo três serviços digitais que possibilitaram a conexão de mais de 32.000 usuários desde a implementação do serviço em 2022.
  - a **consulta aos aerolevantamentos executados no território nacional**, que apresenta, de forma organizada, os metadados básicos dos aerolevantamentos realizados pelas empresas inscritas, permitindo a pesquisa dos projetos de interesse realizados no País, utilizando diversos parâmetros. Dessa forma,

os interessados podem identificar as Entidades inscritas que possuem originais de aerolevantamento em seus acervos e/ou possam gerar produtos decorrentes, muitas vezes sem a necessidade de novos e dispendiosos voos para aquisição de dados.

- A **obtenção de autorização para realizar aerolevantamento**, que possibilita às empresas inscritas solicitarem a autorização de projetos para realizarem atividades de aerolevantamento no território nacional
- A **inscrição de entidades executantes de aerolevantamento junto ao MD**, que permite às entidades especializadas públicas e privadas requererem a obtenção/renovação da inscrição no MD para realizarem a atividade de aerolevantamento no território nacional.



3

Nossos Recursos

Introdução

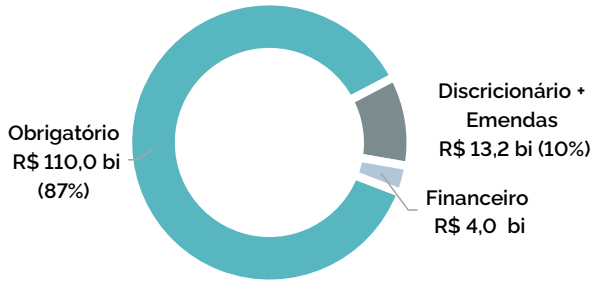
Este Capítulo apresenta uma visão geral dos recursos disponibilizados e utilizados no exercício, contempla os seguintes tópicos: Gestão Orçamentária e Financeira, mostrando a formação do orçamento, as execuções orçamentária e financeira e as principais realizações; Gestão de Bens Imóveis, indicando os principais avanços na gestão dos ativos imobiliários; Principais fatos contábeis, contas ou grupo de contas, evidenciando a situação e o desempenho patrimonial no exercício; e Pessoal, apresentando uma visão geral sobre a força das Forças Armadas e do MD e informações sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas (SPSMFA).

Gestão orçamentária e financeira

Formação do orçamento

No exercício de 2024, a dotação orçamentária inicialmente prevista para o Ministério da Defesa pela Lei n.º 14.822, de 2024, foi de R$ 126,7 bilhões. Com os créditos adicionais publicados (incluídos créditos extraordinários) ou reabertos ao longo do exercício, a dotação final atingiu R$ 127,2, abrangidas todas as unidades do Ministério, inclusive os Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. O gráfico ao lado apresenta a dotação final por resultado primário.

Dotação Atualizada 2024



Dotação Atualizada 2024



O gráfico ao lado apresenta a participação de cada Comando e do Ministério da Defesa dentro do orçamento final autorizado. A concentração verificada no Exército Brasileiro se deve ao fato de ser essa a maior Força, em termos de contingente, de sua ampla distribuição pelo território nacional.

Fonte: Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento – SIOP, em 23/01/2025

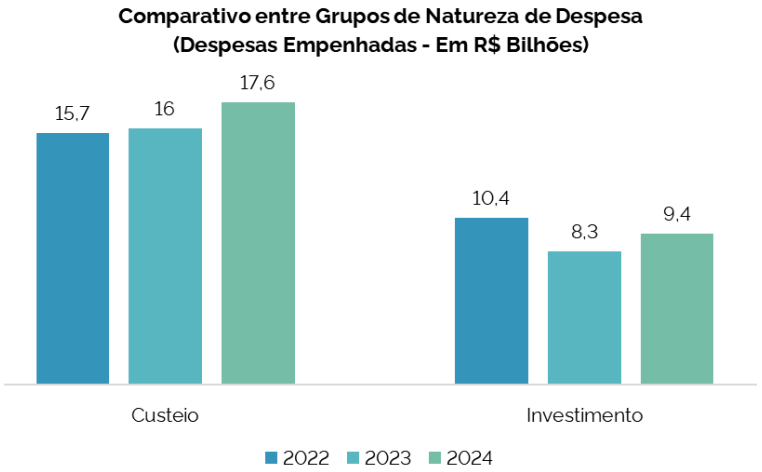
Ajustes Orçamentários

Assim como nos anos anteriores, em 2024 ocorreu crescimento das despesas obrigatórias, nas quais se enquadram, dentre outras, despesas com pessoal e benefícios a servidores e militares, detalhadas no tópico "Despesas com pessoal, ativo, inativo e pensionistas". Com relação às despesas discricionárias, a redução verificada em relação ao exercício de 2023 é resultado do ajuste de dotações, em função da necessidade do Governo de se adequar às limitações determinadas pelo Novo Arcabouço Fiscal (Lei Complementar nº 200/2023). Esse cenário pode ser observado no gráfico ao lado:



Fonte: Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento – SIOP em 23/01/2025. Despesas empenhadas RP1 e RP2

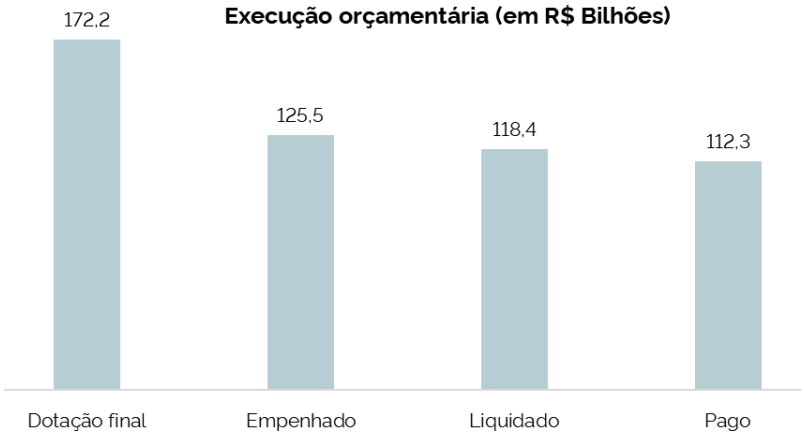
Em função do cenário fiscal restritivo nos últimos anos, o orçamento destinado a investimentos em projetos estratégicos do MD sofreu estagnação. O pequeno acréscimo ocorrido em 2024 se deve principalmente à forte variação cambial no período. O nível dos recursos para investimento, entretanto, permanece abaixo das necessidades dos projetos desenvolvidos pelos Comandos Militares. Já os recursos para custeio das Forças, em que pese o incremento observado no último triênio, estão no patamar mínimo para manutenção das mais de 1.290 Organizações Militares. No gráfico ao lado, é apresentado comparativo entre Grupo de Natureza de Despesa – GND:



Fonte: Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento – SIOP, em 23/01/2025. Apenas despesas classificadas com GND 1, 3, 4 e 5.

Execução Orçamentária

O próximo gráfico apresenta uma visão geral da execução orçamentária do Ministério da Defesa no exercício de 2024:



Fonte: Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento – SIOP em 23/01/2025.

Execução das Despesas Agrupadas por Função de Governo

No detalhamento da execução orçamentária por função, exibido na tabela ao lado, são evidenciadas as áreas de atuação em que os recursos das Unidades do MD foram alocados e executados. Destaque-se a Defesa Nacional, competência institucional do MD, na qual a maioria do gasto constantemente fica concentrada. Observa-se uma ampliação das despesas da função "Defesa Nacional" em relação a anos anteriores, causada pelo incremento das despesas obrigatórias e pela incidência de variação cambial.

FUNÇÃO GOVERNO	2024				
	PLOA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
DEFESA NACIONAL	91.586,6	92.863,0	93.570,6	86.452,3	82.582,9
PREVIDÊNCIA SOCIAL	30.135,2	29.795,1	29.745,5	29.745,5	27.506,2
ENCARGOS ESPECIAIS	2.779,9	2.800,5	2.232,9	2.196,0	2.165,2
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.861,9	1.717,2	0,0	0,0	0,0
TOTAL MD	**126.363,6**	**127.175,8**	**125.549,0**	**118.393,8**	**112.254,3**

Fonte: Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento - SIOP - 23/01/2025

Execução das Despesas Agrupadas por Tipo de Despesa

A tabela ao lado demonstra o comportamento do orçamento do Ministério da Defesa, detalhado pelo tipo de despesa, uma classificação baseada no identificador de Resultado Primário e no Grupo Natureza de Despesa. De forma geral, o orçamento executado apresentou pequena variação positiva em relação a exercícios anteriores. Quanto às despesas obrigatórias, como já abordado, o aumento decorre da reestruturação da carreira dos militares e do reajuste dos valores de benefícios. Nas despesas discricionárias, o aumento verificado decorre, basicamente, do impacto da variação cambial sobre os investimentos, pois muitas das correspondentes despesas são executadas em moeda estrangeira.

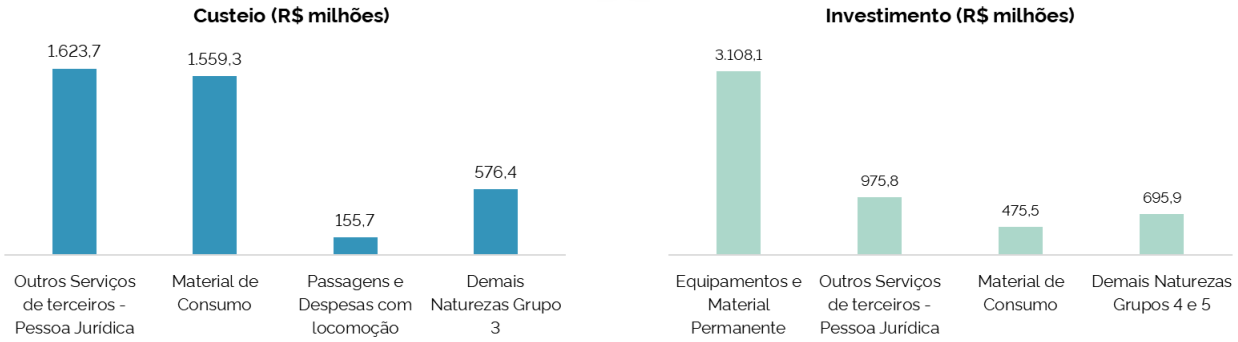
R$ milhões

TIPO DE DESPESA	2024		
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS
OBRIGATÓRIAS - RP 1	**109.422,4**	**109.459,7**	**100.950,2**
Pessoal e Encargos Sociais	96.760,8	96.639,9	90.982,2
Custeio	11.348,1	11.455,4	9.416,8
Investimento	1.313,5	1.364,4	551,2
DISCRICIONÁRIAS - RP 2 e RP 3	**12.522,2**	**13.164,2**	**9.170,3**
Custeio	6.068,7	6.088,1	3.915,1
Investimento	6.453,5	7.076,1	5.255,2
EMENDAS - RP 6, 7, 8 e 9	**815,8**	**815,3**	**95,4**
Custeio	54,6	54,1	12,9
Investimento	761,2	761,2	82,5
FINANCEIRAS - RP 0	**4.415,4**	**2.109,8**	**2.038,3**
Pessoal e Encargos Sociais	269,3	247,5	247,4
Custeio	5,1	5,1	0,0
Investimento	243,2	235,8	196,4
Dívida	2.180,6	1.621,4	1.594,5
Reserva de Contingência	1.717,2	0,0	0,0
TOTAL MD	**127.175,8**	**125.549,0**	**112.254,2**

Fonte: Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento - SIOP - 23/01/2025

Despesas Pagas em 2024 por Finalidade

Os gráficos abaixo apresentam o montante de despesas primárias discricionárias referentes a custeio e investimento no ano de 2024, tanto as abrangidas pelo PAC – RP3 quanto as não abrangidas pelo PAC – RP2:



Fonte: Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento - SIOP – 23/01/2025

Desempenho Orçamentário 2024

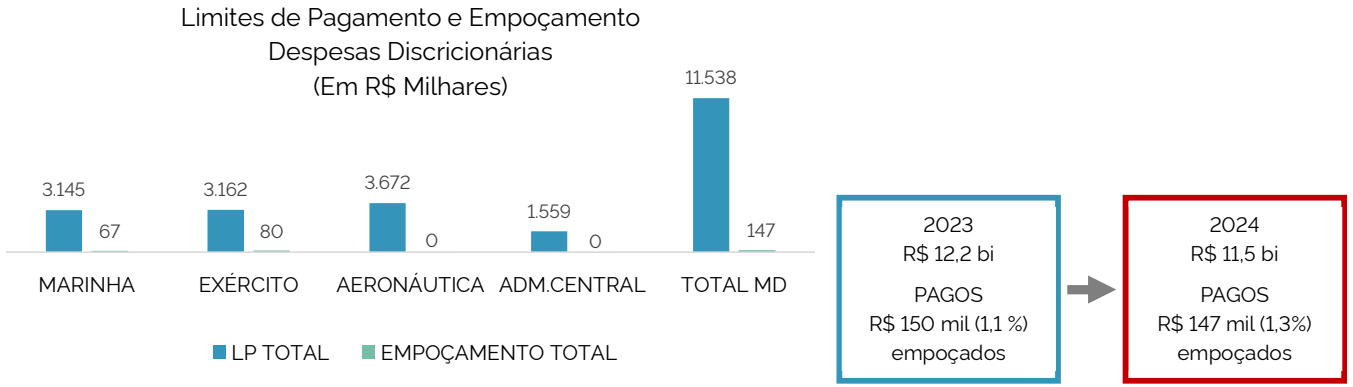
A dotação inicial estabelecida na LOA 2024 para o Ministério da Defesa para atender a despesas discricionárias foi em torno R$ 11,5 bilhões. Devido ao cenário fiscal restritivo, e em obediência aos limites estabelecidos pelo Novo Arcabouço Fiscal, foi imposto ao MD o cancelamento de dotações ao longo do exercício. Com relação à execução do orçamento discricionário, praticamente toda dotação autorizada foi empenhada, com 99,9% dos recursos disponíveis sendo utilizados.



Execução Financeira

Despesas discricionárias

O gráfico abaixo apresenta os limites de pagamento e empoçamento das Despesas Discricionárias em 2024. Constata-se que 98,7% do Limite de Pagamento (LP) disponibilizado ao MD em 2024 para Despesas Discricionárias foi efetivamente utilizado, enquanto o empoçamento se manteve no patamar do ano anterior.



Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

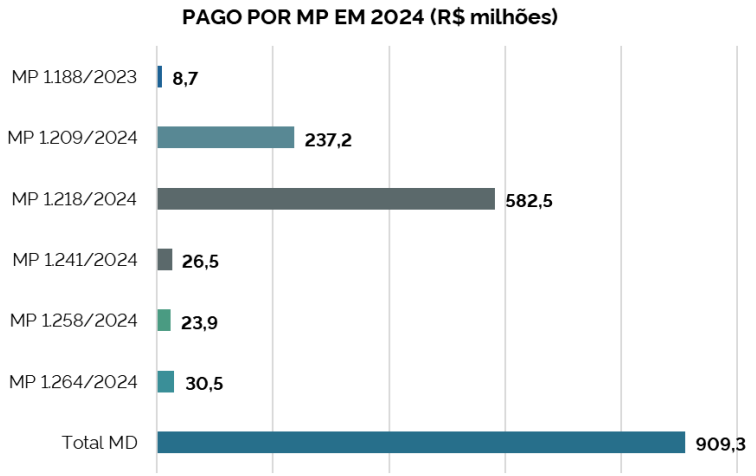
Restos a Pagar – Visão Geral

A figura ao lado apresenta a execução de Restos a Pagar em 2024 das despesas discricionárias de todas as unidades do MD. Cabe ressaltar que os dados são uma previsão, tendo em vista que os dados oficiais ainda serão publicados no Decreto de Programação Financeira de 2025. Observa-se que houve uma redução nos Restos a Pagar do exercício de 2024 para 2025 da ordem de R$1,1 bi (R$6,4 bi – R$ 5,3bi):



Execução de Créditos Extraordinários em 2024

Em 2024, foram editadas 5 Medidas Provisórias para abertura de crédito extraordinário, o que ampliou os recursos que permitiram a atuação do Ministério da Defesa em demandas urgentes do Estado Brasileiro. As Forças Armadas atuaram em ações de proteção e defesa civil devido ao estado de calamidade na Região Sul (MP nº 1.188/2023 e MP nº 1.218/2024), no combate e prevenção a incêndios florestais (MP nº 1.241/2024 e MP nº 1.258/2024), no apoio em ações emergenciais de caráter humanitário em prol da população indígena (MP nº 1.209/2024) e no transporte aéreo de pessoas, animais domésticos, materiais e de apoio humanitário em região de conflito no Oriente Médio (MP nº 1264/2024). Ao todo, foram pagos em 2024 por volta de R$ 909 milhões com despesas destinadas a essas operações.



Fonte: Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento - SIOP - 23_Jan_2025.

Principais Realizações em 2024

Especificamente quanto ao orçamento, destaca-se a execução de praticamente todos os recursos destinados a despesas discricionárias, alcançando 99,9% da dotação autorizada empenhada em 2024. Ressaltam-se também as gestões junto aos órgãos centrais de orçamento, que possibilitaram ampliação dos recursos direcionados a benefícios dos militares, com vistas a obter equidade com os reajustes concedidos aos servidores civis do Poder Executivo Federal. Da mesma forma, a atuação do MD junto à equipe econômica do Governo Federal permitiu que fosse destinado cerca de R$ 1,7 bi, via crédito extraordinário, o que proporcionou atuação das Forças Armadas em missões relevantes para a sociedade.

Para mais informações e dados sobre o histórico da execução orçamentária das unidades do Ministério da Defesa, clique aqui.

Gestão de Bens Imóveis

Desde 2023, o MD tem aprimorado a gestão de seus bens imóveis, com o apoio dos órgãos de controle. **Essa iniciativa estratégica tem como objetivo otimizar a utilização dos bens públicos, fortalecer o controle interno e garantir transparência na gestão do patrimônio público.**

Em consonância com as diretrizes da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e com base em deliberações do TCU, o MD, em parceria com os Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e com o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, **tem buscado** a padronização de processos, a atualização de sistemas e a melhoria na descrição de todos os ativos imobiliários, de modo a garantir maior precisão e transparência nas informações contábeis e, assim, alcançar uma gestão mais eficiente e eficaz.

Em 31/12/2024, o valor total de bens imóveis registrados no ativo imobilizado alcançou R$ 316,58 bilhões, o que representa um aumento de 15,16% em relação ao exercício de 2023, quando tais bens totalizavam R$ 274,89 bilhões.

A maior parte desta variação patrimonial decorreu de reavaliações contábeis, ajustes e transferências de ativos, com o Comando da Aeronáutica liderando o crescimento patrimonial imobiliário devido, em grande medida, à reavaliação de bens sob sua gestão, seguido pelo Comandos do Exército, pelo Comando da Marinha e pelo Ministério da Defesa, respectivamente.

As Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Consolidadas do Ministério da Defesa mostram aumento significativo no valor contábil desses ativos. As Notas Explicativas detalham o trabalho em andamento para alcançar a transparência desejada no tocante aos ativos imobiliários gerenciados pelo MD e pelas Forças Armadas. Com isso, o MD busca maior aderência aos princípios contábeis e às deliberações dos órgãos de controle externo.

Principais fatos contábeis, contas ou grupo de contas

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

As Demonstrações Contábeis são elaboradas em consonância com a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, o Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, o Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, a Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, e a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Observam, também, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP e o Manual Siafi, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Tais Demonstrações foram elaboradas em nível de consolidação de "Órgão Superior" e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos constantes da tabela ao lado.

O escopo deste capítulo do Relatório de Gestão leva em conta as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Ministério da Defesa, extraídas do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi, e suas respectivas Notas Explicativas.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas e as Notas Explicativas do MD encontram-se disponíveis, na íntegra, clicando aqui:

Ministério da Defesa – Composição	
MD	Ministério da Defesa, exceto Comandos Militares
Comando da Marinha	Caixa de Construções de Casas para Pessoal da Marinha do Brasil
	Fundo Naval
	Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo
	Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.
Comando do Exército	Indústria de Material Bélico do Brasil
	Fundação Osório
	Fundo do Exército
Comando da Aeronáutica	Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica
	Fundo Aeronáutico

Evidenciação da Situação e do Desempenho Patrimonial no exercício

Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial Consolidado do MD evidencia os Ativos, os Passivos e o Patrimônio Líquido e sua evolução em 2024 em relação a 2023.

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da organização pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

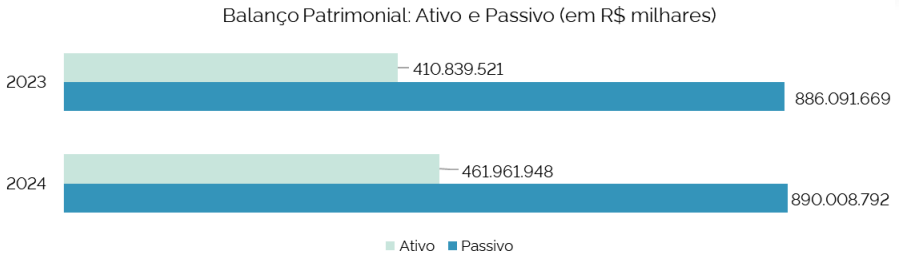
Em síntese, consideram-se "Circulante" aqueles bens, direitos e obrigações realizáveis ou exigíveis até o término do exercício seguinte; o "Não Circulante", em consequência, aquilo realizável ou exigível após esse período.

Balanço Patrimonial				R$ milhares
	Dez/2024	Dez/2023	AH (%)	AV (%)
Ativo (I)	**461.961.948**	**410.839.521**	**12,44**	**100,00**
Ativo Circulante	49.479.443	44.435.593	11,35	10,71
Ativo Não Circulante	412.482.505	366.403.928	12,58	89,29
Passivo Exigível (II)	**890.008.792**	**886.091.669**	**0,44**	**100,00**
Passivo Circulante	68.049.197	67.758.659	0,43	7,65
Passivo Não Circulante	821.959.595	818.333.010	0,44	92,35
Patrimônio Líquido	**-428.046.844**	**-475.252.148**	**-9,93**	

Fonte: Siafi, em 31/01/2025

AH - Análise Horizontal: Comparação entre os exercícios de 2024 e 2023 (Vide Glossário).

AV - Análise Vertical: Quanto o item representa em relação ao todo (Vide Glossário).



Fonte: Siafi, em 31/01/2025.

Ativo

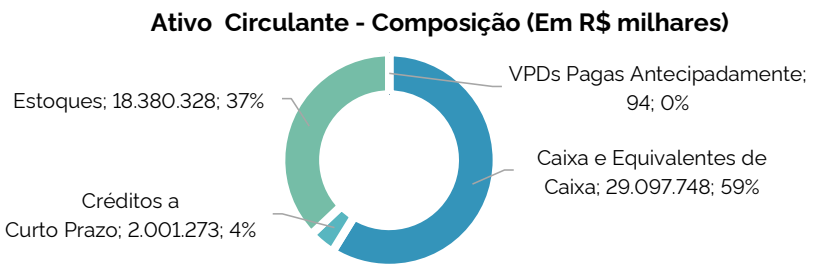
Ativo Circulante

O Ativo Circulante representa 10,71% do total do Ativo, ou seja, cerca de R$ 49,48 bilhões assim distribuídos:

Ativo Circulante				R$ milhares
	Dez/2024	**Dez/2023**	**AH (%)**	**AV (%)**
Caixa e Equivalentes de Caixa	29.097.748	25.809.701	12,74	58,81
Créditos a Curto Prazo	2.001.273	2.001.172	0,01	4,04
Estoques	18.380.328	16.624.696	10,56	37,15
VPDs Pagas Antecipadamente	94	25	280,02	0,00
Total	**49.479.443**	**44.435.593**	**11,35**	**100,00**

Fonte: Siafi, em 31/01/2025

O gráfico a seguir apresenta a composição do Grupo em valores absolutos do exercício de 2024.



Caixa e Equivalentes de Caixa

O subgrupo "Caixa e Equivalente de Caixa", representado por valores em caixa e em bancos, apresentou aumento de 12,74%, quando comparado com os saldos apurados no exercício anterior, com a seguinte distribuição por órgão:

Fonte: Siafi, em 31/1/2025.

Caixa e Equivalentes de Caixa				R$ milhares
Órgão	Dez/2024	Dez/2023	AH (%)	AV (%)
Ministério da Defesa	179.208	103.922	72,44	0,62
Comando da Marinha	6.967.289	6.161.845	13,07	23,94
Comando do Exército	7.235.497	7.077.955	2,23	24,87
Comando da Aeronáutica	14.715.755	12.465.978	18,05	50,57
Total	**29.097.748**	**25.809.701**	**12,74**	**100,00**

A composição desse item é assim apresentada:

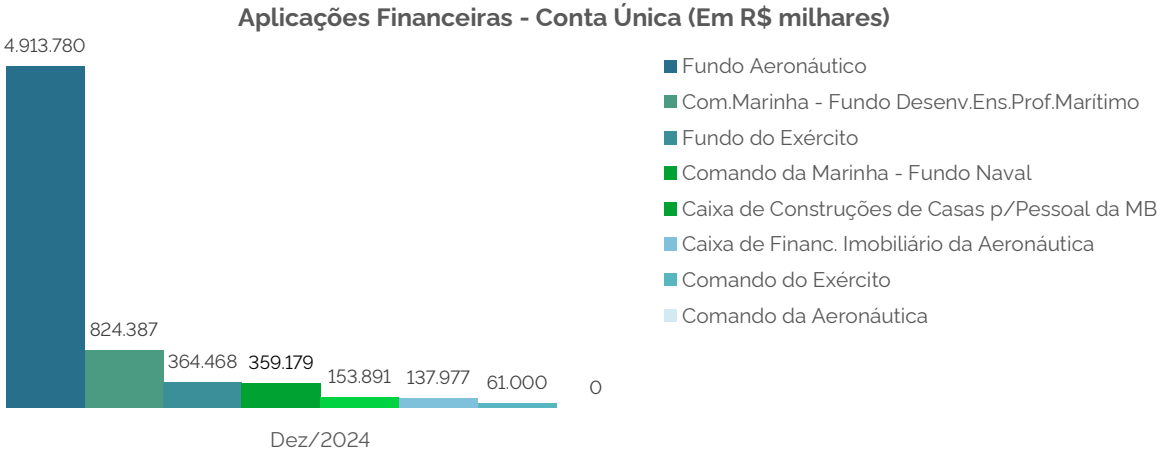
O item "CTU – Recursos da Conta Única Aplicados", que representa os recursos da Conta Única arrecadados em fontes próprias em processo de aplicação financeira, no montante de 6,81 bilhões, apresenta 23,42% do total do subgrupo "Caixa e Equivalentes de Caixa".

Caixa e Equivalentes de Caixa – Composição				R$ Milhares
	Dez/2024	Dez/2023	AH (%)	AV (%)
CTU – Recursos da Conta Única Aplicados	6.814.681	6.854.675	(0,58)	23,42
Limite de Saque c/ Vinculação Pagto – Ordem Pagto – OFSS	5.970.719	5.873.229	1,66	20,52
CDB	5.400.000	3.600.000	50,00	18,56
Aplicação Financeira Liquidez Imediata - Recursos CTU	2.922.125	2.020.523	44,62	10,04
Bancos Conta Movimento Bancos Oficiais Exterior	2.237.770	2.464.826	(9,21)	7,69
Fundo de Aplicação Financeira	2.215.778	2.251.663	(1,59)	7,61
Poupança	1.610.352	1.452.399	10,88	5,53
Limite de Saque c/ Vinculação Pagto – OFSS	920.059	690.363	33,27	3,16
Demais	1.006.265	602.022	67,15	3,46
Total	**29.097.748**	**25.809.701**	**12,74**	**100,00**

Comentado [JM1]: Ajuste

Fonte: Siafi, em 31/01/2025.

A distribuição do item mais relevante é demonstrada pelo gráfico a seguir:



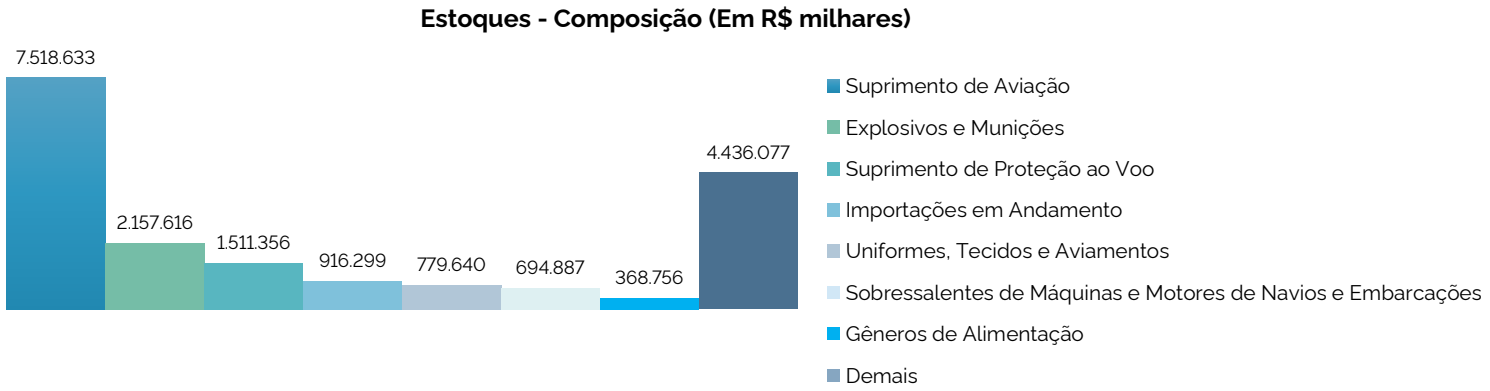
Estoques

Os Estoques representam os materiais de consumo em almoxarifado, as importações em andamento e os materiais em trânsito. A tabela a seguir presenta a composição do subgrupo "Estoques" por Órgão:

Estoques				R$ Milhares
Órgão	Dez/2024	Dez/2023	AH (%)	AV (%)
Ministério da Defesa	22.093	23.545	(6,16)	0,12
Comando da Marinha	2.830.728	2.500.894	13,19	15,40
Comando do Exército	3.407.162	3.347.417	1,78	18,54
Comando da Aeronáutica	12.120.344	10.752.840	12,72	65,94
Total	**18.380.328**	**16.624.696**	**10,56**	**100,00**

Fonte: Siafi, em 31/01/2025.

O subgrupo Estoques apresentou variação positiva de 10,56% em relação ao período anterior. O Comando da Aeronáutica apresentou o maior valor registrado, correspondente a 65,94% do total. A Tabela a seguir apresenta o detalhamento do subgrupo Estoques:



Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante representa 89,29% do total do Ativo, ou seja, cerca de R$ 412,48 bilhões em valores absolutos:

Ativo Não Circulante				R$ milhares
Composição	**Dez/2024**	**Dez/2023**	**AH (%)**	**AV (%)**
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.496.361	1.185.794	26,19	0,36
Investimentos	4.873	2.303	111,62	0,00
Imobilizado	403.624.511	357.995.541	12,75	97,85
Intangível	7.356.759	7.220.290	1,89	1,78
Total	**412.482.505**	**366.403.928**	**12,58**	**100,00**

Fonte: Siafi, em 31/01/2025

Ativo Realizável a Longo Prazo

O "Ativo Realizável a Longo Prazo", que compreende bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo, está distribuído pelos órgãos conforme a tabela a seguir.

Ativo Realizável a Longo Prazo por Órgão				R$ milhares
	Dez/2024	Dez/2023	AH (%)	AV (%)
Ministério da Defesa	208.948	194.221	7,58	13,96
Comando da Marinha	959.566	923.922	3,86	64,13
Comando do Exército	277.459	23.293	1.091,19	18,54
Comando da Aeronáutica	50.388	44.360	13,59	3,37
Total	**1.496.361**	**1.185.794**	**26,19**	**100,00**

Fonte: Siafi, em 31/01/2025.

Os itens que compõem o "Ativo Realizável a Longo Prazo" são os seguintes:

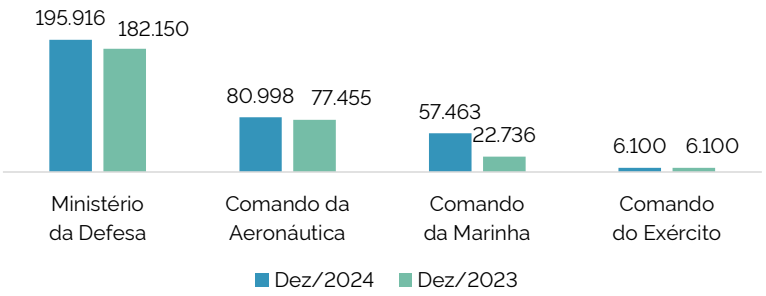
Ativo Realizável a Longo Prazo – Composição			R$ milhares
	Dez/2024	Dez/2023	AV (%)
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	947.749	913.123	63,34
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	545.465	364.322	36,45
Clientes	1.520	2.412	0,10
Estoques	1.618	1.618	0,11
Créditos Tributários a Receber	10	10	0,00
Ajuste para Perdas em Créditos a Longo Prazo	0	-95.690	0,00
Total	**1.496.362**	**1.185.795**	**100,00**

Quanto à sua composição, o item de maior expressão é o de "Empréstimos e Financiamentos Concedidos", que registrou um saldo de R$ 947,75 milhões, o que representou 63,34% do total do Subgrupo. Já o item "Demais Créditos e Valores a Longo Prazo", que alcançou o montante de R$ 545,46 milhões no período, é representado, principalmente, pelo subgrupo "Créditos por Dano ao Patrimônio – Decisão TCU", no montante de R$ 340,48 milhões. Esse subgrupo abarca direitos provenientes de danos ao patrimônio apurados em Tomadas de Contas Especial julgadas pelo Tribunal de Contas da União – TCU, a partir de Acórdãos com imposição de débito aos responsáveis mediante Acórdãos com força de título executório.

Créditos por Dano ao Patrimônio - Decisão TCU				R$ milhares
	Dez/2024	Dez/2023	AH (%)	AV (%)
Ministério da Defesa	195.916	182.150	7,56	57,54
Comando da Marinha	57.463	22.736	152,74	16,88
Comando do Exército	6.100	6.100	0,00	1,79
Comando da Aeronáutica	80.998	77.455	4,57	23,79
Total	**340.477**	**288.441**	**18,04**	**100,00**

Fonte: Siafi, em 31/1/2025

Créditos por Dano ao Patrimônio - Decisão TCU (Em R$ milhares)



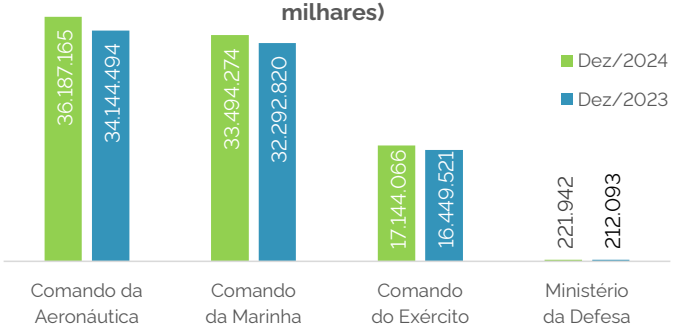
Imobilizado

O Ativo Imobilizado abrange direitos que tenham por objeto bens corpóreos mantidos para uso na produção ou no fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, que são classificados em bens móveis e imóveis.

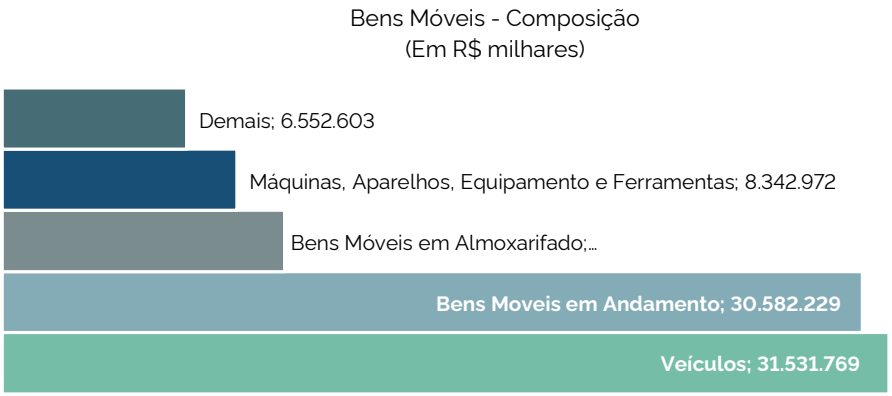
Ao final do exercício de 2024, o item "Bens Móveis" totalizava o valor líquido de R$ 87,05 bilhões.

Os Comandos da Aeronáutica e da Marinha têm os maiores valores patrimoniais registrados, correspondendo a 41,57% e 38,48% do total, respectivamente.

Ativo Imobilizado - Bens Móveis por Órgão (Em R$ milhares)

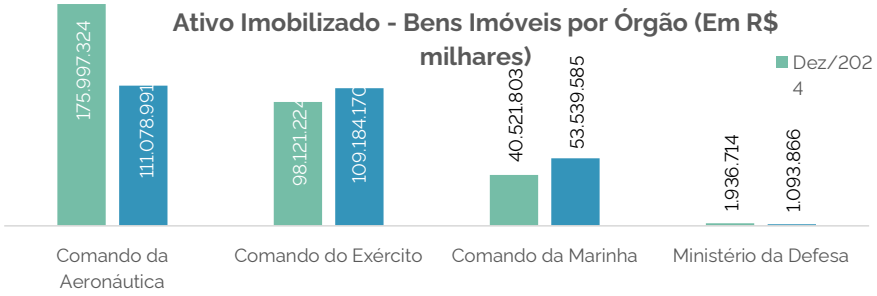


Fonte: Siafi, em 31/1/2025. Em Valores Contábeis Líquidos



Fonte: Siafi, em 31/1/2025. (Em Valor Contábil Líquido).

O item "Veículos" representa 36,22% do subgrupo e apresentou variação positiva de 14,74% em relação ao período anterior, sendo que o Comando da Marinha apresentou o maior valor registrado, correspondendo a 54,30% do total. Em 31/12/2024, o item "Bens Imóveis" totalizava R$ 316,58 bilhões, distribuídos conforme detalhado no gráfico ao lado.



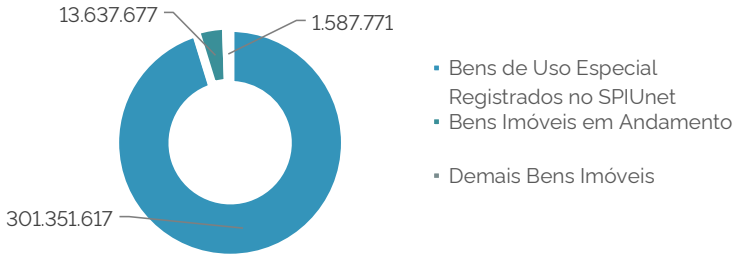
Fonte: Siafi, em 31/1/2025. Em Valores Contábeis Líquidos (deduzidas as depreciações).

O Comando da Aeronáutica é o órgão que apresenta maior valor registrado no item de "Bens Imóveis" (55,59%) seguido do Comando do Exército (30,99%). Tal situação decorre dos ritmos distintos das Forças no processo de reavaliação dos bens nos últimos exercícios.

Os "Bens de Uso Especial", tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração pública, representam 95,32% do total do item. Esses bens são segregados conforme sua forma de registro.

Os maiores valores são os dos "Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet", ferramenta de apoio à administração dos imóveis de uso especial da União. Esses bens representam 95,19% do total dos bens imóveis.

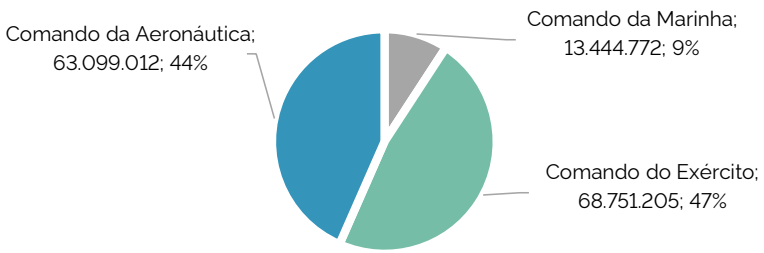
Bens Imóveis - Composição (Em R$ milhares)



Fonte: Siafi, em 31/01/2025. Em Valor Contábil Líquido.

No grupo que compõem os "Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet", o saldo mais relevante é o relativo ao item "Aquartelamentos", que registra os quartéis, bases e fortes militares, que representou, no período, o equivalente a 48,15% do total do item.

Aquartelamento (Em R$ milhares)

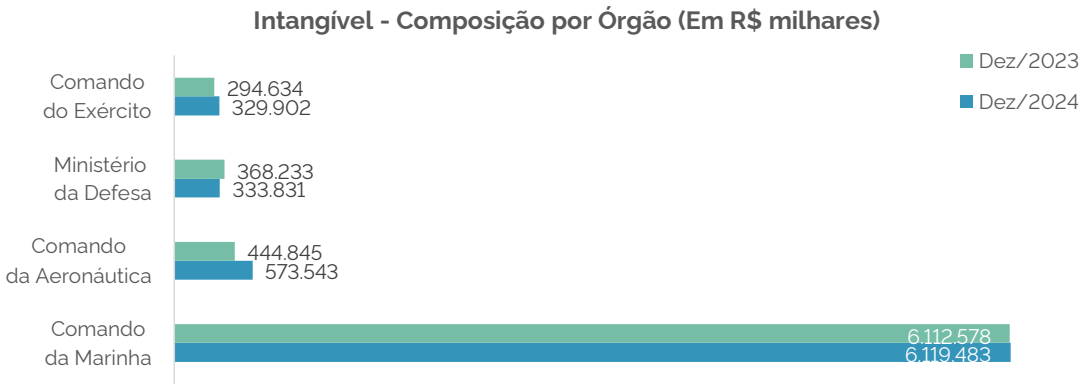


Fonte: Siafi, em 31/1/2025. Em Valor Contábil Líquido.

Intangível

Trata-se de um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pelo ente e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, tais como softwares e marcas e patentes.

Ao final de 2024, o Ativo Intangível totalizava R$ 7,36 bilhões. O maior saldo está registrado no Comando da Marinha (83,18%), apresentando um aumento de 0,11%, em relação ao exercício anterior.



Fonte: Siafi, em 31/1/2025. Em Valor Contábil Líquido.

Intangível - Composição				R$ milhares
Conta Contábil	**Dez/2024**	**Dez/2023**	**AH (%)**	**AV (%)**
Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Indefinida	6.230.197	6.237.584	-0,12	84,69
Software com Vida Útil Indefinida	712.766	559.424	27,41	9,69
Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Definida	562.773	552.688	1,82	7,65
Software com Vida Útil Definida	170.043	140.174	21,31	2,31
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado	144	130	10,58	0,00
Subtotal	**7.675.923**	**7.490.000**	**2,48**	**104,34**
Amortização Acumulada - Marcas, Direitos e Patentes com Vida Útil Definida	-236.405	-199.847	18,29	-3,21
Amortização Acumulada - Software com Vida Útil Definida	-82.759	-69.863	18,46	-1,12
Total	**7.356.759**	**7.220.290**	**1,89**	**100,00**

Fonte: Siafi, em 31/1/2025

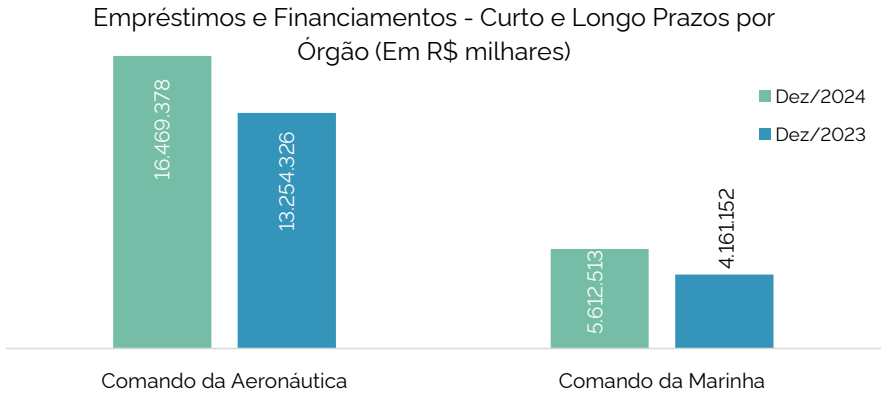
No Intangível, destaca-se o título "Marcas, Direitos, Patentes – Vida Útil Indefinida", que representa cerca de 84,69% do total do Grupo, ou seja, aproximadamente R$ 6,23 bilhões, montante quase integralmente registrado no Comando da Marinha (96,95%) e concernente a marcas, patentes e transferência de tecnologia do PROSUB, referente à construção de novos submarinos convencionais e a propulsão nuclear.

Passivo

Empréstimos e Financiamentos – Curto e Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas do ente a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com fornecedores.

Ao final do quarto trimestre de 2024, o subgrupo "Empréstimos e Financiamentos" totalizava R$ 22,08 bilhões, ou seja, 2,48% do Passivo Exigível.



Fonte: Siafi, em 31/1/2025.

Quanto à exigibilidade, o montante de R$ 18,93 bilhões, equivalente a 85,74% do total, encontrava-se no longo prazo, enquanto R$ 3,15 bilhões (14,26%) correspondem a empréstimos e financiamentos com vencimento em curto prazo em 31/12/2024.

Empréstimos e Financiamentos					R$ milhares
Exigibilidade	Composição	Dez/2024	Dez/2023	AH (%)	AV (%)
Curto Prazo	Financiamentos a Curto Prazo - Externo	3.122.777	2.645.700	18,03	14,14
	Financiamentos a Curto Prazo - Interno	26.893	11.651	130,81	0,12
Longo Prazo	Financiamentos a Longo Prazo - Externo	18.911.330	14.686.556	28,77	85,64
	Financiamentos a Longo Prazo - Interno	20.892	71.571	-70,81	0,09
Total		**22.081.891**	**17.415.478**	**26,79**	**100,00**

Fonte: Siafi, em 31/1/2025.

O item com os valores mais expressivos é o de "Financiamentos de Longo Prazo - Externo" que apresentava saldo de R$ 18,91 bilhões, representado, principalmente, pelo financiamento do Projeto HX-BR (aeronaves H-225M e transferência de tecnologia) e do Projeto F-X2 (F-39 Gripen) (aquisição de vinte e oito aeronaves de caça multiemprego monoposto e de oito aeronaves de caça multiemprego biposto), no montante de R$ 15,01 bilhões no Comando da Aeronáutica, que representa 79,39% do total desse grupo.

Passivo - Provisões do Sistema de Proteção dos Militares das Forças Armadas

As provisões são passivos de prazo ou de valor incertos. Seu reconhecimento ocorre quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável e é possível a estimativa confiável de seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

Considerando os dados fornecidos pelos Comandos Singulares, por intermédio e coordenação do Ministério da Defesa, com apoio técnico do Centro de Análises de Sistemas Navais (CASNAV), da Marinha do Brasil, foi realizada remensuração das estimativas do passivo atuarial, para o atual exercício, das pensões de militares, dos benefícios de militares inativos, das pensões especiais de militares e dos anistiados das Forças Armadas, com uso da metodologia prevista na Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP 15 – Benefícios a Empregados). Empregou-se também o método de financiamento de PUC (Projected Unit Credit), traduzido como Crédito Unitário Projetado, para estimar o Valor do Passivo Atuarial dos referidos direitos. Registre-se, também, que os trabalhos foram realizados em conformidade com as recomendações formuladas pelos Acórdãos nº 1.460/2024; nº 1.000/2023; nº 1.464/2022 e nº 684/2022, todos do Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU), o que resultou no reconhecimento de passivos atuariais no montante de R$ 856,03 bilhões.

Além disso, os trabalhos tiveram por objetivo complementar as informações apresentadas nos principais relatórios financeiros, oferecendo transparência, detalhamento e contextualização que ajude os usuários a compreenderem melhor os números e premissas utilizadas no cálculo do passivo atuarial das Forças Armadas.

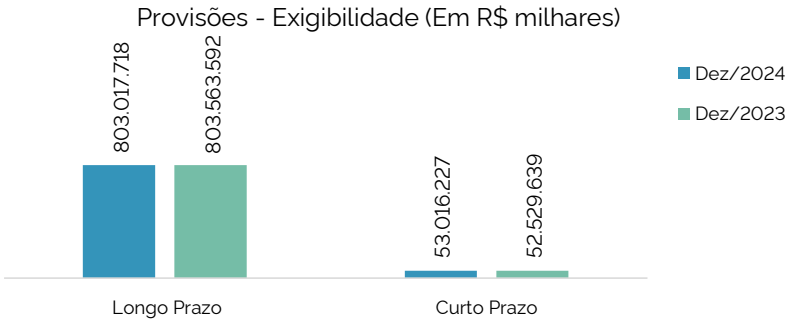
Nesse sentido, nas Demonstrações Contábeis, as provisões estão segregadas em curto e longo prazo, e seu detalhamento é demonstrado nas Tabelas abaixo:

Provisões - Curto e Longo Prazos				R$ Milhares
	Dez/2024	Dez/2023	AH (%)	AV (%)
Provisões a Curto Prazo	**53.016.227**	**52.529.639**	**0,93**	6,19
Provisão de Benefícios c/Militares Inativos	31.615.687	31.686.168	-0,22	3,69
Provisão de Pensões Militares	20.060.028	19.343.409	3,70	2,34
Provisão de Pensões Especiais/Forças Armadas	896.528	1.034.326	-13,32	0,10
Provisão de Anistiados das Forças Armadas	443.984	465.736	-4,67	0,05
Provisões a Longo Prazo	**803.017.718**	**803.563.592**	**-0,07**	**93,81**
Provisão de Benefícios c/Militares Inativos	457.056.817	463.004.144	-1,28	53,39
Provisão de Pensões Militares	334.094.620	327.649.664	1,97	39,03
Provisão de Pensões Especiais/Forças Armadas	7.421.470	7.867.546	-5,67	0,87
Provisão de Anistiados das Forças Armadas	4.444.812	5.042.238	-11,85	0,52
Total	**856.033.945**	**856.093.230**	**-0,01**	**100,00**

Provisões -Exigibilidade	R$ milhares	
	Dez/2024	Dez/2023
Curto Prazo	53.016.227	52.529.639
Longo Prazo	803.017.718	803.563.592
Total	**856.033.945**	**856.093.231**

Fonte: Siafi, em 3/2/2025.

Conforme se observa, nas Demonstrações Contábeis encerradas em 31/12/2024, foram apurados, nos cálculos atuariais, passivos no montante de R$ 856,03 bilhões, que representa um decréscimo de R$ 59,28 milhões, correspondente a 0,01% de redução.



Fonte: Siafi, em 3/2/2025

PROVISÕES	CARACTERÍSTICAS
Benefícios de Militares Inativos	Resultam da avaliação atuarial das estimativas matemáticas dos desembolsos com benefícios futuros destinados aos militares em atividade, bem como daqueles que se encontram na inatividade, em consonância com a regulamentação do SPSMFA.
Pensões Militares	Sua regra de elegibilidade é materializada pelo evento de morte do militar, combinada com a existência de beneficiário do militar habilitado ao recebimento do referido direito. Tem natureza compensatória e faz parte do SPSMFA.
Pensões Especiais de Militares	São originadas por políticas de Estado que têm por objetivo compensar cidadãos que prestaram eventuais e relevantes serviços à defesa dos interesses nacionais. São benefícios vinculados às Forças Armadas que não fazem parte do SPSMFA
Reparações a Anistiados Militares	São indenizações que buscam compensar cidadãos que sofreram prejuízos causados por ações e políticas de Estado. São benefícios vinculados às Forças Armadas que não fazem parte do SPSMFA.

Mais informações sobre as provisões atuariais das Forças Armadas, bem como sobre outros assuntos constantes deste capítulo, podem ser encontradas nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Ministério da Defesa, disponíveis, na íntegra, **aqui**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (Órgão Superior)	**Código do Órgão**
MINISTÉRIO DA DEFESA	**52000**

A presente declaração refere-se às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Ministério da Defesa e suas Notas Explicativas em 31 de dezembro de 2024 e reflete a conformidade contábil daquelas demonstrações contábeis, registrada em aderência às normas previstas na Macrofunção 02.01.35 – Conformidade Contábil presente no Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

De acordo com as análises realizadas no balancete contábil, nas demonstrações contábeis e nos auditores contábeis do SIAFI, DECLARO que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro. Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2024, dos órgãos subordinados 52000 – Ministério da Defesa, 52131 – Comando da Marinha, 52121 – Comando do Exército e 52111 – Comando da Aeronáutica, refletem, em seus aspectos mais relevantes, a situação orçamentária, financeira e patrimonial.

Relação de órgãos subordinados que apresentaram Declaração Plena:

52000 – Ministério da Defesa

52131 – Comando da Marinha

52121 – Comando do Exército

52111 – Comando da Aeronáutica

Cumpre registrar que, as informações referentes a elementos atuariais inseridas na Nota Explicativa 11 – "Provisões do Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas (SPSMFA)" são de responsabilidade técnica do Ministério da Defesa, conjuntamente com os Comandos Militares, com o apoio técnico do Centro de Análises de Sistemas Navais (CASNAV), e decorrem da remensuração das estimativas do passivo atuarial das pensões de militares, dos benefícios de militares inativos, das pensões especiais de militares e dos anistiados das Forças Armadas.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta Declaração.

Local	**Brasília/DF**	**Data**	**4/2/2025**
Contador Responsável	**Antônio Luiz Almeida**	**CRC nº**	**011766/O-8**

Pessoal – Visão geral

A força de trabalho do MD é composta por militares das três Forças Armadas e por servidores públicos, regidos por leis específicas e normas complementares.

Os militares têm suas obrigações, deveres, direitos e prerrogativas delineados pelo respectivo Estatuto (Lei nº 6.880/1980, alterada pela MP 2215-10/2001 e pela Lei nº 13.954/2019) e por outras normas complementares. Esses militares são homens e mulheres com a peculiaridade de estarem inteiramente dedicados ao serviço da Pátria, que defendem, se necessário, com o sacrifício da própria vida.

Comentado [JLM2]: Considero importante mencionar a MP 2215-10/2001 que cessou alguns direitos e prerrogativas dos militares.

Além da mencionada singularidade, a carreira militar possui outras características: inexistência de limitação de número de horas diárias de trabalho, não incidência de hora-extra, de adicional noturno e de adicional de periculosidade, proibição de sindicalização e de greve, exigência de dedicação exclusiva, disponibilidade permanente e boa condição física e, por necessidade da respectiva Força, alocação em qualquer região do país, a qualquer época do ano.

As Forças Armadas também contam com a atuação de servidores civis concursados de diversas áreas, como administração, saúde, magistério e ciência e tecnologia, entre outras. Além disso, utilizam força de trabalho civil contratada por tempo determinado para atividades específicas, como engenharia e construção.

Os servidores públicos que trabalham no MD contribuem para desenvolvimento e implementação de políticas públicas a cargo da Pasta. Sua atuação é regida pela Lei nº 8.112, de 1990 e legislação correlata, e desempenham papel relevante para funcionamento harmônico e competente do Ministério.

Em 31 de dezembro de 2024 o governo encaminhou a Medida Provisória nº 1.286 que, entre outras medidas, propõe a criação da Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa, com um total de 750 cargos. Seu propósito é a execução de atividades de assistência técnica em projetos e programas inerentes às áreas de justiça, defesa nacional e segurança. Trata-se da primeira carreira civil estruturada a ocupar o Ministério da Defesa e o Gabinete de Segurança Institucional, cujos servidores também poderão atuar em outros Ministérios com políticas afetas às áreas mencionadas, uma vez que se trata de uma carreira transversal. No que se refere ao MD, a nova carreira assegurará pessoal concursado para atuar em assuntos da área de defesa nacional. A expectativa é que o primeiro concurso para preenchimento de parte das vagas seja realizado ainda no ano de 2025.

Os militares e civis que trabalham no MD contribuem, de forma significativa, para que as Forças Armadas possam cumprir sua missão constitucional de defender a pátria e realizar ações subsidiárias em apoio ao desenvolvimento nacional e à defesa civil.

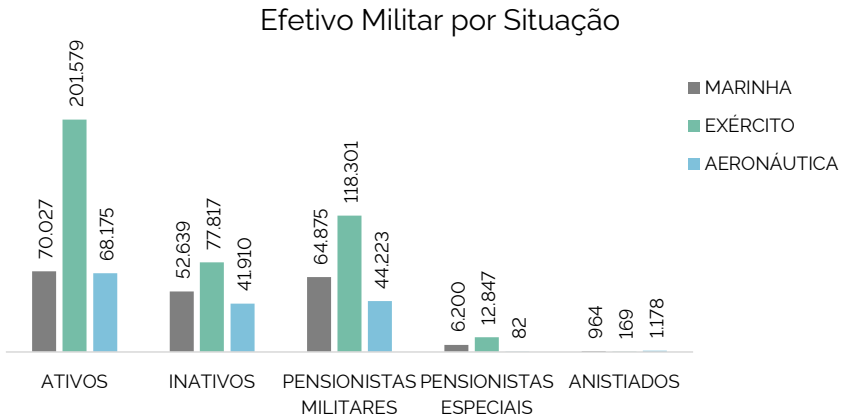
Despesas com Pessoal Ativo, Inativos e Pensionistas, em 2024

A tabela demonstra a execução, em 2024, das despesas classificadas com GND 1, agrupadas por Comando e por Ação Orçamentária. O Exército Brasileiro apresenta o maior valor executado, haja vista possuir o maior contingente de militares dentre as Forças Singulares.

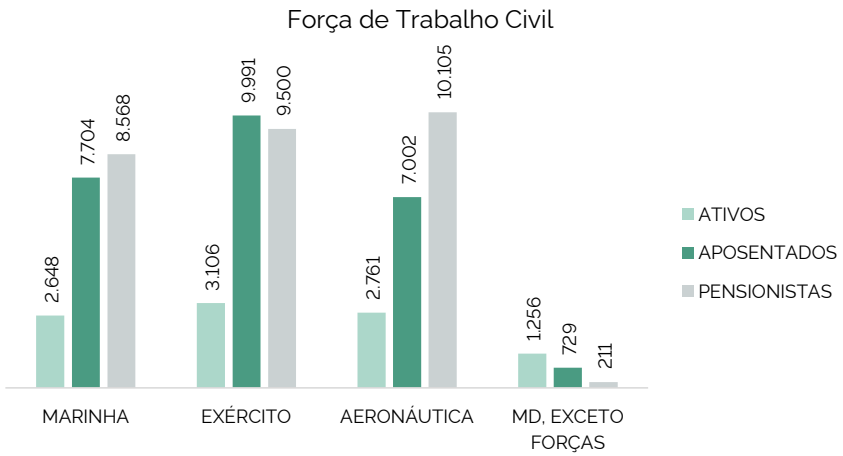
AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	MD, EXCETO COMANDOS	MARINHA	EXÉRCITO	AERONÁUTICA	TOTAL
0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União	53,7	1.012,2	1.163,6	1.115,3	3.344,8
20TP - Ativos Civis da União	180,1	668,0	522,5	388,9	1.759,5
2867 - Ativos Militares das Forças Armadas	-	8.252,2	15.304,6	7.045,7	30.602,5
214H - Inativos Militares das Forças Armadas	-	8.285,8	14.337,8	7.290,0	29.913,6
0179 - Pensões Militares das Forças Armadas	-	5.989,2	13.471,8	4.700,3	24.161,3
Demais Ações de Pessoal - GND 1	21,8	510,5	340,0	575,5	1.447,8
TOTAL	**255,6**	**24.717,9**	**45.140,3**	**21.115,7**	**91.229,5**

Fonte: sistema Integrado de Orçamento e Planejamento -SIOP - 23/01/2025

Visão Geral do Quadro de Pessoal



Fonte: MD 2025

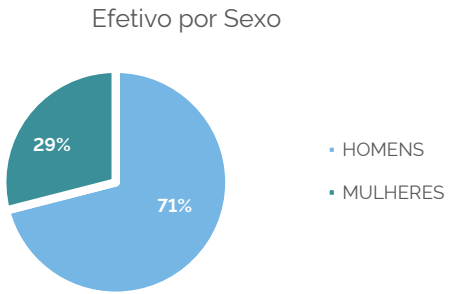


PARTICIPAÇÃO FEMININA

A participação das mulheres nas fileiras das Forças Armadas brasileiras teve seu marco inaugural na década de 1980, por intermédio da Lei nº 6.807, de 1980.

As militares do sexo feminino trabalham nas mesmas condições dos militares do sexo masculino, concorrem às promoções em condições de igualdade e são submetidas à mesma instrução militar básica. Ocupam cargos em organizações militares em todo o país e no exterior, a maior parte em quartéis-generais, organizações militares de saúde, escolas e em unidades de combate e de apoio ao combate. Nesse contexto de igualdade de oportunidades, já galgaram promoções aos postos de Oficiais-Generais.

Participação feminina - Oficiais



Fonte: MD Dez 2024

Pessoal das Forças Armadas

Universo e Subgrupos

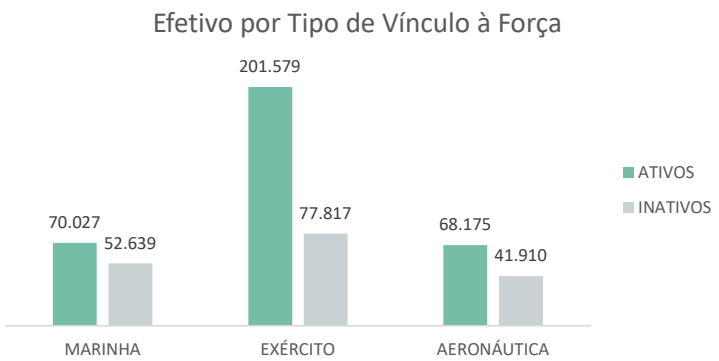
Apresentam-se a seguir peculiaridades e números relacionados aos cidadãos vinculados às Forças Armadas.

Efetivo por círculos de situação de vínculo com a Força

As Forças Armadas, além de administrarem o pagamento dos militares da ativa, inativos e seus pensionistas, também administram pagamentos a beneficiários de pensões especiais e de anistias que derivam de legislações específicas relacionadas a diferentes contextos históricos, sociais e políticos, não contempladas no Estatuto dos Militares.

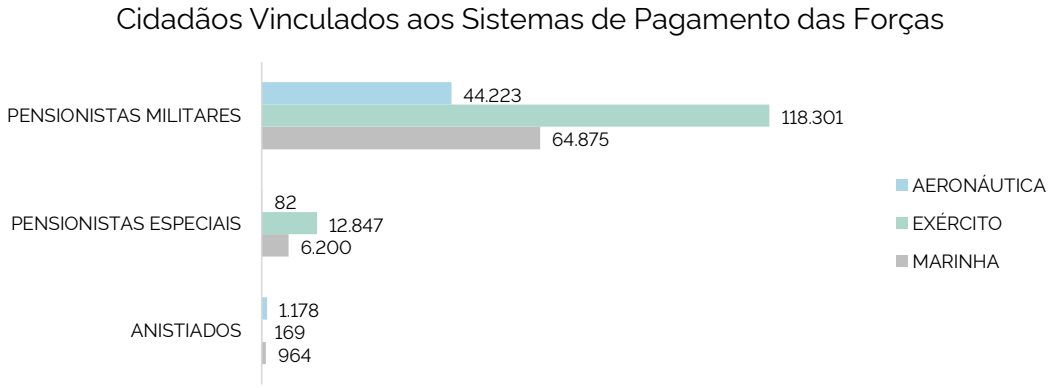
Efetivo de pessoal vinculado à Força de Trabalho (Família Militar)

Os números apresentados a seguir englobam os militares em serviço no Ministério da Defesa, bem como nos demais órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e em outras esferas governamentais.



Fonte: MD Dez 2024

Efetivo de cidadãos vinculados ao sistema de pagamento das Forças

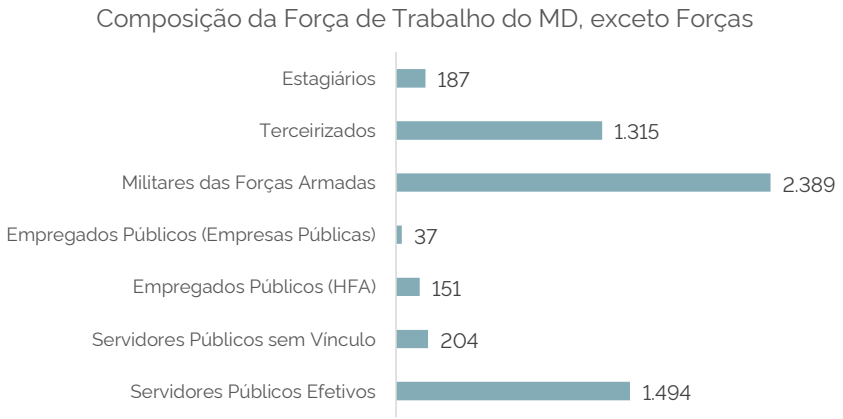


Fonte: MD Dez 2024

Força de Trabalho do MD com todos os órgãos que o integram, exceto as Forças Armadas

Força de Trabalho

A força de trabalho do Ministério da Defesa, excetuadas as Forças Armadas, é constituída pelas pessoas que exercem atividades nas seguintes unidades: Administração Central do MD (ACMD), que inclui o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), e Escola Superior de Guerra (ESG), Escola Superior de Defesa (ESD) e Hospital das Forças Armadas (HFA). Tal força de trabalho é composta por servidores públicos efetivos (requisitados ou cedidos da Administração Pública Federal direta, autarquias, empresas públicas e Estados e Municípios), empregados públicos; e militares designados para serviço no Ministério, o que monta a total de 4.275 agentes públicos. O Ministério dispõe, também, da colaboração de 1.315 terceirizados e de 187 estagiários de níveis superior e intermediário. Quanto aos militares, a disponibilização do efetivo é realizada por solicitação às Forças Armadas, com base nas necessidades e consideradas as Tabelas de Lotação do Comando da Marinha, o Quadro de Cargos Previstos do Comando do Exército e a Tabela de Lotação do Comando da Aeronáutica.



Fonte: SIAPE - Dez 2024

Para mais informações sobre a força de trabalho do MD, exceto Forças, acesse aqui.

Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas - SPSMFA

O militar das Forças Armadas possui uma profissão singular, definida no art. 142 da Constituição Federal, que demanda não apenas habilidades técnicas e físicas, mas também profundo compromisso com a sociedade, a democracia, os poderes constitucionais e a defesa nacional. Enfrentam desafios únicos e situações que exigem, além de coragem, liderança e dedicação, conhecimento técnico altamente especializado, de difícil e custosa obtenção. Essas peculiaridades, próprias das carreiras militares, acarretam necessidades e servidões específicas, tanto para os militares quanto para suas famílias.

Em consequência, o regime jurídico distinto que rege os militares das Forças Armadas atende às especificidades das atividades militares e visa a mitigar as desvantagens impostas a esses profissionais pelas particularidades das carreiras militares. A supressão de certos direitos sociais, justificada pelas características especiais da profissão, deve ser acompanhada de ajustes que garantam aos homens e mulheres integrantes das Forças Armadas o direito à dignidade.

Nesse contexto, a Constituição Federal de 1988 e outras normas infraconstitucionais buscam amparar tanto o militar profissional quanto seus dependentes, delineando o Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas como uma forma de assegurar a dignidade e o bem-estar dessas pessoas.

O SPSMFA é o conjunto integrado de direitos, serviços e ações, permanentes e interativas, de remuneração, pensão, saúde e assistência nos termos da Lei nº 6.880, de 1980[1], e das regulamentações específicas[2].

O SPSMFA não é um regime previdenciário, mas sim um Programa Estatal de Natureza Atuarial, conforme jurisprudência firmada pelo Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão 684/2022 – TCU – Plenário.

(1) Art. 50-A da Lei nº 6.880, de 1980, o Estatuto dos Militares.

(2) Lei nº 3.765, de 1960, a Lei de Pensões Militares, e outras normas.

Cabe ressaltar que o SPSMFA sofreu reformas no ano 2000 e 2019 que implicaram na extinção de direitos, bem como houve a implementação de contribuições e aumento do tempo de serviço, conforme o quadro abaixo:

Reformas no Sistema de Proteção Social dos Militares

Em 2000

Por intermédio da **Medida Provisória nº 2.131, de 2000** (revogada e reeditada pela **Medida Provisória nº 2.215-10, de 2001**) foram extintos:

- os proventos do posto ou graduação superior ao passar para a inatividade;
- o direito a contribuir para aumentar a pensão militar de um ou dois postos acima;
- a licença especial (seis meses) a cada 10 anos de serviço;
- o direito a acumular duas pensões militares;
- o adicional de tempo de serviço;
- o auxílio-moradia;
- a contagem de tempo em dobro, para efeito de passagem para a inatividade, das licenças especiais não gozadas; e
- a pensão vitalícia para as filhas maiores e não inválidas.

Em 2019

Por meio da **Lei nº 13.954, de 2019**, foram implementadas as seguintes modificações:

- aumento da contribuição para a pensão militar de 7,5% para 10,5%;
- universalização da contribuição para a pensão militar, incluindo mais de 300 mil contribuintes, na condição de pensionistas, soldados recrutas e alunos de estabelecimentos de ensino;
- aumento do tempo de serviço necessário para passagem a pedido para a reserva remunerada de 30 para 35 anos;
- estabelecimento do tempo mínimo de 30 anos de exercício de atividade de natureza militar, nas Forças Armadas, para o direito de passagem a pedido para a reserva remunerada;
- redução do rol de dependentes do militar;
- aumento das idades limites em cada posto ou graduação;
- estabelecimento do conceito legal do Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas; e
- explicitação de que o custeio dos proventos dos inativos é encargo do Tesouro Nacional e de que o custeio das pensões militares é realizado por meio das contribuições dos militares das Forças Armadas e de seus pensionistas e complementado com recursos do Tesouro Nacional.

AVALIAÇÃO ATUARIAL DO SPSMFA

Por ser um Programa Estatal de Natureza Atuarial, o SPSMFA é anualmente auditado pelo TCU, sob o aspecto atuarial, em sua avaliação das demonstrações contábeis do MD, com vistas a subsidiar a elaboração do relatório e parecer prévio sobre as contas prestadas pelo Exmo. Presidente da República.

Em decorrência da avaliação das demonstrações contábeis do MD realizada no exercício financeiro de 2023, o TCU exarou o Acórdão 1.460/2024-TCU-Plenário, que buscou orientar e melhorar a escrituração das demonstrações contábeis do passivo atuarial do SPSMFA, aperfeiçoar controles existentes para garantir a precisão dos cálculos realizados e a possibilidade de sua verificação, além de dar cumprimento aos objetivos da elaboração e divulgação da informação contábil, de forma a

maximizar a qualidade, a utilidade e a compreensão dessa informação por parte dos seus usuários. Tais orientações serão atendidas por intermédio de plano de ação específico. Além disso, o referido Acórdão considerou em implementação, para fins de monitoramento, as seguintes deliberações:

a. item 9.3.1 do Acórdão 1.464/2022-TCU-Plenário, relativo ao exercício financeiro de 2021, que solicitava a adoção de medidas necessárias para melhoria da divulgação das demonstrações contábeis; e

b. item 9.2.1 do Acórdão 1.000/2023-TCU-Plenário, relativo ao exercício financeiro de 2022, que tratou da instituição de mecanismos de controle para mitigar riscos de erros de programação.

Ademais, com vistas a aperfeiçoar o Processo de Avaliação Atuarial das Forças Armadas, o Ministério da Defesa implementou trabalho de consultoria, que constou do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna do Exercício de 2024 da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa, na qual foram desenvolvidos os seguintes produtos:

- **Estabelecimento do objetivo estratégico do processo;**
- **Identificação de iniciativas a serem implementadas para atingimento do objetivo estratégico;**
- **Levantamento dos riscos associados ao processo e relacionados às iniciativas;**
- **Detalhamento das iniciativas para facilitar sua implementação por parte da unidade;**
- **Indicadores para acompanhamento do desempenho do processo;**
- **Priorização de iniciativas, por meio de matriz GUT;**
- **Redesenho do processo de avaliação atuarial; e**
- **Propositura de desenvolvimento de um Sistema Inteligente de Apoio, em Tecnologia da Informação, baseado na evolução do Banco de Informações Estratégicas e Gerenciais.**

Em 2024, o Ministério da Defesa e os Comandos Militares firmaram Termo de Compromisso Conjunto com o Centro de Análises de Sistemas Navais, tendo como uma das finalidades atender a deliberações dos Acórdãos 684/2022, 1.464/2022, 1.000/2023 e 1.460/2024, todos do Plenário do Tribunal de Contas da União.

Os resultados obtidos em 2024, no tocante às provisões do Sistema, encontram-se disponíveis nas Demonstrações Contábeis Consolidadas do MD e suas Notas Explicativas que atestam a higidez do cálculo realizado sobre o passivo atuarial.

- Para conhecer as Demonstrações Contábeis Consolidadas do MD e suas Notas Explicativas, acesse aqui.
- Para mais informações sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas, acesse aqui.



Glossário

Glossário

TERMO	SIGNIFICADO
ABIMDE	Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança
AESPI	Assessoria Especial de Integridade
AGE-SG	Assessoria Especial de Gestão Estratégica da Secretaria-Geral
AGE-EMCFA	Assessoria Especial de Gestão Estratégica do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
AH	Análise Horizontal. "A finalidade principal da análise horizontal é apontar o crescimento de itens dos Balanços e das Demonstrações de Resultados (bem como outros demonstrativos) através de períodos, a fim de caracterizar tendências" (SOUZA, Rodrigo Paiva. Análise Horizontal e Vertical. São Paulo – Faculdade FIPECAFI. 2023)
ASPLAN	Assessoria Especial de Planejamento
AV	Análise Vertical: "A análise vertical demonstra quanto uma conta representa dentro do conjunto de contas a qual faz parte." (SOUZA, Rodrigo Paiva. Análise Horizontal e Vertical. São Paulo – Faculdade FIPECAFI. 2023)
BGU	Balanço Geral da União
BID	Base Industrial de Defesa
CASNAV	Centro de Análises de Sistemas Navais
CCE	Cargos Comissionados Executivos
CCPR	Casa Civil da Presidência da República
CEMCFA	Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
CENSIPAM	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CG-MD	Comitê de Governança do Ministério da Defesa
CGD-MD	Comitê de Governança Digital da administração central do Ministério da Defesa
CGU	Controladoria Geral da União
CHEC	Chefia de Educação e Cultura
CIG	Comitê Interministerial de Governança
CIRM	Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
CISET	Secretaria de Controle Interno
CISM	Conselho Internacional do Esporte Militar
CMID	Comissão Mista da Indústria de Defesa
CMiD	Conselho Militar de Defesa
CONDEFESA-CNI	Conselho Temático da Indústria de Defesa e Segurança-Confederação Nacional da Indústria
CONJUR	Consultoria Jurídica

CONSIPAM	Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia
CONSUG	Conselho Superior de Governança
CP	Curto Prazo
CTGOF-MD	Comissão Técnica de Governança Orçamentária e Financeira do Ministério da Defesa.
CTU	Conta Única
DETIC	Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação
DFM	Diretoria de Finanças da Marinha
DPCN	Departamento do Programa Calha Norte
EB	Exército Brasileiro
EGD	Estratégia de Governo Digital
EMCFA	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
END	Estratégia Nacional de Defesa
EPM	Ensino Profissional Marítimo
ESD	Escola Superior de Defesa
ESG	Escola Superior de Guerra
FAB	Força Aérea Brasileira
FCE	Funções Comissionadas Executivas
GAA	Guia Aéreo Avançado
GND	Grupo de Natureza de Despesa
GSI-PR	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
HFA	Hospital das Forças Armadas
IOPF	Índice de Operacionalidade das Forças Armadas
LP (1)	Limites de Pagamento
LP (2)	Longo Prazo
MB	Marinha do Brasil
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MD	Ministério da Defesa
ME	Ministério da Economia
MPS	Ministério da Previdência Social
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MTP	Ministério do Trabalho e Previdência

NBC TSP	Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
OGU	Orçamento Geral da União
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PAAR	Programa Atletas de Alto Rendimento
PCN	Programa Calha Norte
PESE	Programa Estratégico de Sistemas Espaciais
PGPE	Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
PJP	Programa João do Pulo
PND	Política Nacional de Defesa
PNSI	Política Nacional de Segurança da Informação
PROSUB	Programa de Desenvolvimento de Submarinos
PROFESP	Programa Forças no Esporte
PSD	Política Setorial de Defesa
PUC	Projected Unit Credit
RBJID	Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa
SEORI	Secretaria de Orçamento e Organização Institucional
SEPESD	Secretaria de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais
SEPROD	Secretaria de Produtos de Defesa
SG	Secretaria-Geral
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIC	Serviço de Informações ao Cidadão
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SMDC	Sistema Militar de Defesa Cibernética
SNCA	Submarino Nuclear Convencionalmente Armado
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
SPREV	Secretaria de Previdência
SPSMFA	Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCU	Tribunal de Contas da União
UPC	Unidades Prestadoras de Contas
VPD	Variação Patrimonial Diminutiva



MINISTÉRIO DA
DEFESA